

Alessandra Gonzalez de Carvalho Seixlack

Entre a Araucania maldita e o Deserto indômito: Debates oitocentistas sobre a Pacificação da Araucania no Chile e a Conquista do Deserto na Argentina

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, do Departamento de História da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Marco Antonio Villela Pamplona

Rio de Janeiro Junho de 2017



Alessandra Gonzalez de Carvalho Seixlack

Entre a Araucania maldita e o Deserto indômito: Debates oitocentistas sobre a Pacificação da Araucania no

Chile e a Conquista do Deserto na Argentina

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, do Departamento de História da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Marco Antonio Villela Pamplona
Orientador

Departamento de História - PUC-Rio

Prof. Jorge Eduardo MyersUniversidad de Quilmes - Buenos Aires - Argentina

Prof. Fernando Luiz Vale Castro Departamento de História – UFRJ

Prof^a Maria Elisa Noronha de Sá Departamento de História – PUC-Rio

Prof. Gabriel Passetti Instituto de Estudos Estratégicos – UFF

Profa. Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais PUC-Rio

Rio de Janeiro, 22 de junho de 2017

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

Alessandra Gonzalez de Carvalho Seixlack

Graduou-se em História pela PUC-Rio (Licenciatura e Bacharelado, 2010). Concluiu o Mestrado pela mesma instituição (2013). Ganhou como prêmio a bolsa FAPERJ NOTA 10 por reconhecimento de seu destacado desempenho acadêmico durante os estudos de mestrado (2012). Foi professora substituta de História da América na UFRJ (2013-2014). Tem como área de pesquisa a História Cultural e seus interesses acadêmicos estão focados nas relações entre os Estados nacionais e os povos indígenas na Hispanoamérica no século XIX.

Ficha Catalográfica

Seixlack, Alessandra Gonzalez de Carvalho

Entre a Araucania maldita e o Deserto indômito: debates oitocentistas sobre a Pacificação da Araucania no Chile e a Conquista do deserto na Argentina / Alessandra Gonzalez de Carvalho Seixlack; orientador: Marco Antonio Villela Pamplona. – 2017.

306 f.: il. color.; 30 cm

Tese (doutorado)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2017. Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História Social da Cultura – Teses. 3. Nação argentina e chilena. 4. Campanhas militares. 5. Pacificação da Araucania. 6. Conquista do deserto. 7. Território. I. Pamplona, Marco Antonio Villela. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Agradecimentos

A escrita de uma tese é feita a muitas mãos. Pois as palavras que compõem esse documento possuem uma história que o transcende. Foram transpostas para o papel em meio a conversas, brigas, alegrias, tristezas, sorrisos, choros, abraços, viagens. Portanto, faço questão de reconhecer que essa tese não é apenas minha, mas de todos que se fizeram presentes nesse processo, que torceram por mim e que agora celebrarão comigo essa conquista.

Tarefa mais árdua do que escrever esse trabalho acadêmico seria prestar aqui a devida homenagem a cada pessoa que contribuiu para tornar esse momento possível. Creio que isso requereria outras 300 páginas, já que todo ser humano possui em si um potencial imenso de transmitir ensinamentos e sentimentos, seja por meio de olhares, gestos, ações ou palavras. Portanto, optei por um modelo menos personalizado de agradecimento, na certeza de que, para sempre, cultivarei em meu coração um carinho imenso por todos aqueles que caminharam ao meu lado.

Aos meus pais (de sangue e de consideração), ao meu marido, aos meus familiares (física ou espiritualmente presentes), ao meu orientador, à banca avaliadora, aos professores e funcionários do Departamento de História da PUC-Rio, aos meus amigos, irmãos de consideração e demais amores da minha vida, aos meus colegas de profissão, aos meus alunos (do Colégio Cruzeiro e da UFRJ), aos funcionários da *Biblioteca Nacional* (Chile) e da *Biblioteca del Congreso de la Nación* (Argentina) e ao CNPq: minha mais sincera gratidão.

Resumo

Seixlack, Alessandra Gonzalez de Carvalho; Pamplona, Marco Antonio Villela. Entre a Araucania maldita e o Deserto indômito: Debates oitocentistas sobre a Pacificação da Araucania no Chile e a Conquista do Deserto na Argentina. Rio de Janeiro, 2017. 306p. Tese de Doutorado - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Na experiência histórica chilena e argentina, a Araucania, os Pampas e a Patagônia eram comumente descritos pelas autoridades criollas como regiões "desérticas" ou situadas "à margem da civilização", já que, ainda em meados do século XIX, constituíam espaços de exercício de soberania de diferentes grupos indígenas. O objetivo da tese é analisar os discursos políticos elaborados pela intelectualidade criolla nesse contexto, no intuito de legitimar os movimentos expansionistas e os projetos modernizadores que pretendiam incorporar essas regiões à órbita do poder público, civilizando os seus habitantes ou extinguindo-os se necessário. Busca-se também identificar as respostas dos nativos frente à nova modalidade de contato que se impunha, ressaltando o seu papel como sujeitos capazes de se adaptar e resistir às políticas criollas. A partir de uma abordagem comparativa, transcende-se o objetivo de identificar os traços semelhantes e contrastantes entre esses espaços fronteiriços e as formas de relacionamento neles estabelecidas entre as diferentes populações de criollos e indígenas, visando destacar também os pontos de interconexão e condicionamento mútuo entre as experiências de expansão territorial ocorridas no Chile e na Argentina.

Palavras-chave

Nação argentina e chilena; Campanhas Militares; Pacificação da Araucania; Conquista do Deserto; Território.

Abstract

Seixlack, Alessandra Gonzalez de Carvalho; Pamplona, Marco Antonio Villela (Advisor). The Devil Araucania and the Untamed Desert: Debates about the Araucania pacification in Chile and the conquest of the Argentinean southern desert. Rio de Janeiro, 2017. 306p. Tese de Doutorado - Departamento de História, Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

In the Argentinean and Chilean historical experiences, the Araucania, the Pampas and the Patagonia were usually described by criollos authorities as "desert" regions, placed "out of civilization", once during the XIXth century, those places constituted spaces of sovereignty exercise from different indigenous groups. The thesis purpose is to analyze the political speeches made by intellectuals criollos in this context, in order to legitimize expansionist movements, and modernizing projects that intended to incorporate those regions to the public power orbit, civilizing their habitants or extinguishing them if necessary. Although, it attempts to identify the natives answers faced to the new imposing contact modality, accentuating their roles as capable subjects to adapt and resist to the criollos politics. With a comparative approach, this thesis transcends the purpose to identity similar and different traces between the frontier spaces, and the ways of interaction established between criollos and indigenous groups, but also is considered highlight the interconnection points between the experiences in the territorial expansion occurred in Chile and Argentina.

Keywords

Chilean and Argentinean Nation; Military Campaigns; Araucania Pacification; Desert conquest; Territory.

Sumário

1. Introdução	12
1.1. Anexos da Introdução	17
2. Capítulo 1 – De "nobres filhos de Caupolicán e Lautaro" a "índios bárbaros e sanguinários". Relações entre os mapuche e o Estado chileno no contexto anterior à expansão territorial	19
2.1. A colonização espanhola e as transformações no seio da sociedade mapuche	19
2.2. As diferentes imagens do índio mapuche no discurso político criollo do século XIX	24
2.3. A imprensa e a disseminação do vocabulário político depreciativo do indígena no Chile: a década de 1850 como ponto de inflexão na política indigenista – os periódicos <i>El Correo del Sur</i> , <i>El Mercurio</i> e <i>El Ferrocarril</i>	33
2.4. Uma "voz dissidente" da imprensa chilena: a <i>Revista Católica</i> na percepção da questão de Arauco	54
2.5. Anexos do Capítulo 1	60
3. Capítulo 2 – Fundando a nação a partir do Deserto: rela- ções entre Estado argentino e grupos indígenas no contexto anterior à expansão territorial	65
3.1. Da construção do imaginário do Deserto argentino em fins do período colonial ao Governo de Juan Manuel de Rosas e à instituição do "Negócio Pacífico dos Índios"	65
3.2. Transformações significativas nas relações entre Estado nacional e grupos indígenas: a década de 1860 como ponto de inflexão na política indigenista argentina	78
3.3. A institucionalização do Estado argentino: a Guerra do Paraguai, a formação da opinião pública e os debates parlamentares na formação de novas bases da política indigenista	81
3.4. A década de 1870 e o declínio do poderio de Juan Calfucurá nos Pampas: a Batalha de San Carlos e a participação da imprensa bonaerense nas discussões sobre a política de fronteiras	93
3.5. Anexos do Capítulo 2	110

4. Capítulo 3 – Quando os "araucanos del Mapocho" e os "araucanos de Arauco" se enfrentam. A expansão territorial do Estado chileno até o rio Toltén	113
4.1. Os frustrados acordos de paz entre os mapuche e Estado chileno na "alta fronteira": diferentes propostas para a expansão territorial	113
4.2. Novos avanços no processo de expansão territorial ao rio Malleco: Orèlie Antoine, José María de la Cruz e outros agentes propulsores	129
4.3. A execução do plano de conquista de José María de la Cruz e suas repercussões na "alta fronteira"	132
4.4. A ocupação da "baixa fronteira" e a disseminação da guerra na Araucania (1869)	152
4.5. A imprensa e os debates sobre as campanhas militares na Araucania em 1869	159
4.6. Anexos do Capítulo 3	171
5. Capítulo 4 – A Argentina dos "tempos do malón": A Cruzada de Redenção e Progresso ao rio Negro	175
5.1. A eleição de Nicolás Avellaneda e o Ministério de Adolfo Alsina (1874-1877): uma visão diferenciada sobre os indígenas na Argentina	175
5.2. O <i>malón grande</i> e a reformulação do discurso político de Adolfo Alsina sobre os indígenas	183
5.3. A intelectualidade argentina e a receptividade ao projeto de expansão territorial de Adolfo Alsina nos periódicos argentinos	189
5.4. O Ministério de Julio Roca (1878-1880): as novas bases da política de expansão territorial	199
5.5. A narrativa de Estanislao Zeballos ("A Conquista de Quinze Mil Léguas") na preparação da "Campanha do Deserto" de Julio Roca	206
5.6. Anexos do Capítulo 4	219
6. Capítulo 5 – "E a civilização brota". Da consolidação da linha do Toltén à refundação de Villarrica	221
6.1. A suspensão dos trabalhos na linha do Toltén e a perpetuação da guerra na Araucania	221

6.2. As disputas limítrofes entre Chile e os demais Estados americanos: dos conflitos com a Argentina até a Guerra do Pacífico	233
6.3. Chile e Argentina na retomada das expedições militares na Araucania: colaboração e atritos	250
6.4. Nos caminhos de Villarrica	260
6.5. Anexos do Capítulo 5	266
7. Capítulo 6 – "Huinca agora patrão": as expedições finais à Patagônia e o destino dos índios submetidos	269
7.1. As consequências da Campanha do Deserto para as comunidades indígenas pampeanas	269
7.2. A projeção política de Julio Roca e as eleições presidenciais de 1880	276
7.3. A ocupação do "Deserto Verde": campanhas militares no Chaco	278
7.4. A ocupação definitiva da Patagônia: a cartada final da imprensa bonaerense e o destino final dos últimos cacicados	282
7.5. Anexos do Capítulo 6	290
8. Conclusão	291
9. Referências bibliográficas	299

Lista de imagens

imagem 1 – As principais <i>rastrilladas</i> na região pampeana	17
Imagem 2 – A localização geográfica dos principais grupos indígenas no Chile do século XIX	17
Imagem 3 – Localização dos principais cacicados nos territórios pampeano e patagônico entre os anos de 1860 e 1870	18
Imagem 4 – Mapa da região fronteiriça araucana no século XVIII	60
Imagem 5 – Os principais <i>butalmapus ou fütanmapus</i> da sociedade mapuche do século XVIII	60
Imagem 6 – O primeiro escudo nacional chileno	61
Imagem 7 – Estreito de Magalhães e Punta Arenas	61
Imagem 8 – Transformações territoriais sofridas pela Província de Arauco entre 1852 e fins da década de 1860	62/63
Imagem 9 – A Província de Arauco, subdividida em "alta fronteira" e "baixa fronteira"	64
Imagem 10 - Divisão administrativa e limites do território do Vice- Reinado do Rio da Prata, por volta do ano de 1783	110
Imagem 11 – Ciudad de los Césares, segundo mapa francês	111
Imagem 12 – A Conquista do Deserto de Juan Manuel de Rosas (1833-1834)	111
Imagem 13 – Triângulo vital na estratégia do cacique salinero Juan Calfucurá	112
Imagem 14 – Mapa hidrográfico da Aracania	171
Imagem 15 – O rio Lebu	171
Imagem 16 – Escudo e moeda do Reino da Araucania, fundado por Orèlie Antoine em 1862	172

Imagem 17 – A localidade de Angol	172
Imagem 18 – As localidades de Mulchén, Angol, Lebu e Negrete	173
Imagem 19 – Os principais eventos que compuseram o conflito bélico envolvendo Espanha, Peru e Chile (1864-1866)	173
Imagem 20 – A fortificação da linha de fronteira do rio Malleco	174
Imagem 21 – Fortes militares de Cañete e Purén	174
Imagem 22 – Perfil da <i>zanja</i> projetada por Alfred Ébélot a pedido de Adolfo Alsina	219
Imagem 23 – Evolução da linha de fronteira argentina leste e centro oeste entre os anos de 1850 e 1870	219
Imagem 24 –Trajeto percorrido pelas cinco Divisões militares responsáveis pela Conquista do Deserto em 1879	220
Imagem 25 – Plano de Arauco e Valdívia (1870)	266
Imagem 26 – Linhas de fronteira estabelecidas na Araucania (Malleco, Toltén, Traiguén e Cautín)	267
Imagem 27 – Região alvo de disputas limítrofes entre Chile e Argentina no século XIX	267
Imagem 28 – Territórios anexados pelo Chile na Guerra do Pacífico	268
Imagem 29 – A região chaquenha	290

1. Introdução

Falar do nosso tema exige certas considerações preliminares sobre essa América austral, ainda sob o domínio do Império espanhol. Pode-se dizer que o século XVIII representou um importante ponto de inflexão na política indigenista da Coroa. Durante boa parte do período colonial, hierarquias étnicas haviam sido criadas visando manter segregadas a "República dos Índios" e a "República dos Espanhóis", e impedir qualquer tipo de mestiçagem. Bem diferente foi, posteriormente, o conjunto de medidas administrativas desenvolvidas no contexto das Reformas Bourbônicas que, no sentido de recuperar o antigo esplendor da Espanha, acabou introduzindo na América, já em grande parte mestiça, uma política de tom assimilacionista, destinada a civilizar os nativos e a aproximá-los mais do Rei, transformando-os em vassalos úteis e proveitosos¹.

Se por um lado a inexistência dos índios enquanto categoria jurídica abriu portas para a obtenção da cidadania, para o exercício dos direitos de propriedade e para a abolição dos tributos indígenas, por outro implicou perdas significativas dos direitos comunitários. Justificou a transformação da propriedade comunal em privada, a obrigatoriedade do uso do idioma espanhol em detrimento das línguas nativas, a extinção do *Juzgado General de Índios*, que lhes assegurava um foro de justiça próprio, e a monetarização da economia.

No que diz respeito aos índios habitantes das áreas de fronteira, um dos objetos de estudo desta tese, tanto as Reformas Bourbônicas como as políticas espanholas subsequentes reforçaram a sua importância para o povoamento e a defesa do território austral, o que levou a um maior envolvimento destes com as instituições coloniais, como as missões religiosas, as assembleias e as autoridades fronteiriças. Progressivamente, a fronteira passou a ser vivenciada não como limite arbitrário, mas sim como um espaço amplo, móvel e permeável, caracterizado pela circulação de populações diferentes e pela negociação entre nativos e *hispanocriollos*, que se transformavam em inimigos ou aliados de acordo com as circunstâncias políticas e os interesses por elas suscitados.

¹ Cf. James Lockhart e Stuart Schwartz. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

No contexto de construção dos Estados chileno e argentino, em meados do século XIX, a Araucania, os Pampas e a Patagônia constituíam espaços de exercício de soberania de diferentes grupos indígenas, alheios à jurisdição estatal. Tais regiões foram alvo de processos de territorialização, isto é, de políticas que visavam à expansão territorial da dominação de poderes estatais e provinciais e à obtenção jurídica da sua legitimidade. Ao projetar espacialmente a autoridade do Estado, a territorialização buscou incorporar à sua órbita de influência os chamados "fundos territoriais", isto é, as porções de território ainda não integradas à lógica produtiva do sistema colonial².

Dentre os grupos indígenas que habitavam a Araucania, estavam os *abajinos*, os *arribanos*, os *pehuenches*, os *huilliches* e os *costinos*. Os primeiros, que ocupavam o território entre Angol e o rio Cautín, apoiaram os patriotas contra as tropas realistas durante as guerras de independência, estreitando sua aliança com *criollos*. Os *arribanos*, cuja população situava-se entre os rios Malleco e Cautín, caracterizavam-se pela coesão e pela tradição de resistência, baseada na prática de *malones*³ e na desconfiança nutrida em relação às autoridades *criollas*. Em muito foram favorecidos pela localização geográfica, que lhes conferia maior capacidade de deslocamento em direção aos Pampas, onde buscavam refúgio e apoio de outras parcialidades indígenas.

Inicialmente caçadores e coletores, os *pehuenches* adotaram desde meados do século XVII o cavalo e o gado introduzidos pelos espanhóis, convertendo-se em pastores nômades. Dessa forma, desenvolveram um contato mais frequente com as populações fronteiriças e adquiriram maior mobilidade, exercendo um papel central no tráfico do gado pelas *rastrilladas*⁴. Por fim, enquanto os *huilliches* se caracterizavam por um relativo isolamento em relação à sociedade *hispanocriolla*, os *costinos* estabeleceram contatos fluidos com os brancos, em virtude da presença permanente de fortes na costa de Arauco e da proximidade de Concepción⁵.

² Cf. Antonio Carlos Robert Moraes. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

³ Invasões armadas às estâncias na fronteira pampeana, que poderiam ter como finalidade o roubo de gado para a comercialização ilegal com os *criollos* do Chile, o rapto de crianças e mulheres ou simplesmente o manejo do pânico sobre os brancos.

⁴ Rotas indígenas utilizadas para transportar o gado roubado durante os malones. Ver anexo 1.

⁵ Ver anexo 2.

Nos Pampas, destaca-se também uma grande variedade de grupos indígenas. Enquanto os *índios amigos*, sobretudo a família Catriel, instalavam-se nas imediações da fronteira bonaerense e eram afins às políticas *criollas*, os índios de Vicente Pincén, instalados na zona situada entre a Lagoa de Toay e Trenque Lauquen, optaram por um posicionamento mais autônomo, oferecendo constante resistência aos intentos de penetração militar em seus domínios.

Os *ranqueles*, estabelecidos em torno da Lagoa de Leuvucó, mantiveram uma autonomia étnico-cultural e política em relação aos mapuche, embora neles reconhecessem sua origem. Divididos em duas linhagens, tinham como principais líderes à época Mariano Rosas e Manuel Baigorria, que mantiveram interlocução com os missionários franciscanos, dentre eles Marcos Donati. Os *salineros*, liderados pela dinastia dos Curá (Juan Calfucurá e Manuel Namuncurá), habitavam a Lagoa de Chiloé e as Salinas Grandes. Controlavam a via mais importante do circuito ganadero, denominada "*rastrilladas de los chilenos*" e construíram uma Confederação que abarcava muitos cacicados da região. Já na transição entre os Pampas e a Patagônia, mais especificamente na Província de Neuquén, estavam os *manzaneros*, liderados por Valentín Sayhueque, que exerceu autoridade sobre líderes *pehuenches* como Feliciano Purán e Reuque Curá⁶.

Embora subdivididos em etnias, os nativos habitantes da Araucania, dos Pampas e da Patagônia sempre mantiveram vínculos culturais, sociais e econômicos. A conversão desta espacialidade em um "complexo fronteiriço", que viria a ser politicamente fracionado a partir surgimento dos Estados nacionais no século XIX, foi resultado do processo secular conhecido como "araucanização dos pampas".

Desde fins do século XVIII, índios araucanos não submetidos visitavam os Pampas em busca de gado e cavalos selvagens, difundindo elementos culturais, sem, contudo, assentarem-se na região. Nas primeiras décadas do século XIX, as

⁶ Ver anexo 3.

⁷ Cf. Ingrid de Jong. "Las prácticas diplomáticas en los procesos de expansión estatal: tratados de paz y parlamentos en Pampas y Araucanía". In: Ingrid de Jong; Antonio Escobar Ohmstede (coords y eds). Las poblaciones indígenas en la conformación de las naciones y los Estados en la América Latina decimonónica. Ciudad de México: El Colegio de México; CIESAS; Zamora, Michoacán: El Colegio de Michoacán, 2016.

⁸ Cf. Raúl Mandrini e Sara Ortelli. **Volver al país de los araucanos**. Buenos Aires: Sudamericana, 2005.

guerras de independência entre patriotas e realistas no sul do Chile estimularam a migração de importantes contingentes indígenas para a porção oriental da Cordilheira dos Andes. Ao mesclaram-se aos antigos habitantes *pehuenches*, profundos conhecedores dos caminhos da Cordilheira dos Andes, os mapuche penetraram definitivamente nos Pampas.

Além de abandonarem o *tehuelche* e adotarem o *mapudungun* como língua oficial, os povos araucanizados estabeleceram com os mapuche vínculos de parentesco e duradouras relações econômicas, baseadas no comércio ganadero. Aqueles se converteram em fornecedores do gado, obtido por meio do *malones*. Os animais eram transportados em grandes quantidades pelas *rastrilladas*, para serem comercializados na fronteira araucana. Essa nova realidade resultou no estabelecimento de redes de contatos comerciais e burocráticos com os *criollos*.

A relação diplomática e nem sempre conflituosa estabelecida entre indígenas e *criollos* nas áreas de fronteira se viu progressivamente inviabilizada pelo delineamento de "ideologias da ocupação", que buscaram fundamentar e legitimar a organização de ofensivas militares voltadas para a incorporação da Araucania, dos Pampas e da Patagônia à jurisdição dos Estados nacionais em gestação.

De um modo geral, este trabalho tem como objetivo analisar os **discursos** políticos *criollos* que serviram de base para a implementação de políticas voltadas para a exclusão real e simbólica dos indígenas no Chile e na Argentina. Busca também pensar as **estratégias desenvolvidas pelos nativos para reagir a essa situação**, ressaltando que muitas vezes os *criollos* não puderam prescindir do diálogo e da negociação com aqueles "outros" que pretendiam eliminar.

A partir da discussão bibliográfica sobre a temática e da análise de uma documentação bastante diversificada – os periódicos, os relatórios militares, os diários de campanha, os debates parlamentares e as correspondências intercambiadas entre índios e autoridades de fronteira –, pretendeu-se compreender, mais do que a **peculiaridade de cada processo** de expansão territorial analisado – a *Pacificação da Araucania* no Chile e a *Conquista do Deserto* na Argentina –, as **interconexões e vínculos existentes entre eles**.

O primeiro e o segundo capítulos da tese referem-se ao contexto histórico que antecedeu os processos de territorialização no Chile e na Argentina. Abordam o papel exercido pela imprensa na mobilização da opinião pública das regiões de

fronteira, a ponto de que esta passasse a apoiar a organização de expedições militares rumo à Araucania e aos Pampas e pressionasse as autoridades governamentais para a adoção de políticas nacionais voltadas para tal fim.

Os capítulos três e quatro analisam os principais debates ocorridos nos meios periodista, parlamentar e militar em torno das estratégias empregadas por cada estado na anexação dos territórios indígenas austrais, assim como as negociações diplomáticas e os conflitos entre indígenas e *criollos* decorrentes dessa nova situação que se apresentava.

Por fim, o quinto e o sexto capítulos dão conta das etapas finais dos processos de territorialização, buscando ressaltar as últimas medidas adotadas para lograr a incorporação da Araucania e da Patagônia, assim como o destino final dos índios submetidos.

Anexos – Introdução

Imagem 1 – As principais rastrilladas na região pampeana

Fonte: José Bengoa. Historia del pueblo mapuche (siglo XIX-XX). Santiago: Lome Eds, 2000, p.69.

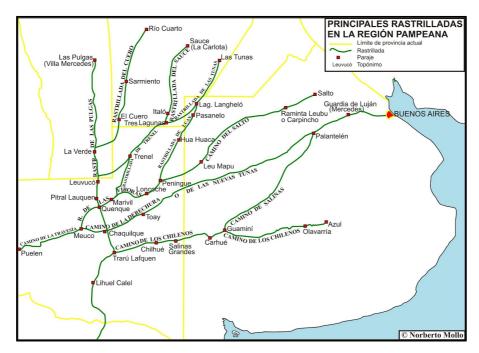


Imagem 2 – A localização geográfica dos principais grupos indígenas no Chile do século XIX

Fonte: José Bengoa. Historia del pueblo mapuche (siglo XIX-XX). Santiago: Lome Eds, 2000, p.69.

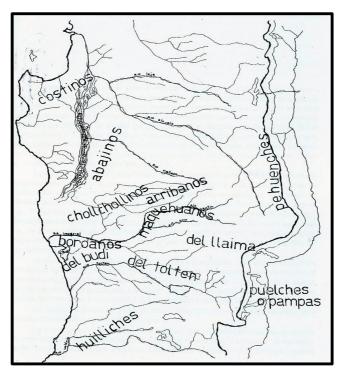
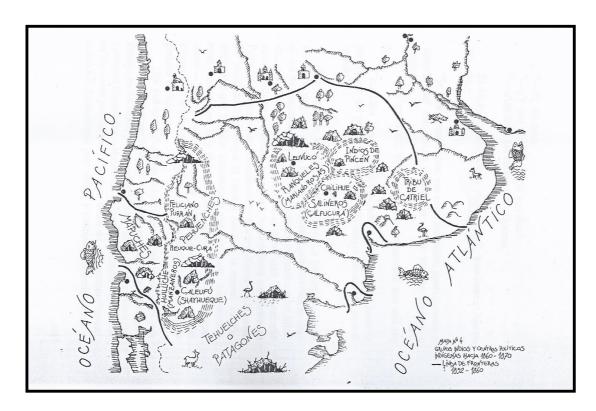


Imagem 3 - Localização dos principais cacicados nos territórios pampeano e patagônico entre os anos de 1860 e 1870, dentre eles o de Salinas Grandes

Fonte: MANDRINI, Raúl; ORTELLI, Sara. Volver al país de los araucanos. Buenos Aires: Sudamericana, 2005, p.162.



2. De "nobres filhos de Caupolicán e Lautaro" a "índios bárbaros e sanguinários". Relações entre os mapuche e o Estado chileno no contexto anterior à expansão territorial

"En fin se trata del triunfo de la civilización sobre la barbarie, de la humanidad sobre la bestiali-

2.1. A colonização espanhola e as transformações no seio da sociedade mapuche

Desde o século XVI, agrupações indígenas de forte ímpeto bélico representaram um empecilho à penetração colonizadora na porção austral do continente americano conhecida como Araucania¹⁰. Retratado por Alonso de Ercilla no poema épico *La Araucana* (1569-1589), o sangrento confronto entre índios mapuche¹¹ liderados por Caupolicán e Lautaro e espanhóis conduzidos por Pedro de Valdivia foi responsável por interromper a expansão da colonização para além de cidades como Santiago (1541) e Concepción (1550). A insurreição geral dos mapuche levou o governador Francisco de Villagra a decretar, no ano de 1554, a evacuação forçada das cidades de Arauco, Santa Cruz, Osorno, Valdívia, La Imperial, Angol e Villarrica. Uma vez abandonada, esta última foi reduzida às cinzas pelos índios sublevados.

Graças à exploração de ouro e prata e ao comércio estabelecido com as cidades transandinas de Córdoba e Buenos Aires, Villarrica refloresceu em população e arquitetura. Mas, em fins de 1598, uma nova rebelião mapuche resultou na morte

⁹ El Mercurio, nº 9493, 10 de maio de 1859.

Situada a 667 km de Santiago, a Araucania possui como limites geográficos o Bío Bío ao norte, a região dos Lagos Andinos ao sul; a leste a República Argentina e a oeste o Oceano Pacífico. Ver anexo 4.

¹¹ Sobre as duas designações possíveis para referir-se aos habitantes da Araucania, mapuche e araucanos, Jacques Rossignol esclarece que "Los indígenas se designaban a si mismos como mapuches u hombres de la tierra (che: gente, hombre; mapu: tierra). El término de araucanos impuesto por los españoles, el primer ejemplo de su utilización parece encontrarse en el poema de Ercilla, es una etimología discutida; la más verosímil es la de la hispanización del término de Rauco (agua fangosa) que se aplicaba a ciertos sectores de la futura provincia de Arauco, lugar de los combates más serios entre españoles e indios durante la expedición de Ercilla. Se ha invocado otra etimología, tal vez más atractiva, la de la adaptación de la voz quechua aucas, que significa rebeldes y que designaba a los indios mapuches que, al sur del río Maule, habían escapado a la dominación incaica". Jacques Rossignol. Chilenos y mapuches a mediados del siglo XIX. Concepción: Universidad del Bio-Bio, 2007.

do governador Martin Oñez de Loyola, dando início a uma guerra que se estendeu ao longo de quatro anos. Devido às dificuldades de comunicação, a cidade se viu obrigada a enfrentar o inimigo indígena sem ajuda alguma proveniente do exterior. Ao enumerarem as dificuldades vividas pelos espanhóis durante esse período, os relatos sobre a resistência comandada pelo *corregidor* Rodrigo Bastidas converteram Villarrica em um importante símbolo do poderio mapuche em terras austrais, assim como transformaram em heróis aqueles que perderam suas vidas defendendo a cidade. Escrita pelo jesuíta Diego de Rosales em 1674, a obra *Historia General del Reino de Chile. Flandres Indiano* ¹² foi uma das que mais contribuiu para a construção dessa memória em torno da cidade de Villarrica, como elucida o trecho a seguir:

"Encarecía el hambre el valor de la comida y hacia depreciar el oro y la plata; que nunca falto quien la codicie, aunque sepa que la ha de perder. Valía una morcilla de sangre de caballo diez pesos de oro; un tasajo, catorce; un celemín de cebada, cuarenta. Hombre hubo que durante el hambre se comió medio cuero de ante de castilla y dos panes de jabón. Una mujer se comió, acabada de parir, la criatura de sus entrañas. Carne humana la comieron muchos, y de los indios que mataban hacían cecina. Creció tanto la necesidad que los hombres querían echar suertes para comerse unos a otros; mas el esforzado capitán Bastidas, con su ánimo y mucha prudencia, les disuadió de una cosa tan abominable, persuadiéndolos a lo que era menos mal: que comiesen la carne de los indios que se mataban, diciéndolos que con eso estarían más valientes y más gallardos para pelear, porque a la gallardía de su valor juntarían la valentía de los indios, convirtiéndola en su sustancia. La jente mas flaca, como las mujeres y los niños, se caían muertos de hambre, y ya las dejaban irse al enemigo por no verla morir a sus ojos, y cada una se iba por donde quería, sin obediencia las hijas a las madres y las mujeres a los maridos; porque el hambre no guardaba respeto a la obediencia por conservar la vida. Y porque el enemigo estaba siempre de emboscada cerca del fuerte y para salir a cojer yerbas era forzoso reconocer antes, no enviaban ya los hombres, porque se los llevaba el enemigo y hacían gran falta para la defensa del fuerte, y dieron en enviar mujeres. Salió una a reconocer y llevósela el enemigo; salió otro día otra, y fue lo mismo, con que la jente, muertos y cautivos, se iba disminuyendo"13

A incessante resistência indígena, a ameaça de invasões holandesas e inglesas e a atuação de missionários jesuítas, dentre os quais se destacou Luis de Valdí-

¹² É bastante significativo o fato da a obra escrita por Diego de Rosales ter sido publicada pela primeira vez pelo consagrado historiador e político Benjamín Vicuña Mackenna (1831-1886). Podemos supor que, para Mackenna, cujo envolvimento com a questão araucana no Chile se fez notável, tornar esse manuscrito de conhecimento público no contexto de expansão territorial do Estado chileno ajudaria a legitimar a atuação contra os araucanos e fortaleceria entre os *criollos* o ímpeto de reconquista da cidade de Villarrica.

¹³ El Mercurio, nº16834, 2 de abril de 1883.

via (1560-1642), contribuíram para que o projeto de submissão forçada e de extermínio cedesse progressivamente espaço para uma estratégia de colonização evangelizadora e pacificadora, denominada de "guerra defensiva".

Um episódio que elucida essa mudança de postura por parte dos espanhóis foi a celebração das *Paces de Quilín*, entre 5 e 6 de janeiro de 1641. Como aponta José Bengoa, "dar las Paces" significava realizar um acordo ou tratado internacional entre "Estados soberanos" representados por seus príncipes, no intuito de pôr fim a guerras e conflitos, estabelecer uma convivência tranquila e harmoniosa e determinar os limites dos domínios¹⁴. Portanto, o Tratado de Quilín consistiu em uma "capitulação de paz" estabelecida em assembleia (em espanhol, *parlamento*) pelo governador D. Francisco López de Zúñiga, representante da Coroa espanhola, e Lincopichón e Butapichón, representantes dos "Índios Araucanos do Reino do Chile".

Ao atuarem como signatários das *Paces*, os chefes mapuche assumiram o mesmo estatuto jurídico dos demais dignitários e príncipes europeus: tornaram-se vassalos livres do rei espanhol; adquiriram uma espécie de "cidadania", galgando o direito à independência sem ter que pagar tributos ou ser submetidos; foram protegidos pelo juízo formal contra a guerra injusta e a escravização.

No entanto, é importante fazer uma ressalva que diferencia as *Paces* dos tratados comuns à época: os mapuche não firmaram nenhum documento, já que sua cultura era ágrafa; o ritual e a cerimônia do *parlamento* foram determinantes para agregar valor ao que estava sendo acordado. Como esclarece Bengoa, "Quilín [...] se puede entender como el primer encuentro entre mapuche e hispánicos, donde más que las palabras fueron los gestos los que dominaron y surtieron efecto" ¹⁵.

Ainda que possamos relativizar o real efeito exercido sobre a contenção guerras na Araucania, o Tratado de Quilín possui um significado histórico inestimável. Foi responsável não apenas por estabelecer o rio Bío Bío como linha de fronteira e limite da ocupação espanhola, mas também por institucionalizar a celebração de *parlamentos* entre os mapuche e representantes do poder *hispanocriollo*. Dessa forma, reconheceram-se os nativos como interlocutores políticos, dotados de

¹⁵ Idem, p.87.

¹⁴ Cf. José Bengoa. El Tratado de Quilín. Documentos adicionales a la Historia de los antiguos mapuches del sur. Santiago: Catalonia, 2007.

direitos e de condições para negociar com as autoridades coloniais, e como legítimos proprietários dos territórios ancestrais, instituindo assim sua soberania formal sobre os territórios situados ao sul do Bío Bío.

É importante salientar que os *parlamentos* implicaram importantes transformações nas estruturas objetivas e nas formas de definição identitária das populações indígenas na Araucania. À época da conquista, sua organização sociopolítica caracterizava-se pela dispersão e pela presença de múltiplas parcialidades, dissociadas de uma instituição política central. Inexistia assim a figura de um chefe que exercesse um poder de representação permanente, a exceção dos períodos de guerra, quando um *toki* era eleito¹⁶. As unidades políticas autônomas, os *rewe* e os *aylla-rewe*, compreendiam múltiplos nexos endogâmicos.

Na época colonial, a prática dos *parlamentos* resultou no reordenamento das alianças grupais, que adquiriram um maior grau de institucionalização e de permanência. Enquanto dispositivos de controle estatal e espaços de imposição da norma jurídico-política *hispanocriolla*, os *parlamentos* foram responsáveis por fixar realidades e imobilizar as identidades indígenas. Os *ayllarewe* foram reunidos em unidades políticas macrorregionais, os *butalmapus* ou *fütanmapus*, que dividiram a Araucania em três grandes espaços longitudinais¹⁷. Cada uma tinha uma grande chefe (*apoulmen*), que congregava seus índios (*mapuche*) para combater os espanhóis (*wingkas*).

Conforme se se faziam mais complexas, as relações fronteiriças exigiram que os indígenas se agrupassem em comunidades formais e até mais centralizadas, dirigidas por um só interlocutor respeitado e obedecido por todos os integrantes da agrupação. Com estes novos líderes, os colonizadores – isto é, as entidades burocráticas encarregadas das relações fronteiriças e da administração dos territórios indígenas (os *capitães de amigos*, *comissários de nações* e *lenguaraces*)¹⁸ – poderiam verdadeiramente "fazer política".

¹⁶ Cf. Guillaume Boccara. "Colonización, resistencia y etnogénesis en las fronteras americanas". In: Guillaume Boccara (editor). Colonización, resistencia y mestizaje en las Américas (siglos XVI-XX). Lima: IFEA; Quito: Ediciones Abya-Yala, 2002.

¹⁷ Ver anexo 5.

¹⁸ Enquanto os capitães de amigos eram responsáveis por manter um contato mais íntimo e permanente com as agrupações indígenas, os comissários de nações eram encarregados de tratar com as diversas parcialidades mapuche, escutando as queixas e desejos dos chefes e convidando-os para os Parlamentos. Já os lenguaraces assumiam a função de intérpretes. Cf. Sergio Villalobos. "Tipos fronterizos en el ejercito de Arauco". In: **Relaciones fronterizas en la Araucania**. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 1982.

A mudança estrutural da sociedade mapuche tornou visível para os conquistadores a possibilidade de explorar alianças e divergências entre os diferentes grupos indígenas, exacerbando sua fragmentação. A convocatória regular dos *parlamentos* obrigou os *butanmapus* ou *fütanmapus* a institucionalizar mecanismos de delegação de poder. Os chefes nativos converteram-se em "caciques embaixadores", criando unidades indígenas segmentadas que logo seriam absorvidas pelo Estado. Tal processo de *etnificação* levou à agrupação arbitrária dos nativos em categorias externas ao seu mundo e atreladas à territorialidade por eles ocupada: *costinos*, *abajinos*, *arribanos*, *pehuenches* e *huilliches*.

Fato é que, no início do século XIX, importantes mudanças encontravamse cristalizadas no seio da sociedade mapuche²⁰. Não se pode negar que a consolidação das relações fronteiriças, o desenvolvimento da economia ganadeira mercantil, a introdução da prática agrícola e a intensificação do comércio também fomentaram o surgimento de matizes distintos nas comunidades indígenas nas porções ocidental e oriental da Cordilheira dos Andes²¹.

Em primeiro lugar, a organização social tornara-se estratificada e assentada em relações de subordinação entre os *mocetóns*, *lanzas* ou *conas* (guerreiros) e os *longkos*: homens de bom juízo e razão, generosos, possuidores do dom da oratória e conhecedores das famílias aliadas e da parentela. Consolidaram-se nesse momento chefaturas centralizadas, dotadas de pouco poder institucional ou coercitivo, mas de grande capacidade de dominação pessoal, de administração dos assuntos internos à comunidade e de processamento de informações intra e inter étnicas. Imbuídos de maior responsabilidade executiva e organizativa do que deliberativa, os *longkos* representaram a consolidação de uma sociedade indígena de caráter segmental, baseada no exercício multitudinário da soberania e em formas difusas, coletivas e centrífugas de poder político.

¹⁹ Processo por meio do qual se cristalizam elementos culturais e políticos anteriormente fluidos em categorias estanques.

²⁰ Cf. Martha Bechis. "Los lideratos politicos en el area arauco-pampeana en el siglo XIX: ¿poder o autoridad?". Trabalho apresentado no I Congreso Internacional de Etnohistoria, Buenos Aires, 17-21 de julho de 1989 e editado em Maria de Hoyos (coord.). **Etnohistoria, publicación especial de NAyA en CD**, Buenos Aires, 1999.

²¹ A influência araucana sobre os grupos nativos habitantes do território correspondente à atual Argentina exerceu um papel determinante para que a sociedade indígena da região atingisse um alto nível de poderio e organização. Essa influência remonta ao processo secular conhecido como "araucanização dos pampas", cuja definição foi explorada na Introdução da Tese.

A diplomacia fronteiriça ao longo do século XIX esteve, pois, atravessada pelo peso dessas "autoridades pessoais", o que implicou a produção de acordos entre "partes" constantemente revogados e renovados. As redes de intercâmbio de sujeitos, bens materiais e apoios políticos e militares entre as chefaturas mapuche e destas com as autoridades *criollas* foram reguladas por instâncias de poder conhecidas como *secretarias mapuche*²². Verdadeiras fábricas epistolares, eram constituídas por um núcleo burocrático de *lenguaraces*, escrivães e *longkos*, expressando o caráter coletivo e mediado assumido pela escritura em uma cultura indígena tradicionalmente oral.

Diante do escasso domínio do castelhano por parte dos *longkos* ou do simples interesse em manter o distanciamento interétnico, os *lenguaraces* e escrivães adquiriram um papel central no processo de escritura, leitura, transcrição e tradução de documentos impressos no espaço político mapuche.

Geralmente *criollos* cativos ou refugiados e índios alfabetizados, foram responsáveis por ler, explicar e redigir as correspondências e tratados. Indicadores de prestígio e íntimos das práticas culturais ocidentais, garantiam o melhor posicionamento dos grupos indígenas perante as autoridades governamentais a partir do desenvolvimento de uma política autônoma e coerente²³. Dessa forma, estes podiam aspirar à manutenção de sua autonomia territorial, mediante a celebração de formas não violentas de acordos ou de "tratados de paz".

2.2. As diferentes imagens do índio mapuche no discurso político *criollo* do século XIX

A imagem do índio mapuche foi recuperada de maneiras bastante distintas pelo discurso político *criollo* ao longo do século XIX, visando ao aproveitamento de sua máxima funcionalidade para o impulso do processo de construção do Estado

²² Cf. Jorge Pavez Ojeda. Cartas mapuche (siglo XIX). Santiago: CoLibris/Ocho Libros editores, 2008.

²³ É importante frisar que o conteúdo resultante do processo de transcrição-tradução e sua recepção em meios *criollos* foi rigorosamente controlado pelos indígenas. Diante do interesse em conhecer o grau de concordância entre aquilo enunciado nos documentos (o escrito) e o que estes efetivamente buscaram comunicar (a intenção do remetente), realizavam-se repetidas leituras dos documentos em voz alta na presença de indivíduos alfabetizados, muitas vezes infiltrados nas *tolderias*. Cf. Graciana Pérez Závala. "Oralidad y escritura: los tratados de paz entre el Estado argentino y las tribos ranqueles". In: **Revista Trefos**, Vol.3, n°1, Taller de Etnohistoria de la Frontera Sur, 2005.

nacional chileno. No contexto da independência, por exemplo, os dirigentes patriotas retomaram, ainda que emblemática e alegoricamente, as figuras dos guerreiros mapuche Lautaro e Caupolicán, reforçando o seu espírito libertário, indômito e valente. A Guerra de Arauco do século XVI e o passado pré-hispânico são vistos como elementos potencialmente articuladores do discurso emancipador, que, revestido de densidade histórica, torna-se capaz de mobilizar os homens em torno da emancipação política e da luta anticolonial. Segundo Fernando Casanueva,

"Para Carrera, O'Higgins, Freire, el indio rebelde representaba el amor al suelo patrio y a la irrenunciable libertad, altos valores que los habían impulsado a luchar victoriosamente durante largos siglos contra los conquistadores hispánicos y contra el ejército real. Arauco constituía, entonces un ejemplo a seguir, una meta a alcanzar",24

A criação do primeiro escudo nacional, no qual figuravam um casal de índios representando a Nação chilena "em glória e majestade" 25, e o surgimento das Logias Lautarinas, agências propagadoras do pensamento emancipacionista (assim batizadas em homenagem a Lautaro), atestam a carga ideológica positiva associada aos mapuche. Determinadas ações políticas também refletiam esse estado de espírito dos patriotas. Em 1819, Bernardo O'Higgins ditou um decreto supremo no qual denunciava os maus tratos recebidos pelos índios, estabelecendo que

"deben ser llamados ciudadanos chilenos y libres como los demás habitantes del Estado, con quienes tendrán igual voz y representación, concurriendo a si mismos a la celebración de todo trato, a la defensa de sus causas, a contraer matrimonio, a comerciar, a elegir las artes a que tengan inclinación, y a ejercer la carrera de las leyes o de las armas, para obtener los empleos políticos o militares correspondientes a su aptitud"26

Embora na prática se considerasse necessário submeter os nativos ao paternalismo e à tutela do Estado, também a proposta de concessão de um canal de expressão política para os indígenas na Nação chilena em vias de gestação esteve presente. Contudo, à exceção dos *abajinos*, os mapuche alinharam-se ao bando realista,

²⁴ Fernando Casanueva. "Indios malos en tierras buenas. Visión y concepción del mapuche segundo las elites chilenas del siglo XIX". In: Jorge Pinto Rodriguez (ed.). Modernización, inmigración y mundo indígena. Chile y Araucanía en el siglo XIX. Temuco: Ediciones Universidad de la Frontera, 1998.

²⁵ Ver anexo 6.

²⁶ Luis Carlos Parentini; Patricio Herrera. "Araucanía maldita: su imagen a través de la prensa (1820-1860)". In: Araucanía: la frontera mestiza, siglo XIX. Santiago: Ediciones UCSII, 2004.

mantendo os compromissos contraídos com os espanhóis no período colonial e combatendo os patriotas no sangrento conflito conhecido como *Guerra a Muerte*²⁷.

O que à primeira vista pode parecer ingenuidade ou estupidez dos nativos, revela na realidade a posse de uma consciência política. Na lógica indígena, seria mais conveniente reforçar os acordos reafirmados com as autoridades espanholas nos subsequentes *parlamentos*, que fixavam a fronteira rio Bío Bío e atribuíam ao território mapuche um *status* jurídico independente, do que aventurar-se em uma aliança sem precedentes com os *criollos*. Para Fernando Casanueva, tal atitude teria sido determinante para que uma nova visão sobre os indígenas surgisse entre os dirigentes estatais:

"Este término del ideal alegórico de la intelectualidad independentista, de considerar al indígena como un hermano, igual en derechos, que pondría su secular resistencia al Rey de España en servicio de la causa de la razón y la justicia, es decir de la República, significó, a nuestro juicio, el comienzo de otra visión de las élites chilenas respecto al indígena: un enfoque que más bien se aproxima al de la Corona española durante la época colonial: el indio es un bárbaro irreductible y veleidoso, a quien hay que someter, tarde o temprano, por diferentes medios, con un objetivo diferente al hispánico por supuesto, para lograr la unidad del territorio nacional y el progreso de la Patria" 28

A pesquisa documental realizada aponta para o fato de que, no contexto anterior à expansão territorial do Estado moderno chileno, a questão indígena não fomentou discussões significativas em termos da aprovação de legislações nacionais, tal como ocorreu no caso argentino. Repercutiu, sobretudo, no âmbito militar e da imprensa, daí a centralidade adquirida pelos relatos expedicionários, pelos ofícios expedidos pelo Ministério da Guerra e pelos periódicos enquanto formadores de opinião pública e fomentadores de debates políticos.

Nutrido desde o contexto da transição republicana, o discurso depreciativo em relação aos mapuche tardaria ainda algumas décadas para suplantar a política governamental que rechaçava a resolução da questão de Arauco pela via militar,

²⁷ Cf. Jorge Pinto Rodriguez. **La formación del Estado y la Nación, y el pueblo mapuche**. **De la inclusión a la exclusión.** Santiago: Dirección de Bibliotecas, archivos y museos, 2003. Segundo o autor, Benjamín Vicuña Mackenna foi responsável por consagrar a expressão *Guerra a Muerte* para referir-se ao enfrentamento entre patriotas e realistas no contexto da luta pela independência chilena. Mackenna codificou dicotomicamente a guerra como a luta entre razão, liberdade e modernidade – levada a cabo pelo bando independentista – e irracionalidade, colonialismo e restauração – associados ao bando realista, unido às massas indígenas.

²⁸ Fernando Casanueva. "Indios malos en tierras buenas. Visión y concepción del mapuche segundo las elites chilenas del siglo XIX". In: Jorge Pinto Rodriguez (ed.). **Modernización, inmigración y mundo indígena. Chile y Araucanía en el siglo XIX**, op.cit, p.63.

privilegiando os meios pacíficos como forma de se relacionar com os indígenas. Contudo, um breve extrato da Memória de Guerra apresentada ao Congresso no ano de 1835 já nos permite entrever a acolhida que o projeto de redução da Araucania progressivamente adquiria no meio militar chileno:

"A mi regreso al ministerio se trataba sobre la necesidad de cubrir nuestras fronteras, avanzado su línea más adelante. Con este fin debía hacerse una entrada con un
considerable ejército para **castigar y escarmentar** seriamente a nuestros más encarnizados enemigos y crueles ofensores de nuestros amigos. No sólo se creyó posible lo expuesto, sino también muy fácil **destruirlos completamente**, o reducirlos
de modo que no pudiesen impedirnos en adelante al goce pacífico de los terrenos
que ocupásemos"²⁹

Assim, em resposta à guerra destrutora promovida pelos mapuche nas regiões de fronteira, defendia-se que a nação chilena revidasse nos mesmos termos. A organização de uma empresa destinada a tomar posse do território araucano e a reduzir seus habitantes seria lícita em virtude dos saques e incêndios cometidos. Por isso, o testemunho militar não carece de referências críticas ao governo e a todos aqueles que condenavam a guerra de extermínio e glorificavam os "heróis araucanos", parecendo ignorar que os mapuche tratavam-se de fato de "enemigos fieros y encarnizados" e "fieras silvestres tanto más peligrosas que el tigre"³⁰.

Sob essa ótica, defendia-se que a única forma de garantir a inviolabilidade da vida e da propriedade dos habitantes da fronteira seria "reducir a esos desgraciados al estado de cultura y civilización" e castigá-los duramente pelos crimes perpetrados³¹. Percebe-se aqui a presença de argumentos que expressam a preocupação não apenas em torno da segurança, mas também da imposição da civilização perante uma "raza carnicera"³². De acordo com a Memória, as operações militares seriam um meio de eliminar fisicamente as sociedades autóctones, de modo a dissociar o Estado em gestação da imagem de "selvageria" e "atraso" que lhes eram comumente atribuídas.

²⁹ "Extracto de la Memoria que el señor Ministro de Guerra presentó al Congreso el año de 1835, proponiendo la reducción de la Araucanía". In: Cornelio Saavedra. **Documentos relativos a la ocupación de Arauco**. Santiago: Cámara Chilena de la Construcción/Pontificia Universidad Católica de Chile/Biblioteca Nacional, 2008, p.264 e subsequentes, grifo meu.

³⁰ Idem.

³¹ Idem.

³² Idem.

Estima-se que as propostas veiculadas na Memória de 1835 não tenham recebido grande acolhida no círculo governamental, sobretudo se levarmos em consideração as discussões do Congresso Nacional acerca da elaboração de um modelo administrativo mais eficaz para a colônia de Magalhães e seus desdobramentos políticos. Em observância ao fato de que as leis da República não eram aplicadas nas regiões despovoadas e remotas do Sul, aprovou-se em fins de 1848 o seguinte projeto de lei que erigia o estabelecimento de Magalhães em colônia militar marítima, contendo disposições relativas ao regime de governo das populações indígenas e das praças fronteiriças:

- "Art.1°. Las plazas fronterizas, la colonia de Magallanes y las demás que se establezcan en Chile y los **territorios habitados por indígenas no reducidos**, dependerán exclusivamente del Presidente de la República y serán gobernadas según sus órdenes por los intendentes, gobernadores o comandantes de fronteras.
- 2°. Se autoriza al Presidente de la República para dictar las ordenanzas que juzgue convenientes, para el mejor gobierno de las fronteras, para la más eficaz protección de los indígenas, para promover su más pronta civilización y para arreglar los contratos y relaciones de comercio con ellos.
- 3°. Cuando se adelanten las fronteras, los territorios que queden comprendidos dentro de ellas y que tengan una población que pase de diez mil almas, se erigirán en departamentos y serán regidos de igual modo que los demás en que se halla dividida la república
- 4°. Cada año se dará cuenta al Congreso de las disposiciones que se dictaren en virtud de esta autorización, y se pedirán los fondos que fueren precisos para atender a su servicio"

Para além das questões ideológicas que envolviam a construção de um Estado moderno, segundo os exemplos fornecidos pela Europa do Norte e pelos Estados Unidos, enfrentar os indígenas fazia-se urgente diante da intranquilidade das populações fronteiriças e do estremecimento das relações diplomáticas com a Confederação Argentina, em virtude da fundação de Punta Arenas no ano antecedente³³. Ademais, a descoberta do ouro na Califórnia trouxera a propriedade agrícola para o centro dos interesses mercantis, gerando uma inédita expansão das exportações chilenas e tornando tal atividade econômica altamente rentável. Foi nesse contexto que o presidente Manuel Bulnes (1841-1851), consagrado general e membro do

³³ Levar em consideração que, em caso de agravamento do conflito limítrofe entre Chile e Confederação Argentina pelo Estreito de Magalhães, o controle sobre a população indígena da região austral seria fundamental para garantir a impossibilidade de comunicação e colaboração entre os grupos indígenas de ambos os lados da Cordilheira dos Andes. **Ver anexo 7.**

Partido Conservador, nomeou o ex-Ministro da Justiça, Culto e Instrução Pública Antonio Varas como "visitador judicial" do território araucano.

Antonio Varas viria a ser um personagem central no desenvolvimento da política estatal de colonização. Em 1850, enquanto Ministro do Interior e das Relações Exteriores, fomentou a criação de uma colônia modelo para famílias alemãs nas proximidades da lagoa de Llanquihue. Ficou também conhecido no meio político por compartilhar suas doutrinas com Manuel Montt, sucessor de Manuel Bulnes na Presidência da República (1851-1861). Junto a este, fundou em 1857 o Partido Nacional ou Monttvarista, dissidência do Partido Conservador³⁴.

A partir do resultado de suas próprias observações, ilustradas pela experiência de indivíduos acostumados a viver entre os indígenas, Varas redigiu um informe à Câmara dos Deputados, com o objetivo de expor a conveniência de estabelecer um regime especial de governo dos territórios habitados por indígenas não reduzidos³⁵. No documento, o visitador judicial constata que

"en su gobierno interior [dos indígenas], su independencia es completa. Sus caciques los gobiernan sin tomar para nada en cuenta las autoridades de la República. Lo mismo se observa en las relaciones de las diversas tribus o parcialidades entre sí. Sin embargo, hay autoridades constituidas en las cuales reconocen el derecho de mandarlos, a las cuales se someten. Se reconocen súbditos del gobierno, representado éste por el intendente, por el comisario, por los comandantes de plazas; pero con cierta independencia, con ciertas exenciones particulares" 36

A observação de Varas reforça a ideia de que a estrutura administrativa dos territórios indígenas estabelecida pelo regime espanhol havia sido mantida praticamente intacta nas primeiras décadas de construção do Estado chileno. As parcialidades mapuche em contato imediato com os *criollos* tendiam a reconhecer as autoridades constituídas ao longo dos três séculos de relações fronteiriças, a exemplo

³⁴ A Questão do Sacristão (1857) modificou a dinâmica partidária no Chile, a partir do momento em que dividiu os conservadores ou *pelucones* em duas tendências: os opositores do governo e partidários da Igreja e os nacionais ou *monttvaristas*, grupo dotado de uma perspectiva mais laica, que defendia a supremacia do poder civil sobre o eclesiástico. Embora tenham dado continuidade às tradições políticas e administrativas dos *pelucones*, os *monttvaristas* se viram obrigados a extremar o sistema restritivo e autoritário para se manterem no poder, já que não contavam com o suporte prestado pelas tradicionais oligarquias aos governos anteriores. Cornelio Saavedra, importante personagem no episódio da Conquista da Araucania, foi partidário do *monttvarismo*.

³⁵ "Informe presentado a la Cámara de Diputados por Don Antonio Varas, visitador judicial de la

^{35 &}quot;Informe presentado a la Cámara de Diputados por Don Antonio Varas, visitador judicial de la República en cumplimento del acuerdo celebrado en la sesión del 20 de diciembre del año de 1848, sobre la reducción pacífica del territorio araucano". In: Cornelio Saavedra. **Documentos relativos a la ocupación de Arauco**, op.cit, p.271.

³⁶ Idem, p.272, grifo meu.

dos comissários, capitães de amigos, intendentes e comandantes de praças. O que não significava dizer que estivessem submetidas ao regime constitucional e às demais autoridades republicanas, pois gozavam de isenções particulares e de privilégios instituídos nos *parlamentos* coloniais, como o reconhecimento da independência de seus territórios ao sul do rio Bío Bío. Torna-se bastante evidente a permanente disputa travada entre *criollos* e indígenas pelo exercício do poder e da soberania sobre determinadas porções territoriais.

Entretanto, afirmava o visitador, a situação tornava-se ainda mais complexa nas localidades distantes da linha de fronteira. Nelas, o respeito aos funcionários e o grau de influência de que gozavam os nativos debilitavam-se visivelmente, já que o espírito guerreiro e independentista se encontrava mais arraigado entre eles:

"En las parcialidades siguientes, que están apartadas de la línea de frontera y por consiguiente en casi toda la tierra, sería necesaria una verdadera conquista que concluyese con sus guerreros, que sembrase entre ellos el terror y la desolación. No soy de aquellos que exageran el poder militar de los indígenas, para que dude de que un verdadero y fuerte ejército llegaría a triunfar, pero a mucha costa. La altivez guerrera, natural al araucano, hará el triunfo difícil y costoso, y prolongará una situación alarmante para las provincias del sur, mucho más de lo que a primera vista podría creerse"³⁷

Varas apostava que a solução para a incorporação formal da Araucania à jurisdição do Estado chileno estaria na civilização e na redução dos seus habitantes. Ciente de que a localidade visitada não reunia as condições requeridas para a implantação do regime constitucional e tendo como exemplo a bem sucedida experiência norte americana, propunha o estabelecimento de um regime excepcional comandado por autoridades dotadas de funções especiais:

"Chile, por necesidad, ha de proceder de la misma manera. El régimen constitucional está calculado para desarrollar una sociedad cristiana y hasta cierto punto civilizada, y no para convertir y civilizar un pueblo bárbaro. Diverso el objeto del gobierno, diversos los medios que deben emplearse [...] Del precedente informe resulta que en los territorios indígenas se observa al presente un régimen especial diverso del que rige en el resto del Estado, aunque imperfectamente establecido; que la condición de esos territorios y sus pobladores requiere un régimen análogo; que debiendo tenerse por principal objeto al reglamentar ese régimen, la civilización de los indígenas y su incorporación a la república es de necesidad organizarlo de manera que favorezca los medios civilizadores que deben emplearse, y por último, que siendo especialísimas las circunstancias de esos territorios y no bien conocidas, sólo deben fijarse las bases del

³⁷ Idem, p.275, grifo meu.

régimen y gobierno e irse reglamentando poco e poco e introduciendo gradualmente las mejores y modificaciones que la experiencia aconseje"38

Contrapondo-se aos argumentos expostos na Memória de 1835, que presavam pela imposição do poder militar no processo de submissão dos nativos, Varas considerava o uso da força uma flagrante injustiça, que contribuiria apenas para acentuar seu caráter "bárbaro" e sua atuação bandoleira, semeando o terror entre as populações fronteiriças:

"¿Cuál es este objeto [del régimen]? Civilizar a los indígenas, es decir, mejorar su condición mental, ilustrar y cultivar su inteligencia, desarrollar los buenos sentimientos que son el patrimonio de la humanidad, y elevar su espíritu a las verdades morales y religiosas. Convertir a esos restos de los primitivos habitantes de Chile en ciudadanos útiles, hacerlos partícipes de los bienes que la civilización derrama sobre todos los países, desterrar de entre ellos las preocupaciones y supersticiones que ofuscan su espíritu, hacer lucir a sus ojos la luz del Evangelio que tanto ennoblece al hombre, es una empresa bien digna de la república, y el único objeto noble, patriótico y humano que debe proponerse..."39

Nesse sentido, Varas relacionava os inexpressivos resultados obtidos pelas missões à falta de compromisso dos religiosos, em especial com a justiça e a com a proteção dos indígenas. O caráter amoral e vicioso das populações fronteiriças também teria atuado no sentido de tornar a vida civilizada menos atrativa aos mapuche, despertando entre eles o receio e o temor.

De fato, a marginalidade geográfica da Araucania a convertera em terra de liberdade e de refúgio, que atraía todo tipo de marginalidade social atrelada às classes sociais mais baixas⁴⁰. A vagabundagem, a bandidagem e a delinquência convertiam-se não apenas em exemplos perniciosos aos indígenas, como também os submetia a transações comerciais abusivas e corrompidas.

Mesmo assumindo um discurso de tom tutelar e paternalista, que acentuava a ingenuidade, a menoridade e a credulidade dos indígenas, é interessante mencionar que Varas não abre mão de caracterizá-los de forma animalesca, na medida em que seriam igualmente dotados de um caráter altivo que precisaria ser "domado". O entendimento de que a humanidade caminhava em uma marcha linear ascendente

³⁸ Idem, p.306, grifo meu.

³⁹ Idem, p.276, grifo meu.

⁴⁰ Cf. Luis Carlos Parentini, Patricio Herrera. "Los afuerinos y su impacto en la penetración de Araucanía, 1860-1883". In: Leonardo León. Araucanía: la frontera mestiza, siglo XIX, op.cit.

e irrefreável e de que os grupos humanos poderiam ser escalonados em termos raciais e culturais integrava o espírito da época, servindo de base para que os intelectuais direcionassem suas medidas políticas fundamentalmente a suprimir a distância ou a diferenciação entre "bárbaros" e "civilizados".

Contudo, Varas acreditava que, mesmo quando submetidos à empresa civilizadora e conversora, os nativos poderiam cometer depredações contra as propriedades chilenas, sendo assim pouco confiáveis. Segundo ele, a "inconstância da alma selvagem" tornava imprevisível o comportamento dos araucanos: a indiferença, a incredulidade e a recusa faziam com que facilmente perdessem a nova roupagem adquirida a partir do contato com os *criollos* e retornassem aos costumes originários.

Dessa forma, é compreensível a ideia de Varas de que "las autoridades de la frontera se porten como tales con los indígenas, que los traten con benevolencia, pero sin minguar el poder que representan"⁴². Portanto, ao fim e ao cambo, seu projeto de civilização não prescindiu da atuação da força militar de fronteira, "no para que obre contra los indígenas, para que les haga guerra, sino para que imponga, para dar peso a las resoluciones y eficácia a las providencias"⁴³. O exercício da autoridade protetora caminharia lado a lado ao poder de repressão das sublevações:

"Valgámonos de medios pacíficos, pero no abandonemos su empleo al acaso. Póngaseles misioneros que los conviertan, maestros que eduquen a la juventud y capitanes que vayan encaminándolos a la civilización; pero nose olvido que el indígena es inconstante, que no hay entre ellos autoridad que pueda responder de que mañana, bajo la inspiración de una borrachera o de algún mal intencionado, no se alce una bandera contra esos misioneros y maestros, no se proclame su admisión como el principio de la esclavitud que se les prepara, no se corra la flecha para destruir en un día la obra de muchos años. Tómense precauciones para que esto no suceda, empléese la autoridad que reconocen para hacerles el bien, para civilizarlos, y dese a esta autoridad el único apoyo que pueda hacerla eficaz. La existencia de una fuerza respetable hará más dóciles a los indígenas, les quitará los alientos para sublevarse'" ¹⁴⁴

⁴¹ Cf. Eduardo Viveiros de Castro. "O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem". In: A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosacnaify, 2011.

⁴² Idem, p.292, grifo meu.

⁴³ Idem, p.292, grifo meu.

⁴⁴ Idem, p.293, grifo meu.

Ao analisar o regime excepcional ao qual estariam submetidos os territórios indígenas, o visitador defende que a direção do governo fosse assumida por intendentes ou superintendentes, comandantes, capitães de amigos e comissários. Em conjunto com missionários, professores e imigrantes estrangeiros, essas autoridades atuariam em prol da civilização e da redução dos mapuche, nunca perdendo de vista que "las circunstancias de los gobernados son especiales, y los medios de gobernarlos, por necesidad, han de ser especiales"45.

Protetor dos indígenas e autoridade superior, o intendente seria responsável por estudar a situação da terra e o caráter dos caciques, além de exercer vigilância ativa sobre os funcionários, reprimindo abusos e injustiças cometidos. Dotado de um poder análogo ao do intendente, embora em um territorial âmbito mais restrito, o comandante reuniria em si a autoridade militar, jurídica e política, assumindo o caráter de juiz e inspetor. Os capitães de amigos, como agentes subalternos do comandante, estariam encarregados da constante vigilância, do estudo e da observação das parcialidades indígenas, prezando por conhecê-los individualmente, por cultivar sua índole e comprimir suas más inclinações. Por fim, os comissários estariam a serviço das populações criollas e indígenas nos pontos fronteiriços, regulando seu contato e sua relação imediata.

2.3. A imprensa e a disseminação do vocabulário político depreciativo do indígena no Chile: a década de 1850 como ponto de inflexão na política indigenista – os periódicos El Correo del Sur, El Mercurio e El Ferrocarril

A partir da década de 1850, tornam-se visíveis a radicalização da linguagem política empregada para referir-se aos mapuche e o crescimento do sentimento contrário ao indígena no seio da sociedade chilena. O "aprisionamento" dos nativos entre dois focos expansivos de colonização, a partir da chegada dos primeiros colonos alemães a Valdívia, Puerto Octay e Puerto Montt⁴⁶, assim como os inúmeros

⁴⁵ Idem, p.297.

⁴⁶ Cf. José Bengoa. **Mapuche, colonos y Estado Nacional**. Santiago: Catalonia, 2014.

incidentes envolvendo *criollos* e araucanos nas áreas de fronteira, geraram uma tensão irredutível que encontraria sua válvula de escape no delineamento de propostas de conquista militar da Araucania.

O naufrágio do brigue *Joven Daniel* nas praias de Puancho (Valdívia), em julho de 1849, suscitou boatos dramáticos e repletos de requintes de crueldade, que atribuíam aos mapuche a responsabilidade pela matança dos marinheiros e pelo rapto da passageira Elisa Bravo. A investigação acerca da veracidade de tais acusações coube ao general José María de la Cruz, enviado especial do Departamento de Guerra e Marinha à Araucania.

Ao longo de sua carreira militar, Cruz participou ativamente das guerras de independência, destacando-se por sua atuação no exército de José de San Martín. No plano político, foi intendente de Valparaíso e de Concepción; em 1851, foi escolhido pela oposição penquista⁴⁷ como candidato à Presidência da República, fazendo frente à candidatura de Manuel Montt.

Segundo a historiografia chilena, as ideias conservadoras do general Cruz não se contrapunham àquelas sustentadas pelos partidários de Montt. Nesse sentido, algumas questões teriam sido determinantes para a formação de uma coalizão favorável à indicação de Cruz. Em primeiro lugar, muitos conservadores desconfiavam de Montt: este pertencia a um círculo político do qual não eram afeitos e não se demonstrava moderado ou conciliador. Em segundo lugar, jovens liberais consideravam-no inimigo das liberdades políticas. Por fim, o espírito provincial de Concepción rivalizava com Santiago pela criação de um novo centro de ação para a República⁴⁸.

Na Memória redigida a partir das observações feitas em sua expedição, Cruz constata a ausência de evidências que comprovassem os assassinatos atribuídos aos nativos. Contudo, o verdadeiro valor de seus informes está em fornecer um detalhado esboço da situação das forças defensivas e das posições políticas assumidas pelos principais *longkos* da região. O general confere uma atenção particular ao novo equilíbrio de forças decorrente da morte do *abajino* Lorenzo Colipi:

"Esta pérdida [de Lorenzo Colipi] es tanto más de sentir cuanto ella influye en el aumento de prestigio del cacique Manguil, cabeza de ese butalmapu montañés ó andino; indio astuto y sagaz para promover y mantener sus relaciones de amistad

⁴⁷ De Concepción.

⁴⁸ Cf. Simon Collier. **Chile: the making of a Republic. 1830-1865**. New York: Cambridge University Press, 2003.

y alianza con los caciques de las otras tribus; desconfiado, suspicaz y altanero en las muy pocas [¿relaciones?] que tiene con los españoles, y extremadamente simulado para ocultar sus intentos y aspiraciones, cualidades que entre ellos son de gran valor y lo que le ha dado una gran influencia. La paz que se ha mantenido este indio desde el alzamiento que promovió cuando se intentó repoblar a Purén, débese solo a que residente cercano de Colipí, se hallaba expuesto a ser sorprendido de un momento a otro por él, mientras que él con mayores fuerzas se hallaba detenido, temeroso de que se le devolviera el ataque acompañado con las [tropas] nuestras [...] así es que ese estado de quietud o paz no debe de mirarse sino como calculado y que no espera otra cosa que la oportunidad de dar el golpe con suceso y esa oportunidad sabrá él preparársela, destruyendo las tribus de la reducción de Colipí, a quien respetaba no tanto por su influencia y fuerza sino por el temor de la protección que juzgaba tener en las nuestras",49

Levando em consideração a tradição de alianças entre abajinos e criollos e a desconfiança preservada pelos *arribanos* em relação às autoridades republicanas, o general externa sua preocupação frente ao aumento de prestígio do longko arribano Juan Mañil Bueno (também conhecido como Manguil Wenu). Dotados de consciência política, os indígenas se faziam temer por sua capacidade de organização e mobilização. Intranquilizava-o também a já referida "inconstância" dos mapuche, que tornava imprudente a confiança integral em seus compromissos de paz e amizade. Com base nesses argumentos, o general encontra justificativas para o aumento das guarnições na linha de fronteira:

"Preciso es convencerse y partir bajo el principio que sin el aumento de fuerzas no solo se halla expuesta a ser saqueada esa frontera de un momento a otro, como lo ha sido hasta el año 36, que transcendían a esta parte del Bío-Bío, sino también no será posible de esta marcha paulatina, vacilante y pendiente de circunstancias eventuales a que nos hemos arreglado y sometido por considerarse sin duda como motor principal de la obra de reducción (o civilización como la llaman) lo que no puede servir ni tenerse sino como un medio secundario"50

Cruz visivelmente atribui ao poder militar as funções de reduzir e submeter das tribos indígenas da Araucania. Diante da constante ameaça de depredações e rebeliões, julgava necessária uma força capaz de neutralizar seu instinto bélico. Somente a partir daí estaria assegurada sua possibilidade de civilização e moralização por vias pacíficas: "Se quiere proceder a reducción por medio de la

⁴⁹ "Memoria del general don José María de la Cruz sobre sus operaciones en la Araucanía [1849]". In: Sergio Villalobos (recomp). Incorporación de la Araucanía. Santiago: Catalonia, 2013, p.58, grifo meu.

⁰ Idem, p.59, grifo meu.

paz; el mejor de ello y el de evitar verse comprometido de un momento a otro en una guerra, es el de tenerles a su frente una fuerza que les infunda respeto"51.

O perigo de uma sublevação mapuche previsto por José Maria de la Cruz viria a concretizar-se dois anos depois e, curiosamente, a partir do envolvimento político do próprio general. A vitória de Manuel Montt sobre Cruz nas eleições presidenciais resultou na declarada oposição da província de Concepción ao governo santiaguense. Junto às forças penquistas lideradas por Cruz lutaram determinadas parcialidades mapuche; estas viriam a ser derrotadas por Manuel Bulnes no emblemático Combate de Loncomilla, em dezembro de 1851.

O incidente de 1851 chama mais uma vez atenção para o caráter conflituoso e instável da Araucania. Enquanto espaço fronteiriço dinâmico, possuía uma singularidade identitária, mesclando elementos econômicos, culturais e materiais variados. Constituía um submundo regido por suas próprias regras éticas e sociais, convertendo-se em uma área apartada do mundo estatal⁵². Tal conjuntura tornou corriqueiro o estabelecimento de alianças entre *montoneros* – chefes militares originários da guerra de independência – e os mapuche, que se envolvem nas lutas políticas internas do país impulsionados por necessidades e interesses específicos de cada parcialidade indígena.

A adesão dos araucanos à revolução de 1851 e sua negativa repercussão entre as populações fronteiriças reforçaram, tanto para a intelectualidade como para a opinião pública, a importância da adoção de uma política de institucionalização do poder estatal na Araucania. É sob essa ótica que podemos interpretar a criação da Província de Arauco, no ano de 1852, medida que evidenciou o início de uma atitude mais incisiva por parte do Estado chileno no sentido de assegurar sua jurisdição na zona fronteiriça⁵³.

A partir de então, segregaram-se de Concepción os territórios indígenas situados ao sul do Bío Bío e ao norte da província de Valdívia, assim como os departamentos e as comunas vizinhas que, a juízo do Presidente da República, conviessem ser incorporados. Los Ángeles foi erigida como capital da nova província e o rio Bío Bío taticamente reconhecido como limite territorial. O trecho situado entre

⁵¹ Idem, p.60, grifo meu.

⁵² Leonardo León, Sergio Villalobos. "Tipos humanos y espacios de sociabilidad en la frontera mapuche de Argentina y Chile, 1800-1900. Propuesta de investigación". In: **Araucanía. La frontera mestiza, siglo XIX**, op.cit.

⁵³ Ver anexo 8.

os Andes e a encosta oriental da Cordilheira de Nahuelbuta foi denominado "alta fronteira" e o seguinte, até chegar ao mar, "baixa fronteira"⁵⁴.

Ao estabelecer-se em lei que "los territórios habitados por indígenas i los fronterizos, se sujetarán a las autoridades i al régimen que, atendidas las circunstancias especiales, determine el Presidente de la República" converteu-se a Araucania em "zona de exceção". É nítida a influência exercida pelas opiniões defendidas por Antonio Varas em seu informe de 1849 na criação da Província de Arauco, já que estas legitimaram juridicamente as ações intervencionistas sobre a região.

Todavia, nem mesmo ao submeter a Araucania à jurisdição militar o Estado chileno foi capaz de neutralizar a autonomia dos mapuche. Como evidência, podese citar o envolvimento indígena na nova revolta contra o governo de Manuel Montt, ocorrida em 1859. Na ocasião, a Fusão Liberal-Conservadora⁵⁶ deu início a uma campanha de resistência constitucional que se converteu em uma revolução armada. A estratégia adotada foi o fomento de insurreições urbanas e da atuação de bandos guerrilheiros no Vale Central⁵⁷. Nessa ocasião, vislumbrando a oportunidade de barrar a infiltração de colonos para além do Bío Bío, os *arribanos* liderados por Juan Mañil Bueno engajaram-se nas *montoneras* organizadas por *haciendados*, que armavam rudimentarmente os camponeses.

A ação dos mapuche em Concepción foi acompanhada de perto por muitos homens que haviam se estabelecido na Araucania, com o intuito de evitar o enfrentamento com a justiça. Dentre eles, destacou-se o caudilho Bernardino Pradel. Aco-

Manuel Ravest Mora. "Introducción". In: Cornelio Saavedra. **Documentos relativos a la ocupa-**ción de Arauco, op.cit, p.23.

⁵⁴ Ver anexo 9.

⁵⁶ Coalizão formada por uma parcela dos opositores liberais e conservadores ao governo Montt, liderada por Federico Errázuriz Zañartu e Domingo Santa María. É importante destacar que aqueles que se denominavam *liberais radicais* resistiram à Fusão, em nome dos princípios da igualdade, democracia, parlamentarismo e republicanismo. Nos anos posteriores, em prol do fortalecimento político, estabelecerão uma aliança com os *nacionais* ou *monttvaristas*, mesmo diante do abismo existente entre os princípios defendidos.

⁵⁷ Segundo Simon Collier, a ameaça mais consistente ao governo de Santiago não proveio do sul, mas sim da Província do Atacama. Embora os magnatas da região estivessem entre os mais fortes apoiadores de Manuel Montt, devido ao ideal de progresso material, consideravam ultrapassada sua conduta autoritária. Foram assim atraídos pelos *liberais radicais* e encontraram em Pedro León Gallo um importante líder. Parente e antigo partidário de Montt, Gallo entregou-se às ideias do liberalismo mais exaltado e iniciou em Copiapó um levantamento. Entretanto, políticos liberais como Domingo Santa María e Federico Errázuriz viam os triunfos de Gallo como uma ameaça à Fusão Liberal-Conservadora e às suas próprias lideranças pessoais. Cf. Simon Collier. **Chile: the making of a Republic. 1830-1865**, op.cit.

lhido por Mañil Bueno, Pradel possuía muita influência e prestígio entre os mapuche; por essa razão, partidários de Montt enfatizavam sua participação na revolução e consideravam-no instigador das sublevações, condenando a sua permanência em território araucano. Todavia, o caudilho dizia-se vítima de infames intrigas políticas por parte do governo", já que, ao se ver como "árbitro" das relações entre os indígenas e o governo nacional, atribuía a si o papel de conter as depredações.

De todos os modos, os episódios ocorridos na fronteira araucana ao longo da década de 1850, culminados com a revolução de 1859, foram responsáveis por um sentimento coletivo de dignidade nacional maculado pelos mapuche. A perda de vidas e os demais prejuízos causados aos povos fronteiriços foram convertidos em justificativa para o aumento do contingente militar e para o avanço da ocupação do território.

A imprensa certamente constituiu um dos mais profícuos canais de expressão e de disseminação do vocabulário político depreciativo do indígena na América Hispânica. No que diz respeito ao caso chileno, os jornais que tiveram uma atuação de destaque nesse debate foram *El Mercurio* de Valparaíso, *El Ferrocarril* de Santiago, *El Correo del Sur* de Concepción, *La Tarántula* de Concepción e *El Meteoro* de Los Ángeles.

El Mercurio e El Ferrocarril consistiram em periódicos de incidência nacional. Em linhas gerais, deparavam-se ainda com um espaço público ilustrado nascente e restrito, mas constituíam "embriões" de um novo tipo de imprensa. Não pertenciam a um grupo político, mas sim a incipientes empresários; instalavam-se em espaços sociais provenientes da separação entre a esfera estatal e a sociedade; enfatizavam conteúdos de caráter informativo e de utilidade pública frente a questões doutrinarias e polêmicas; fomentavam a discussão racional sobre temas de interesse geral; mantinham artigos no anonimato e raramente anunciavam ao público a mudança de redatores. A relativa autonomia em relação ao subsídio governamental lhes permitiu manter certa equidistância da luta política imediata, de modo a transitar com liberdade entre o oposicionismo e o governismo. Viam-se, acima de tudo, como defensores da ordem, da modernização e do progresso do país.

Fundado em 1827 por Pedro Félix Vicuña, Thomas Wells e Ignacio Silva, El Mercurio foi um diário pioneiro do mundo de língua hispânica; transcendeu seu tempo e pode ser encontrado ainda hoje no Chile"⁵⁸. No que diz respeito à sua organização estrutural, Eduardo Santa Cruz informa:

"Manteniendo cuatro páginas, al igual que los demás, incorpora en estos años la novedad de la composición de página a cuatro columnas, cuestión en la que será seguido por todos ya en los años 40. Su primera página estaba siempre consagrada a informaciones sobre el movimiento marítimo, de llegada y salida de barcos; avisos de arriendos y comerciales; informaciones sobre precios de mercancías, etc., y muchas de estas breves notas estaban escritas en inglés. Las dos siguientes páginas contenían un gran número de noticias internacionales, con reproducciones de artículos de diarios como el Times, de Londres y, también, otros europeos y sudamericanos, junto a un espacio menor dedicado al acontecer nacional. Finalmente, su última página volvía a estar consagrada a la información comercial y a la publicación de distintos tipos de avisos, de los que hoy se llaman clasificados" 59

O diário *El Ferrocarril* foi fundado por Juan Pablo Urzúa em 1855 e veiculado no país até 1911. Manteve uma formatação *standard* de quatro páginas: normalmente, a primeira e a última estavam dedicadas em sua integridade aos avisos comerciais de distinta natureza; na segunda, apareciam frequentemente a seção "editorial" e textos relacionados a notícias ou artigos estrangeiros; enquanto na terceira eram publicadas a seção de notícias do interior e a crônica local.

Dada a estreita relação mantida com o Ministro do Interior Antonio Varas, *El Ferrocarril* nasceu como intuito de projetar apoio político ao governo de Manuel Montt e de competir desde a capital com a influência do *El Mercurio*. Contudo, se o perfil do diário tivesse permanecido restrito a objetivos de curto prazo, provavelmente sua vida pública não teria ultrapassado os limites temporais da administração de Montt.

Sua linha editorial consagrou-se mais ao tema do progresso, da civilização, da modernização e da liberdade, ainda que a declaração explícita de posicionamentos políticos conjunturais e partidários se fizesse presente. Tal perspectiva foi funcional ao projeto hegemônico liberal oligárquico, desejoso por incluir a sociedade chilena nos parâmetros estabelecidos pelos países capitalistas avançados. Segundo a avaliação de Eduardo Santa Cruz

"La marcha del progreso aparece como un destino común e inexorable de toda la humanidad y todos los problemas o escollos que se le presentan han de ser sólo

El Mercurio possuiu também duas publicações especiais: El Mercurio de Santiago e El Mercurio del Vapor. Esta última foi veiculada parcialmente em inglês e vendida na costa oeste até o Panamá.
 Eduardo Santa Cruz. La prensa chilena en el siglo XIX: patricios, letrados, burgueses y plebeyos. Santiago: Universitaria, 2000, p.51.

temporales. Es más que obvia la confianza en la 'ley del progreso' y en el momento histórico que se vivía, por cuanto no habría habido otro en el cual dicha ley se entendiera y aplicara mejor. Es clara la creencia en el constante mejoramiento de la humanidad considerada en su dimensión genérica y universal, compartiendo un destino común. Es sintomática la aparición de este texto en el primer número del periódico, en vez de alguno que se posicionara políticamente en el contexto nacional, como era corriente. Siguiendo con esta idea, si a esta elección le unimos el propio nombre del diario, en tanto el ferrocarril se constituía en uno de los mayores símbolos del progreso, nos da la idea tanto de la pretensión del diario como tal, como de la visión que guía, ordena y caracteriza al mismo periódico"60

Veiculado em Concepción entre os anos de 1849 e 1865, *El Correo del Sur* foi sem dúvida um dos diários de vida mais longa e de maior influência política da região. Junto a *La Tarántula*, fundada por Pedro Ruiz Aldea⁶¹, constituiu um conceituado canal de expressão dos interesses regionais penquistas.

Diferentemente de *El Ferrocarril* e *El Mercurio*, tais periódicos eram veículos de comunicação de cunho regional. Contudo, ao expressarem os interesses da elite penquista, que enfrentava de perto as dificuldades impostas pela convivência com os mapuche, foram responsáveis por delinear aquilo que o historiador Jorge Pinto Rodriguez denominou de "ideologia da ocupação"⁶². Nesse sentido, reforçaram a urgência em colonizar os territórios da Araucania diante das escassas políticas adotadas até então pelo governo central. Em outras palavras, transformou em discurso dominante a tímida ideia que fora progressivamente forjada no interior da elite chilena.

De todos os modos, fosse no âmbito nacional ou provincial, fato é que os periódicos exerceram grande influência nos debates sobre a questão de Arauco. As "redes de sociabilidade" que configuravam a imprensa chilena refletiam-se no conflito entre intencionalidades e estratégias discursivas direcionadas à produção de representações sobre os mapuche⁶⁴. Cada enunciação tornada pública atuava sobre a consciência dos receptores, suscitando posicionamentos e respostas por parte

⁶¹ Opositor dos *monttvaristas*, estudioso da sociedade araucana e personalidade influente nos debates sobre a questão de Arauco. Sua atividade como periodista incluiu a fundação de outros periódicos, como *El Guía de Arauco* e *El Meteoro*, este último dirigido por ele até a sua morte.

⁶⁰ Idem p.77, grifo meu.

⁶² Cf. Jorge Pinto Rodriguez. La formación del Estado y la Nación, y el pueblo mapuche. De la inclusión a la exclusión, op.cit.

⁶³ Cf. Jean-François Sirinelli. "Os intelectuais". In: René Rémond (org). Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

⁶⁴ Cf. Quentin Skinner. **Visões da política: sobre os métodos históricos**. Algés: Diefel, 2005.

das demais comunidades linguísticas⁶⁵. Os periódicos consistiam assim em espaços de acentuada fermentação intelectual.

El Correo del Sur evidencia em suas publicações a intrínseca relação existente entre um discurso político e o contexto histórico de sua elaboração. Ao afirmar que "nosotros estamos siempre temiendo a los indios, y los indios nos temen a nosotros. Esta es una guerra de temores"66, o autor do artigo "Arauco" lança luz sobre a situação da fronteira penquista na década de 1850. Ao mesmo tempo em que indicava o estado de tensão e de "guerra latente" que a caracterizava, buscava atuar sobre tal realidade, propondo meios para sua superação.

Dessa forma, os artigos veiculados pelo periódico convergem no sentido da adoção de um vocabulário político que acentuava o caráter belicoso e o perigo representado pelos mapuche. Podemos tomar como exemplo o já mencionado episódio do naufrágio do brigue Joven Daniel. Opondo-se ao informe de José Maria de la Cruz, o correspondente de Valdívia Juan de la Guarda atribuiu veracidade aos rumores de assassinato dos tripulantes e do cativeiro de Elisa Bravo:

"Para disipar la mas leve duda en esta relación, permítame UU, SS, EE haga algunas reflexiones sobre ella. El mozo que hace la relación es un muchacho como de 20 años, viviente en Santa Bárbara; era por primera vez que había entrado a la Araucanía, sirviendo de peón a un comerciante: ignoraba aun la desgracia de 'Joven Daniel'. No sabia existiese la familia Bravo, y sin embargo refiere el nombre, y apelativo, de la joven como solo la duda de si el nombre era Elisa, o Eloisa: refiere el nombre y apelativo del padre, agregando que este había sido casado tres veces, cuya última mujer la joven no conocía, por hacer bastante tiempo que residía en Valparaíso: refiero el nombre y apelativo del marido de la joven, con solo la duda de si era Bañados, Barañados, o Bañate, pero dice que se llamaba Juan; refiere que la joven traía un niño, y que venia en cinta, y que al ver a su marido volar por el aire ensartado en las lanzas le vino el aborto; que otra niña hija de un sastre que iba para Valdivia con su padre fue salvada por otro indio; pero que ignoraba su paradero: en fin refiere tantas cosas, que solo habiéndolas presenciado podía saberlas, y todas dice se las dijo la joven que le clamaba le libertase, bañada en lágrimas, y que no se atrevió por no ser práctico, y temer a los indios"67

A erradicação dos atentados contra a vida e a propriedade dos povos fronteiriços aparecem aqui como um forte motivo para justificar a conquista da Araucania. Os redatores do periódico também fazem menção ao emprego de 1/3 da renda

⁶⁵ Cf. John Pocock. Linguagens do ideário político. São Paulo: EDUSP, 2003.

⁶⁶ El Correo del Sur, n°205, 7 de julho de 1853, grifo meu. 67 El Correo del Sur, n°147, 19 de fevereiro de 1853, grifo meu.

estatal na manutenção do exército e no constante fornecimento de "bens e víveres" aos caciques⁶⁸; à dificuldade de exploração econômica da região e aos latentes conflitos com a República Argentina, já que "no hay día del año, que los periódicos de Buenos Aires no denuncien algún nuevo malón de los indios de este lado, o nuevas y frescas depredaciones perpetradas en su territorio"⁶⁹. Contudo, sem sombra de dúvidas, grande sentimento de humilhação era apresentado como proveniente da "tolerância" que se tinha para com a "barbárie" indígena:

"Pero antes que todo este cúmulo de intereses, cada uno de los cuales mui bastante para impulsarnos a una medida decisiva, está la dignidad nacional, la que no nos perdona un momento, nuestro modo de obrar con respeto a la Araucania [...] Todos los intereses reunidos, todos, a todos a la vez, piden la anexión del territorio de Arauco, pero antes que todas esas ventajas, ántes que todos los intereses, está uno: ¡LA DIGNIDAD NACIONAL! El nombre de ella siquiera, hagamos lo que no hemos querido hacer por todos los intereses del país reunidos a la vez"⁷⁰

É inegável que *El Correo del Sur*, em consonância com o espírito da época, valeu-se do emprego de uma linguagem política que recorria aos conceitos antitéticos e assimétricos "civilização e barbárie"⁷¹ para delinear uma imagem negativa dos indígenas, legitimando assim sua submissão ao poder estatal. É nesse sentido que o autor de "Colonias de Araucania" faz a seguinte afirmação:

"Esto en cierto modo es pagar un tributo y no deja de ser bastante original, por no decir vergonzoso, que una **nación civilizada y poderosa**, como lo es Chile con respeto a los araucanos, se vea obligada a guardar consideraciones, a halagar y a respetar a un **pueblo débil, bárbaro y sin recursos de ninguna especie**, por temor de sus piraterías que, a pesar de todo, continuamente sufre. Por esto es de necesidad urjente hacer desaparecer este borrón de nuestro solo, utilizando al mismo tiempo en provecho de sus habitantes y de Chile, uno de los países más hermosos del mundo"⁷²

Contudo, não deixa de ser significativo o fato de que o vocabulário que maculava a imagem dos araucanos tenha aparecido no periódico – ainda que de modo esporádico e pontual – combinado à crença na possibilidade de civilizá-los, de

 $^{^{68}}$ Os elementos que definiam a política de fornecimento de "bens e víveres" aos caciques serão desenvolvidos no Capítulo 2 da Tese.

⁶⁹ El Correo del Sur, nº411, 9 de novembro de 1854.

⁷⁰ El Correo del Sur, n°418, 25 de novembro de 1854, grifo meu.

⁷¹ Para uma discussão sobre os conceitos antitéticos e assimétricos ver Reinhart Koselleck. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto / Editora PUC-Rio, 2006.

⁷² El Correo del Sur, nº509, 28 de junho de 1855, grifo meu.

transformá-los em "cidadãos chilenos" e de estabelecer negociações frutíferas entre criollos e longkos.

Tomemos como exemplo a solidariedade prestada pelos redatores ao projeto elaborado por Diego José Benavente⁷³ no ano de 1853, que versava sobre a transformação efetiva da Araucania em território nacional através de sua ocupação militar. Tendo como princípios norteadores a justiça e a prudência, o senador propusera a colonização dos terrenos não ocupados por indígenas, o respeito às suas propriedades, a prisão daqueles que oferecessem resistência e seu traslado ao norte da República. A menção feita por El Correo del Sur ao projeto de Benavente foi intencional, pois reforçava a proposta de uma ação amistosa e conciliadora antes do emprego da força contra os mapuche:

"No se efectúe pronto la ocupación: convoque el jefe a los principales caciques, invitelos amistosamente a una junta lo más numerosa posible, y allí descúbrales sus miras, y órdenes: pínteles con energía las fatales consecuencias de la guerra, que él quiere evitar a toda costa: hágales ver que no intenta despojarles de lo más mínimo e su propiedades, ni menos perturbar su tranquilidad: que antes aquellas tropas son para protejerlos y defenderlos de cualquiera invasión extranjera: que lo único que pretende es ocupar las ciudades antiguas que nos pertenecen (ellos no los desconocen) y aquellos terrenos que ellos ni ocupan, ni pueden cultivar: que allí se poblará un pueblo de hermanos, comerciantes, artistas, que les proporcionarán comodidades que con trabajo tienen que buscar de léjos y que si por desgracia se opusiesen a estas miras provechosas a ellos mismos, ellos habrían buscado su ruina, que sus tropas son numerosas, y tiene de donde sacar muchas más, que caso de resistir las reunirá todas, los atacará, perderán sus haciendas, sus casas, todos sus terrenos, hijos, mujeres y vida: con estas y otras materiales reflecciones, creamos que talvez no hay necesidad de esos crecidos gastos, cesan las dificultades, y quizás no haya necesidad de tirar un tiro de fusil, porque, repetimos, los Araucanos temen la guerra, y temen las fuerzas de la República"74

Por vezes, chega-se até mesmo a contestar a eficácia da conquista como meio de civilização os indígenas, o que reforça a tese de que sua incorporação à Nação chilena – e não apenas a anexação do território – integravam o "horizonte de expectativas" dos autores do periódico penquista:

"Si las misiones son inútiles, la conquista no lo es menos. Haciendo abstracción de los gastos que demandaría una empresa semejante y sin contar los torrentes de sangre que correrían, conseguida que fuera la conquista, cuál sería el gran bien que resultaría? Haberse hecho dueño de un inmenso y hermoso territorio?

⁷³ Político penquista de destacada participação da época da independência à organização da República. Incorporou-se ao Partido Nacional quando da sua fundação, em 1857. Foi eleito nove vezes senador, chegando a ocupar a presidência da Câmara Alta. ⁷⁴ *El Correo del Sur*, nº242, 10 de outubro de 1853, grifo meu.

Pero el indio después de haber agotado todos sus esfuerzos en la defensa de su país, iría a buscar una nueva patria donde estuviera libre para vivir según sus costumbres, sin sentir el yugo de un poder extraño, y abandonaría sus fértiles y entonces solitarios campos a la merced del conquistador"⁷⁵

Contudo, uma análise minuciosa dos artigos publicados por *El Correo del Sur* na década de 1850 evidencia um verdadeiro ponto de inflexão no discurso sobre os araucanos. Atentando para a interação entre linguagem e contexto, percebemos que a intensificação dos roubos e pilhagens na Província de Arauco refletiu-se no abandono do tom pacificador e na radicalização das propostas de incorporação da Araucania, sobretudo a partir da revolução de 1859.

A partir desse evento, multiplicam-se os textos que retratam o estado de desconfiança, temor e insegurança que caracterizava as populações fronteiriças. "En el orden material, la ruina; en lo moral la lucha del principio civilizador con la fuerza brutal del salvaje"⁷⁶, afirmava o autor de "Los indios"; nesse mesmo sentido, relatava-se em "Castigo a los araucanos" que "en el año de 51, no se vio como ahora, que los indios abrazasen en llamas una población entera, como Negrete, ni talasen los campos, saqueasen las haciendas, i atemorizasen una grande extensión de nuestro territorio"⁷⁷. Outros artigos lançavam mão de artifícios apelativos, como a descrição detalhada de supostas crueldades cometidas pelos mapuche:

"Habiendo pasado los indios al otro lado del Bio-Bio, a la hacienda de D.Miguel Fuentes, encontraron por esas inmediaciones, a dos infelices que aún no tuvieron tiempo de ocultarse, los que asesinaron de un modo atroz; la mujer de uno de los muertos, que por desgracia cayó también en manos de estos bárbaros, después de haber cometido con ello excesos de brutal barbarie, le pegaron dos sablazos, la que nos dijeron talvez no viviría [...] En dos días ¡cuántos triunfos obtenidos por los araucanos! Dos hombres muertos, una mujer con dos hachazos, i cuatrocientos cincuenta i tantos animales llevados! ¿Hasta cuándo tendrán término estas calamidades?"⁷⁸

Se levarmos em consideração o papel da imprensa enquanto formadora da opinião pública, podemos perceber que a veiculação de tais relatos alarmistas atuava no sentido de difundir e reforçar "la necesidad, no solo de hacer un escarmiento sobre la raza araucana, sino de reducirla a la impotencia de hacernos mal

⁷⁵ El Correo del Sur, nº509, 28 de junho de 1854, grifo meu.

⁷⁶ El Correo del Sur, nº1136, 2 de agosto de 1859.

⁷⁷ El Correo del Sur, nº1181, 19 de novembro de 1859, grifo meu.

⁷⁸ El Correo del Sur, nº1197, 27 de dezembro de 1859, grifo meu.

algún"⁷⁹. Assim, El Correo del Sur instigava o patriotismo e projetava a indignação entre aqueles que constatassem "que aún están impunes tantos daños, que aún no se ha lavado con sangre indígena el suelo donde corrió copiosa la sangre del chileno que defendía su patria i sus leyes"80.

O periódico legitima o uso da força e da violência no intento de "suavizar os costumes brutais e os instintos ferozes", de "romper com as hostilidades e violações" e de "introduzir o elemento civilizador" entre os mapuche. "No es el evangelio que tiene la virtud de civilizarlos: entonces busquémonos por la bayoneta, ella hará víctimas, pero serán las víctimas de la civilización que se quiere introducir en el barbarismo"81, afirma o correspondente de Nacimiento. Ao encontro desse argumento, o autor de "Castigo a los araucanos" defende que "cuando la propia existencia se encuentra amenazada, es justa, es lejítima, es santa la guerra que se emprenda"82.

Tal descontinuidade no discurso político empregado por El Correo del Sur evidencia-se, em primeiro lugar, na censura às propostas condescendentes e conciliadoras antes sustentadas. A partir da experiência da revolução de 1859, passou-se a considerá-las ineficazes para conter os roubos, os incêndios e a devastação promovidos pelos mapuche nas cidades da fronteira:

"No creemos que haya paz posible con los salvajes. Hasta ahora se ha puesto por la Nación muchos medios en práctica con el objeto de mantener la buena armonía; como si en realidad fuese un territorio independiente del nuestro i tratásemos de Nación a Nación! Estos medios han sido mantener Caciques rentados, Comisarios, Capitanes de amigos i Misioneros en varios puntos de la Araucanía; i a pesar de todas estas medidas ha sido necesario mantener un ejército distribuido en todos los puntos limítrofes. Todos los medios empleados hasta aquí para reducirlos, han sido ineficaces a no ser el último que ha servido siquiera para medio asegurar el orden"83

Logo, as operações militares são convertidas na vanguarda do projeto de incorporação da Araucania. "La conquista de Arauco es la verdadeira cruzada chilena"84, dizia um dos artigos publicados pelo periódico, o qual atribuía ao Exército a missão de empreender uma campanha expedicionária que "no dejará impune el

⁷⁹ El Correo del Sur, nº1093, 23 de abril de 1859.

⁸⁰ El Correo del Sur, nº1136, 2 de agosto de 1859. 81 El Correo del Sur, nº1144, 20 de agosto de 1859, grifo meu.

⁸² El Correo del Sur, nº1181, 19 de novembro de 1859, grifo meu.

⁸³ El Correo del Sur, nº1093, 14 de maio de 1859, grifo meu.

⁸⁴ El Correo del Sur, nº1109, 31 de maio de 1859.

negro baldón i el temerario delito, cometidos por esa horda salvaje i desmoralizada"85.

Ainda que a guerra de extermínio e as espoliações violentas fossem verbalmente rechaçadas, recorria-se ao princípio da "civilização universal" para negar aos índios o direito à "existência bárbara". Portanto, as sublevações da Araucania são interpretadas, em 1859, como expressão do conflito mais amplo entre a civilização e a barbárie, no qual esta, sem sombra de dúvidas, seria aniquilada por aquela. Imbuídos do otimismo inerente à ilustração oitocentista, os redatores de *El Correo del Sur* profetizavam:

"La civilización por una parte, la barbarie por otra se ponen en lucha i el triunfo no debe ser dudoso en el siglo que atravesamos; el siglo de la ilustración i del saber, el siglo de la libertad no se dejará avasallar por el jenio de las tinieblas i de la más ciega opresión. La Araucanía se levanta hoy contra Chile; pero mañana, Chile descargará su brazo de hierro sobre los temerarios indígenas, para reducirlos a la impotencia, a lo nada i hacer desaparecer de su territorio una horda de bandidos, rebeldes a la luz de la razón i de la verdad"⁸⁶

E ansiosos por colocar em marcha um "futuro glorioso" para o país, esbravejavam:

"¡República de Chile, despójate de tu manto de nación soberana, una turba desenfrenada de miserables salvajes te insulta i tus hijos no vengan eses ultraje! ¡Una miserable tribu de indígenas pisotea la moral pública i tus hijos, no son capaces de olvidar sus rencores para volar en socorro de la civilización amenazada! Pedimos un escarmiento para los salvajes, pedimos la ocupación del moral de la costa del Pacífico, pedimos, en una palabra, que cuanto antes, se lleve a cabo el importante proyecto del gobierno, sobre la formación de la nueva provincia de Arauco!"87

As propostas defendidas por *El Correo del Sur* a partir de fins dos anos 1850 assemelham-se àquelas propagadas pelo diário *El Mercurio* de Valparaíso. Entretanto, se no caso do periódico penquista visualizamos claramente um ponto de inflexão no discurso relativo aos mapuche, não podemos atribuir a mesma característica ao diário valparaense. Adotando uma argumentação bastante unívoca e coerente ao longo da década de 1850, a linha editorial de *El Mercurio* defendeu sem

⁸⁵ El Correo del Sur, nº1197, 27 de dezembro de 1859.

⁸⁶ El Correo del Sur, Concepción, nº1058, 29 de janeiro de 1859, grifo meu.

⁸⁷ El Correo del Sur, nº1181, 19 de novembro de 1859, grifo meu.

hesitar a conquista militar como o principal meio de civilizar os araucanos e incorporar o seu território à jurisdição nacional.

São recorrentes os artigos voltados para a crítica à ausência de medidas enérgicas e eficazes contra as ações indígenas na fronteira. "No se concibe, efectivamente, como es que nuestros gobiernos [...] han consentido en que una tribu bárbara y indomable [...] permanezca a la puerta misma de nuestros hogares, como una perene amenaza contra la propiedad, la libertad y el orden"88, clama o autor de "La conquista de Arauco". Em combate a tal situação, El Mercurio enumera os motivos que justificariam a resolução definitiva da questão indígena no Chile.

Do ponto de vista territorial, os araucanos ocupariam uma região bastante fértil e rentável, assim como dividiriam o país, "puesto que están colocados entre el territorio de Valdivia y Llanquihue, interceptando así las relaciones con nuestras provincias del Sud i impidiéndonos toda otra comunicación que la que podemos tener por mar"89. Do ponto de vista regional, refere-se ao tão comentado estado de alerta e de insegurança vivido pelos hacendados e agricultores, já que de maneira recorrente "los araucanos hacen grandes aprestos militares; todas las tribus están revueltas y se reúnen en grandes masas"90. Por fim, do ponto de vista político, ao recuperar o pensamento jurídico de Andrés Bello⁹¹, menciona que os mapuche constituíam uma "nação independente", o que agravava o risco de comprometimento do Chile com as potências estrangeiras:

"Supongamos que un buque de os Estados Unidos, por ejemplo, se perdiese en las costas araucanas y que esos bárbaros hicieran toda clase de depredaciones y atrocidades con los ciudadanos de la nación, como ya ha sucedido otras veces con nosotros. ¿Dejarían los Estados Unidos impune ese ultraje? Y a quién pedirían satisfacción de él! Permitiríamos que los Estados Unidos se hiciesen justicia por si mismos y vengasen su agravio? Si así sucediese, los Estados Unidos tomarían inmediatamente posesión de ese territorio, ocupado por hordas feroces, sin ley y sin gobierno"92

⁸⁸ El Mercurio, nº 9505, 24 de maio de 1859.

⁸⁹ *El Mercurio*, nº 9493, 10 de maio de 1859. ⁹⁰ *El Mercurio*, nº 8565, 12 de fevereiro de 1856.

⁹¹ Filósofo e jurista venezuelano, nacionalizado chileno, teve importante atuação como legislador e inspirou a fundação da Universidade do Chile. De acordo com a obra Principios de derecho de gentes, publicada em 1832, uma nação ou Estado poderia ser definido como uma sociedade de homens que, objetivando a conservação e a felicidade dos associados, governa-se por leis positivas emanadas dela mesma e possuí uma porção própria do território. Por não estarem sujeitos à autoridade estatal – isto é, às leis e aos costumes chilenos – os mapuche poderiam ser considerados uma "nação" no sentido proposto por Bello.

⁹² El Mercurio, nº 9493, 10 de maio de 1859, grifo meu.

A submissão da barbárie indígena à civilização *criolla* não poderia, na visão dos autores de *El Mercurio*, prescindir da imposição da soberania nacional sobre a Araucania e seus habitantes, que "no solo la desconocen, sino que se mantienen dispuestos a hostilizarnos, y a caer como enemigos implacables sobre poblaciones cristianas indefensas"⁹³. Sob essa ótica, três séculos de experiência demonstrariam a irredutibilidade dos mapuche por meios pacíficos e a ineficácia da bondade ou da predicação. Recorre-se então à reprodução de relatos que acabavam por animalizar os indígenas, ao descreverem as inúmeras agressões supostamente sofridas pelos *criollos*. Como exemplo, podemos citar um trecho da carta dirigida por Jerónimo Aguero, importante proprietário de terras de Valdívia, ao redator do periódico:

"Como estaba yo tendido las olas me mojaron y me volvieron al conocimiento, encontrándome entonces con las manos atadas por detrás, y un indio cortándome al palto por el lado derecho del pecho, obedeciendo a la voz de otro que le mandaba me sacase el corazón, mientras que uno levantaba los laques para darme en la cabeza, pues las órdenes del jefe eran pega mata y aun intentaron amarrarme los pies: en estos momentos vi que a mi compañero lo sacaban a uno muerto y arrastándolo del agua; yo entonces, perdida la esperanza de vivir, empecé a amenazar en su idioma, diciéndoles, que el pueblo de Valdivia y algunas tribus de indios castigarían su crimen; esto, unido a la circunstancia de que la canoa, doblando una punta, se presentó a nuestra vista a unas cuarenta varas de distancia, les hizo desistir de su intento [...] Mi compañero se había visto en circunstancias peores que las mías: después de haberlo votado al lago, aturdido por los muchos golpes y heridas, lo sacaron para degollarlo, empezando a cortarle la corbata que tenía puesta, y él, tomando el cuchillo con la mano derecha, consiguió quebrarlo, rebanándose los dedos hasta el hueso" 94

Entra aqui em cena uma linguagem política que, distanciando-se do discurso poético que exaltava o caráter heroico e libertário dos mapuche, buscava justificar a aniquilação da "barbárie":

"Aniquilad, extirpad la barbarie y tendréis en lugar suyo la civilización; pero es preciso antes imposibilitar la reaparición de aquel elemento destructor. Los hombres no nacieron para vivir inútilmente y como los animales selváticos, sin provecho del género humano; y una asociación de bárbaros, tan bárbaros como los pampas o como los araucanos, nos es más que una horda de fieras, que es urgente encadenar o destruir en el interés de la humanidad y en bien de la civilización" ⁹⁵

⁹³ El Mercurio, nº 8591, 13 de março de 1856.

⁹⁴ El Mercurio, nº 8867, 3 de fevereiro de 1857, grifo meu.

⁹⁵ El Mercurio, nº 9505, 24 de maio de 1859, grifo meu.

Embora dotados de racionalidade, considerava-se que os araucanos se opunham à civilização pela força de suas paixões, por seus costumes materiais e por sua própria moral. Ouviam com atenção as propostas dos *criollos*, aparentavam conformar-se e convencer-se e até mesmo prometiam respeitar as leis e autoridades; contudo, "apenas dan vuelta la espalda, cuando se burlan de toda doctrina y persuasión, sin que razón ni reflexión alguna les haga la menor fuerza porque el móvil de sus brutales inclinaciones y la vida con que están connaturalizados, no deja penetrar en ellos la luz de la civilización" O periódico apresentava tal comportamento dos mapuche, considerado refratário e dissimulado, como sinal de uma suposta "incapacidade e deficiência" inerente à natureza indígena, embora saibamos que este constituía uma forma de resistência muito comum à tentativa de "conquista dos corpos e das almas".

Tal conjuntura tornaria imprescindível, na visão de *El Mercurio*, que os *criollos* assumissem as rédeas do processo de civilização. Na prática, esse pensamento se traduziria no reforço do contingente militar nas regiões de fronteira, visando interceptar a ação depredadora dos índios e assegurar a ordem, a paz e a segurança. Para tanto, propunha-se a mobilização do exército, que não cumpria o compromisso de assegurar os interesses gerais da Nação chilena ao guarnecer exclusivamente a capital do país:

"Por consiguiente, el ejército permanente debe estar en donde hayan realmente enemigos que combatir o peligros que conjurar [...] Los pueblos del Sur se lamentan de la poca seguridad con que cuentan para sus vidas y propiedades, en presencia de un enemigo en cuya fe no se puede en manera alguna confiarse: piden a gritos al gobierno nacional que refuerce sus defensas para evitar un desastre, no solo posible sino también probable; los desmanes frecuentes de ese enemigo, destituidos de toda noción civilizada, indican que nada puede contenerlos sino el temor del escarmiento; y la impunidad con que gozan de algún tiempo a esta parte, solo parece calculada para debilitar en ellos el único sentimiento que hasta ahora ha contenido sus instintos destructores. Y sin embargo, esos clamores no encuentran eco en las regiones del poder, y la República tiene que presenciar el abandono de una parte de sus pueblos, a la vez que sostiene, que paga un ejército para vigilar a la capital y a sus poblaciones civilizadas, como si ellas fueran las que en realidad amenazasen el reposo público" para vigilar a la capital y a sus poblaciones civilizadas, como si ellas fueran las que en realidad amenazasen el reposo público" para vigilar a la capital y a sus poblaciones civilizadas, como si ellas fueran las que en realidad amenazasen el reposo público" para vigilar a la capital y a sus poblaciones civilizadas, como si ellas fueran las que en realidad amenazasen el reposo público " para vigila para de para

Em outras palavras, o emprego da força armada é tomado como ponto de partida para a anexação do território indígena. Considerada um direito legítimo dos

⁹⁶ El Mercurio, nº 9494, 11 de maio de 1859, grifo meu.

⁹⁷ El Mercurio, nº 8867, 3 de fevereiro de 1857, grifo meu.

povos fronteiriços à sua preservação, a guerra aparecia, ao menos verbalmente, dissociada de uma política de extermínio. Como esclarece o autor de "Los araucanos",

"aunque deseamos que desaparezca ese elemento de barbarie que esta incrustado, podremos decir así, en la civilización, **no pretendemos sin embargo que se destruyan esos hombres**. Nuestro propósito es que se reconozca de una vez nuestra soberanía y que se ocupe ese territorio militarmente, para obtener no solo las ventajas que él proporciona, sino también beneficios a sus mismos hijos, llevándoles la civilización y el adelanto" 98

Talvez possamos relativizar esse discurso que trazia consigo a referência ao "fardo do homem branco", ideia bastante comum entre as doutrinas raciais do século XIX. Esse foi o contexto em que os argumentos do racismo científico adquiriram uma notável repercussão entre intelectuais desejosos de ingressar em um patamar de civilização e progresso. Fosse em termos poli ou monogenistas, a racialização do discurso foi responsável por transformar as diferenças sociobiológicas em diferenças raciais, instituindo um determinismo que se sobrepunha ao arbítrio do indivíduo. O conceito de raça passa assim a ser norteador de um vocabulário que permitia a categorização hierárquica das diferenças entre os tipos humanos⁹⁹.

A condenação do índio a um estatuto de infantilidade e submissão tornava legítimo o exercício da dominação moral, política, econômica e cultural: nesses termos, caberia aos brancos dirigi-los ou tutelá-los visando à superação de sua suposta inferioridade. Assim, o pensamento contrário à aniquilação dos mapuche talvez fosse decorrente não apenas da visão mais humanitária do periódico de Valparaíso, mas também da crença de que as comunidades se encontravam extremamente debilitadas por conflitos internos, pela pauperização e pela disseminação de vícios e doenças. Previa-se, por isso, que um pequeno contingente militar seria suficiente para obrigar os mapuche a reconhecer a supremacia das autoridades republicanas, na medida em que, segundo as avaliações, não possuíam mais "o valor antigo e o heroísmo de um Lautaro ou Caupolicán".

Ao projetar a conquista militar da Araucania, *El Mercurio* posicionou-se a favor da uniformização das operações a serem realizadas pelos exércitos chileno e

⁹⁸ El Mercurio, nº 9493, 10 de maio de 1859, grifo meu.

⁹⁹ Cf. João Gabriel da Silva Ascenso e Fernando Luiz Vale Castro (org.). Raça. Trajetórias de um conceito. Histórias do discurso racial na América Latina. Rio de Janeiro: Ponteio, 2014; Lilia Moritz Schwarz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

argentino. O alto grau de integração entre os territórios andinos e o forte intercâmbio entre as agrupações indígenas situadas em ambos os lados da Cordilheira relativizavam a existência de rígidas fronteiras, ainda que se tratasse de uma espacialidade fracionada pela presença dos Estados nacionais. Com base nessa constatação, ressaltava-se a conveniência de sobrepor a "fraternidade sul americana" às desavenças locais, o que possibilitaria o combate conjunto ao "inimigo comum":

"Si no hacemos previamente un tratado con la República Argentina, y si ambas fuerzas no marchan de consumo, entrando en campaña al mismo tiempo y poniéndose de acurdo para un plan de ataque, resultará que las hordas araucanas arrojadas por nosotros irán naturalmente a refugiarse a la otra banda; haciendo de esta suerte grave daño a una república hermana, que si con más dificultad que nosotros detiene los avances de los bárbaros en el estado actual, le seria quizá del todo imposible contenerlos [...] viéndose entonces obligada a experimentar todos los horrores que trae consigo una invasión de salvajes [...] Empujados los araucanos de su territorio, pasaría todo esa masa de indios la cordillera para hacer causa común con los de las pampas y caer en seguida sobre nuestras posesiones, manteniéndonos así en un constante jaque, que haría infructuosa la conquista" 100

De um modo geral, a imprensa chilena atentava para o perigo comum representado pelos indígenas à manutenção da ordem nas duas Repúblicas vizinhas, que em meados do século XIX encontravam-se concomitantemente assoladas pelos conflitos com os nativos em suas porções austrais. Não podemos deixar de atentar para o fato de que se tratava de regiões historicamente interligadas em termos políticos, econômicos e culturais, convertidas assim em um "espaço social comum".

Também o artigo "Los indios" publicado pelo diário *El Ferrocarril* lança luz sobre os múltiplos aspectos que vinculavam os habitantes na cadeia andina:

"Y no se diga que semejantes sucesos no tienen relación alguna con nuestra frontera, pues para los indios mui poco significan las cordilleras i las pampas, los que atraviesan en numerosas hordas no solo por motivos de guerra sino por necesidades de su comercio vandálico: con la mayor facilidad i ligereza trasladan los campos del estado bonaerense los animales robados para venderlos o trocarlos entre nuestros indios, i quién sabe si en las poblaciones cristianas. Este mismo tráfico, como ya se ha denunciado por la prensa, lo hacen con algunas provincias de la Confederación [Argentina]. Todo esto prueba la íntima relación que nos liga unos a otros, lo que debe poner en alarma a todos los estados vecinos por motivos análogos nacidos de una mal común" 101

¹⁰⁰ El Mercurio, nº 9510, 30 de maio de 1859, grifo meu.

¹⁰¹ El Ferrocarril, 23 de abril de 1858, grifo meu.

Entretanto, mesmo estabelecendo um paralelo entre as situações vividas na Araucania e nos Pampas, o periódico santiaguense preocupou-se em traçar a especificidade assumida pelo processo de expansão territorial e, consequentemente, pela guerra contra o índio, em cada uma dessas localidades. Tal reflexão induzia à constatação de que a resolução da questão de Arauco seria uma empreitada menos complexa do que a incorporação da região pampeana pelo Estado argentino:

"Sin embargo, esta plaga que aflige a los estados del sud, es más fácil de ser conjurada entre nosotros; el territorio chileno ocupado por la barbarie es más reducido; nuestros elementos de defensa i de ataque son mui poderosos relativamente a los de la Confederación i Buenos-Aires. Estrechados los indios por la poca extensión del suelo que poseen, no pueden encontrar su impunidad como la encuentran en la inmensidad de ese mar que llaman la Pampa. En las regiones transandinas, los bárbaros unen a su valor i número las ventajas en extremos favorables que les presentan las llanuras en que pueden perderse sin que nadie ose perseguirlos, para replegarse después a su antojo i volver a continuar la guerra. Aquí las cosas cambiarían enteramente: de pie firme i casi sitiados, tendrían que sostener un género de hostilidades para cuya táctica no son mui capaces por el género de combates a que son más inclinados. La diversidad de circunstancias nacidas de la extensión i topografía del terreno, impide a las poblaciones cristianas de más allá de los Andes tomar otra actitud que la mera defensiva, mientras que nosotros, si es necesario, podríamos salvar la frontera para atacarlos en un terreno mil veces más pequeño. En los estados vecinos solo pueden por ahora defenderse; nosotros, para proveer a nuestra seguridad, podríamos atacar",102

Vale a pena frisar que a imprensa chilena não havia chegado a um consenso quanto à legitimidade das operações militares combinadas entre Chile e Confederação Argentina. *El Ferrocarril*, por exemplo, opôs-se abertamente às propostas defendidas por *El Mercurio*, ao rechaçar o artigo 32 do Tratado de Paz e Amizade¹⁰³:

¹⁰² Idem.

¹⁰³ Firmado em 30/04/1856 entre Chile e Confederação Argentina, tal tratado também abordou a questão dos limites territoriais entre os dois Estados. O artigo 39 estabeleceu que "ambas partes contratantes reconocen como límites de sus respectivos territorios, los que poseían como tales al tiempo de separarse de la dominación española, el año 1810, y convienen a aplazar las cuestiones que han podido o puedan suscitarse sobre esta materia para discutirlas después pacífica y amigablemente, sin recurrir jamás a medidas violentas y, en caso de no arribar a un completo arreglo, someter la decisión al arbitraje de una nación amiga". Em outras palavras, determinou como parâmetro para as negociações fronteiriças o "principio de derecho internacional positivo americano", o uti possidetis. Como consequência, o Chile permaneceria com as possessões no Pacífico e a Argentina no Atlântico. Em caso de eventuais divergências, a submissão da questão à arbitragem internacional evitaria o emprego de qualquer medida violenta. Já o artigo 32 estabelecia que "ambas partes contratantes teniendo en sus fronteras hordas de barbaros que las hostilizan, robando sus propiedades i sacrificando las vidas de sus ciudadanos, han convenido en que mientras acuerdan

"Por otra parte emprender una campaña de unión con los pueblos argentinos, armonizando las operaciones de uno i otro lado de los Andes, seria no solo una empresa de mui colosales proporciones, sino de un carácter mui diverso. Estrechados los indios por ambos lados de la cordillera, lo reducíamos a la última desesperación no dejándoles la libertad de emigrar a otras regiones, lo cual equivaldría en realidad a una cazeria de fieras; i de ningún modo debemos adoptar un camino que pueda llevarnos a un resultado tan inhumano" 104

Na verdade, tal argumentação pode ser interpretada como expressão de ideologia que orientou a linha editorial de *El Ferrocarril* até fins da década de 1850. Se o vocabulário político empregado por *El Correo del Sur* radicalizou-se a partir da revolução de 1859 e o discurso de *El Mercurio* esteve linearmente pautado pela defesa da conquista militar da Araucania, podemos afirmar que, em termos comparativos, os artigos do periódico santiaguense apresentaram uma linguagem mais branda relativa aos mapuche.

Enquanto *El Mercurio* referia-se aos araucanos mediante o emprego de uma terminologia bastante negativa – eram "animales selváticos, sin provecho del jénero humano" –, El Ferrocarril, por sua vez, expunha que "el indio no es feroz como se pretende al compararlo con una horda de fieras i [...] contribuye en gran parte a formar en ellos un carácter desenfrenado e intratable, la mala conducta, la doblez i el abuso de los blancos" ¹⁰⁶. Invocando o respeito ao princípio da humanidade, seus autores ao menos admitiam a possibilidade de negociação com determinadas parcialidades indígenas:

"Se puede entablar relaciones con los indios – la posibilidad de esto está comprobada por la experiencia. Los indios, no todos, sino algunos de ellos, se prestan a la observancia de los contratos siempre que no haya por su parte suficientes motivos para desconfiar de la buena fe de los que los buscan. Los conquistadores podrían dirigirse a aquellos caciques, cuyo carácter i antecedentes los recomienden como más a propósito para tratar con ellos. A estos se les puede decir por ejemplo, 'las tierras tales i cuales que dices te pertenecen, te son aseguradas por el gobierno de la República para tu i los tuyos, i nos comprometemos a hacer causa común contigo para defender tus derechos i tus propiedades'' 107

entre si algún medio eficaz de remediar este gran mal definitivamente, si emprendiesen alguna expedición militar se den previo aviso para tomar las precauciones convenientes a su seguridad".

El Ferrocarril, 1 de junho de 1859, grifo meu.
 El Mercurio, nº 9505, 24 de maio de 1859.

¹⁰⁶ El Ferrocarril, nº 1061, 26 de maio de 1859.

¹⁰⁷ El Ferrocarril, nº 1062, 27 de maio de 1859.

Isso não significa, contudo, que as depredações promovidas pelos nativos não fossem criticadas ou que a necessidade de adoção de medidas punitivas não fosse reconhecida. Nesse sentido, o correspondente de Arauco esclarecia que "hemos sido los primeros en manifestar la necesidad de cortar estos males de raíz castigando severamente a los perpetradores de esos delitos i guarneciendo el territorio de Arauco de modo que los pobladores civilizados puedan gozar de todas las garantías que la constitución les asegura" 108. Podemos mais uma vez notar uma clara referência à polaridade expressada por Domingo Faustino Sarmiento em seu Facundo 109, na medida em que a construção de uma Nação moderna e civilizada choca-se com a submersão dos mapuche na "barbárie".

2.4. Uma "voz dissidente" da imprensa chilena: a *Revista Católica* na percepção da questão de Arauco

Dentre os periódicos analisados, a *Revista Católica* consistiu em um exemplo de "voz dissidente" no interior da imprensa chilena. Porta-voz oficial do Arcebispado de Santiago entre os anos de 1843 e 1894, atuou como plataforma de difusão dos dogmas e posturas da Igreja Católica, combatendo a propagação das ideias liberais e a destruição dos valores cristãos entre a população chilena. Seu corpo de redatores era formado por membros do clero, em sua maioria professores do Seminário Pontifício; seu diretor e fundador foi o arcebispo Rafael Valentín Valdivieso.

A religião e a política inevitavelmente se mesclavam na *Revista Católica*. Por isso, no ano de 1859, quando se intensificou a polêmica em torno da questão de Arauco, a Revista promoveu um debate intelectual acirrado com seus antagonistas *El Ferrocarril* e *El Mercurio*. De acordo com José Bengoa, "*eran sectores minoritarios* [de la Iglesia Católica] que retomaron la tradición indigenista de un Luis de Valdivia y de otros que sinceramente abogaron a favor de los mapuches"¹¹⁰. Ao que tudo indica, a série de artigos publicados nesse ano sofreu forte influência

 $^{^{108}\,}El\,Ferrocarril,$ 6 de setembro de 1859, grifo meu.

¹⁰⁹ Cf. Domingo Faustino Sarmiento. **Facundo: civilización o barbarie**. Buenos Aires: Eudeba, 2011.

¹¹⁰ Cf. José Bengoa. **Historia del pueblo mapuche (siglo XIX-XX).** Santiago: Lome Eds, 2000, p.181.

do pensamento dos franciscanos Vitoria Palaviccino e Estanislao Leonetti, grandes defensores dos direitos indígenas no Chile¹¹¹.

Nesse sentido, é importante recordar que a ordem franciscana também exerceu forte influência entre os indígenas na Argentina. Marcos Donati foi uma de suas figuras mais expressivas. Nascido na Itália, Donati chegou à América em 1856 e estabeleceu-se em Rio IV, província de Córdoba. Nomeado Prefeito de Misiones no ano de 1867, deu início a uma intensa correspondência com o longko ranquel Mariano Rosas, a qual permitiu a consolidação de seu projeto evangelizador (mediante a criação de três reduções na zona do Rio V – Las Totoritas, Villa Mercedes e Sarmiento – que chegaram a alojar mais de dois mil ranqueles) e a negociação dos termos do tratado de paz firmado entre o governo nacional e as tribos ranquelinas em fevereiro de 1870¹¹².

A análise dos textos publicados revela que o ponto central da argumentação da Revista Católica consistia na distinção entre os conceitos de conquista e civilização:

"La conquista es la usurpación a mano armada: es la guerra del fuerte contra el débil, guerra inicua e inhumana: es una violación flagrante de los principios más obvios de equidad i justicia; es, en fin, un ataque directo contra la propiedad, libertad e independencia de un pueblo que, por bárbaro que se suponga, no puede ser despojado de sus legítimos i naturales derechos. Con razón, pues, se ha hecho tan odiosa i antipática, la palabra conquista para todo corazón recto, noble i generoso. La civilización es todo lo contrario. Traer a los barbaros por medio de la persuasión a la vida civil, ilustrar su entendimiento, mudar su corazón, reformar sus costumbres, respetando siempre sus derechos: ¡oh esto sí, que es sobremanera laudable i meritorio! Esta es la obra grandiosa de la caridad i del patriotismo"113

Conquista e civilização são interpretados enquanto fenômenos históricos opostos. Consistindo na agressão do forte contra o débil, aquela requeria apenas a presença de um exército numeroso, apto a consumar sua ação destrutiva em um breve espaço de tempo. Já esta – a civilização – é interpretada como uma tarefa árdua, pois visava a transformação moral dos indígenas, levando ao progresso de

¹¹¹ Entre os anos 1860 e 1870, Estanislao Leonetti foi Prefeito Apostólico das Missões Franciscanas, contudo sua influência não parecida ter sido significativa nos meios hierárquicos da Igreja.

¹¹² Em abril de 1870, o frei Marcos Donati acompanhou o coronel Lucio Mansilla em sua excursão a Leuvucó e Poitagué, localidades onde estavam assentadas as tolderias de Mariano Rosas. Enquanto comandante de fronteiras do sul de Córdoba, Mansilla teve importante participação no processo de ratificação do tratado celebrado entre governo nacional e Mariano Rosas.
¹¹³ *Revista Católica*, nº 590, 18 de junho de 1859, grifo meu.

sua cultura "atrasada e rudimentar". Uma empreitada de tal dimensão demandaria "fervor apostólico" e "heroicos sacrifícios". Por isso, a responsabilidade por sua concretização era atribuída àqueles que se autodenominavam "civilizados" e que haviam abraçado a religião como sua "profissão de fé".

Embora implicasse persistência e dedicação, a *Revista Católica* cria que a predicação cristã teria plenas condições de disseminar a palavra evangélica entre os indígenas, atraindo-os à vida social:

"Los araucanos no tienen ídolos ni sacerdotes de falsas divinidades, no tienen culto público; cosas que en otros países salvajes es a menudo el mayor estorbo que encuentra la propagación de la verdadera fe. Por mas que se diga, no son tan bárbaros i feroces como generalmente se cree o se quiere hacer creer: son agradecidos a cualquier insignificante obsequio que se les haga; practican la hospitalidad con todos los pasajeros que se albergan en sus cosas, mejor que muchos de sus vecinos que se dicen civilizados; no odian a los misioneros ni los persiguen, como sucede ordinariamente en algunas naciones infieles; hasta ahora no hemos oído decir que en estos últimos tiempos hayan atormentado o martirizado a ningún misionero, lo que es mui raro en otras partes donde se ejerce la propaganda católica. Por otra parte, nuestros indios no carecen de toda idea de Dios i de los deberes morales, como lo habrá observado cualquiera que los haya tratado de cerca" 114

Rechaçando o argumento de que os mapuche desdenhavam a palavra dos missionários, não apenas se atribuía às guerras e às agitações políticas o abismo existente entre "barbárie" e "civilização", como também se associava a ausência de espírito cristão entre os chilenos à indolência pela questão indígena. Uma evidência dessa postura seria a própria atuação política da imprensa no país, que "aboga a cara descubierta i sin rubor porque los soldados de la república marchen al territorio araucano a consumar la obra nefanda de la conquista a mano armada, dando de este modo cima a la guerra iniciada por España i maldecida i execrada tantas veces por la civilización del siglo de las luces" 115.

Para a *Revista Católica*, por mais que se mostrasse conveniente e necessário fazer desaparecer a "barbárie" indígena do coração da República, o emprego da coerção e da força visando a tal fim transcenderia o princípio da justiça. Isso porque considerava-se que toda e qualquer empreitada voltada para a ocupação militar do território araucano resultaria inevitavelmente na declaração de guerra e no extermínio dos araucanos:

¹¹⁴ Revista Católica, nº. 591, 25 de junho de 1859, grifo meu.

¹¹⁵ Revista Católica, nº. 588, 04 de junho de 1859, grifo meu.

"Por respetable que sea la fuerza que se destine a la invasión, **la defensa del invadido será obstinada i sangrienta**. Cuando el hombre combate por su hogar, por su libertad i su vida, no se rinde a las amenazas; i sería preciso desconocer la fiereza indómita del araucano para creer que ahora, más experto en la táctica de los civilizados, dejase de rendir el brazo de sus enemigos con el pecho desnudo de sus mocetones, como lo hacía tres siglos ha"¹¹⁶

Afastando-se da política de "civilização à mão armada", a *Revista Católica* considerava a expansão da fé cristã o único meio humano, benevolente e tolerante de alcançar a transformação dos indígenas e de obter o respeito aos seus direitos inalienáveis, tais como a posse da terra. Promovia assim fortes críticas aos argumentos expostos por *El Ferrocarril* e *El Mercurio*. Identificava naquele o apoio à ideia de "arrebatar por la fuerza la independencia justísima de que gozan los araucanos, sometiéndoles al gobierno de la república" execrava este por seu posicionamento favorável ao extermínio dos mapuche:

"Escrito teníamos lo anterior, cuando llegó a nuestras manos el Mercurio del 24 de mayo: al leer en sus columnas el artículo titulado CONQUISTA DE ARAUCO, en que si pide a nuestro gobierno el EXTERMINIO de los araucanos, sin más razón que la barbarie de sus habitantes i la conveniencia de apoderarnos de su rico territorio, nuestro corazón latía indignado al presentarse a nuestra imaginación un lago de sangre de los héroes araucanos, i que anhela revorcarse en ella en nombre de la civilización, es un amargo sarcasmo en el siglo en que vivimos: es un insulto a las glorias de Chile; es el paganismo exhumado de su oscura tumba que levanta su voz fatídica negando el derecho de respirar al pobre i desgraciado salvaje que no ha inclinado todavía su altiva serviz para recibir el yugo de la civilización" 118

Enquanto *El Ferrocarril* limitou-se a reafirmar sua reprovação ao uso da força contra os mapuche, atribuindo à *Revista Católica* interpretações equivocadas sobre as intenções¹¹⁹ de seus artigos, *El Mercurio* preocupou-se em revidar as acusações sofridas e em justificar seu posicionamento, suscitando um debate aberto com a Revista. Na ocasião, o periódico de Valparaíso destacou que a proposta da "civilização pela palavra" remetia a uma visão poética e idealizada dos araucanos, a qual distava da sua real natureza "altiva, indomável, feroz e ultrajante":

"No negamos el mérito literario de la producción de nuestra hermana [Revista Católica]: ella nos ha espetado un trazo poético digno de la hábil y simpática pluma

118 Idem, grifo meu.

¹¹⁶ Idem, grifo meu.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁹ Cf. Quentin Skinner. Visões da política: sobre os métodos históricos, op.cit.

del inmortal Ercilla: pero debía ver que esos hijos de Caupolicán y Lautaro son los que mataron a los náufragos del Joven Daniel, de los cuales se encuentran en su poder todavía muchos cautivos, entre ellos la señorita Elisa Bravo; que esos varones se han echado, no ha muchos días, sobre el cargamento del buque francés Mozambique, matando a uno de sus marineros, y que, no ha michos días también, han matado traidoramente algunos de nuestros soldados. Pero qué! A pesar de todo eso no debemos hacer nada contra esa noble raza!"120

Em resposta, a *Revista Católica* publicou um artigo onde expôs seu rechaço ao processo civilizador "cruel e repugnante" defendido por *El Mercurio*, reforçou a conveniência do respeito aos direitos indígenas e atribuiu à religião a tarefa de extirpar entre os mapuche seus traços "bárbaros e atrasados". Inserido em um meio intelectual predominantemente hostil, o periódico do Arcebispado de Santiago manifestou um discurso religioso que retomava o par conceitual "civilização e barbárie" e o tom paternalista presentes nas décadas anteriores. Constituía-se, assim, uma "voz dissidente" de tom conservador, mas que ao menos direcionava um olhar mais humano ao mundo indígena:

"Resulta, pues, del presente análisis: [...] 1°. Que la conveniencia no da derecho para conquistar por la fuerza a los araucanos, porque **no puede haber derecho para hacer una cosa mala**. 2°. Que la conveniencia misma, bien entendida, está en **respetar religiosamente los derechos ajenos, aun en los barbaros**, para que siempre sean respetados los nuestros. 3°. Que el fin principal que debemos proponernos en la civilización de los araucanos, no es nuestra propia utilidad, sino el **bien espiritual i material de los nobles hijos de Caupolicán i de Lautaro**, empleando para conseguir este fin todos los medios que señala como más adecuados la cristiana caridad. 4°. Que las depredaciones i atrocidades que se atribuyen a los indios, son por lo menos exageradas i no pasan regularmente de hechos particulares comunes, que de ninguna manera autorizan una **guerra injusta, cruel e inhumana**; pues atendido el carácter de los araucanos i el amor que tienen a su independencia, había de ser indudablemente una **guerra sin cuartel, una guerra de exterminio**, por más que no lo quieran los que la aconsejan o emprendan" 121

O embate com a vertente do pensamento religioso presente na *Revista Católica* parece ter atuado no sentido de conferir vitalidade e de confirmar o posicionamento contra o indígena de *El Mercurio*. Nas edições subsequentes, seus autores insistem na impossibilidade de reduzir os araucanos e de suavizar seus costumes por meio de sermões, ao mesmo tempo em que consideram as baionetas eficazes para tais fim. Além disso, no intento de deslegitimar o discurso da Igreja Católica,

¹²⁰ El Mercurio, nº 9517, 7 de junho de 1859, grifo meu.

¹²¹ Revista Católica, nº 590, 18 de junho de 1859, grifo meu.

aludem ao fato de que, embora condenasse agora o uso da força, em tempos passados a instituição recorrera às "las hogueras de la inquisición, encontrando bien hecho el que por médio de las caritativas llamas se persuadiese al protestante inofensivo y al judio industrial"¹²².

Ao fim e ao cabo, a impossibilidade de um consenso entre as duas "comunidades linguísticas" existentes na imprensa chilena era visível e foi explicitada por *El Mercurio* em sua defesa pelo emprego da força na conteção da "barbárie". Ao que tudo indica, a *Revista Católica* foi uma das poucas manifestações públicas contrárias à conquista militar da Araucania. De fato, os mapuche pareciam haver perdido o apoio consistente na sociedade chilena. Em fins da década de 1850, os "nobres filhos de Caupolicán e Lautaro" haviam sido convertidos no âmbito da opinião pública em "índios bárbaros e sanguinários". E tal transformação discursiva refletiu a capacidade da palavra em atuar sobre o campo da ação. A propagação de tal estereótipo criou o ambiente propício para a institucionalização da política estatal de expansão territorial. Reforçou a discussão em termos bélicos sobre a conquista de Arauco, justificando assim a guerra de fronteira a ser colocada em prática a partir da década seguinte¹²³

¹²² El Mercurio, nº 9532, 25 de junho de 1859, grifo meu.

¹²³ Nesse sentido, não podemos deixar de mencionar que a repressão à revolução de 1859 esteve a cargo de uma pequena divisão expedicionária comandada pelo coronel Mauricio Barbosa, que restabeleceu a presença chilena no território araucano. Os detalhes da ação militar podem ser apreendidos no texto "Campaña de Arauco por la Baja Frontera en 1859. Costumbres y reducción de los indígenas", publicado pelo militar Bernabé Chacón na Revista de Sud-América entre os anos de 1861 e 1863. Cf. Sergio Villalobos. **Relaciones fronterizas en la Araucania**, op.cit.

Anexos - Capítulo 1

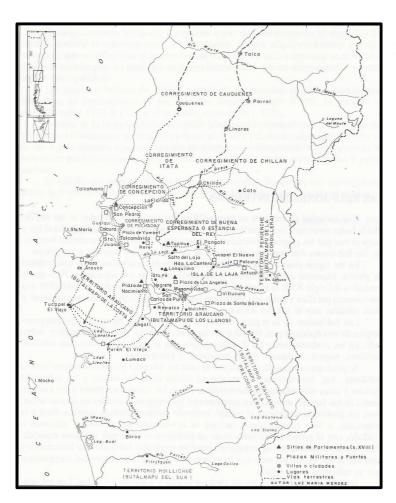


Imagem 4 – Mapa da região fronteiriça araucana no século XVIII, com suas principais cidades, vilas, praças militares e fortes

Fonte: Sergio Villalobos. Relaciones fronterizas en la Araucania. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 1982, p.114.

Imagem 5 – Em destaque,
os principais butalmapus
ou fütanmapus da sociedade mapuche do século
XVIII. O rio Bío Bío foi estabelecido enquanto fronteira entre os mundos indígena e espanhol / criollo

Fonte: Sergio Villalobos. Relaciones fronterizas en la Araucania. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 1982, p.11

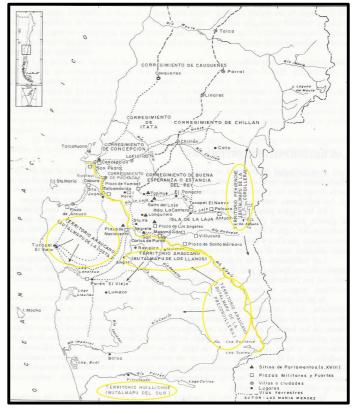


Imagem 6 - O primeiro escudo nacional chileno

Fonte: www.gob.cl

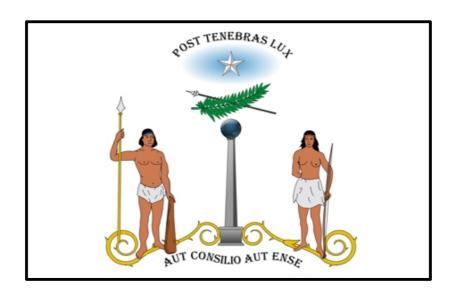


Imagem 7 – Em destaque, o Estreito de Magalhães e Punta Arenas, áreas objeto de conflitos limítrofes com a Argentina no século XIX

Fonte: www.avesdechile.cl

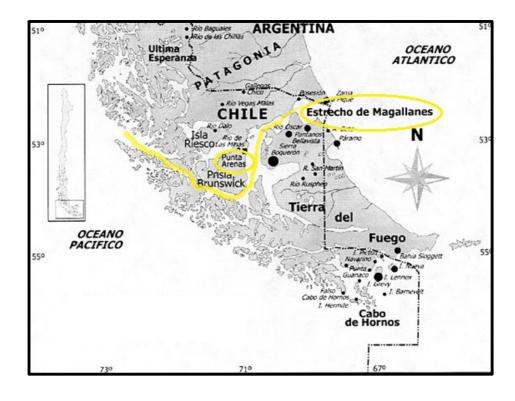
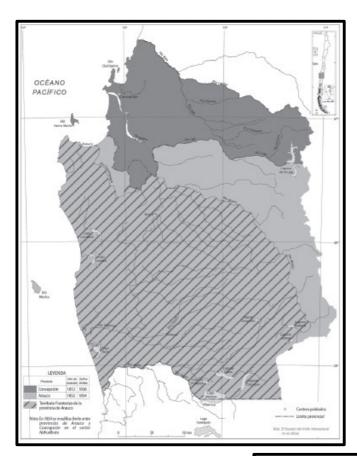


Imagem 8 – Transformações territoriais sofridas pela Província de Arauco entre 1852 e fins da década de 1860

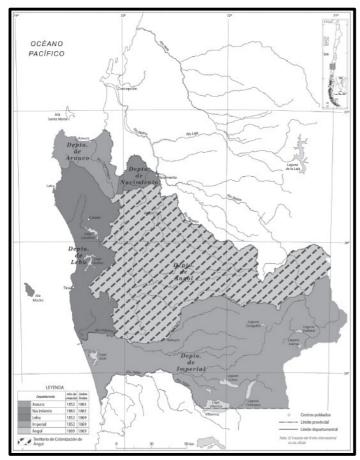
Fonte: http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-34022013000100010&script=sci_arttext



8.1. Dezembro de 1852. Representa a Província de Arauco compreendida entre os rios Laja (norte) e Toltén (sul) e, em seu interior, o Território Fronteiriço da Província de Arauco.

8.2. 1854. Registra a primeira incorporação de território à Província de Arauco, correspondente à porção sudoeste do Departamento de Lautaro, que até então constituía parte da Província de Concepción. Permanece invariável o Território Fronteiriço da Província de Arauco.





8.3. 1863. Território Fronteiriço da Província de Arauco.

8.4. Fins da década de 1860. A Província de Arauco encontra-se completamente subdividida em departamentos.

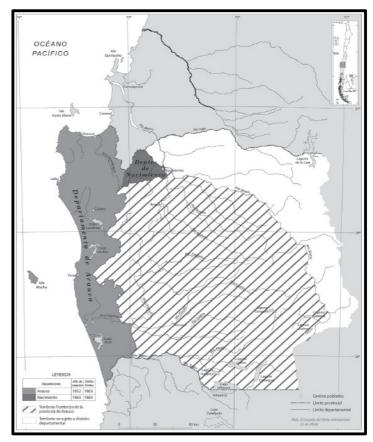
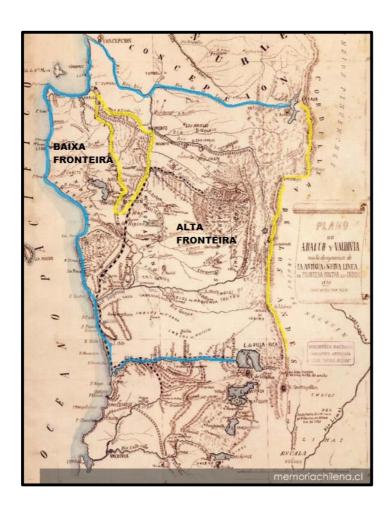


Imagem 9 – Em destaque, a Província de Arauco, subdividida em "alta fronteira" (trecho situado entre os Andes e a encosta oriental da Cordilheira de Nahuelbuta) e "baixa fronteira" (trecho situado entre a Cordilheira de Nahuelbuta e o mar)

Fonte: www.memoriachilena.cl



3. Fundando a nação a partir do Deserto: relações entre Estado argentino e grupos indígenas no contexto anterior à expansão territorial

"Si hacemos la guerra a los españoles, no tendremos mercado para nuestras pieles, ponchos, plumas, etc; de modo que en nuestro propio interés está mantener con ellos buenas relaciones, aparte de que aquí hay lugar de sobra para todos" 124

3.1. Da construção do imaginário do Deserto argentino em fins do período colonial ao Governo de Juan Manuel de Rosas e à instituição do "Negócio Pacífico dos Índios"

Ao longo do século XIX, a Argentina viu-se envolta em dilemas territoriais bastante semelhantes àqueles enfrentados pelo Chile. Após conquistar a independência política, havia sido incapaz de consolidar sua jurisdição sobre determinadas porções territoriais que pertenceram ao Vice-Reinado do Rio da Prata. Geograficamente marginalizados durante séculos, o Chaco¹²⁵, os Pampas¹²⁶ e a Patagônia¹²⁷ converteram-se progressivamente em interesse primordial do Estado argentino, que passou a reivindicá-los enquanto "herança natural" do desmantelamento do poderio espanhol em terras americanas¹²⁸. Contudo, a recuperação da unidade territorial atribuída ao Vice Reino no período colonial supunha o enfrentamento de novos obstáculos, fossem eles as disputas limítrofes com outras emergentes jovens Repúblicas hispanoamericanas ou o conflito com grupos indígenas fortemente "araucanizados"¹²⁹.

As condições naturais hostis, os altos custos de manutenção dos empreendimentos, a ausência de metais preciosos, a baixa potencialidade dos recursos a

¹²⁴ Cacique tehuelche Foyel Payllakamino Casimiro a George Musters, comandante de Carmen de Patagones, janeiro de 1870. In: Jorge Pavez Ojeda. **Cartas mapuche (siglo XIX),** op.cit.

¹²⁵ Nome derivado do vocábulo quéchua "chacú", era empregado pela população indígena para denominar a área que se estendia entre os rios Salado e Pilcomayo até as costas do rio Paraná.

¹²⁶ Território delimitado ao norte pelo rio Diamante e ao sul pelo rio Negro.

¹²⁷ Região situada ao sul dos rios Negro e Limay.

¹²⁸ Cf. Paulo Cavalieri. La Restauración del Virreinato: orígenes del nacionalismo territorial argentino. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2004. Ver anexo 10.

¹²⁹ Grupos indígenas que sofreram forte influência dos mapuche habitantes da Araucania chilena. Tais aspectos foram explorados na Introdução da Tese.

serem explorados, a resistência oferecida por diferentes grupos indígenas, o desconhecimento geográfico: esses foram alguns fatores que contribuíram para que as regiões chaquenha, pampeana e patagônica permanecessem durante um considerável período de tempo uma questão alheia à autoridade estatal em formação.

No que diz respeito especificamente aos territórios austrais da Patagônia, é interessante ressaltar que esses constituíram a área da América Meridional de mais tardia apropriação por parte da Coroa Espanhola no século XVIII. A busca pela lendária *Ciudad de los Césares*¹³⁰ constituiu um primeiro estímulo para o reconhecimento da região, ainda no século XVI. Na ocasião, o abandono de um significativo número de bovinos pelas expedições favoreceu a reprodução do gado *cimarrón*, que viria a se tornar um recurso central para a economia indígena.

Todavia, o avanço efetivo da fronteira colonial sobre essa espacialidade deu-se apenas em meados do século XVIII, em virtude da emergência de novas potências no cenário internacional e dos esforços da Coroa espanhola em afirmar sua dominação sobre áreas de crescente importância estratégica e econômica.

Com o fim da Guerra dos 7 Anos (1756-1763), as novas atividades exploratórias proporcionadas pela hegemonia mundial inglesa e a busca francesa por compensações pelos prejuízos sofridos acirraram as disputas por soberania no Atlântico Sul. Soma-se a tal situação a aprovação do Tratado de Paris (1763), que determinou a proeminência do critério de reconhecimento e ocupação defendido pelas Coroas inglesa e francesa sobre os princípios papais, que até então legitimavam as possessões hispânicas. Logo, os territórios patagônicos passaram a ser considerados *res nullius* ("terra de ninguém"), acentuando a urgência de povoamento por parte do Império Espanhol. Por fim, a criação do Vice-Reinado do Rio da Prata (1776) erigiu-se como solução para fortalecer a autoridade frente à crescente autonomia das elites coloniais, para assegurar a estabilidade nas zonas indígenas soberanas e para neutralizar as ambições expansionistas estrangeiras.

A partir da política de povoamento instituída pelo Conde de Floridablanca, secretário de Estado de Carlos III, foram fundados estabelecimentos em Bahía Sin Fondo (atual Península de Valdés), Bahía San Julian (nas proximidades das Ilhas

¹³⁰ Segundo o imaginário colonial, consistia em um misterioso povoado de origem inca, hispânica ou estrangeira, que abrigava uma população perdida e fantásticas riquezas. Dada a inexatidão de sua localização, estimava-se que poderia estar situado desde o rio Colorado até o Estreito de Magalhães. **Ver anexo 11.**

Malvinas), Puerto Deseado e no rio Colorado. Tais localidades eram consideradas estratégicas para o projeto territorial espanhol, já que proporcionavam vias de comunicação com o Reino de Chile e continham a penetração das potências rivais ao impedirem alianças entre grupos indígenas e os estrangeiros. Contudo, a ausência de um consenso no meio dirigente quanto à validade de tal política levou ao abandono de muitos estabelecimentos e contribuiu para uma significativa pendência no avanço da linha de fronteira do Vice-Reinado.

Portanto, parece plausível estabelecer paralelos entre a Araucania chilena e a região que se estendia ao sul do arco composto pelas áreas setentrionais das atuais províncias de Buenos Aires, Santa Fé, Córdoba, San Luis e Mendoza. No século XIX, momento de conformação dos Estados nacionais, ambas espacialidades consistiam em zonas de soberania incerta e meramente formal, almejadas por comunidades políticas que se consolidavam a partir da construção de sua própria territorialidade¹³¹. Além disso, constituíam espaços fronteiriços, submersos em uma realidade permeável, difusa e dinâmica. Caracterizavam-se pela circulação de ideias, pessoas, objetos, recursos e tecnologias; eram definidos e atravessados por múltiplas relações interétnicas – entre grupos indígenas e entre eles e os grupos *hispanocriollos*; sujeitavam-se a lógicas de negociação, alianças, intercâmbios e conflitos¹³².

Contudo, os Pampas e a Patagônia possuíam uma importante peculiaridade se comparados à Araucania chilena e essa dizia respeito à sua indissociabilidade da ideia do *Deserto*. No caso argentino, o Deserto não se referiu a uma materialidade na superfície terrestre, atrelada a fatores físicos da paisagem como a aridez do terreno e a ausência de água e de vegetação abundante. Atuou como um artefato discursivo, que superou o âmbito da experiência sensível ao instituir o sentido de "vazio" na Argentina¹³³.

Em linhas gerais, o Deserto converteu-se em uma metáfora carregada de uma conotação majoritariamente negativa, associada ao "espaço de experiência" vivenciado. Enquanto representação da realidade, descrevia a carência e a escassez,

¹³¹ Cf. Antonio Carlos Robert Moraes. **Geografia Histórica no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2009

¹³² Cf. María Tereza Luiz. **Relaciones fronterizas en Patagonia: la convivencia hispano-indígena a fines del período colonial**. Ushuaia: Asoc. Hanis, 2006.

¹³³ Cf. Fermín Rodriguez. **Un desierto para la nación: la escritura del vacío**. Buenos Aires: Eterna Cadencia Editora, 2010.

assumindo uma condição de exterioridade: remetia à ausência de instituições, de herança cultural, de presença humana, de acontecimento histórico ou de ordem capitalista. Essa imagem do Deserto, construída sempre em contraposição às noções de *presença* e *plenitude*, encontrava-se disseminada entre a opinião pública, conforme ilustra o artigo veiculado em um importante periódico bonaerense à época:

"Allá, al otro lado de los Andes, la conquista tenía otra clase de alicientes. Había campos cultivados, templos y palacios, cuajados de oro, calzadas y fortalezas, que más parecían obras de cíclopes que de hombres, y una fortaleza fecunda, riente, espontanea. Al Norte de la meseta en que se revuelve el más elevado lago del mundo, el misterioso Titicaca, estaba situada la ciudad sagrada de los Incas, Cusco la gentil, que encerraba en su seno todas las maravillas de una civilización desconocida, junto con el santuario del Sol, confiado a la custodia de las vestales andinas. La embriaguez del oro convirtió a veces en fieras a los soldados de la España cristiana y caballeresca. **De este lado de los Andes, no ha habido tales celos de avaricia y de perfidia insana. Ha sido la barbarie la que ha devastado con arcas enteras, ha sido el torrente del desierto, el que se ha voleado frecuentemente sobre el litoral civilizado**" 134

O Deserto trazia consigo os sentimentos de desolação, desamparo e abandono, que impunham à comunidade intelectual argentina, já no início do século XIX, o dilema de *como fundar uma nação a partir do vazio*¹³⁵. Dessa forma, a construção de um imaginário sobre o Deserto abriu portas para o desenvolvimento de um programa estético-político, responsável por estimular a transformação dessa espacialidade. Em certa medida, os Pampas e a Patagônia passaram a ser tratados como territórios em construção, repletos de potencialidades e de esperanças, que aguardavam a intervenção estatal para mobilizar o seu potencial adormecido. Por conseguinte, o conceito de Deserto também se dotava de uma forte carga semântica futura, que confirmava a possibilidade de superação da realidade vigente.

É interessante destacar que a imposição de uma condição produtiva ao Deserto condizia não apenas com os anseios da elite política, mas também com os interesses defendidos pelos proprietários de terras bonaerenses. Conforme ressalta Pedro Navarro Floria, não pode passar desapercebido o fato de que todas as iniciativas parlamentares voltadas para a incorporação dos territórios pampeano e patagônico, no contexto anterior à unificação do Estado argentino, foram expostas nas

¹³⁴ La Tribuna, nº 8668, 16/07/1879.

¹³⁵ Tulio Halperin Donghi. Una nación para el desierto argentino. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.

Câmaras Legislativas do Estado de Buenos Aires, e nenhuma na Confederação Argentina¹³⁶.

No que diz respeito à origem da classe terra-tenente bonaerense, Tulio Halperin Donghi a situa na quebra da hegemonia mercantil colonial, proporcionada pela revolução de independência nos anos 1820. Segundo ele, nesse contexto a liberação do capital comercial, em grande parte vinculado ao tráfico de escravos no estuário do Prata, abriu portas para o acesso à terra e ao gado, provocando o retorno dos comerciantes portenhos ao campo e a rápida capitalização da empresa pecuária 137.

Logo, as fortes raízes urbanas desse grupo social emergiam como uma característica distintiva. A partir do momento em que assimilavam o estilo de vida rural, mas não rompiam laços com a vida urbana, os proprietários de terra foram capazes de identificar-se com a elite política e de manter vínculos com as bases formais de poder por ela controladas. Tal situação era favorecida pelo fato da pecuária encontrar seu complemento natural em atividades mercantis, financeiras e de transporte situadas na cidade.

Entretanto, longe de implicar o preenchimento de um local "vazio", como comumente era descrito, o projeto de eliminação do Deserto pressupôs o diálogo e o enfrentamento com os grupos indígenas que ali habitavam. O alto grau de poderio político-militar e de organização social alcançados pelos nativos da região se deu graças ao já comentado processo de "araucanização", responsável ainda por estreitar os laços de intercâmbio e de parentesco entre as parcialidades de ambos os lados da Cordilheira, o que converteu a cadeia andina em um espaço alheio às fronteiras nacionais.

Os índios do Deserto argentino possuíam uma tradição de relacionamento com os *hispanocriollos*, assumindo a postura de inimizade ou de aliança conforme as circunstâncias políticas ou seus interesses específicos. Assim como os mapuche no Chile, fortaleceram-se a partir das negociações com o poder estatal, da militarização das relações de parentesco e do desenvolvimento dos núcleos letrados (as

¹³⁶ Cf. Pedro Navarro Floria. "El desierto y la cuestión del territorio en el discurso político argentino sobre la frontera sur". In: **Revista Complutense de Historia de América**. Vol.28, 2002, pp.139-168.

¹³⁷ Cf. Tulio Halperin Donghi. **La formación de la clase terrateniente bonaerense**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

secretarias mapuche), que potencializaram as redes de negócios estabelecidas com outros *longkos*, comerciantes, *hacendados* e autoridades estatais.

Também seguindo a tendência dos mapuche no Chile, os nativos da porção oriental da cordilheira andina progressivamente converteram-se em "chefaturas de um novo tipo". Eram sociedades de caráter segmental e fragmentário, nas quais a ausência de um poder coercitivo absoluto por parte dos caciques dotava os vínculos sociais de uma capacidade bastante flexível de fusão e de fissão, limitando a conformação de estruturas hierarquizadas e fixas de poder¹³⁸. Tal observação nos permite relativizar a ideia de que *ranqueles*, *salineros*, *manzaneros*, *pehuenches* e *tehuelches* constituíam unidades étnico-políticas sujeitas à legitimidade e ao domínio exclusivo de um único cacique.

Ademais, seria um equívoco interpretar as relações de fronteira em termos de um conflito entre sociedades cultural e politicamente polarizadas – a *hispanocriolla* e a indígena. Atribuir às populações nativas do Chile e da Argentina um projeto político comum, centrado no desprezo pela cultura hispânica e na preservação a "sangue e fogo" da autonomia política e territorial, seria desconsiderar a variedade e a mutabilidade das condutas políticas assumidas pelas parcialidades indígenas ao longo do processo de avanço estatal e mesmo antes, se levarmos em conta o passado colonial das mesmas. Em outros termos, seria evocar uma imagem de homogeneidade interna à sociedade indígena que nunca existiu.

Ao assumir o governo de Buenos Aires no ano de 1829, Juan Manuel de Rosas foi responsável por institucionalizar as bases de um modelo de negociação diplomática conhecida como "Negócio Pacífico de Índios", voltada para a regulação das relações entre o novo governo bonaerense e os indígenas. Sua inspiração provinha de conhecidas práticas do período colonial, quando os caciques costumavam ser generosamente alimentados e presenteados pelos espanhóis, quando da visita de autoridades ou da participação em *parlamentos*.

No intento de construir um estado unificado, Rosas estabeleceu pactos interprovinciais, para formar a chamada Confederação Argentina (1831-1861). O primeiro pacto da Confederação foi acordado somente entre as Províncias de Buenos

¹³⁸ Cf. Martha Bechis. "Los lideratos políticos en el área arauco-pampeana en el siglo XIX: ¿poder o autoridad?", Trabalho apresentado no I Congreso Internacional de Etnohistoria, Buenos Aires, 17-21 de julho de 1989 e editado em Maria de Hoyos (coord.). **Etnohistoria, publicación especial de NAyA en CD**, op.cit.

Aires, Santa Fé e Entre Rios, estendendo-se nos anos subsequentes às demais do interior. Em 1835, ao ser novamente eleito governador de Buenos Aires, cargo que ocuparia de forma ininterrupta até 1852, Rosas adquiriu poderes extraordinários que lhe permitiram dirigir e centralizar ainda mais política interna e externa da Confederação Argentina.

No âmbito interno, Rosas buscou neutralizar a influência dos unitários, que se opunham ao projeto federalista por ele defendido. Sem estabelecer uma constituição nacional ou órgãos de governo nacionais, unificou as províncias pela a imposição de uma ditadura do Partido Federal em cada uma delas. No âmbito externo, idealizou a hegemonia da Confederação na região do Prata, endossando o projeto para o restabelecimento dos contornos territoriais do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata¹³⁹.

Na gestão de Rosas, o fornecimento regular de bens e víveres aos indígenas (*raciones*, em espanhol) foi sistematizado e transformado em importante nexo econômico-social que vinculava nativos e *criollos*. Tornou-se a base mesma para o delineamento das categorias de "índios aliados" – aqueles que mantinham sua autonomia territorial" – e de "índios amigos" – aqueles que, reduzidos ou submetidos, respondiam às ordens militares ou de forças regulares do governo, estando instalados nas imediações das fronteiras¹⁴⁰. Sua prática contribuiu também para a emergência dos grandes cacicados pampeanos, em especial a Confederação de Salinas Grandes, liderada em seus primórdios por Juan Calfucurá.

Proveniente de Llaima (Chile), Calfucurá estabeleceu-se nos Pampas da Província de Buenos Aires na década de 1830. A partir da construção de uma vasta rede de relacionamento com *ranqueles*, *tehuelches*, *pehuenches*, "índios amigos", *arribanos* e *huilliches*, Calfucurá fortaleceu sua liderança, sendo capaz de convocar e mobilizar, em determinadas conjunturas, uma coalizão de distintos grupos indígenas da área pampeana-patagônica.

¹³⁹ Cf. Jorge Myers. "A revolução de independência no Rio da Prata e as origens da nacionalidade argentina (1806-1825). In: Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: região do Prata e Chile. Marco Antonio Pamplona e Maria Elisa Mäder (organização). São Paulo: Paz e Terra, 2010.

¹⁴⁰ Cf. Martha Bechis. "Fuerzas indígenas en la política criolla del siglo XIX". In: **Caudillismos rioplatenses. Nuevas miradas a un viejo problema**. Noemí Goldman; Ricardo Salvatori (compiladores). Buenos Aires: Eudeba, 1998.

Conforme explicam Andrés Bonatti e Javier Valdez, em 1834 Calfucurá aliou-se a Rosas para enfrentar um inimigo comum: os índios *boroganos*, que ocupavam Carhué, nas Salinas Grandes¹⁴¹. Pelo acordo, Calfucurá se comprometia a submeter os *boroganos* e a assentar-se na região como único soberano; em troca, Rosas lhe garantia a entrega periódica de *raciones* e a convivência pacífica com o governo de Buenos Aires.

Entretanto, é importante distinguir os alcances obtidos pela confederação indígena de Calfucurá do exercício de seu cacicado, isto é, da relação mais estável de autoridade estabelecida entre este chefe e seus seguidores mais próximos. Nesses termos, confirma-se o caráter segmentário do mundo indígena em foco: Calfucurá não foi porta-voz de uma "unidade indígena", tampouco exerceu domínio permanente e absoluto sobre amplas parcialidades indígenas¹⁴².

A partir do "Negócio Pacífico de Índios", as *raciones* converteram-se em parte determinante da lógica interna das comunidades indígenas na Argentina. Supriram sua carência material, com o fornecimento de animais, ervas, açúcar, tabaco, álcool, vinho, roupa; tornaram assimétrica a relação entre *longkos* e *conas* a partir da apropriação diferenciada de elementos dotados de valor simbólico, como vidro, cerâmica, estribos de prata, uniformes militares e armamentos. Finalmente, serviram para estimular os conflitos entre os chefes de família com menos capacidade de gestão ante as autoridades republicanas.

Como atestam Julio Vezub e Rolf Foerster, essa realidade consistiu em uma diferença fundamental entre a política indigenista chilena e argentina. Enquanto no primeiro caso o governo dispôs anualmente de uma quantidade ínfima de recursos para o entretenimento dos nativos que iam a Concepción e para o pagamento mensal de soldos aos *longkos*, os governos de Buenos Aires valeram-se de centenas de milhares de pesos para manter a política implementada por Manuel de Rosas¹⁴³.

Contudo, seria equivocado interpretar a política de Rosas como uma expressão da debilidade dos indígenas e de sua submissão total aos interesses *hispanocriollos*. Por um lado, é inegável que, com o avançar do século, esta contribuiu para a

¹⁴¹ Andrés Bonatti y Javier Valez. **Una guerra infame. La verdadera historia de la Conquista del Desierto**. Buenos Aires: Edhasa, 2015.

¹⁴² Cf. Ingrid de Jong. "Armado y desarmado de una confederación: el liderazgo de Calfucurá en el período de la organización nacional". **Quinto Sol**, nº 13, 2009, pp.11-45.

¹⁴³ Cf. Rolf Foerster; Julio Vezub. "Malón, ración y nación en las pampas: el factor Juan Manuel de Rosas (1820-1880)". **HISTORIA**, nº 44, vol.2, julio-diciembre 2011, pp.259-286.

imposição da soberania do Estado nacional sobre os territórios austrais. Implicou o disciplinamento dos batalhões de "índios amigos", o controle relativo das alianças indígenas e a redução considerável do número de *malones*¹⁴⁴, na medida em que sua suspensão era pré-requisito para a assinatura e manutenção dos acordos de paz. Progressivamente, as invasões armadas às estâncias, voltadas para o roubo de gado, o rapto de mulheres e crianças ou simplesmente o manejo do pânico sobre os brancos se reduziram a atos isolados. Costumavam ser protagonizadas por indivíduos subalternos ou periféricos à influência dos *longkos*, o que por vezes suscitou queixas daqueles interessados na continuidade dos negócios pacíficos com os brancos.

Por outro lado, não se pode desconsiderar que o "Negócio Pacífico de Índios" representou o reconhecimento dos nativos enquanto interlocutores políticos e atores relevantes na política provincial, dando continuidade à tradição colonial de contratos e acordos. Expressou também a aceitação de suas territorialidades e da circulação de pessoas e bens que as mesmas favoreciam. Na lógica de pensamento indígena, a exigência das *raciones* era justificada a partir de dois critérios: o da governabilidade – uma contrapartida pela manutenção da disciplina militar e política sobre os demais índios da comunidade – e o da autoctonia – um pagamento pelo arrendamento das terras ocupadas pelo Estado nacional¹⁴⁵.

Entre março de 1833 e maio de 1834, Juan Manuel de Rosas organizou uma Campanha ao Deserto, que visava à transposição da linha de fronteira até o rio Negro. Ainda que a operação tenha permitido o avanço da fronteira interior em 29.000 léguas, com o controle efetivo da região que se estendia até Bahia Blanca e Carmen de Patagones, as guarnições fixadas na ilha de Choele Choel e nas margens do rio Negro foram progressivamente abandonadas, dada a ausência de um plano de ocupação definitiva do território 146.

¹⁴⁴ Julio Vezub e Rolf Foerster apontam para a necessidade de distinção entre três tipos de ações bélicas realizadas pelos indígenas que costumam ser tratadas de maneira homogênea. Estas são: *tautulún* (objetiva a vingança), o *malón* ou *maloca* e o *weichán* (objetiva a defesa do território ou o rechaço ao avanço da fronteira estatal).

¹⁴⁵ O critério de autoctonia expressa que os *longkos*, por se conceberem parte de uma comunidade anterior à existência do Estado nacional, exigiam ser respeitados tal como o eram as províncias e seus governadores.

¹⁴⁶ Para um balanço mais detalhado dos resultados obtidos pela expedição de Rosas cf. Juan Carlos Walther. La conquista del desierto: síntesis histórica de los principales sucesos ocurridos y operaciones militares realizadas en la pampa y Patagonia, contra los indios (años 1527-1885). Buenos Aires: Círculo Militar, 1948. Ver anexo 12.

Convulsionados por conflitos que consumiram a atenção dos dirigentes civis e militares, o governo bonaerense e as demais províncias que viriam a compor a Argentina foram incapazes de promover políticas de expansão territorial de tom nacional até a década de 1870. Em fevereiro de 1852, a derrubada do governo de Rosas levou à presidência da Confederação Argentina a ser assumida por Justo José de Urquiza, governador da província de Entre Rios¹⁴⁷.

De um modo geral, Urquiza foi bem sucedido em seu intento de prover o conglomerado de províncias da Confederação de uma constituição nacional. Em maio de 1852, a reunião de governadores em San Nicolás definiu as bases para a convocação de um Congresso Constituinte. Na visão dos portenhos, os termos do acordo selado em San Nicolás eram bastante prejudiciais, pois não atribuíam à província uma representação equivalente à sua relevância econômica e social¹⁴⁸.

Como consequência, enquanto os demais governadores apoiaram o projeto de Urquiza e aceitaram a constituição promulgada em 1853, Buenos Aires, sob a influência de Valentín Alsina e Bartolomé Mitre, declarou-se Estado Livre e se separou da Confederação em novembro de 1852. Em 1860, Buenos Aires foi reintegrado à Confederação Argentina a partir de um tratado de paz bastante benévolo, que lhe permitiu discutir algumas reformas no texto constitucional. No ano seguinte, coube aos portenhos renegociar os termos de sua inserção no novo estado republicano e federal após sua vitória na Batalha de Pavón.

Embora a submissão de novos territórios austrais à jurisdição estatal não tenha obtido avanços significativos durante esse conturbado contexto político, o mesmo não se pode afirmar a respeito dos acordos estabelecidos entre as autoridades *criollas* e os grupos indígenas pampeanos. Em meio aos conflitos entre unitários e federalistas que se delinearam após a queda de Rosas, Juan Calfucurá emergiu como o grande protagonista. Soube jogar com as rivalidades entre Buenos Aires e

¹⁴⁷ A insistência de Juan Manuel de Rosas em monopolizar o comércio exterior através do porto e da aduana de Buenos Aires foi responsável pelo rompimento de Justo José de Urquiza com a Confederação Argentina. O governador de Entre Rios comandou um exército integrado por efetivos das províncias litorâneas, do Brasil e do Uruguai, por exilados liberais e por forças francesas e britânicas. Seu primeiro ato de governo foi decretar a livre navegação dos rios e habilitar seus portos e aduanas para o comércio internacional.

¹⁴⁸ Duas cláusulas estabelecidas em San Nicolás atingiram diretamente os interesses portenhos. Em primeiro lugar, a representação igualitária no Congresso, que rompia com a tradicional primazia numérica de Buenos Aires em função de seu maior número de habitantes. Em segundo lugar, a declaração de que as províncias concorriam proporcionalmente com o produto de suas aduanas exteriores para custear os gastos provenientes da administração nacional. Essa determinação pesava sobretudo sobre os cofres públicos de Buenos Aires.

a Confederação, o que lhe permitiu manter relações próximas com os dois grupos em disputa e pôr em prática seus projetos políticos e econômicos¹⁴⁹.

As correspondências intercambiadas entre Calfucurá e as autoridades *criollas* e indígenas revelam um discurso bastante crítico em relação aos unitários portenhos. Em certa ocasião, descreveu-os a Juan Catriel como "unos perros hambrientos" que "han despedazado cuanto había tenido Juan Manuel de Rosas"¹⁵⁰. Em outra oportunidade, alertou Manuel Baigorria para o fato de que "si andamos desunidos seremos maltratados por los de Buenos Ayres, que intentan acabar con nosotros lo cual que estando unidos no cumplirán sus deseos"¹⁵¹.

Baigorria, membro do Partido Unitário, viveu entre os *ranqueles* desde 1831 até 1852, quando abandonou as *tolderias* para integrar as filas do exército de Justo José de Urquiza. Nascido na Província de San Luis em 1809, o militar uniu-se aos *ranqueles* no intuito de expulsar Rosas do poder e de vingar-se pelas invasões e assassinatos cometidos durante a Campanha ao Deserto. Em troca do apoio dessa parcialidade indígena no conflito contra os rebeldes de Buenos Aires, os unitários respeitaram seus territórios e permitiram a realização de *malones* nas zonas fronteiriças da campanha bonaerense.

A desconfiança e a inimizade nutridas em relação aos dirigentes do Estado Livre de Buenos Aires também resultaram no estabelecimento de uma relação de matizes políticos e pessoais entre Calfucurá e Justo José de Urquiza. Entretanto, embora nunca tenha escondido sua preferência pela Confederação Argentina, o longko salinero jamais deixou de buscar alianças com os portenhos. Em carta dirigida ao Presidente da Confederação Argentina, Calfucurá buscou esclarecer a adoção de um posicionamento político aparentemente contraditório:

"Mi querido Hermano cuando ha llegado mi hijo Namuncura he sabido de que usted tiene muchos enemigos en Buenos Ayres no lo dudo porque usted es federal lo mismo que yo lo soy y siempre lo he sido por eso no dudare de que yo también he de tener muchos enemigos, pero aunque yo ago ahora paz con ellos no crea que yo me he de dar a ellos. No nunca porque yo soy muy patriota e he siempre trabajado por el partido federal que es la opinión que yo siempre he abrazado

¹⁴⁹ Cf. Gabriel Passetti. **O mundo interligado: poder, guerra e território nas lutas entre Argentina e Nova Zelândia (1826-1885).** Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

¹⁵⁰ Juan Calfucurá à delegação de índios de Juan Catriel, 1855. In: Carlos Martinez Sarasola. **La Argentina de los caciques: o el país que no fue**. Buenos Aires: Del Nuevo Extremo, 2012, pp.205-206.

¹⁵¹ Juan Calfucurá a Manuel Baigorria, 01/12/1857. In: Jorge Pavez Ojeda. **Cartas mapuche** (**siglo XIX**), op.cit, p.302.

y que en ella me ha criado por eso no crea mi querido hermano que yo lo he de falcear nunca a mi hermano porque siempre he sido federal y siempre lo cere como eran los Casiques Melipan y Venancio pues puede creer mi hermano que si yo me doi ahora con los Porteños no es de todo mi corazón sino para obedecer a mi hermano como siempre lo he hecho porque ya tengo la sangre Colorada sangre de federal y no como los Porteños que hasta las puertas y ventanas las tienen verdes y azules"¹⁵²

Dizendo-se partidário dos federalistas e tendo confiado a Urquiza o apadrinhamento de seu filho Manuel Namuncurá, Calfucurá justificou as negociações mantidas com Bartolomé Mitre a partir de questões de ordem econômica. Tal argumentação fica bastante explícita na comunicação estabelecida com Ignacio Rivas¹⁵³, comandante da fronteira sul, apenas quatro dias após a carta enviada a Urquiza:

"Querido compadre: [...] le doy a saber que me he dispuesto en mandar la comisión [a Buenos Aires], como usted me lo dijo, porque aquí no hay ha vacas ni yeguas; la gente cuando va a las boleadas para juntar plumas, se les mueren algunos caballos, o ellos mismos se quiebran; y le diré también que cuando mi gente va al Azul y llevan algún cuero y plumas, todo les pagan menos que a los cristianos, y si compran todo lo pagan más caro, y así es que conforme usted me dijo de mandar una comisión a Buenos Aires, que sería bueno, me puse a pensar y consideré que haría bien de mandar; y ya le doy a saber que me he dispuesto a mandarla, para ver si el Gobierno me los regala" 154

Calfucurá tinha plena ciência de que sua força política, seu prestígio social e até mesmo o abastecimento de sua comunidade dependiam das relações comerciais com os pecuaristas bonaerenses. Essa foi a provável razão para que o *salinero*, nas vésperas do desfecho do conflito entre unitários e federalistas, tenha optado pela neutralidade, mesmo diante da declarada amizade com Justo José de Urquiza.

¹⁵² Juan Calfucurá a Justo José de Urquiza, 22/04/1861, grifo meu. In: Jorge Pavez Ojeda. **Cartas mapuche (siglo XIX),** op.cit, p.338.

do Paraguai, na supressão da rebelião de López Jordán e na Revolução de 1874, a favor de Bartolomé Mitre. Seu contato com a realidade da fronteira pampeana teve início no ano de 1855, quando foi enviado para a localidade de Azul para fundar o forte Olavarría. Em 1858 ascendeu ao grau de coronel e foi nomeado comandante da fronteira sul. Após a Guerra do Paraguai, regressou a Buenos Aires e tornou-se comandante da fronteira sul da Província de Buenos Aires. Após ter sido derrotado em 1874, foi preso e afastado do Exército, embora Nicolás Avellaneda tenha lhe concedido o indulto meses depois. Em 1877 foi reincorporado às Forças Armadas, mas não recuperou o direito de comandar tropas, por ser considerado pouco confiável. Por esse motivo, não participou da Campanha do Deserto de Julio Argentino Roca.

¹⁵⁴ Juan Calfucurá a Ignacio Rivas, 26/04/1861, grifo meu. In: Jorge Pavez Ojeda. **Cartas mapuche** (**siglo XIX**), op.cit, p.345.

Justificou sua escolha por abster-se das contentas políticas no Rio da Prata afirmando que "no estoy en estas tierras por mi gusto, ni tampoco soy de aquí, sino que fui llamado por don Juan Manuel, porque estaba en Chile y soy chileno" 155. Logo, expôs a Emilio Conesa¹⁵⁶, aliado de Bartolomé Mitre, o desejo de manter a paz com todos os *criollos*, sem distingui-los em termos de seus ideais políticos:

"Querido hermano: también le diré que yo nunca he ido a invadir a ninguna parte por mi voluntad, sino porque me han hecho llamar que les fuera a ayudar. Pero ahora le digo también que ya basta por mi parte; yo he sabido que están formando batallones y escuadrones para pelear entre ustedes; pero yo le respondo que yo no he de ir a ayudar a ninguno; también le diré que he hecho juntar todos mis caciques y les he dicho que estaba haciendo las paces con mi compadre Rivas, y les pregunté que hacia bien y me contestaron que si, que era muy bien hecho; que hiciera yo la paz; entonces yo les dije que después que hiciera yo la paz, si estarían sujetos a mis órdenes; que si no me harían quedar mal; me contestaron todos que no me habían de hacerme quedar mal; que no irían a invadir ninguna parte"157

Como forma de comprovar sua disposição em estreitar laços com os portenhos, Calfucurá buscou desvincular-se das invasões realizadas às estâncias bonaerenses. Demonstrando-se um político bastante habilidoso, o longko atribuiu uma parcela da responsabilidade pelos malones a Urquiza, afirmando que "yo nunca he ido a invadir por mi orden a ninguna parte, sino porque el presidente Urquiza me ordenaba que le fuera a ayudar con toda mi gente" 158. Em outros momentos, acusou os ranqueles de lhe imputarem injustamente a culpa pelas invasões, lançando luz sobre as cisões e rivalidades que existiam no próprio meio indígena. Com a ambição de reforçar sua liderança e galgar a confiança dos portenhos, comprometeu-se com Emilio Conesa a denunciar os roubos organizados pelos demais caciques:

"También le diré que antes cuando gobernaba don Juan Manuel, con él habíamos hecho las paces para siempre; y entonces iban los ranqueles a invadir, y Rosas me mandaba decir que es un pícaro Calfucurá, que manda siempre invadir; y entonces le contesté que yo no gobernaba esa indiada: que ellos tenían su jefe aparte, y que

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ Emilio Conesa (1821-1873) teve participação destacada nas guerras civis argentinas, na Guerra do Paraguai e na repressão à rebelião de López Jordán. Uniu-se a Juan Lavalle na campanha contra Juan Manuel de Rosas em 1840 e exilou-se em Montevideo após a morte de seu chefe. Combateu sob as ordens de Justo José de Urquiza na Batalha de Caseros e apojou a revolução que separou o Estado de Buenos Aires da Confederação Argentina. Defendeu Bartolomé Mitre na Batalha de Cepeda e auxiliou Urquiza na elaboração do Pacto de San José de Flores.

¹⁵⁷ Juan Calfucurá a Justo José de Urquiza, 22/04/1861, grifo meu. In: Jorge Pavez Ojeda. Cartas mapuche (siglo XIX), op.cit, p.338.

¹⁵⁸ Juan Calfucurá a Ignacio Rivas, 26/04/1861. In: Jorge Pavez Ojeda. Cartas mapuche (siglo **XIX)**, op.cit, p.345.

a más de eso estaban muy retirado aquí de ellos; que por eso no los podía gobernar; pero que le avisaría cuando fuesen a invadir; y que él de ese lado les pegase golpes, que yo también de aquí les pegaría; y así le digo a mi hermano que cuando tengamos la paz firme, si algunos caciques quieren ir a robar, yo les avisaré para que los castiguen; que yo también haré lo mismo aquí^{3,159}

3.2. Transformações significativas nas relações entre Estado nacional e grupos indígenas: a década de 1860 como ponto de inflexão na política indigenista argentina

Como visto, a ocorrência de episódios violentos na fronteira araucana ao longo da década de 1850, cujo ápice se deu com a revolução de 1859, representou um importante ponto de inflexão na política indigenista chilena. Nessa mesma temporalidade, também a unificação política resultante da derrota das forças da Confederação Argentina para o exército mitrista, na Batalha de Pavón, implicou transformações significativas para as forças indígenas na sua dinâmica interna e externa. A análise das correspondências intercambiadas entre as principais chefaturas e as autoridades argentinas nos permite entrever os novos matizes assumidos pelo relacionamento entre nativos e Estado nacional na década de 1860.

Assim, por exemplo, no início de 1863, o então Presidente da República Argentina, Bartolomé Mitre, dirigiu-se a Juan Calfucurá no intuito de queixar-se das recentes invasões ocorridas e de alertá-lo sobre as prováveis implicações do descumprimento dos tratados de paz previamente acordados. Adotando um discurso de tom paternalista, mas ao mesmo tempo incisivo e desafiador, Mitre afirmou:

"Pero no puedo dejar de decir a usted que me sorprende que los mismos indios que están a sus órdenes, sean lo que nos invaden, como acaban de hacerlo ahora. Esto no puede ser, pues estando yo en paz y amistad con usted, no es posible que una parte de sus mismos indios vengan a robarnos, desobedeciendo sus consejos y órdenes. O la paz es como debe ser, castigando usted a los indios que lo desobedecen, o seamos francamente enemigos, haciéndonos la guerra con lealtad. No podemos continuar tratándonos como amigos si una parte de sus indios me hace la guerra como enemigos. Esperando su respuesta sobre ese punto, le diré con franqueza que por lo que hace a usted y los indios que obedecen sus órdenes, y que están en paz con nosotros, yo los he de mirar como hijos y los he de atender en todo, y les he de dar para que vivan bien. Estamos en paz y ustedes han de

¹⁵⁹ Juan Calfucurá a Emilio Conesa, 27/04/1861. In: Jorge Pavez Ojeda. **Cartas mapuche** (**siglo XIX**), op.cit, p.352, grifo meu.

tener en mi un padre cariñoso y de buen corazón; pero no he de transigir con los ladrones, y no he de cesar de perseguirlos hasta exterminarlos"¹⁶⁰

Em resposta, Calfucurá expressou sua insatisfação frente às acusações feitas por Mitre. Para ele, não existiam fundamentos para que lhe fosse imputada a participação nos referidos *malones*, na medida em que era um homem de palavra, que vivia bem com todos e que não era louco a ponto de descumprir o convênio de paz estabelecido ¹⁶¹. Contudo, este não foi o principal argumento apresentado pelo *longko* para eximir-se da responsabilidade sobre as invasões. O seguinte trecho de uma carta dirigida a Bartolomé Mitre no ano de 1864 evidencia o discurso mobilizado de modo mais recorrente por Calfucurá para referir-se a tal questão:

"Querido hermano: pues la cara se me cae de vergüenza en decirle; pues como yo no soy cómplice, mando a usted para dar una satisfacción. Creo que mi compadre Rivas había dado en contra mía por motivo que le robaron una hacienda, que yo no soy cómplice en este robo; y separa usted que yo no autorizo a ningún ladrón para que ande robando. Lo mismo había dicho el comandante de Bahía [Blanca], pues dijo a usted que yo soy un hombre que nunca monto a caballo, pues a causa de estos robos estoy muy avergonzando en que dirán sus jefes que yo tengo culpa; pues digo a usted por la luz del día, como que yo no tengo culpa, ni como lo negro de la uña; así es que mando a usted. Bien sabe usted que yo sólo no gobierno. Hay muchos caciques que no están a mis órdenes y estos cuando salen a robar, se toman en decir: soy de la gente del General Calfucurá..."

O que à primeira vista pode soar como um simples pretexto de Calfucurá visando camuflar seus verdadeiros interesses econômicos ou evitar represálias por parte das autoridades nacionais, evidencia na realidade a transformação das relações intra e interétnicas em curso na Argentina. Ao frisar a incapacidade de conter os "índios ladrões" e de sujeitá-los ao projeto de viver em paz com os *criollos*, o *longko* reconheceu a paulatina debilitação de seu poder de convocatória sobre as parcialidades indígenas antes agrupadas sob a Confederação de Salinas Grandes.

Conforme aponta Ingrid de Jong, a nova política de celebração de acordos e de tratados de paz implementada pelas presidências de Bartolomé Mitre (1862-1868), Domingo Faustino Sarmiento (1868-1874) e Nicolás Avellaneda (1874-

¹⁶⁰ Bartolomé Mitre a Juan Calfucurá, 10/01/1863, grifo meu. In: Jorge Pavez Ojeda. **Cartas mapu-che (siglo XIX),** op.cit, p.376.

¹⁶¹ Juan Calfucurá a Bartolomé Mitre, 08/03/1863. In: Jorge Pavez Ojeda. **Cartas mapuche (siglo XIX),** op.cit, p.376.

¹⁶² Juan Calfucurá a Barolomé Mitre, 06/06/1864, grifo meu. In: Jorge Pavez Ojeda. **Cartas mapu-che (siglo XIX)**, op.cit, p.426.

1878) foi responsável por incrementar a capacidade do Estado nacional de ordenar e condicionar o comportamento político dos nativos¹⁶³. Isso porque as instituições fronteiriças funcionaram como instrumentos de intervenção sobre aspectos básicos da sociabilidade e da organização político-territorial indígena, tais como a religião, o comércio, a justiça e a dispersão territorial¹⁶⁴.

Diferentemente dos tratados pactuados no período colonial, os novos acordos celebrados no período de organização nacional eram fruto de um monismo jurídico. Deixaram de ser pensados como tratados internacionais com nações estrangeiras para serem concebidos como assuntos de política doméstica ou interior, de modo que os indígenas passavam a ter a mesma condição atribuída ao restante das populações subordinadas.

Ademais, ainda que a estrutura segmental da sociedade indígena pampeana admitisse constantes fissões e recomposições de alianças, o Estado argentino adquiriu progressivamente o poder de intervir em dita flexibilidade. Acentuou uma pulverização de poderes e comandos endógena à própria comunidade aborígene. Embora não levasse à perda total da autonomia ou da autoridade exercida pelos grandes cacicados, a retomada dos métodos diplomáticos visando à estabilização das relações interétnicas nos anos posteriores à queda de Rosas implicou uma necessária reorganização do mapa político indígena. Uma política fronteiriça que seguisse as práticas coloniais do Império espanhol, reconhecendo a autonomia dos povos não submetidos à autoridade estatal, se tornara incompatível com o novo marco teórico do Estado nação.

Nesse sentido, ao se aproximarem da fronteira, muitos caciques uma vez ligados a Calfucurá passaram a privilegiar o vínculo com o governo nacional ante as oportunidades de confederar-se sob sua liderança. De fato, esse novo período abriu portas para a formalização e a sistematização de importantes tratados de paz particulares¹⁶⁵. Assim, foram perfilando-se parcialidades indígenas dotadas de uma

 ¹⁶³ Cf. Ingrid de Jong. "Armado y desarmado de una confederación: el liderazgo de Calfucurá en el período de la organización nacional". Quinto Sol, op.cit.
 164 Cf. Ingrid de Jong. "Las prácticas diplomáticas en los procesos de expansión estatal: tratados de

¹⁶⁴ Cf. Ingrid de Jong. "Las prácticas diplomáticas en los procesos de expansión estatal: tratados de paz y parlamentos en Pampas y Araucanía". In: Ingrid de Jong; Antonio Escobar Ohmstede (coords y eds). Las poblaciones indígenas en la conformación de las naciones y los Estados en la América Latina decimonónica, op.cit.

¹⁶⁵ Se levarmos em consideração apenas a década de 1860, podemos citar três tratados de paz firmados entre o governo da República Argentina e as parcialidades indígenas: em maio de 1863, o do *manzanero* Valentín Sayhueque; em maio de 1865, o do *ranquel* Mariano Rosas e, em outubro 1866, o de Juan Calfucurá.

maior independência, de uma clara demarcação territorial e de representantes políticos mais hierarquizados e estáveis, o que justifica a "perda de controle" sobre os *malones* clamada pelo *longko salinero*.

Manzaneros, ranqueles e tehuelches são exemplos de grupos que, nesse contexto, fortaleceram seu poder representativo em função das negociações com as autoridades bonaerenses. Tais mudanças explicam, em primeiro lugar, o fato de uma parcela dos ranqueles não ter se submetido ao projeto "pacífico e amistoso" de Calfucurá, levando-o a comunicar com certa constância o planejamento de invasões, em troca de dinheiro ou de bens materiais. Justifica também o reforço da aliança estabelecida entre salineros e os mapuche da porção ocidental da Cordilheira dos Andes, cujas visitas aos Pampas argentinos tornaram-se cada vez mais recorrentes.

Portanto, a longo prazo, a multiplicação das cabeças negociadoras dos interesses grupais repercutiu na fragmentação das alianças que a Confederação de Salinas Grandes havia mobilizado até a década de 1850. Essa "contração do tecido social" viria a ser responsável por isolar diferentes unidades políticas e por limitar a capacidade de resistência daquelas que se opunham aos projetos de expansão estatal.

3.3. A institucionalização do Estado argentino: a Guerra do Paraguai, a formação da opinião pública e os debates parlamentares na formação de novas bases da política indigenista

A presidência de Bartolomé Mitre foi responsável não apenas por cristalizar as novas bases do relacionamento entre os grupos indígenas e as autoridades *criollas*, mas também por impulsionar o processo de institucionalização e de unificação política do Estado argentino, dando origem àquilo que Alberto Lettieri denominou de "República das Instituições" A partir de então, teve início a construção de um regime republicano dotado de uma pretensão nacional, visando garantir o ingresso da Argentina nos padrões capitalistas e civilizatórios da Europa Ocidental.

-

¹⁶⁶ Cf. Alberto Lettieri. La República de las Instituciones. Proyecto, desarrollo y crisis del régimen político liberal en la Argentina en tiempos de la organización nacional (1852-1880). Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

Embora o projeto de inserção no conjunto das ditas "nações civilizadas" também adquirisse centralidade no pensamento político da intelectualidade chilena, no caso argentino este esteve caracterizado por problemáticas e matizes diferenciados. Na visão de Mitre, o Estado nacional em questão necessitaria estabelecer uma inquestionável relação de dominação sobre as províncias que o compunham, em prol da articulação dos interesses da comunidade em seu conjunto. Frente ao espírito provinciano da opinião pública e dos dirigentes portenhos, julgou imprescindível a existência de uma autoridade concentrada e incontestável, que lhe permitisse exercer a repressão sobre os desconformes e reclamar a representação política de toda a sociedade argentina.

O processo de institucionalização das bases do Estado mitrista acirrou os ânimos políticos na Argentina e resultou na divisão das autoridades liberais em dois grupos. Os partidários do "federalismo hegemônico", defendido pelo Executivo, consideravam um eventual predomínio das províncias uma fonte de anarquia perpétua e uma ameaça à construção de uma nação coesa. Em contrapartida, o "autonomismo defensivo" de Adolfo Alsina¹⁶⁷, inspirado em um espírito confederacionista, privilegiava os direitos das províncias e advogava limites ao avanço do governo central¹⁶⁸.

Tais conflitos político-partidários acirraram-se durante a presidência de Domingo Faustino Sarmiento, que se valeu de um alto grau de concentração do poder para subordinar as forças políticas provinciais à autoridade do governo central e para pôr em marcha a expansão do tecido institucional estatal. Em sua força adquirida pelo processo de institucionalização e de centralização administrativa, o Estado

¹⁶⁷ Adolfo Alsina (1829-1877) foi um importante político e jurisconsulto argentino. Dentre os papeis de destaque por ele assumidos estavam: membro do Partido Unitário, fundador do Partido Autonomista (1862), governador da Província de Buenos Aires (1866-1868), vice-presidente da República Argentina (1868-1874), fundador do Partido Autonomista Nacional e Ministro da Guerra e Marinha (1874-1877). Como veremos, Alsina exerceu um papel central no delineamento da política de expansão territorial do Estado argentino na década de 1870.

¹⁶⁸ A divisão entre o Partido Nacional (*mitrismo* ou *nacionalismo*) e o Partido Autonomista (*alsinismo* ou *autonomismo*) deu-se a partir dos debates sobre a capital da República argentina ocorridos durante a presidência de Bartolomé Mitre. A solução conciliatória encontrada para tal questão foi o estabelecimento de um sistema federal, no qual o Governo Nacional compartiria a hegemonia com Buenos Aires e Entre Ríos, que continuariam gozando de um amplo grau de autonomia. Dessa forma, enquanto as duas províncias participariam de uma espécie de confederação de estados, o Governo Nacional imporia sobre as demais uma concepção hegemônica do federalismo. Cf. Alberto Lettieri. La República de las Instituciones. Proyecto, desarrollo y crisis del régimen político liberal en la Argentina en tiempos de la organización nacional (1852-1880), op.cit.

Foi nesse contexto de crescente institucionalização e centralização em que, seguindo a tendência geral do periodismo no continente americano, a opinião pública argentina assumiu a matriz mais estável e profissional da grande imprensa. Até então, diários como *El Nacional*, *La Tribuna* e *La Nación Argentina* haviam se caracterizado pela adoção de um estilo aguerrido, sendo porta vozes de doutrinas políticas de setores específicos ou recebendo subvenções governamentais. Entretanto, os novos periódicos, como *La Prensa* e *La Nación*, apresentavam uma imagem de respeito aos adversários e sugeriam um tom reflexivo. Atuavam menos como um "posto de combate político" e aproximavam-se mais do modelo de uma "tribuna de opinião", reforçando seu caráter informativo e seu distanciamento em relação à participação política partidária estrito senso.

Analisemos brevemente as características dos periódicos argentinos abordados na tese. Fundado em 1852, *El Nacional* constituiu o paladino da causa portenha e caracterizou-se pela mordaz e constante prédica opositora, não obstante o auxílio econômico fornecido por Justo José de Urquiza. Foi dirigido por Dalmacio Vélez Sarsfield, advogado de Córdoba que ocupara cargos ministeriais durante as presidências de Bartolomé Mitre e Domingo Faustino Sarmiento, e dentre seus colaboradores estavam o próprio Mitre, Vicente López, Miguel Cané, Pedro Echägue, Nicolás Avellaneda e Domingo Faustino Sarmiento.

La Tribuna, fundado em 1853 por Mariano e Héctor Florencio Varela¹⁷⁰, representou em seus primórdios o oposicionismo portenho ao governo de Justo José de Urquiza. Se comparado a *El Nacional*, cujo discurso político prezou pela moderação e pela fundamentação racional, *La Tribuna* caracterizou-se por uma postura

¹⁶⁹ David Rock. **Argentina (1516-1987): from spanish colonization to Alfonsín**. Los Angeles: University of California Press, 1987.

¹⁷⁰ Mariano e Héctor Florencio Varela eram filhos de Florencio Varela (1807-1848), membro do Partido Unitário que se viu obrigado a emigrar para Montevideo em 1829, em virtude da ascensão de Juan Manuel de Rosas ao poder.

mais incisiva e violenta. Considerava Urquiza um tirano nos moldes de Juan Manuel de Rosas e aconselhava o governo de Buenos Aires que manejasse com mãos de ferro as relações com as autoridades federais, já que estas poderiam traí-lo a qualquer momento.

Por fim, na década de 1870, *La Nación* surgiu como a concretização de um projeto de Bartolomé Mitre, que assumiu junto a José María Gutiérrez¹⁷¹ a redação do periódico. Ao ex-presidente e agora senador fazia-se difícil sustentar sua família, pois contava apenas com o recebimento de um salário durante os meses de funcionamento da Câmara Alta. Logo, o retorno ao exercício ativo do periodismo representou uma alternativa de subsistência pessoal, ao mesmo tempo em que lhe permitia reforçar sua participação na arena política.

Desde o seu nascimento, *La Nación* buscou enquadrar-se na nova tendência assumida pela imprensa a partir de meados do século XIX: a matriz crescentemente institucionalizada, caracterizada pelo caráter informativo, pelo tom serenos das opiniões expostas e pelo distanciamento em relação à política partidária. Dessa forma, o seu primeiro editorial, intitulado "Nuevos horizontes" e assinado por Mitre, definiu da seguinte maneira a estratégia periodística adotada por *La Nación*:

"El nombre de este diario, en sustitución del que le ha precedido, *La Nación* reemplazando a la *Nación Argentina*, basta para señalar una transición, para cerrar una época y para marcar nuevos horizontes del futuro. *La Nación Argentina* era un puesto de combate. *La Nación* será una tribuna de doctrina." 172

Em meio às conturbações políticas de ordem interna, acompanhadas de perto pelos periódicos, os governos de Mitre e de Sarmiento foram também abalados pelo envolvimento do Estado argentino em um conflito armado de dimensões continentais. A Guerra do Paraguai, que se estendeu de dezembro de 1864 a março de 1870, opôs a Tríplice Aliança, composta por Brasil, Argentina e Uruguai, às pretensões expansionistas do Paraguai de Solano López sobre a Bacia do Prata¹⁷³.

¹⁷¹ José María Gutiérrez (1831-1903) fundou *La Nación Argentina*, em 1862, periódico que atuou como porta voz da política de Bartolomé Mitre. Foi deputado nacional durante a presidência de Domingo Faustino Sarmiento; assumiu o cargo de Ministro da Justiça e da Instrução Pública durante o governo de Nicolás Avellaneda e de Carlos Pellegrini.

¹⁷² La Nación apud Miguel Ángel de Marco. **Historia del periodismo argentino. Desde los orígenes hasta el Centenario de Mayo**. Buenos Aires: Educa, 2006, p.321, grifo meu.

¹⁷³ Para uma análise das dimensões geopolíticas da Guerra do Paraguai, cf. Francisco Fernando Doratioto. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; Luiz Alberto Moniz Bandeira. **A expansão do Brasil e a formação dos Estados na**

Mais do que analisar os aspectos geopolíticos do referido conflito, interessa aqui explorar suas implicações para a política de territorialização do Estado argentino e para as relações estabelecidas entre as autoridades nacionais e as parcialidades indígenas dos Pampas e da Patagônia.

Em primeiro lugar, é importante destacar que os nativos não permaneceram alheios à ocorrência da Guerra do Paraguai. Por vezes, de modo direto, negociaram a sua intervenção e participação na contenda, como nos permite entrever a correspondência endereçada pelo índio amigo Ignacio Coliqueo a Bartolomé Mitre, no ano de 1865:

"El que firma tiene el honor de saludar al Excmo. Señor y por consiguiente manifestarle que siendo impuesto la guerra con el Paraguay, que intenta quitar el suelo donde nosotros somos nacidos, y tener conocimiento a mi vez me honro altamente en ayudarle al señor Presidente mi persona con seiscientas lanzas de pelea a favor de nuestra causa tan sagrada. Con tal motivo puede su Excmo. Señor disponer de mí y de las fuerzas que estoy pronto a su disposición, ahora y hasta siempre, dando esta prueba de amistad que tengo el honor de imponer al señor Presidente, quedarán reconocidos todos los vivientes de esta República, la generosa y noble comportación del que firma"174

Embora não seja possível afirmar a real intencionalidade de Coliqueo ao colocar seus lanceros à disposição Mitre - seria defender o "solo onde nasceu" diante do amor nutrido pela pátria ou desfrutar dos benefícios materiais e políticos decorrentes do fortalecimento dos laços de amizade com o presidente? –, relevante é destacar o seu envolvimento na vida política da nação argentina.

Muitos grupos indígenas beneficiaram-se de uma maneira indireta das fragilidades vividas pelo governo nacional a partir da deflagração da Guerra do Paraguai. Por exemplo, em 1865, o governo de Bartolomé Mitre firmou um acordo de paz com os ranqueles, por meio do qual estes se comprometiam a não mais malonear as zonas de fronteira, enquanto Buenos Aires entregaria éguas, vacas e alimentos aos indígenas. Este e outros efeitos do desguarnecimento da linha de fronteira austral, resultantes do deslocamento dos efetivos militares para os campos de batalha, foram acompanhados bem de perto pelos periódicos bonaerenses da época¹⁷⁵.

Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai (da colonização à Guerra da Tríplice Aliança). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

¹⁷⁴ Ignacio Coliqueo a Bartolomé Mitre, 16/05/1865, grifo meu. In: Jorge Pavez Ojeda. Cartas mapuche (siglo XIX), op.cit, p.440.

⁵ Cf. Carlos Martinez Sarasola. **Argentina de los caciques: o el país que no fue**, op.cit.

No ano de 1867, o diário *El Nacional* publicou uma série de artigos que problematizavam a questão da segurança da fronteira pampeana. O estado de abandono das fronteiras interiores da República argentina e a proliferação da inquietude das tribos indígenas levaram-no a proferir críticas à maneira como a questão fronteiriça vinha sendo abordada pelo governo nacional, como nos permite entrever o artigo a seguir:

"Una invasión de indios con éxito, era en otros tiempos un gran acontecimiento que conmovía pueblos y Gobiernos; hoy gracias a los talentos y patriotismo de nuestro Gobierno fundado y educado por el General Mitre, nadie habla de las invasiones semanales, sino los deudos de los lanceados, los huérfanos de las madres y esposas cautivadas. Primer, el Chaco estorbó la defensa de las fronteras; por ese pretexto, las cosas fueran más graves. Vino la Guerra del Paraguay, y ya hubo un excelente pretexto para dejar como tabla rasa las fronteras del interior, donde se degüella, cautiva y roba con gran descaso...! – el Gobierno olvida todo eso...!"

Segundo o periódico, os problemas decorrentes da postura leniente, conciliadora e omissa do governo mitrista perante as invasões indígenas eram agravados pelo papel central agora atribuído à Guarda Nacional¹⁷⁷ na segurança das fronteiras internas. Nesse sentido, o envolvimento do Exército na Guerra do Paraguai teria sido responsável pela reorganização do serviço militar na região fronteiriça, potencializando a participação dos *vecinos* no trabalho de defesa dos fortes e das estâncias. Afastados de seus lares, eram submetidos ao abandono e ao isolamento, situação que, de acordo com *El Nacional*, "lhes engendrava os vícios inerentes a esse tipo de vida"¹⁷⁸.

Fica claro que a vida em meio ao Deserto era interpretada como um fator determinante para a progressiva desmoralização do serviço de fronteiras. Carecendo de vestuário e com os soldos atrasados, tendo rompido com o lugar do qual eram originários e pelo qual nutriam afeição, considerava-se que os membros da Guarda Nacional não demonstravam apreço ou apego pela função exercida. Ademais, barbarizados pelo ambiente em que viviam, transformavam-se progressivamente em "párias da civilização argentina" e cometiam imoralidades em nome do princípio da autoridade. Conforme aponta o autor de "Seguridad de fronteras"

¹⁷⁶ El Nacional, nº 6312, 02/08/1867, grifo meu.

¹⁷⁷ Exércitos civis de reserva que atuavam somente em casos de necessidade. Eram ordenados de acordo com as disposições particulares de cada província, mas geralmente reuniam toda a população masculina a partir dos 17 anos.

¹⁷⁸ El Nacional, nº 6316, 08/08/1867.

"Las solicitudes reiteradas de varios Juzgados de Paz pidiendo la exoneración del servicio ordinario de fronteras para sus respectivos partidos, que ha sido denegada por el Gobierno de la provincia según la 'Memoria' del inspector de milicias, esas solicitudes, decimos, prueban por lo menos al cansancio de los ciudadanos y su poco voluntad para continuar cumpliendo con un deber que parece haber perdido todo su prestigio a través de los abusos escandalosos cometidos por los que debían dar al ejemplo y ofrecerse de modelo a la masa ignorante del pueblo" 179

A multiplicação dos *malones* e do estado de insegurança na fronteira pampeana parece ser a explicação mais plausível para a urgência com que o Congresso Nacional aprovou, ainda no ano de 1867, um plano efetivo de incorporação do território austral à jurisdição estatal. Foi no mês de julho em que os senadores Juan Llerena (San Luis)¹⁸⁰, Maurício Daract (San Luis)¹⁸¹ e Gerónimo Del Barco (Santa Fé)¹⁸² apresentaram o projeto de lei que regulamentava a atuação dos militares na ocupação das margens dos rios Negro e Neuquén como linha de fronteira nacional contra os índios.

A viabilidade de sua aplicação foi analisada pela Comissão de Guerra do Senado, composta por Juan Madariaga (Corrientes)¹⁸³, Joaquin Granel (Santa Fé)¹⁸⁴ e Juan Llerena, assim como pelo Ministro da Guerra e Marinha Juan Andrés Gelly y Obes. Observemos que, à frente das discussões parlamentares, estavam os repre-

¹⁷⁹ El Nacional, nº 6317, 09/08/1867, grifo meu.

¹⁸⁰ Juan Llerena (1825-1900) foi membro do Congresso Constituinte que sancionou o texto da Constituição de 1853. Em fins de 1865 foi eleito senador pela província de San Luis, passando a defender a necessidade de expulsar os indígenas do território pampeano. Concluído o seu mandato, participou da fixação das fronteiras entre San Luís e Córdoba e da elaboração do tratado limítrofe entre Chile e Argentina, em 1881.

¹⁸¹ Comerciante, Maurício Daract (1807-1887) retornou a sua provincial natal, San Luis, após a Batalha de Caseiros. Foi nomeado governador e ordenou o juramento da Constituição nacional. Foi senador por dois períodos, entre 1862 e 1874. Apoiou a atuação do general José Miguel Arredondo na revolução de 1874, mas a derrota o obrigou a distanciar-se da política por uma década.

¹⁸² São escassas as informações disponíveis sobre Gerónimo del Barco. Sabe-se que seu filho, homônimo (1863-1927) foi governador da província de Córdoba e membro do Partido Autonomista Nacional (PAN).

¹⁸³ Juan Madariaga (1809-1879) foi general e membro do Partido Unitário. Uniu-se a Justo José de Urquiza na Batalha de Caseiros e, após seu término, permaneceu em Buenos Aires como deputado provincial. Ainda em 1852, dirigiu a revolução que separou Buenos Aires do resto do país. Participou também da Batalha de Pavón e da Guerra do Paraguai.
¹⁸⁴ Joaquin Granel (1833-1904) teve formação militar e participou da defesa de Buenos Aires contra

¹⁸⁴ Joaquin Granel (1833-1904) teve formação militar e participou da defesa de Buenos Aires contra a invasão promovida pelo federalista Hilario Lagos. Posteriormente, assumiu os cargos de Ministro de Governo em Santa Fé, de secretário da Convenção Nacional reformadora da Constituição de 1853 e de deputado federal.

sentantes de províncias de oposição a Buenos Aires, expressando o forte envolvimento das autoridades locais nas questões políticas relativas à segurança fronteiriça e o acesso à terra.

É importante destacar que debates parlamentares sobre o projeto de lei ocorreram em meio à indefinição do status jurídico atribuído ao território austral e aos seus habitantes. Nesse sentido, no mesmo âmbito político, conviviam duas ideias conflitantes: a de que os territórios indígenas eram nacionais e a resistência fronteiriça um problema de ordem interna e a de que as fronteiras com os povos indígenas consistiam nos limites da nação, sendo qualquer aquisição territorial considerada uma conquista. Logo, a análise das falas dos senadores permite apreender a oposição entre uma realidade palpável – o Estado argentino exercia sua jurisdição até a linha de fortins dos Pampas – e uma realidade plasmada pela lei – a ambição do exercício do domínio sobre todo o território que se estendia até o rio Negro (e, por vezes, até o Estreito de Magalhães).

Diante desse panorama, o primeiro tópico de discussão suscitado pelo projeto de lei dizia respeito à definição dos limites do avanço territorial e à aceitação do rio Negro enquanto linha de fronteira austral. Valentín Alsina¹⁸⁵, pai do futuro Ministro da Guerra Adolfo Alsina e senador por Santa Fé, encabeçou a defesa de uma proposta alternativa de ocupação do território. Segundo ele

"Todos eses campos intermedios [entre os ríos Colorado e Negro], pues, están defendidos por sí; porque el indio no puede cruzarlos y venir directamente desde las Manzanas, por ejemplo, á Salinas [Grandes]: tiene que venir precisamente por la costa; porque no puede separarse de los únicos lugares en que encuentra agua y pasto. Por eso yo he creído que **ocupando militarmente la línea del Colorado, y ocupando militarmente, sobre todo la isla de Choele Choel, lo que es muy fácil, queda perfectamente resguardada la frontera.** Llegarían los indios a Choele Choel y no podrán pasar más adelante, porque las fortificaciones que existieran en Choele Choel, lo impedirían" 186

¹⁸⁵ Valentín Alsina (1802-1869) foi escritor, jurista e membro do Partido Unitário. Opositor de Juan Manuel de Rosas, emigrou para o Uruguai fugindo das perseguições políticas. Após a queda de Rosas, retornou ao país e participou da revolução de 1852 contra Justo José de Urquiza. Foi eleito governador de Buenos Aires e presidiu a Assembleia Constituinte que sancionou a primeira constituição provincial portenha. Em 1857, foi novamente eleito governador de Buenos Aires. Após a derrota de Bartolomé Mitre na Batalha de Cepeda, foi obrigado a abandonar o cargo.

¹⁸⁶ H. Cámara de Diputados de la Nación – Dirección de Información Parlamentaria. "Sesión Ordinaria del 2 de Julio de 1867". In: **Diario de Sesiones de la Cámara de Senadores**, pp.136-137, grifo meu.

Para Alsina, a aridez do terreno localizado entre os rios Colorado e Negro atuava em termos estratégicos como uma espécie de "barreira", que tornava a linha de fronteira a ser estabelecida nas margens do primeiro menos extensa. Segundo sua avaliação, ocupada a linha do Colorado e a ilha de Choele Choel, local onde os índios costumavam fazer a invernada do gado, "queda defendida la línea del Negro, en la cual no hay más que cuidar un solo punto inabordable por los indios" 187.

No entanto, Valentín Alsina admitia que o desconhecimento geográfico dos territórios compreendidos pelo Deserto austral permanecia um elemento que obstaculizava uma decisão acertada quanto à ocupação definitiva de uma ou de outra linha de fronteira. Na sua visão, uma "obra dessa magnitude" demandava, acima de tudo, o reconhecimento topográfico da região.

Rechaçando veementemente a proposta acima exposta, muitos parlamentares buscaram desconstruir e deslegitimar as enunciações de Alsina, justificando a escolha do rio Negro enquanto barreira natural contra os ataques indígenas. Dentre eles estava o autor do projeto, Juan Llerena, que estabeleceu uma comparação bastante ilustrativa entre os dois projetos em questão:

"El curso de este río [Colorado] que no será menor de 400 leguas y ofrece innumerables vados; por mejor decir, no es una verdadera barrera fronteriza de una línea de defesa continuada y general, y sobre todo, como he dicho, no corre sino dos meses del año y es fácilmente vadeable en todas partes los demás meses. Por otra parte, la ocupación de esta línea no puede ser sino por tierra y las guarniciones á la margen del río Colorado, se verán aisladas en el desierto, no pudiendo tener comunicación ni aún por sus extremos [...] Esa línea [rio Negro] es más corta que la del Colorado. El Río es perfectamente navegable mas arriba de la confluencia del río Neuquén y Limay. Sus pasos son contados y muy difíciles, de manera que se pueden defender con pocas fuerzas. La expedición para ocupar el río Negro, no es necesario hacerla por tierra; es preferible hacerla con agua y no ofrece dificultad ninguna para la navegación a vapor, de manera que puede sostenerse una comunicación mensual y regular con la Capital" 188

Uma segunda questão que suscitou a discordância entre os senadores envolveu o artigo 2º do projeto de lei, que determinava que "a las tribus indígenas comprendidas en el territorio entre la actual línea de frontera y la fijada por el artigo 1º. de esta ley, se les reconoce el derecho aborigenal para la posesión del territorio

-

¹⁸⁷ Idem, p.138.

¹⁸⁸ H. Cámara de Diputados de la Nación – Dirección de Información Parlamentaria. "Sesión Ordinaria del 4 de Julio de 1867". In: **Diario de Sesiones de la Cámara de Senadores**, p.143, grifo meu.

que les sea necesario para su existencia en sociedad fija y pacífica"¹⁸⁹. Dizendo-se contrário a tal determinação, Tadeo Rojo¹⁹⁰, senador por San Juan, argumentou que

"ocupada la línea del río Negro, los indios pampas tienen que caer de rodillas ante la nacionalidad argentina, no tienen que contar ya contar ya con la impunidad que han gozado hasta hoy para hacer sus correrías. Entonces vendrán a quedar como todos los habitantes de la República, bajo todas las garantías que son comunes a todos los habitantes, y no hay para qué darles derecho de posesión" 191

A convicção de que os nativos que "não se submetiam voluntariamente às forças estatais e não tinham residência fixa desde largo tempo" estariam destituídos de todos os direitos garantidos pelo pertencimento à comunidade nacional era mobilizada como forma de legitimar a apropriação das terras por eles habitadas, sem implicar a violação de princípios legais.

Em complemento à argumentação acima exposta, o senador Angel Navarro (Catamarca)¹⁹² destacou a existência de um outro aspecto que, a seu ver, impedia a caracterização dos indígenas pampeanos como "sociedades fixas e pacíficas":

"los indios propiamente no tienen derecho á determinada porción del territorio, porque son tribus nómades que no se asientan fijamente en ninguna parte, sino que recorren indistintamente una gran extensión de territorio, y solo se fijan en alguna parte para resguardarse de nosotros que estamos en abierta guerra con ellos. Los indios no viven de otra cosa que de las depredaciones que hacen en nuestra frontera, y por consiguiente no tenemos que reconocerles derechos ningunos" 193

Nesse sentido, assim como Rojo, Navarro considerou que os nativos se tornariam aptos a receber compensações territoriais quando adotassem "costumes civilizados", renunciando às depredações e ao latrocínio instigados por sua condição "nômade e bárbara" (embora saibamos que essa atitude dificilmente foi cumprida pelo Estado argentino, dado que uma das principais reivindicações dos movimentos

¹⁸⁹ É interessante destacar que tais argumentos continuam até hoje sendo mobilizados nos países americanos para negar às comunidades indígenas e afrodescendentes a posse da terra por elas reivindicada.

¹⁹⁰ Apesar da escassez de informações biográficas sobre Tadeo Rojo, sabe-se que este foi um político unitário, que atuou como legislador provincial, deputados e senador nacional.

¹⁹¹ Idem, p.149, grifo meu.

¹⁹² São escassas as informações biográficas sobre Angel Navarro, entretanto sabe-se que foi jurisconsulto e senador nacional.

¹⁹³ Idem, p.150, grifo meu.

indígenas na contemporaneidade consiste na retomada de seus antigos territórios)¹⁹⁴.

A lógica do discurso do senador Navarro fundamenta-se nas tipologias indígenas estabelecidas pelas autoridades nacionais do continente americano, no século XIX. Para fins práticos e administrativos, os nativos eram classificados de um modo geral em "bravos ou bárbaros" e "domésticos, mansos ou civilizados". Enquanto esta era uma categoria aplicável a grupos sedentarizados e submetidos ao jugo das leis e/ou do cristianismo, aquela englobava os grupos contra os quais costumava-se guerrear nas áreas de fronteira¹⁹⁵.

Em contrapartida, Llerena esforçou-se por convencer os parlamentares da de que o artigo 2º era conveniente por compatibilizar os interesses das tribos e das autoridades nacionais. Argumentou que a intenção dos redatores ao elaborá-lo era persuadir os indígenas de que o governo argentino se comprometia com a garantia de seus direitos. Segundo o senador, tal postura "benévola e humanitária" seria capaz de atrair a simpatia de determinadas tribos, evitando o enfrentamento bélico e assegurando sua colaboração ao longo da realização da expedição militar ao rio Negro.

É interessante destacar que alguns aspectos da vida indígena nos Pampas mencionados por Llerena distavam visivelmente da condição animalesca comumente atribuída aos nativos pelo discurso político *criollo*. Isso porque o senador reconheceu que as parcialidades indígenas não apenas possuíam plena ciência das leis que tramitavam no Congresso Nacional, mas também poderiam oferecer resistência ao projeto de expansão territorial, caso estivessem convencidas de que o interesse do governo era despojá-las de suas terras e eliminar sua presença do território austral. Assim sendo, argumentou Llerena, os direitos aborígenes fixados pelo artigo eram indispensáveis

"Para que las tribus indígenas que hoy existen en armas no formen liga para hacer ahí más difícil la consecución del objeto que se desea. Si a todas esas tribus se les despojara de su territorio, se les reduciría a la desesperación y harían ligas que

¹⁹⁴ Cf. Diana Lenton. "Política indigenista argentina: una construcción inconclusa". **Anuário Antropológico**, 2009, I. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 2010.

¹⁹⁵ Cf. Manuela Carneiro da Cunha. "Política indigenista no século XIX". In: Manuela Carneiro da Cunha (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

serían formidables y que dificultarían la ocupación de la línea. Ese artículo no importa otra cosa que una declaración de las miras benévolas del Gobierno Nacional hacia esas tribus nómades"¹⁹⁶

Foi justamente o reconhecimento da capacidade de organização política e bélica das comunidades indígenas que levou o artigo 4° do projeto de lei a determinar a imprescindibilidade de uma expedição militar para submetê-las ou arrojá-las aos territórios situados ao sul dos rios Negro e Neuquén. Entre os senadores, parecia ser um consenso o fato de que a solução definitiva para a proteção das propriedades *criollas* contra os *malones* dependia da conjugação entre a ocupação militar da fronteira do rio Negro e o desalojamento dos índios que resistissem a se sujeitar ao regime da "vida civilizada". A legitimação da ação do Exército Nacional contra os nativos levou Tadeo Rojo a considerar o projeto de lei em questão como "*la primera tentativa hecha en obsequio de la seguridad interna*, *especialmente de la parte Sur de la República*, *en que tan frecuente e impunemente es atacada por salvajes de la Pampa*"¹⁹⁷.

O último tópico a ser fixado pelos senadores foi a delimitação mais precisa da espacialidade alvo do projeto de territorialização. Por vezes definida genericamente como "a parte sul da República", tal região ainda constituiria por décadas objeto de conflitos de soberania entre os Estados nacionais chileno e argentino. Contando com o apoio dos demais parlamentares, Valentín Alsina frisou que a transposição da linha de fronteira deveria restringir-se às margens dos rios Negro e Neuquén. A respeito da Patagônia, que permanecia excluída do debate, afirmou:

"Por lo demás, es una quimera contar con que pueda hacerse nada en esos terrenos, por ahora. A mi juicio, sólo de aquí a 60 u 80 años, cuando más pronto, se podrá contar con ellos: **no hay nada utilizable hoy, nada vendible ni contratable, diré así** [...] Después, lo demás, es terreno inservible, inhabitable, lo es lo que media entre el Chuliláo y el Río Negro, como lo que media entre el Río Negro y el Colorado. Por eso son campos que no están habitados hoy por los indios, no puede habitarse racional ni irracional allí en razón de que faltan los pastos y las aguas, falta todo" 198

¹⁹⁶ Idem, p.154, grifo meu.

¹⁹⁷ H. Cámara de Diputados de la Nación – Dirección de Información Parlamentaria. "Sesión Ordinaria del 11 de Julio de 1867". In: **Diario de Sesiones de la Cámara de Senadores**, p.187. ¹⁹⁸ Idem, p.190, grifo meu.

3.4. A década de 1870 e o declínio do poderio de Juan Calfucurá nos Pampas: a Batalha de San Carlos e a participação da imprensa bonaerense nas discussões sobre a política de fronteiras

Sancionada pelo Congresso Nacional em 13 de agosto de 1867, a Lei nº 215 só seria efetivamente colocada em prática após o término da Guerra do Paraguai. Entretanto, nos anos que se seguiram à sua aprovação, o incremento da movimentação *criolla* na fronteira e o recorrente descumprimento dos tratados de paz suscitaram a desconfiança e o descontentamento de determinadas parcialidades indígenas. Ainda que na maior parte das ocasiões reforçassem em seu discurso o desejo de manter a paz e a convivência com as autoridades nacionais, desenvolveram alternativas para adaptar-se à situação que a eles se impunha.

Para ilustrar tal questão, tomemos como exemplo o posicionamento político assumido por Juan Calfucurá frente a esse novo contexto. Em carta dirigida ao Ministro da Guerra Martín de Gainza no ano de 1869, esclareceu:

"Es que yo no puede gobernar a estos indios de acá es porque son muchos i la mayor parte de ellos son dueños propietarios de estos campos i armas ellos conocen quecadabes al año vienen sacando para fuera sus fuertes, asi ello no qieren quedar sin Campo, por estas son los rrobos que ven i robos pequenos por esto sucede en el más" 199

A partir da fala do *longko salinero* pode-se deduzir que a intensificação dos roubos às estâncias constituiu um dos meios encontrados pelos nativos para expressar sua insatisfação e reagir à postura mais ofensiva delineada pelo governo argentino. Ademais, ao insistir em sua incapacidade de conter as ações depredadoras, em virtude da diminuição do poder congregacional sobre as comunidades indígenas que antes lhe apoiavam, Calfucurá mantinha abertas as portas para as relações políticas e comerciais estabelecidas com os *criollos*.

De fato, o nível de independência, de fragmentação e de segmentarização dos indígenas pampeanos já se encontrava bastante avançado nesse momento, daí a proliferação de episódios que expressam os conflitos, discordâncias e rupturas de alianças que imperavam entre os nativos. Como exemplo, podemos citar a ocasião em que Bernardo Namuncurá, sobrinho de Juan Calfucurá, denunciou ao coronel

¹⁹⁹ Juan Calfucurá a Martín de Gainza, 22/07/1869, grifo meu. In: Jorge Pavez Ojeda. Cartas mapuche (siglo XIX), op.cit, p.505.

Álvaro Barros que "él [cacique Quilapán] quiere venir a pelear en esta parte de la Argentina y quiere venir a colocarse entre los ranqueles con 3 mil lanzas dejando 5 más en Collico"²⁰⁰. Ou a situação em que o ranquel Mariano Rosas comunicou ao sacerdote franciscano Marcos Donati²⁰¹ que "tengo a bien dar cuenta a los Altos Jefes que halle conveniente de las Fronteras de Buenos Aires que no estén descuidado que Calfucurá se está aprontando para hir a invadir a Buenos Aires"²⁰². Por fim, o episódio em que o ranquel Manuel Baigorria queixou-se a Donati acerca dos embates travados entre Mariano Rosas e o general José Miguel Arredondo²⁰³:

"Compadre esta no tiene más objeto que anunciarle mis aventuras en fin Usted, mas bien sabe el trabajo que costo para asentar la paz que usted y el coronel Mancilla i el padre Burela tuvieron que sacrificarse y andar tantos pasos y por causa de los muchos que hai en la india de Mariano han perdido con el Gobierno Nacional pero yo no la hai perdido ni la pierdo al contrario estoi trabajando por componer a Mariano y que vuelva amistad con el general Arredondo y espero que usted me sea en aiuda, como siempre hacies espero que usted en la primera oportunidad que tenga le haga presente al Señor precidente el buen deseo que tengo de vivir en paz como verdaderos hermanos" 204

Ainda que nos primeiros anos da década de 1870 o Estado argentino não tivesse sanado por completo os conflitos políticos de ordem interna, tal realidade não minou sua capacidade de intervir na dinâmica das relações indígenas, tampouco diminuiu a atenção conferida pela elite dirigente à política de territorialização. Ao que tudo indica, em um grau mais acentuado do que no Chile, os nativos se viram progressivamente debilitados em sua capacidade de prestar resistência ao avanço militar sobre suas terras.

Por um lado, o êxito da intervenção federal na província de Entre Rios, em abril de 1870, pode ser interpretado como um sinal da consolidação da autoridade do Estado nacional argentino. A incapacidade do federalista Ricardo López Jordán de aglutinar sob a sua liderança o restante do interior e de conservar o controle sobre

²⁰⁰ Bernardo Namuncurá a Álvaro Barros, abril de 1869, grifo meu. In: Jorge Pavez Ojeda. **Cartas mapuche (siglo XIX)**, op.cit, p.454.

²⁰¹ Para dados biográficos de Marcos Donati, conferir Capítulo 1.

²⁰² Mariano Rosas ao Frei Marcos Donati, 26/06/1870, grifo meu. In: Jorge Pavez Ojeda. **Cartas mapuche** (**siglo XIX**), op.cit, pp.485-486.

²⁰³ José Miguel Arredondo foi nomeado por Domingo Faustino Sarmiento Chefe da Fronteira Sul de Córdoba, San Luiz e Mendoza. Exercendo tal cargo, levou a cabo inúmeras campanhas exitosas ao interior, até alcançar as *tolderías ranqueles*. Participou do movimento revolucionário de setembro de 1874 a favor de Bartolomé Mitre, marchando desde Villa Merced até a província de Mendoza. Foi vencido por Julio Roca em Hacienda Santa Rosa, em dezembro do mesmo ano.

²⁰⁴ Manuel Baigorria ao Frei Marcos Donati, 10/09/1871, grifo meu. In: Jorge Pavez Ojeda. **Cartas mapuche (siglo XIX),** op.cit, p.493.

a administração provincial resultou na modificação do status de Entre Rios no mapa político da República Argentina. A partir de então, passou a figurar dentro do conjunto amorfo de províncias subordinadas à autoridade do poder central, de modo que, a essa altura, apenas Buenos Aires encontrava-se excluída dessa condição²⁰⁵.

Por outro lado, a Batalha de San Carlos, ocorrida em março de 1872, foi quiçá a mais importante expressão da fragmentação das alianças indígenas e do início da decadência do poderio de Juan Calfucurá nos Pampas. Na ocasião, em virtude do descumprimento dos tópicos da paz acordada com o coronel Francisco de Elías, o *longko salinero* reuniu uma força de cerca de 3500 *lanzeros*, contando com o apoio de seus filhos Juan Morales Catricurá e Manuel Namuncurá, de seu irmão Reuquecurá e de Mariano Rosas. Invadiu as localidades de "25 de Mayo", "9 de Julio" e "Bragado", acampou em "La Verde" durante quatro dias e regressou com o botim de 150.000 cabeças de gado. É interessante ressaltar que, na conformação dessa aliança, mais uma vez estiveram ausentes os *manzaneros* de Valentín Sayhueque, interessados em renovar os acordos políticos com o governo de Carmen de Patagones.

Ainda que em menor número, as tropas nacionais comandadas por Ignacio Rivas, comandante chefe da fronteira sul e de Bahia Blanca, e Juan Carlos Boer impuseram-se sobre os indígenas, infligindo uma dura derrota a Calfucurá. Determinante para o sucesso da repressão *criolla* não foi apenas o envolvimento dos "índios amigos" recrutados por Cipriano Catriel e Ignacio Coliqueo, mas também as novas características incorporadas pelo Exército nacional ao longo da Guerra do Paraguai. Tal como viria a ocorrer entre os chilenos após a Guerra do Pacífico (1879-1883), os militares argentinos que retornaram do *front* de batalha para atuar na linha de fronteira austral tiveram o seu "horizonte de expectativas" radicalmente transformado por essa experiência bélica.

Constituindo-se agora enquanto uma instituição profissional, coesa e nacional, o Exército argentino intensificou o investimento em sua modernização. O emprego de novas tecnologias, como os fuzis Remington, o telégrafo, os navios a vapor e a ferrovia revolucionaram a forma de guerrear e desequilibraram os combates

²⁰⁵ Cf. Torcuato Di Tella. **História social da Argentina contemporânea**. Brasília: FUNAG, 2010. Segundo o autor, após a visita oficial do presidente Domingo Faustino Sarmiento a Entre Rios, o governador da província Justo José de Urquiza foi assassinado por um grupo numeroso que adentrou o Palácio de San José. Três dias mais tarde, Ricardo López Jordán, o qual supõe-se que tenha sido o idealizador da trama, foi eleito governador provisório pela Legislatura.

em prol dos *criollos*. Além disso, alterou-se o próprio tom do discurso político da geração de veteranos da guerra. Os lentos avanços territoriais e os recorrentes embates contra os indígenas faziam cada vez menos sentido para aqueles que haviam participado de um conflito bélico de dimensões continentais. Nesse contexto, a proposta de realização de uma imediata e derradeira ofensiva contra os nativos, mediante a execução da Lei nº 215, adquire novo fôlego entre a intelectualidade argentina.

O episódio da Batalha de San Carlos obteve forte repercussão entre os periódicos bonaerenses e atuou como um importante ponto de inflexão na política de fronteiras no país. Os artigos veiculados pela imprensa lançam luz sobre o seu papel enquanto formadora e fortalecedora de uma opinião pública contrária aos indígenas e favorável à ação do Exército na contenção das invasões. De uma maneira muito semelhante ao que ocorreu no Chile, o campo da palavra foi fundamental pata incitar os ânimos da intelectualidade civil e militar e para mobilizar o apoio da população fronteiriça à implementação de uma ofensiva contra os nativos mediante o avanço da linha de fronteira.

Uma das estratégias discursivas adotadas por *La Tribuna* no intuito de defender a maneira como a política de fronteiras vinha sendo conduzida pelo governo nacional foi "dar voz" aos militares responsáveis pela repressão aos indígenas em San Carlos. Para tanto, reproduziu-se a correspondência remetida por Ignacio Rivas ao Ministro da Guerra e Marinha Martin de Gainza²⁰⁶, quando da eclosão do *malón*. Rivas afirmou na ocasião que "*los indios han de ser severamente escarmentados*, *pues hoy no hay ningún pretexto que alegar. Nos sobran caballos y hay fuerza suficiente para pelear a cualquier número de indios*"²⁰⁷.

De acordo com *La Tribuna*, apesar de "terrível e sangrenta", a punição prescrita aos nativos não teria sido em vão, na medida em que assumira uma função exemplar e, em certa medida, "educativa": "una vez por todas, los salvajes habrán visto que las armas de la civilización pueden contra ellos, cuando se aglomeran sobre las fronteras elementos que, puestos en movimiento por una mano hábil, en

²⁰⁶ Martín de Gainza (1814-1888) teve grande participação nas guerras civis argentinas e foi Ministro da Guerra e Marinha entre 1868-1874.

²⁰⁷ Ignacio Rivas a Martin de Gainza, 5/03/1872. *La Tribuna*, n° 6412, 09/03/1872, grifo meu.

un momento dado, producen el resultado fructífero que acaba de obtenerse"²⁰⁸, afirmou o autor de "los indios y la expedición al deserto".

O próprio coronel Rivas reconheceria em uma avaliação póstuma que "*la mortandad de los indios enemigos ha sido espantosa que desde muchos años hasta ahora no se había visto una igual. Ella pasa de doscientos muertos...*"²⁰⁹. A ideia de que o triunfo dos militares sobre os índios fora absoluto foi reforçada pelo tenente coronel Nicolás Levalle²¹⁰, em carta escrita a Gainza:

"Después de saludar a V.E siéndome esto un deber tan grato como apremiante, precedo con placer a comunicar a V.E que hoy como a las doce del día, hemos batido completamente a los indios invasores de Calfucurá en número de más dos mil quitándoles de 60 a 70 mil cabezas de ganado, no dejándoles arreo alguno, salvo algunas tropillas de caballos que fue imposible quitarles en vista de la rapidez de su retirada; algunas de las cautivas que llevaban han sido rescatadas y han tenido muchos muertos y heridos, resultando de la carga general que se les inició, al presentarnos batalla"²¹¹

Para o periódico, além da atuação brilhante de Rivas e do coronel Juan Carlos Boer, determinante para a vitória das *criollos* teria sido o comprometimento do governo nacional com a resolução da questão indígena. Considerou que os elementos disponibilizados para a defesa da fronteira – fossem estes materiais ou estratégicos – permitiam a perseguição e a repressão severa dos nativos que burlavam a vigilância dos chefes militares, mesmo diante da ampla extensão territorial a ser guarnecida. Dessa forma, no lugar de atacar o Ministro da Guerra e Marinha pela ocorrência das invasões, definiu como "infundadas" as críticas a ele direcionadas. Foi nesse sentido em que o autor de "los indios y los diarios" lançou o seguinte questionamento:

"Y que dirán ahora estos caballeros que tan lijeramente atropellan la reputación de los hombres que gobiernan y que defienden los intereses de sus conciudadanos? Que dirán de ese Ministro inepto que, sin bulla, sin bomba, sin ostentación, ha consagrado todo su tiempo, desde su entrada al Ministerio, para poner las fronteras en un estado enérjico, tácticamente hablando, que las invasiones de bárbaros no podían tener resultados funestos y que los indios encontrasen en

²⁰⁸ La Tribuna, nº 6414, 11 e 12/03/1872, grifo meu.

²⁰⁹ Idem

²¹⁰ Nicolás Levalle (1840-1902) foi um militar ítalo-argentino que participou das batalhas de Cepeda e Pavón sob as ordens de Bartolomé Mitre, da Guerra do Paraguai, da repressão à rebelião de López Jordán e da supressão da revolução mitrista em 1874. Atuou na linha de fronteira contra os índios, tornando-se comandante da fronteira da província de Buenos Aires, fundando as cidades de Carhué e Guaminí e chefiando uma das colunas militares durante a Conquista do Deserto, em 1879.

²¹¹ La Tribuna, nº 6414, 11 e 12/03/1872, grifo meu.

sus excursiones atrevidas lecciones tan tremendas, como nunca las han recibido. O acaso, si treinta años ha, no ha habido invasión como la última de Calfucurá – cuántos años habrá – si hay ejemplo – que los indios hayan sido escarmentados, como en diez de Marzo por el General Rivas – por este veterano, lleno de glorias, de todas las guerras, de veinte a treinta años a esta parte, por este veterano que, jóvenes incautos, se atrevían a calificar también de inepto?" ²¹²

Entretanto, para *La Tribuna*, a definitiva resolução da questão indígena e da instabilidade na fronteira pampena era indissociável da adoção de um novo sistema de fronteiras. "*La ofensiva* es la que ha de salvarnos de las depredaciones de los bárbaros"²¹³, clamou o periódico, ainda que identificasse certa resistência por parte da opinião pública e dos dirigentes políticos em apoiar a expedição militar planejada pelo governo nacional:

"Cuando el Gobierno Nacional se apresuraba para cumplir una ley del Congreso que mandaba llevar la Expedición al Desierto, para, tomando la ofensiva sobre los indios, llevarla de aquel lado del Rio Negro, se levantaron obstáculos y ataques de todas partes, y se prepararon hasta ridiculizar la idea. La última invasión viene a probar la gran necesidad que hay de que vuelva seriamente a pensarse en la expedición al Rio Negro"²¹⁴

Criticado pela imprensa – em especial, por um diário bonaerense denominado *El Mercantil* – em virtude dos vínculos pessoais existentes entre o seu redator e Ignacio Rivas, *El Nacional* buscou legitimar sua argumentação mediante o comprometimento com a realização de uma reflexão "imparcial sobre a questão de fronteiras na Argentina. Uma análise mais apurada sobre o sistema de invasões comumente praticado pelos indígenas permitiu-lhe identificar certas incongruências nas informações disponibilizados por Rivas, sobretudo no que diz respeito à quantidade de animais resgatados pelos militares após o *malón* de Calfucurá. A lógica de raciocínio é exposta com detalhes pela seguinte passagem:

"Los indios han estado cuatro días dentro de nuestras líneas, recorriendo los campos y haciendo arreos. En el último ha llegado el General Rivas, los ha batido y rescatado 60 o 70 mil cabezas de ganado. El General Rivas ha podido decir entonces que les ha quitado todo el arreo que llevaban; porque efectivamente los indios a quienes alcanzo y venció no llevaban más. Pero son esas todas las haciendas que nos han robado? ¿Debemos creer que esas sesenta mil cabezas forman el total del arreo que han podido hacer en cuatro días de merodeo? Decididamente no. Es táctica de los indios empezar a retirar hasta sus toldos las haciendas que roban desde

²¹² La Tribuna, nº 6416, 14/03/1872, grifo meu.

²¹³ La Tribuna, nº 6412, 09/03/1872, grifo meu.

²¹⁴ La Tribuna, n° 6414, 11 e 12/03/1872, grifo meu.

el primer instante de invasión – y esto se esplica fácilmente si se observa que el punto objetivo de sus invasiones es el robo. Así todo su empeño se contrae a salvar el botín, que despachan precipitadamente con las chusmas hacia los toldos, quedándose los indios de pelea para proteger la retirada y entretener si es necesario a nuestras tropas. Ahora bien: teniendo en cuenta estos antecedentes del sistema peculiar de invasiones, no puede creerse que los indios hayan permanecido cuatro días con todos sus arreos en el campo enemigo. Debemos por el contrario crecer que han despachado arreos en el primero, segundo y tercer día de invasión; y que lo que el General Rivas ha podido rescatar, ha sido solamente el arreo del cuarto día que llevaban los indios que batió"²¹⁵

Tenha Ignacio Rivas manipulado os dados com a intenção de potencializar a façanha da vitória obtida sobre os indígenas, tenha ele apenas se confundido em suas estimativas numéricas, o importante é frisar que em nenhum momento *El Nacional* colocou em xeque a competência militar do general, tampouco a assistência prestada nos últimos tempos pelo governo nacional a fim de preservar as fronteiras das invasões. Recusando o rótulo de "amigos cegos ou defensores apaixonados do governo" que lhe fora atribuído por *El Mercantil*, os autores do periódico reforçavam que suas análises eram guiadas exclusivamente pelo princípio da justiça. Nesses termos, defendiam a importância de se reconhecer a devida participação do governo no triunfo obtido por Rivas:

"Habrá tenido la visión de una mujer arrebatada a su hogar por el indio bárbaro y salvaje – habrá creído oír sus lamentos – la habrá visto retorciéndose los brazos o cubriéndose el rosto horrorizada y bajo la influencia de tan dolorosa impresión, habrá olvidado que el General Rivas he hecho lo que nadie esperaba, castigando severamente la audacia del salvaje y despojándole del cuantioso botín con que regresaba a las tolderías. La influencia de esas mismas impresiones y no de otras, deber ser la causa de que El Mercantil olvide que el gobierno ha probado en esta ocasión que tiene elementos en la frontera para rechazar las invasiones y que, en algunas de ellas, esos elementos están bajo la dirección de gefes dignos de la confianza publica" 216

Em suma, ainda que *El Nacional* admitisse a incapacidade do Exército em prevenir a ocorrência dos *malones*, sobretudo diante do alto grau de desguarnecimento das fronteiras de Córdoba, San Luís e Santa Fé, identificava que a polêmica em torno do episódio da Batalha de San Carlos era promovida mais por interesses políticos do que pelo real desejo de elaborar uma solução apropriada e definitiva

²¹⁵ El Nacional, nº 7704, 13/03/1872, grifo meu.

²¹⁶ El Nacional, nº 7705, 14/03/1872, grifo meu.

para a questão indígena na Argentina. Dessa forma, seus autores buscaram ilustrar como um julgamento parcial dos fatos comprometia a função da imprensa, nesse contexto já compreendida como meio de comunicação informativo e apartidário:

"Si el triunfo del Jeneral Rivas sobres los indios de Calfucurá importara una derrota del Gobierno nacional o del Ministro de la Guerra, la mayor parte de los que hoy se afanan en disminuir su importancia, harían esfuerzos sobre humanos para enaltecerla y ponerle al nivel de los primeros hechos de armas de que ha sido teatro la América – pero como la victoria obtenida por aquel valiente general redunda en provecho del gobierno, los opositores de esta administración o de alguno de los miembros del gabinete se empeñan en rebajarla ante la opinión, siquiera para conseguirlo sea necesario incurir en injusticias, dudando de la palabra de un soldado pondonoroso"²¹⁷

Um último aspecto que chama a atenção na série de artigos publicada por *El Nacional* em março de 1872 foi o caráter excepcional atribuído aos *malones* de San Carlos. O autor de "la invasión" apresentou os aspectos de tal episódio que, na sua avaliação, seriam responsáveis por proporcionar uma verdadeira quebra de paradigma nas relações fronteiriças entre *criollos* e indígenas:

"La invasión que ha tenido lugar por el '25 de Mayo' no ha sido una invasión vulgar. Cincuenta, cien o doscientos indios son los que, ordinariamente, turban la tranquilidad de nuestras fronteras, llevando el espanto y la muerte a las aisladas habitaciones de sus pobladores. Pero esos pequeños grupos de salvajes no vienen a pelear, solo los anima el incentivo del robo, y tan pronto como han hecho su presa, retornan a sus abandonados toldos, evitando todo encuentro con las fuerzas que defienden la frontera, huyendo precipitadamente a penas estas se aproximan. No ha sido este el carácter de la última invasión. Muchos años hace que en nuestras líneas fronterizas, no se ven dos o tres mil indios reunidos. Esta vez, se comprende que, alarmados por los preparativos de la expedición al desierto, habían resuelto dar verdadero golpe de mano, llevando a término la vasta empresa de arrebatar a nuestros hacendados cien o ciento cincuenta mil cabezas de ganado, siquiera para conseguirlo se viesen en la necesidad de combatir y de sucumbir en la pelea" 218

A ideia de que a postura assumida pelos nativos em San Carlos, definida como "desafiadora e insolente", evidenciava sua plena capacidade de reação ao avanço territorial estatal talvez tenha contribuído para o novo olhar que *La Nación* lançou sobre as questões políticas e militares subjacentes a tal episódio. Diferente-

²¹⁷ El Nacional, nº 7707, 16/03/1872, grifo meu.

²¹⁸ El Nacional, nº 7703, 12/03/1872, grifo meu.

mente de *La Tribuna* e de *El Nacional*, o periódico realizou duras críticas ao Ministro da Guerra e Marinha e ao modo como este conduzia a política de fronteiras na Argentina.

Embora reconhecesse a impossibilidade de se alcançar uma segurança absoluta dos territórios fronteiriços, em virtude dos obstáculos impostos por sua própria natureza – a extensão; a topografia plana, sem rios ou montanhas que constituíssem pontos de apoio para a defesa; o despovoamento –, *La Nación* visualizou a existência de um abismo entre a dificuldade de defesa das fronteiras interiores da República e o estado de total abandono em que se encontravam. A descrição feita pelo autor de "las invasiones" é bastante ilustrativa dessa situação:

"De la campaña de Buenos Aires han venido comisiones de vecinos respetables y las declaraciones de los oficiales de contingentes, de acuerdo con ellas, han hecho constar que los soldados están desnudos y hambrientos, impagos, desarmados, y a pie, el estreno de que no podrían hacer ni el servicio de vigilancia y vistiéndose los contingentes de relevo con los harapos de los licenciados que eran enviados a partidos distantes sin comer, a pie y en mangos de camisa, en lo más crudo del invierno. En la frontera de San Luis sucede otro tanto: los indios entran y las guarniciones de frontera son empleadas en los objetos que tantas veces han señalado las correspondencias. Y cuando las invasiones se llevan infinidad de cautivos y cien mil cabezas de ganado, todo se compone con decir que el Gobierno ha puesto en la frontera gefes y soldados y que no tiene más que hacer en el asunto" 219

O periódico bonaerense atribuiu a responsabilidade pela ocorrência do *malón* de San Carlos e pela liberdade com que os nativos transitavam entre as propriedades *criollas* exclusivamente a Martín de Gainza. Argumentou que, ao ser empossado Ministro da Guerra e Marinha, este teria assumido ante o Congresso Nacional a missão de defender as fronteiras do país, sendo imbuído da confiança, da autoridade e dos recursos indispensáveis ao exercício de tal função. Por conseguinte, seria uma atitude pouco louvável a tentativa de transferir os encargos pelos fracassos aos seus subordinados diretos, isto é, aos chefes e soldados de fronteira,

_

²¹⁹ La Nación, nº 636, 10/03/1872, grifo meu.

"que permanecen allí afrontando las mayores privaciones, que combaten y derraman su sangre, cumplen con su deber, aun cuando el triunfo no corona sus esfuerzos" 220.

La Nación referiu-se a Ignacio Rivas e a Juan Carlos Boer como "servidores abnegados que passam sua vida nas privações do deserto e estão dispostos a sacrificá-la em defesa do país" Considerou que, independente do péssimo estado das fronteiras, cumpriam "gloriosa e heroicamente o seu dever, salvando a honra das armas e sendo testemunhos do sentimento patriótico" Tal imagem positiva propagada a respeito das autoridades fronteiriças chocou-se claramente com as avaliações feitas sobre a atuação de Martin de Gainza frente ao Ministério.

Gainza é interpretado como uma autoridade pouco envolvida ou comprometida com a realidade da fronteira. Isso porque, quando da invasão de Calfucurá, teria se limitado a transmitir instruções a Rivas e Boer via telégrafo. Tal atitude, que consistia na função de um simples telegrafista do posto de comunicação, não comprovava sua inteligência, capacidade de previsão e poder de ação. "Desde ese momento el Ministro de la Guerra cruza los brazos como Napoleón en la víspera de Austerlitz y espera que el telégrafo obre", ressaltou o autor de "El Ministro y el telégrafo"²²³.

Seguindo essa linha argumentativa, julgou-se que a Gainza faltariam inclusive noções básicas de estratégia militar. Uma evidência disso teria sido a ordem por ele dada a Ignacio Rivas de perseguir Calfucurá até suas *tolderias*, mesmo que para tanto fosse necessário "matar os cavalos e ficar a pé":

"Esta orden puede darse en operaciones fantásticas de comedia, para arrancar aplausos a una multitud; pero no es una orden seria mandar matar caballos y quedarse a pié, precisamente cuando de lo que se necesita son caballos para perseguir y aprovechar la vitoria, y cuando se sabe que los caballos son para que mueran en la fatiga cuando sea necesario. Lo que el Ministro debió ordenar no era mandar matar caballos, sino calculando la posibilidad de operación, procurar lo conveniente para que nuestras tropas se internasen el desierto, con la seguridad de no quedarse a pie (como él o ordenaba), y de no morirse de hambre [...] La parte heroica y seria pertenece al General Rivas y al Coronel Boer, con las guarniciones de las fronteras del Oeste y del Sud, que no habían entrado en las combina-

²²⁰ La Nación, nº 640, 12/03/1872.

²²¹ Idem.

²²² Idem.

²²³ La Nación, nº 641, 13/03/1872.

ciones ministeriales. La tragedia son las victimas sacrificadas y los cautivos llevados al desierto, ante las cuales el coro turiferario del ministerio entona un himno impío, que es un ultraje a la humanidad y un insulto al buen sentido público"²²⁴

Entretanto, para *La Nación*, ainda mais absurda do que a estratégia militar implementada por Gainza seria sua plena satisfação com os resultados obtidos pela repressão aos *malones*. Em carta de congratulação enviada a Ignacio Rivas após a derrota dos indígenas, o Ministro afirmara que "este triunfo, dando una severa lección a los salvajes, es una prueba para el país de que la vida y la propiedad de los ciudadanos están garantidos cuando pueden serlo por elementos de que el Gobierno dispone"²²⁵.

Tal fala era considerada sinal de acomodação, porque implicava o não reconhecimento das deficiências do serviço de fronteiras e anulava qualquer esforço no sentido da supressão de suas lacunas. Como poderia Gainza conformar-se diante do fato de quase três mil índios terem permanecido quatro dias dentro da fronteira da República, fazendo cativos, incendiando povoados e retornando a suas *tolderias* com 70 mil cabeças de gado, questionou o autor de "el sr. Ministro esta satisfecho":

"Leonardo da Vinci, el maestro del divino Rafael decía que no estaba satisfecho de sus discípulos sino cuando estos no quedaban satisfechos de sus propias obras. El que conoce los defectos en que incurre, decía, esta en el camino de repararlos, porque ha mostrado que es capaz de ser su propio Juez y conoce la ley de lo bello que aspira a ver cumplida en sus creaciones. [...] Si el señor Ministro hubiese dicho que, felicitándose por el hecho de armas de San Carlos, no estaba satisfecho del estado de la frontera; si hubiese explicado que ni podía estarlo porque aspiraba a la garantir la vida y propiedad de la campaña hasta donde humanamente fuese posible hacerlo; porque no bastaba que se quitase a los indios a su salida y por una vez una parte del arreo, dejándosele llevar cien veces en su totalidad y después de haber quemado poblaciones y arrestado innumerables cautivos al desierto [...] si el señor Ministro hubiese declarado, con tales propósitos, que no se hallaba satisfecho el estado de la frontera, el país habría tenido la satisfacción de que hablaba Leonardo da Vinci, pensando que el Ministro de la Guerra aspiraba a conocer las deficiencias del servicio público, puesto que era el primero en conocerlas"²²⁶

²²⁴ Idem, grifo meu.

²²⁵ La Nación, nº 644, 16/03/1872.

²²⁶ Idem, grifo meu.

Embora fosse acusada pela imprensa ministerial de aproveitar-se da ocasião para dirigir ataques ao governo nacional, *La Nación* buscou desvincular-se de qualquer oportunismo político. Para tanto, firmou-se enquanto representante do clamor da opinião pública frente a um Ministro que, "ensurdecido pela vaidade", considerava-se vítima "da inveja e da má vontade de seus inimigos"²²⁷. Argumentou que, longe de assumirem uma postura parcial, seus autores transmitiam os legítimos questionamentos que traziam inquietude à Nação argentina:

"¿Podrá desautorizarse la elocuencia muda de los cadáveres que los salvajes dejan en medio al campo? ¿Podrá desautorizarse el clamor de los hombres y mujeres cautivas que arrastran al desierto? ¿Podrá desautorizarse la voz de los intereses heridos por las depredaciones que nos cuestan cien mil cabezas de ganado? ¿Podrá desautorizarse la voz unánime de toda la provincia de Buenos Aires que ve a los indios dueños de sus mejores poblaciones, acampados en ella durante tres días, golpeándose la boca a diez leguas de la cabeza de sus ferrocarriles y matando y robando sin la menor tentativa de resistencia por parte de la autoridad? Esos es lo que tiene que desautorizar la prensa ministerial e no la voz de un diario que repercute por unas cuantas horas"²²⁸

Além de fortalecer o discurso político *criollo* contrário aos nativos, a Batalha de San Carlos contribuiu para a fragmentação ainda maior das alianças entre as parcialidades indígenas. Tal conjuntura fortaleceu o sistema de tratados de paz instaurado desde a segunda metade do século XIX, possibilitando ao Estado argentino imprimir o direcionamento da política de expansão territorial, assim como, em determinados momentos, definir os termos das relações a serem estabelecidas entre os próprios *longkos* pampeanos.

Em outubro de 1872, por meio do tratado de paz firmado com Francisco de Elías, Cipriano Catriel foi investido da autoridade de "Cacique Principal dos Índios Amigos dos Pampas". Essa foi a maneira encontrada pelo governo nacional para controlar e conter uma parcela das tribos radicadas na zona pampeana. Primeiramente, aglutinando-as sob o único mando de Catriel, de modo a imputar a seus opositores o estigma de "rebeldes e inimigos da Nação". Em segundo lugar, determinando que Catriel armasse os índios situados sob sua ordem direta para formar um corpo misto de Infantaria e Cavalaria, visando "someter al cacique Manuel Grande, por medio de la fuerza si necesario fuese, y cautivar al cacique Ramón

²²⁷ La Nación, nº 636, 10/03/1872.

²²⁸Idem.

López, amparador de desertores y ladrones"²²⁹. Por fim, obrigando Catriel a comprometer-se com a prestação de serviços às autoridades nacionais, sempre que lhe fosse solicitado, dentre os quais estariam: a defesa e o resguardo da fronteira; a captura de índios e capitanejos e a repulsão de invasões externas.

Nesse mesmo mês, Mariano Rosas e Manuel Baigorria estabeleceram um acordo de paz com José Miguel Arredondo, por meio do qual comprometiam-se a acatar a soberania e a autoridade do governo nacional em troca de uma "proteção paternal". Contudo, o preço pago pelas tribos por seu reconhecimento enquanto membros da República Argentina foi bastante alto.

Os ranqueles viram sua liberdade de ir e vir cerceada, já que um dos artigos do tratado determinava que "Ningún indio podrá venir de tierra adentro sin pasaporte de su correspondiente Cacique, expresándose por cuanto tiempo viene licenciado y con que fines y las autoridades militares fronterizas podrán arrestar a los infractores"²³⁰. Ademais, foram impostos limites à prática do comércio: a proibição de que os cristãos adentrassem o território indígena sem a permissão dos chefes de fronteira, sob pena de apreensão das mercadorias; a restrição da comercialização do gado à localidade dos fortes militares, sempre diante da presença de uma autoridade criolla. Por fim, exigiu-se que Mariano Rosas trasladasse suas tolderias para as proximidades da linha de fronteira, no intuito de facilitar as negociações.

Mariano Rosas expôs a Marcos Donati sua insatisfação com alguns tópicos fixados pelo tratado de paz. Dizendo-se traído, afirmou que "más vale para mí a la influencia de un Sacerdote que el poder militar"²³¹. Manuel Baigorria também recorreu ao frei para solicitar auxílio e denunciar a pobreza que pairava sobre ele e sua família após o convênio estabelecido com Arredondo. Diante desse panorama, é fácil compreender o porquê da política dos ranqueles ter gravitado, ao longo do ano de 1873, entre um discurso pacífico, que reiterava a lealdade ao governo nacional e o desejo de um relacionamento amistoso, e a constante prática de malones,

²²⁹ Tratado de paz entre Cipriano Catriel e Calfuquir e Francisco de Elías (comandante geral da fronteira sul), em representação do governo nacional argentino. Presidência de Domingo Faustino Sarmiento. 15/10/1872. In: Carlos Martinez Sarasola. **Argentina de los caciques: o el país que no fue**, op.cit, pp.360-364.

²³⁰ Tratado de paz entre Mariano Rosas e Manuel Baigorria e o governo nacional. Presidência de Domingo Faustino Sarmiento. 20/10/1872. In: Carlos Martinez Sarasola. **Argentina de los caciques: o el país que no fue**, op.cit, pp.343-347.

²³¹ Mariano Rosas ao frei Marcos Donati, 25/10/1872. In: Jorge Pavez Ojeda. **Cartas mapuche** (siglo XIX), op.cit, pp.512-513.

que expressavam o descontentamento em relação à postura dos chefes de fronteira e ao não pagamento das *raciones* acordadas.

A influência do poder religioso também se fez presente entre os *salineros* frente à crise instaurada pela fragmentação das comunidades indígenas. Cientes de que a mobilização civil e militar em prol do projeto de expansão territorial era irreversível, estes recorreram a novas bases de apoio em sua luta pela manutenção da soberania sobre os territórios pampeanos. Manifestaram assim a preferência em manter relações diplomáticas com representantes da Igreja Católica, intermediadas por Marcos Donati.

Como vimos, no Chile, a Igreja Católica, em especial a ordem franciscana, também emergiu como voz dissidente no interior da sociedade *criolla*. Os freis Vitoria Palaviccino e Estanislao Leonetti exerceram forte influência sobre o discurso político propagado pela *Revista Católica* nos artigos publicados no ano de 1859. Ainda que não abrisse mão da conversão dos nativos à fé cristã e à civilização, ao menos buscou defender alguns de seus direitos, como a posse da terra, e condenar a política de violência e de extermínio apoiada pela opinião pública.

Em junho de 1873, Manuel Namuncurá, agora líder do triunvirato que presidia a Confederação de Salinas Grandes, dirigiu-se a León Federico Aneiros. Em seu projeto de conversão dos infiéis e de difusão das missões católicas nos Pampas, apoiado e assessorado pelo Papado de Roma, o arcebispo de Buenos Aires assumira uma função intermediadora entre os indígenas e o Estado portenho. Em 1872, havia se tornado titular do Conselho para a Conversão dos Índios, uma instituição que tinha por objetivo prestar caridade e assistência espiritual aos nativos.

Ao que tudo indica, o intuito da correspondência não foi apenas comunicar o falecimento de Juan Calfucurá²³². Ao lamentar a orfandade dos *salineros*, Namuncurá afirmou que sua comunidade ao menos se sentia amparada por Deus e pelo olhar piedoso e humanitário que Aneiros lançava sobre as "desgraçadas famílias do Deserto". Segundo Namuncurá, admirar e respeitar a figura do arcebispo teriam sido recomendações feitas por seu pai aos *salineros*, na ocasião de um parlamento celebrado com um dito capitão Tapia:

²³² Após a morte do *longko*, um parlamento de grandes proporções havia sido realizado entre os integrantes da Confederação de Salinas Grandes, com o objetivo de eleger o seu sucessor. Foi proposto então um triunvirato, presidido por Manuel Namuncurá e integrado por seu irmão Alvarito Reumay e por seu primo Bernardo Namuncurá.

"Y preguntándole mi Padre el Sr. General, al Capitán mensionado que lo hiso sentar a su lado que le isera comprender el respeto del Sr. Obispo entonces le da a conocer; que el Sr. Obispo era un segundo Dios en la tierra a quien teníamos todos que umillarnos a sus pies y besar su mano – Y como V. comprende que hay Dios qien formó todo el mundo i a nosotros el Sr. Obispo es todo nuestro respeto en la tierra al ser impuesto de su contenido mi Sr. Padre el Sr. General estrechaba en sus brazos el retrato del Sr. Ilusmo i nos pasó en segundo a todos sus hijos i sirculado por todos los Caciques i Capitanes i demás tribus que se allaban en gran numero no qedando uno en aquella reunión que pasase sin tenerlo en manos i besar su mano hasi es que en este sentido hasido resibido y aplaudido el retrato del Sr. Ilusmo" 233

Para além do emprego de um vocabulário repleto de referências à doutrina cristã, chama a atenção no trecho acima o grau de submissão dos indígenas à figura do arcebispo, que chega a ser comparado a um "Deus na Terra". Enfatizar tal atitude subserviente pode ser interpretada como uma estratégia discursiva empregada por Manuel Namuncurá, no intuito de sensibilizar Federico de Aneiros em prol da luta dos *salineros* contra a ocupação de suas terras, em especial da localidade de Carhué.

No pedido de auxílio dirigido a Aneiros, o *longko* fazia jus ao famoso testamento oral deixado por seu pai: "*No abandonar Carhué al huinca*"²³⁴. Na visão de Calfucurá, o triângulo imaginário constituído por Salinas Grandes, Carhué e Choele Choel era vital para a resistência indígena nos Pampas e na Patagônia. Salinas Grandes consistia no centro nevrálgico do poder político e dos assentamentos indígenas; Choele Choel era a passagem ideal para arreios trasladados ao Chile; Carhué, por sua vez, era a porta de entrada ao território livre²³⁵. Nas vésperas de sua morte, mesmo debilitado e amargurado pela derrota sofrida em San Carlos, Calfucurá havia reunido forças para solicitar a Martín de Gainza o respeito à soberania territorial indígena:

"Escelentisimo señor tocante a la Poblasion de Cargue que nos dicen que es por sus órdenes en esto pido se rresuelvan **nosotros que somos dueño de esta Ame**rica no es justo que nos dejen sin Campo pero espero que Usia se olvide de

²³³ Manuel Namuncurá a Federico Aneiros, 11/06/1873, grifo meu. In: Jorge Pavez Ojeda. **Cartas mapuche** (siglo XIX), op.cit, pp.182-184.

²³⁴ Oriundo do *mapudungun*, o termo "huinca" era utilizado, no século XVI, para denominar os conquistadores espanhóis, já que estes eram vistos como "novos incas", que buscavam usurpar as terras indígenas. Nos séculos posteriores, essa denominação foi estendida a *criollos* e mestiços, também considerados invasores e usurpadores pelos nativos.

²³⁵ Cf. Carlos Martínez Sarasola. **Nuestros paisanos los indios.** Buenos Aires: Del Nuevo Extremo, 2011. **Ver anexo 13.**

Cargue si es que an dado orden i si no lo an dado es mejor asi no me estiendo mas..."²³⁶

O último grande tratado de paz celebrado no ano de 1873 foi firmado entre o coronel Francisco Borges e Vicente Catrunao Pincén, obedecendo uma lógica bastante semelhante àquela presente nos acordos anteriormente citados. Nesse sentido, enquanto o *longko* e seus capitanejos se comprometiam a manter a paz com a República Argentina, ao governo nacional caberia respeitar a residência das tribos nos campos que até então ocupavam, situados em Trenque Lauquen.

Contudo, ao contrário do que à primeira vista se pode supor, tal acordo entre as partes não implicou o reconhecimento da soberania territorial indígena. Em carta dirigida a Francisco Borges nos meses que antecederam o estabelecimento do acordo, Pincén já expressara certa desconfiança em relação às promessas feitas pelo governo nacional de respeitar os limites do território habitado por sua tribo:

"Así es señor, Ud. vea que quisimos tratar de todo corazón y solo esperamos que Ud. cumpla con nosotros, como Jefe de Frontera y yo no le he de faltar a Ud. ni tampoco mis indios que tengo a mi mando y también espero en Ud. que no me ha de fallar. No sea cosa que me quiera quitar los campos como lo están haciendo con nuestro general [Calfucurá], que le quieren quitar Cargüe"²³⁷

Indo ao encontro das expectativas de Pincén, o artigo 7º do tratado de paz determinou que "Los Caciques y Capitanejos [...] reconocen la soberanía del Gobierno Argentino sobre todo territorio de la República y el Gobierno Argentino reconoce a las tribus del Cacique Picen la posesión tranquila de los campos que ocupan" 238. Sendo o território austral considerado propriedade do Estado argentino, a posse dos índios de Pincén sobre os terrenos que ocupavam era interpretada em termos jurídicos como uma concessão estatal, e não como um direito inalienável. Dessa forma, legitimou-se a liberdade de intervenção do governo nacional sobre tais áreas, mediante o estabelecimento de fortes militares e da atuação reguladora dos chefes de fronteira.

²³⁶ Juan Calfucurá a Martín de Gainza, 30/01/1873, grifo meu. In: Jorge Pavez Ojeda. **Cartas mapuche** (siglo XIX), op.cit, p.526.

²³⁷ Vicente Pincén a Francisco Borges, 12/05/1873, grifo meu. In: Carlos Martinez Sarasola. **Argentina de los caciques: o el país que no fue**, op.cit, p.266.

²³⁸ Tratado de paz entre Vicente Catrunao Pincén e Francisco Borges. Presidência de Domingo Faustino Sarmiento. 20/10/1872. In: Carlos Martinez Sarasola. **Argentina de los caciques: o el país que no fue**, op.cit, pp.347-350.

Embora condicionassem o desejo de viver em paz com os *criollos* à preservação da soberania sobre os territórios austrais, tornou-se visível às parcialidades indígenas dos Pampas e da Patagônia que os canais de negociação política com o Estado argentino estavam sendo progressivamente reduzidos. Uma evidência disso foi a desativação do sistema de tratados de paz nas vésperas da implementação da política de expansão territorial a nível ministerial.

Diferentemente do que ocorrera no Chile, onde a centralização do poder em Santiago foi conformada desde o período colonial, a tardia unificação política do Estado argentino e a dificuldade de equalização dos conflitos internos retardaram o processo de territorialização. Entretanto, a chegada de Nicolás Avellaneda à presidência da República, no ano de 1874, seria um verdadeiro divisor de águas na política de fronteiras.

Debilitadas, fragmentadas e desamparadas pela opinião pública e pelos dirigentes civis e militares, as parcialidades indígenas se viram obrigadas a recorrer a meios alternativos à diplomacia fronteiriça para sobreviverem à ofensiva bélica colocada em prática pelo Estado argentino. Se até então o *malón* consistira em um problema de segurança interna, vinculado a um sistema de repressão policial que envolvia um grupo reduzido de personagens da sociedade *criolla*, a partir de agora converte-se em um problema político, que passa a definir as práticas institucionais do Estado argentino moderno.

Anexos – Capítulo 2

Imagem 10 - Divisão administrativa e limites do território do Vice-Reinado do Rio da Prata, por volta do ano de 1783

Fonte: http://commons.wikimedia.org/



Imagem 11 - Ciudad de los Césares, segundo mapa francês

Fonte: ttps://chilesusmitosyleyendas.blogspot.com.br

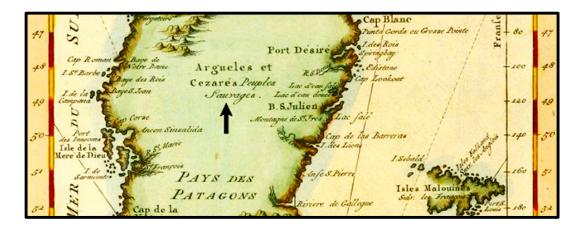


Imagem 12 – A Conquista do Deserto de Juan Manuel de Rosas (1833-1834)

Fonte: SARASOLA, Carlos Martínez. Nuestros paisanos los indios: vida, historia y destino de las comunidades indígenas en la Argentina. Buenos Aires: Del Nuevo Extremo, 2011, p.371.

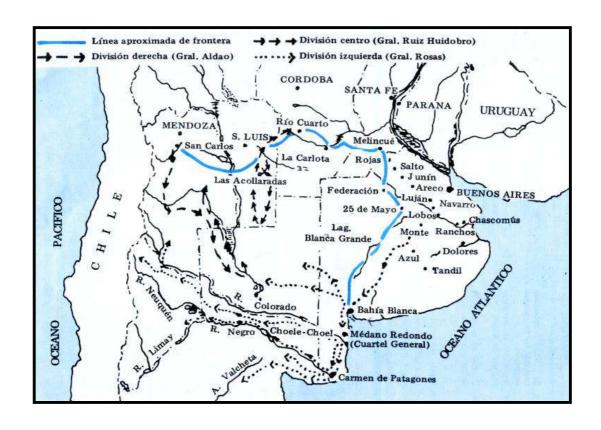
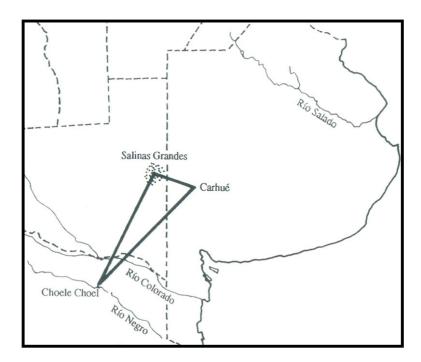


Imagem 13 – Triângulo vital na estratégia do cacique salinero Calfucurá. Salinas Grandes, Carhué e Choele Choel

Fonte: SARASOLA, Carlos Martínez. Nuestros paisanos los indios: vida, historia y destino de las comunidades indígenas en la Argentina. Buenos Aires: Del Nuevo Extremo, 2011, p.3



4. Quando os "araucanos del Mapocho" e os "araucanos de Arauco" se enfrentam. A expansão territorial do Estado chileno até o rio Toltén

"¡No, no! Vete, coronel, con tus soldados; no nos humilles por más tiempo pisando con ellos nuestro solo"²³⁹

4.1. Os frustrados acordos de paz entre os mapuche e Estado chileno na "alta fronteira": diferentes propostas para a expansão territorial

Os incidentes ocorridos na fronteira ao longo da década de 1850, ao propagarem uma visão negativa sobre os mapuche, tornaram imprescindível a resolução definitiva da questão indígena na Araucania. A política de territorialização implementada pelo Estado chileno a partir dos anos 1860 foi concebida pela intelectualidade como uma "pacificação". Inicialmente, propunha-se a "tranquilizar" o território convulsionado pela instabilidade política e pela ação de indígenas e *montoneros*. Essa era considerada a pré-condição para o avanço da fronteira até a antiga cidade de Villarrica, em concomitância com a colonização do território.

Na linha de frente do longo e paulatino processo de avanço territorial esteve Cornelio Saavedra. Após a interrupção de sua carreira militar em 1851, ocasião na qual combateu as forças santiaguenses ao lado do general José Maria de la Cruz, Saavedra ingressou no ramo empresarial voltado para a exploração agrícola e de carvão. Trabalhava no porto de Lebu quando Manuel Montt visitou a recém-criada província de Arauco. Aproveitou-se do contato com o presidente para convencê-lo das facilidades e das vantagens do deslocamento da fronteira; foi então reincorporado ao Exército e nomeado Intendente de Arauco em 1857. Mesmo tendo assumido o cargo de Intendente de Valparaíso após a repressão à revolução de 1859, permaneceu encarregado da instrução dos coronéis Francisco Villalón e Maurício Barbosa, aos quais foram atribuídos os comandos da "alta" e da "baixa fronteira", respectivamente.

²³⁹ Mapuches a Cornelio Saavedra apud Ricardo Fernando Keun. **Y así nació la frontera: conquista, guerra, ocupación, pacificación. 1550-1900**. Temuco: Ediciones Universidad Católica de Temuco, 2012, p.443.

Os anos de 1859 e de 1860 foram marcados pelo esforço dos militares em conter as sublevações indígenas e em reestabelecer a paz no território araucano. As correspondências vindas da fronteira conferiam destaque à angústia e à intranquilidade que rondavam os povos fronteiriços, defendendo a aplicação de meios eficazes para bloquear as "incursões predatórias" promovidas pelos mapuche. De acordo com o artigo "Los bárbaros de Arauco", publicado por *El Mercurio*,

"La experiencia ha venido a echar por tierra los humanitarios argumentos de los partidarios de los jesuitas, porque en tantos años como van perdidos en misiones, encontramos ahora a los indios más indómitos que nunca, más dispuestos a la matanza, más bárbaros. En un solo día de mal humor, en un momento de irritación olvidan las lecciones y predicaciones de trescientos años y degüellan e incendian como en los tiempos de Valdivia y de Almagro [...] **No queda otro recurso que el de las armas**, y persuadidos de esto los que manejan los negocios públicos, han comenzado a emplearlo, aunque no de una manera decidida a consecuencia de los pocos recursos de que se ha podido echar mano en los malos tiempos por que ha tenido que atravesar el país" 240

Lograda no ano de 1860, a pacificação da baixa fronteira foi selada com a celebração de um tratado de paz e amizade entre Maurício Barbosa e os principais longkos costinos. Condições bastante desfavoráveis foram aceitas pelos indígenas, como o pagamento de uma indenização de 20.000 pesos ao governo nacional, em compensação aos gastos decorrentes da guerra de fronteira, e também a cessão de terrenos ao Estado, cujo valor era estimado em 2.000.000 de pesos. Tal episódio foi interpretado como um exemplo a ser seguido na "alta fronteira", isto é, como um primeiro passo em direção à Pacificação de Arauco.

Contudo, a redução da porção territorial localizada entre os Andes e as encostas da Cordilheira de Nahuelbuta revelou-se ao longo dos anos uma tarefa bem mais árdua do que aquela estimada por Montt e Saavedra, em virtude da tenaz resistência dos *arribanos*. A consciência política de Juan Mañil Bueno e sua vasta rede de contatos fica evidente a partir da análise da ativa correspondência epistolar mantida entre sua secretaria e as autoridades *criollas* e indígenas no ano de 1860.

Em 30 de abril, Mañil Bueno recorreu à amizade mantida com Justo José de Urquiza, presidente da Confederação Argentina, para consultar-se acerca da legitimidade da guerra travada contra o governo de Manuel Montt e solicitar auxílio na defesa do território indígena ameaçado pelo expansionismo estatal.

-

²⁴⁰ El Mercurio, nº 9950, 1 de novembro de 1860.

É interessante destacar que, nesse contexto, o *longko* araucano mantinha também estreitas relações políticas com o cacique *salinero* Juan Calfucurá, aliado de Urquiza na luta pela instauração do projeto liberal portenho: considerava-o força militar a ser mobilizada na luta contra o governo de Santiago²⁴¹. O bom relacionamento por vezes existente entre as tribos araucanas do Chile com parcialidades da porção oriental da Cordilheira dos Andes, particularmente a Confederação de Calfucurá, ancorava-se em interesses práticos: o comércio de gado, o auxílio em *malones* e, sobretudo, o gozo do fornecimento de "bens e víveres" instituído pelo governo de Juan Manuel de Rosas.

Valendo-se do conhecimento sobre os tratados de paz firmados entre espanhóis e mapuche no período colonial, Mañil Bueno expôs ao general argentino sua indignação frente à política colocada em prática pelo Estado chileno:

"El gobierno patrio mandó proponerme la paz en 1837 y mi respuesta fue decirle: que [po]dria [ser], siempre que se respetase la línea del Biobio, y no se permitiese pasarlo a ningún cristiano a poblarlo y menos fuerza armada. Sin más antecedentes que los que refiero, el gobierno ha demarcado una provincia, traspasando el Biobio que abraza una parte considerable de nuestro territorio que actualmente habitamos, y por consiguiente nos quiere sujetar a su autoridad echando por tierra los tratados a que me refiero. A la sombra de esto se han introducido muchos pobladores bajo pretesto de que han comprado a unos indios, que ellos mismos han hecho dueños de terrenos, no siéndolo"²⁴²

Sabemos que a carta em questão nunca foi entregue ao destinatário, dada a ocorrência de uma nevasca que impossibilitou José Santos Quilapán, filho de Mañil Bueno, de alcançar o destino final. Entretanto, seu valor histórico está em apontar a existência de redes de intercâmbio político mantidas entre os dois lados da Cordilheira dos Andes.

É relevante comentar que, segundo informações veiculadas por um periódico de Los Ángeles, Bernardino Pradel teria se valido da posse desse e de outros papeis para reforçar sua influência e prestígio entre os nativos. Convencera os caciques de que os documentos haviam sido confiados a ele por Mañil, no intuito de que se tornasse defensor dos territórios *arribanos* no para além do Bío Bío. A partir de então, Pradel esteve munido de uma espécie de talismã, o qual, segundo ele,

²⁴¹ Cf. Gabriel Passetti. **O mundo interligado: poder, Guerra e território nas lutas na Argentina e na Nova Zelândia (1826-1885),** op.cit.

²⁴² Mangil Wenu a Justo José de Urquiza, 30/04/1860. In: Jorge Pavez Ojeda. **Cartas mapuche** (siglo XIX), op.cit, grifo meu.

"tiene para los salvajes el mismo respeto que la Biblia para los cristianos, el Alcorán para los maometanos"²⁴³.

Em seu ímpeto de resistência e em sua luta pela soberania, Mañil Buenos não hesitou em dirigir-se diretamente ao presidente Manuel Montt. Algumas questões chamam atenção na correspondência datada de 21 de setembro. Primeiramente, o fato do longko ter deixado explícita a mediação exercida por um lenguaraz e um escrivão na redação do texto, dada sua inabilidade no manejo da escrita. Por esse motivo, ressalta a preocupação em manter o controle sobre a palavra veiculada, para "saber si el escribano que asienta mis palabras las ha puesto conforme se las digo al lenguaraz"244.

Percebemos a desconfiança nutrida pelo líder mapuche em relação a tais funcionários, já que muitas vezes estes não compreendiam bem o mapudungun ou transmitiam propositalmente informações falsas ao governo ou aos indígenas. Dessa forma, torna-se compreensível a exigência feita por Mañil Bueno quanto à presença do frei Vitoria Palaviccino e do lenguaraz Pantaleon Sanchez, homens de sua inteira confiança, em qualquer negociação de paz com os criollos. Em suas palavras, "sin que venga el padre [...], el lenguaraz Pantaleon Sanchez, mui dificultoso será sepas la verdad. [Bernardino] Pradel nos asegura que en cincuenta años que manda el Gobierno de Santiago, jamás ha llegado allá la noticia de los agravios que nos han estado haciendo"245.

Em segundo lugar, Mañil Bueno realiza uma crítica contundente à atuação de Cornelio Saavedra e dos demais oficiais do governo na "alta fronteira". Claramente, sua intenção é contrapor o rechaço a autoridades como Francisco Villalón à popularidade adquirida por personalidades como José María de la Cruz e Bernardino Pradel em meio aos indígenas. Ao relatar a ocorrência de episódios de violência e crueldade, como o reproduzido abaixo, o longko deixava Manuel Montt a par da dura realidade fronteiriça, ao mesmo tempo em que legitimava a recusa dos arribanos às propostas de paz:

"En noviembre llego otro Intendente que llaman Villalon, y el día 24 en la noche se apareció en nuestras tierras trayendo mil hombres y mostrando cañones, y se les dejaron caer a los Mauches, Bureano, Reinaquinos y Murchenos y les robaron

²⁴³ El Meteoro, nº144, 19 de junho de 1869.

²⁴⁴ Mangil Wenu a Manuel Montt, 21//09/1860. In: Jorge Pavez Ojeda. Cartas mapuche (siglo XIX), op.cit, p.324, grifo meu. ²⁴⁵ Idem.

todos sus animales, que no bajaría su número de nueve mil caballos, yeguas, vacas y ganado ovejuno, y les quemaron sus casas y llevaron cuanto encontraron en ellos, porque alcanzaron las familias que iban a esconderse en los montes. Los indios viejos y las indias que no pudieron llevar las degollaron como perros. El mismo Salbo [Salvo] hizo degollar a un indio, y después de muerto pasó a la casa y se llevó el costal de prendas de plata que tenia el indio y el ganado que cargó al cogote de su caballo; se llevaron algunos cautivos para venderlos"²⁴⁶

Fica claro que, por mais que orquestrassem malones e depredações às propriedades na fronteira, os arribanos também se valeram da via institucional para fortalecer seu movimento de resistência e legitimarem suas reivindicações. As correspondências enviadas às autoridades criollas e o tom negociador empregado nos discursos evidenciam o esforço de Mañil Bueno, em determinados momentos, em solucionar os conflitos através das relações políticas. Contudo, ao escrever em fins de 1860 a José María Guzmán, vecino da região fronteiriça e amigo de Bernardino Pradel, o longko dizia-se "cansado de mandar escribir mis palabras al presidente i a estos gobernadores de la Frontera, pues no dan respuesta"²⁴⁷.

Dias depois, Mañil veio a falecer, deixando a cargo de seu sogro Faustino Quilahueque e de Quilapán o exercício da liderança dos arribanos. Segundo Pradel, as palavras pronunciadas em seu leito de morte "no pasaron de otra cosa que de decirles a los caciques que no recibiesen recados de persona alguna, sino solamente del general Cruz i general Urquiza, i que a mi me conservasen como una joya preciosa que debía de establecer la paz de todas las Tribus"²⁴⁸.

Passados dois anos da revolução, haviam sido infrutíferas as principais tentativas de estabelecimento de um acordo de paz duradouro entre os mapuche e Estado chileno na "alta fronteira", o que perpetuava o tom de insegurança e de desordem na região. Ainda estabelecido em território araucano, Bernardino Pradel viu no aprofundamento de sua influência entre os índios uma oportunidade de recuperar-se do estigma de montonero, o qual lhe gerara imenso desprestígio e retardara a obtenção da tão sonhada anistia por parte do governo de Santiago. Dessa forma,

 $^{^{246}}$ Mangil Wenu a Manuel Montt, 21//09/1860. In: Jorge Pavez Ojeda. Cartas mapuche (siglo XIX), op.cit, p.321, grifo meu.

²⁴⁷ Mangil Wenu a José María Guzmán, 5/11/1860. In: Jorge Pavez Ojeda. Cartas mapuche (siglo XIX), op.cit, p.331.

²⁴⁸ Bernardino Pradel a Pedro Ruiz Aldea, 11/08/1869. *El Meteoro*, nº 151, 21 de agosto de 1869.

investiu no papel de conciliador e de herdeiro do legado de Luis de Valdívia, atribuindo a si a missão de "salvar as províncias e o país". Tal conduta lhe rendeu os contornos de uma figura política de antítese a Cornelio Saavedra.

Para Pradel, a violenta guerra articulada por Saavedra e Montt seria o principal fator responsável pela total desmoralização dos *monttistas* perante os mapuche. Os frequentes roubos de gado, incêndios de casas e plantações e até mesmo o degolamento de crianças e anciãos evidenciavam a falta de sensibilidade e a violência das autoridades em seu relacionamento com os indígenas²⁴⁹.

O tom crítico da situação é comprovado pela insatisfação expressada pelo *abajino* José María Catrileo diante do tratamento dispensado pelo governo nacional aos indígenas. Em carta ao então intendente de Arauco, Vicente Villalón, relatou o abandono que pairava sobre sua tribo, mesmo diante da lealdade e dos serviços prestados por seus *mocetones* na guerra contra os *arribanos*:

"Si hemos podido vivir hasta la actualidad sin molestar la atención de US., ha sido mediante la caridad y benevolencia de algunos amigos que nos regalan de vez en cuando alguna cosa que comer; pero esa protección ya va escaseando y probablemente cesará del todo porque es mui natural que ya las sea gra[...za], y es esta la razón que nos hace ponernos bajo la protección de US. y del Gobierno que representa para que como servidores de la nación se **nos de siquiera lo necesario para alimentarnos**" 250

Aos olhos de Bernardino Pradel, a política delineada por Manuel Montt para a Araucania era infundada e descabida. Sobretudo após a morte de Mañil Bueno, considerava que as condições favoráveis para a celebração dos acordos de paz e para o cessar fogo não eram aproveitadas pelos *criollos*:

"Sin la muerte de Mañil jamás se habría conseguido la sumisión ni reparación de perjuicios, pues estaba en la firme persuasión: 1°. Que era jefe supremo de una nación independiente. 2°. Que los tratados que hicieron sus antepasados con el rey, fijaron el límite de su territorio en el Biobio. 3°. Que todo lo que poseen los cristianos de esta parte del Biobio son usurpaciones. Felizmente los caciques que intervendrán ahora, no tienen tales pretensiones, i si el gobierno no aprovecha la ocasión de estar yo entre los indígenas, tendrá que aventurarlo todo, entendiéndose con los indios cuyo estado actual es el siguiente: No hay gobierno alguno. No existe absolutamente simulacro de ley civil ni criminal. No tienen religión. El

²⁴⁹ Bernardino Pradel a Buenaventura Ruiz, 2/10/1860. *El Meteoro*, nº 157, 2 de outubro de 1869, "*Documentos relativos a la revolución de la frontera en 1859*.

²⁵⁰ José María Katrülew ao Intendente da Província de Arauco Vicente Villalón, maio de 1860. In: Jorge Pavez Ojeda. **Cartas mapuche (siglo XIX)**, op.cit, p.356, grifo meu,

conocimiento que han adquirido por medio de la historia, en parte mui fantástico, ha degenerado totalmente"251

A interpretação de Pradel não poderia ser mais assertiva. Em carta dirigida ao Presidente da República José Joaquín Pérez²⁵², datada de setembro de 1861, os longkos da "alta fronteira" expressaram abertamente o desejo de retomar o diálogo com as autoridades governamentais. Para tanto, exigiam de Pérez alguns compromissos, como o indulto aos prejuízos provocados pelos ataques às propriedades e a nomeação de Bernardino Pradel e de José María de la Cruz como árbitros dos assuntos relativos à questão fronteiriça. Constata-se nesse discurso um tom crítico e suspeitoso em relação às intenções dos monttistas que até então haviam sido encarregados da administração da província de Arauco:

"Esperamos pues, Presidente, que cuando te convenzas de los males que nos han hecho a todos el gobierno de Monte y que durante diez años no ha puesto remedio, nos dirás lo que sea de justicia; pues deben conocer que aunque nos llaman bárbaros conocemos lo que es justo; y verás que los Monttistas han hecho las mismas cosas que nos desaprueban a nosotros como bárbaros"253

No intuito de acordar a paz com as tribos rebeladas, Cornelio Saavedra propôs a realização de um Parlamento em novembro de 1861, na região de São Carlos de Purén. Segundo El Mercurio, nessa ocasião buscar-se-ia persuadir os principais longkos das intenções pacíficas do governo, mediante o envio de tropas militares para o território fronteiriço. Estas assegurariam a proteção dos moradores chilenos para além do Bío Bío e a preservação das propriedades e costumes indígenas²⁵⁴.

Tal episódio é significativo por apontar para o fato de que, ao longo do processo de expansão territorial chileno, os mapuche não apenas se pensaram como interlocutores políticos, mas também foram reconhecidos enquanto tais pelos criollos. Todavia, a celebração do dito Parlamento nunca chegou a ocorrer. Conforme

²⁵¹ Bernardino Pradel a José María Guzmán, 14/08/1861. El Meteoro, nº 161, 30 de outubro de 1869, "Documentos relativos a la revolución de la frontera en 1859, grifo meu.

²⁵² Presidente do Chile entre 1861 e 1871. Candidato governista às eleições presidenciais, Pérez iniciou seu governo com um gabinete ministerial de tendência monttista, o qual viria a ser substituído no ano seguinte por membros da Fusão Liberal-Conservadora, dando início a um período de predomínio liberal na política chilena.
²⁵³ Carta dos caciques ao presidente da república, 24/09/1861, *El Mercurio*, nº10265, 9 de novembro

¹⁴ El Mercurio, nº 10225, 24 de setembro de 1861.

informações fornecidas por José María Guzmán a Bernardino Pradel, a inviabilização das negociações políticas entre indígenas e *criollos* deveu-se à seguinte questão:

"El gobierno ha dicho que primero tendría el gusto de perder toda la frontera antes de entrar en algún convenio con los indios por medio de Ud., siendo Ud. un hombre que ha causado tan grandes males a la nación, i en particular a la frontera, i que no está en tal circunstancia para que Ud. sea el que se ponga hacer la paz; por esta razón ha mandado decir a todos los caciques que el único medio que les queda es el que se reúnan todos los que puedan i se presenten por escrito al Presidente, pidiendo a dos sujetos para tratar de la paz, que son don Rafael Sotomayor i don Cornelio Saavedra" 255

Assumindo uma postura governista, *El Ferrocarril* responsabilizou Bernardino Pradel e o *lenguaraz* Pantaleón Sánchez²⁵⁶ pelo fracasso do Parlamento de Purén. Acusava-os de terem fomentado entre os *arribanos* a adoção de um discurso político proveniente do mundo *criollo*, isto é, incompatível com a lógica de raciocínio indígena. Hoje, estudos antropológicos comprovam que o apreço pelo território sempre esteve presente entre os povos aborígenes, dada a conexão existente entre o sentimento de pertencimento étnico e o local de origem específico²⁵⁷.

Contudo, o periódico santiaguense julgou que a luta pela soberania territorial era fomentada pela influência negativa dos "subversores" em meio aos mapuche. A partir de então, estes teriam começado a se ver como "nações independentes", reivindicando o direito de negociarem de "potência para potência" com o Estado chileno. Dessa forma, *El Ferrocarril* condena a postura de Pradel e Sánchez, vendo-os como "traidores" dos princípios da civilização e do ideal de pacificação do território:

"Sorprende sin duda que Pradel i sus compañeros que han morado toda su vida en medio de poblaciones civilizadas; que han sido testigos en muchas ocasiones de esas escenas de horror i matanzas perpetradas por los salvajes hagan causa común con ellos e no tengan vergüenza de haber renegado de su sangre, de sus hogares, de sus familias i de su nombre. Habíamos creído i hasta se nos había hecho consentir que odios personales, desafección contra el Gobierno pasado habían provocado esta deserción de la causa de la civilización; pero hoy que por todas partes

²⁵⁵ José María Guzmán a Bernardino Pradel, 08/09/1861. *El Meteoro*, nº 163, 13 de novembro de 1869, "*Documentos relativos a la revolución de la frontera en 1859*, grifo meu.

²⁵⁶ Além do oficio militar exercido em Los Ángeles, Pantaleón Sánchez era arrendatário de terras aos índios e capitão de amigos. Sua convivência com os indígenas transformou-o em um importante intérprete e colaborador, o que facilitou o trato do governo nacional com os *longkos*.

²⁵⁷ João Pacheco de Oliveira. "Uma etnologia dos 'índios misturados'? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais". In: João Pacheco de Oliveira (org.) **A viagem da volta. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2004.

nos empeñamos en conjurar el malestar que aqueja al país, hoy que no pensamos sino en reparar los males que la crisis ha infligido, hoy que el único grito escapado de todos los labios es paz, confianza, no podemos todavía poner estorbos a la tranquilidad que se busca"²⁵⁸

O impasse das negociações tornou necessária a adoção de vias alternativas para a pacificação da Araucania. Por essa razão, em outubro de 1861, José Joaquín Pérez e Manuel Garcia, Ministro da Guerra e Marinha, solicitaram a Cornelio Saavedra a elaboração de um plano de operações militares destinado ao avanço da linha de fronteira. Entusiasmado com a realização do projeto, Saavedra revelou-se pronto para abandonar a Intendência de Valparaíso e assumir o comando do Exército de Operações da Fronteira e a Intendência de Arauco, tão logo recebesse a autorização do Poder Executivo²⁵⁹.

No sucinto projeto submetido à apreciação do governo nacional, o intendente reforçou a ideia de que os pequenos avanços obtidos na obra de redução e civilização dos indígenas haviam sido praticamente anulados pelos incidentes de 1859. Responsáveis pelo retorno do estado de insegurança e de desolação na fronteira, estes teriam acentuado o antagonismo entre *criollos* e mapuche e preservado o rio Bío Bío como limite que apartava os dois mundos. Para ilustrar seu argumento, Saavedra referiu-se à destruição de Negrete, forte fundado em 1840 e que havia sido convertido em uma cidade de 1500 habitantes:

"En la población de Negrete, reducida a cenizas por el fuego de los bárbaros, arrasadas las habitaciones, bodegas y demás trabajos realizados, robados los ganados e incendiadas las sementeras, los pobladores se vieron en la imperiosa necesidad de abandonar un territorio en que podían ser víctimas de la sana cruel de los naturales, que jamás han respetado ni a las personas ni las cosas que puedan llevar el sello de la civilización. El aniquilamiento de la frontera y el desaliento de los espíritus serán el resultado preciso de aquellas depredaciones repetidas día por día, si el supremo gobierno no procede a la protección de las vidas y las propiedades, y no adopta medidas de seguridad más radicales y estables que las que hasta ahora se han tomado" 260

Saavedra atribuiu a ineficácia dos fortes militares de Nacimiento, San Carlos, Los Ángeles e Santa Bárbara à sua localização pouco favorável: situados ao

²⁵⁹ Cornelio Saavedra a Manuel Garcia, 11 de outubro de 1861. In: Cornelio Saavedra. **Documentos relativos a la ocupación de Arauco**, op.cit, p.9.

²⁵⁸ El Ferrocarril, nº 1834, 26 de novembro de 1861.

²⁶⁰ Cornelio Saavedra. "Consideraciones a favor del avance de nuestras fronteras en el territorio indígena, y del establecimiento de una nueva línea sobre el río Malleco". In: Cornelio Saavedra. **Documentos relativos a la ocupación de Arauco**, op.cit, p.12, grifo meu.

norte do Bío Bío, encontravam-se na retaguarda das populações fronteiriças. Dessa forma, valendo-se de seus conhecimentos sobre o território araucano, propôs um sistema de civilização e de redução dos indígenas que consistia "I° en avanzar la línea de frontera hasta el río Malleco; 2° en la subdivisión y enajenación de los terrenos del Estado comprendidos entre el Malleco y el Biobío; 3° en la colonización de los terrenos que sean más aptos"²⁶¹.

No que diz respeito ao primeiro tópico, Saavedra expôs alguns fatores que tornavam o rio Malleco uma linha de fácil guarnecimento. Se comparado ao Bío Bío, que poderia ser atravessado a nado, o Malleco apresentava em seu curso apenas seis possíveis pontos de transposição, os quais, devidamente ocupados, não exigiriam um contingente militar numeroso e barrariam a atuação dos indígenas. Em termos estratégicos, o projeto é esclarecido por Saavedra da seguinte forma:

"Si la táctica del indio ha burlado en otras ocasiones los esfuerzos de nuestras tropas, huyendo a su vista para reorganizarse en otra parte, y esperando un momento
oportuno para sorprender o hacer excursiones rápidas sobre puntos poco vigilados;
adoptando ahora un plan defensivo, evitando el desorden y cansancio que producen marchas precipitadas y constantes, y ocupando sobre todo posiciones como
las que propongo, se encontraría el salvaje impotente para embarazar los trabajos
que han de incomunicarlo con el territorio poblado por los habitantes civilizados"²⁶²

Baseado na informação de que menos de 500 indígenas habitavam o território situado entre os rios Bío Bío e Malleco, muitos do quais já se encontravam assimilados aos *criollos*, Saavedra desenvolveu um projeto pautado por um tom defensivo e amistoso. Mediante a atuação das missões religiosas e do comércio, estimou que o avanço da linha de fronteira e a consequente civilização dos mapuche durariam no máximo três anos, "partiendo de la costa, y así sucesivamente hasta que haya desaparecido la actual anomalía de existir un territorio chileno al cual no alcanza el imperio de la constitución y de las leyes de la república, y concluya para siempre el antagonismo entre las dos razas"²⁶³.

No que diz respeito à alienação dos terrenos baldios ou fiscais existentes entre os ditos rios, Saavedra considerou-a uma forma de indenizar o Estado pelos gastos oriundos da segurança na fronteira e da redução dos indígenas. Entretanto, a

²⁶¹ Idem, p.13. **Ver anexo 14.**

²⁶² Idem, p.14, grifo meu.

²⁶³ Idem, p.16.

constatação de fraudes envolvendo os contratos de compra e venda levam-no a retomar a proposta de Antonio Varas e seu discurso tutelar em relação aos mapuche.

Como vimos, Varas ressaltara a necessidade de estabelecer um regime especial para os territórios indígenas, no qual o Estado seria responsável pela proteção dos nativos contra a má fé dos funcionários de fronteira. Nesse sentido, a nomeação do Estado enquanto exclusivo comprador e vendedor dos terrenos indígenas era considerada uma maneira de evitar as espoliações e de atenuar a desconfiança nutrida pelos indígenas em relação aos *criollos*.

Por fim, Saavedra deteve-se brevemente sobre a questão da ocupação dos terrenos por colonos nacionais e estrangeiros, a qual julgava central para a propagação de indústrias mais aperfeiçoadas e de hábitos mais laboriosos entre a população. Segundo as estimativas do intendente, conferindo-se à colonização a importância que lhe era devida e fomentando-a na proporção adequada, "en pocos anos el fisco podría utilizar centenares de miles de cuadras de los terrenos situados entre el Malleco y Imperial, y algo más adelante la existencia de tribus salvajes en la república solo aparecería consignada en las páginas de la historia"²⁶⁴.

O projeto de Cornelio Saavedra para o avanço da linha de fronteira ao rio Malleco parece constituir um "meio termo" entre as propostas de civilização dos indígenas e de ocupação militar da Araucania. Continha em seu âmago uma ambiguidade, pois conjugava a intenção de proteção dos mapuche, considerados seres humanos menores e incapazes, e a necessidade de solucionar prontamente a questão indígena, acalmando assim o ânimo das populações fronteiriças. Atemorizadas e impacientes, estas demonstram ser cada vez menos favoráveis a uma postura pacífica, defensiva e permissiva perante índios.

Embora as estratégias militares apresentadas por Saavedra fossem bastante oportunas, elas suscitaram inquietudes no meio político. Tal situação revela que à questão de Arauco subjazia também um conflito político, na medida em que a entrega do comando do Exército de Operações a um *monttista* despertara a desconfiança dos apoiadores de José Joaquín Pérez. Por essa razão, em novembro de 1861, Pedro Godoy apresentou a Manuel García um programa alternativo de conquista da Araucania. Militar e periodista, Godoy combatera a candidatura de Manuel Montt

²⁶⁴ Idem, p.19.

e encontrava-se politicamente próximo à figura de Pérez. Desse modo, os liberaisconservadores depositavam nele as esperanças de reduzir a influência de Saavedra.

O programa elaborado por Godoy distava do projeto de Saavedra, sobretudo em dois aspectos. Em primeiro lugar, propunha uma expansão territorial que era definida a partir dos seguintes termos estratégicos:

"Los araucanos, para poder hacer sus expediciones o correrías sobre nuestras plazas del Biobío, necesitan ponerse de acuerdo con las tribus del interior y para el efecto de acometer, recorren los campos hasta las orillas del Imperial y Toltén, a fin de poder reunir una fuerza regular [...] La parte vulnerable, repetiremos siempre, no está en la frontera del Biobío, que ofrece a los araucanos tantas resistencias por su fondo. Debe buscarse en el litoral, que nos ofrece la facilidad de cortar en varios puntos lo que podemos llamar, con mucha propiedad, su línea de operaciones y que nos pone en estado de evitar e inutilizar sus tentativas en ambas fronteras. La Araucanía presenta por todas partes, según los reconocimientos hechos por el señor Domeyko citado, la misma configuración de las provincias del norte de la república; la distancia de oriente a poniente en aquellas regiones no excede de treinta a treinta y cinco leguas, o al menos hasta las faldas de los Andes, es mucho menor desde el litoral a los llanos, donde residen las tribus más ricas y numerosas de los araucanos. Por consiguiente, las expediciones que partiesen de nuestras plazas, además de abrazar toda la línea de sur a norte, no tendrían que superar más de diez a doce leguas para interceptar sus comunicaciones, e impedir i inutilizar las invasiones de los bárbaros en cualquier dirección"265

Na visão de Godoy, o estabelecimento da linha de fronteira no rio Malleco seria antiestratégico, antieconômico e improdutivo se comparado às vantagens proporcionadas por uma ocupação que partisse do litoral da Araucania em direção à Cordilheira dos Andes. Além de abarcar uma região densamente povoada, possibilitando a proteção de mais propriedades chilenas, Godoy concluiu com base nos estudos etnográficos de Ignacio Domeyko²⁶⁶ que a operação por ele idealizada não se depararia com a resistência dos índios do interior. Ao bloquearem a ação das

²⁶⁵ Idem, pp.337-338.

²⁶⁶ Cf. Ignacio Domeyko. **Araucania y sus habitantes**. Santiago: Cámara Chilena de la Construcción: Pontificia Universidad Católica de Chile: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 2010. Em 1838, o engenheiro de minas Ignacio Domeyko foi contratado pelo governo chileno para formar estudantes e realizar estudos e explorações científicas no país. Em sua obra, propôs a integração pacífica dos mapuche à nacionalidade chilena, desde um prisma católico e republicano. Devido ao contínuo contato com os comerciantes de gado e com os missioneiros, consideravam-se os índios *costinos* mais dóceis e tolerantes, o que facilitaria sua redução e incorporação ao povo chileno. Além disso, a zona correspondente ao território entre a Cordilheira de Nahuelbuta e o oceano era vista como menos povoada, o que asseguraria um maior isolamento e uma menor coesão entre as tribos. Em contrapartida, no interior, as tribos eram mais numerosas e, ainda que mantivessem independência entre si, acreditava-se que quase todas reconheciam uma certa preeminência de um cacique soberano, no caso, Quilapán.

tribos de Lumaco e Angol, vistas como as "mais inquietas e vagabundas da Araucania", os fortes estabelecidos no rio Lebu levariam os mapuche a se submeterem às forças nacionais ou a buscarem asilo nas regiões transandinas, onde "deben ir a perderse y confundirse en las tribus de las pampas"²⁶⁷.

Em segundo lugar, Pedro Godoy apontou para incompatibilidade entre o projeto defensivo e amistoso delineado por Saavedra (*discurso*) e a guerra por ele empreendia na fronteira araucana desde 1859 (*prática*), frisando que esta havia se convertido em "*una verdadera escuela de bandidaje y despilfarro*"²⁶⁸. Estabeleceu a moderação e a prudência como elementos norteadores de seu projeto, ainda que julgasse o uso das armas eventualmente necessário contra "um povo selvagem, incapaz de manter seus compromissos com lealdade". Considerou que a redução da Araucania desfrutaria menos da força das armas do que do poder da civilização e da reconciliação, via intercâmbio de mercadorias, comercialização de terrenos e estabelecimento de missões religiosas.

Ao menos em termos discursivos, Godoy buscou frisar a possibilidade de conversão dos nativos em cidadãos e compatriotas. Contudo, parece plausível afirmar que, ao se expressar de tal modo, intentava realizar uma crítica contundente ao modo como a política de fronteira vinha sendo conduzida no Chile. Se o uso a força militar era interpretado como um "ato de barbárie" contra "irmãos maternos" e "legítimos donos" do território em vias de ocupação, tal posicionamento parece não ser movido por questões pacíficas e humanitárias, mas sim pela tentativa de deslegitimar o projeto de Saavedra em virtude deste ser partidário do *monttvarismo*:

"Si la ocupación pacífica no pudiera verificarse por la compra de los terrenos o por otros trámites legales y con el asentimiento de sus dueños, y fuese necesario recurrir a las armas, convendría usarlas con la moderación propia de un pueblo civilizado y no como se ha hecho hasta aquí. Las represalias, que son la excusa con que algunos han querido justificar los actos más bárbaros y feroces, han pasado de uso y merecen en nuestro siglo la execración general de todos los pueblos cultos de la tierra; mucho más, cuando se hace la guerra a un pueblo ignorante y rudo que defiende sus propios hogares. Enhorabuena que los bárbaros maten en todas partes sin piedad a sus prisioneros; nosotros no debemos imitarlos, salvo en el caso de la propia defensa. Las represalias no contribuyen a nada, no contribuyen a disminuir el número de nuestros enemigos; contribuyen sí a excitar el espíritu de venganza y a redoblar los esfuerzos de los combatientes, haciendo la guerra interminable" 269

²⁶⁷ Idem, p.339. Ver anexo 15.

²⁶⁸ Idem, p.330.

²⁶⁹ Idem, p.327, grifo meu.

Contando com forte oposição no meio político e militar – como vimos, incitada tanto pelo posicionamento *monttista* do seu autor como por questões propriamente estratégicas –, o projeto de Cornelio Saavedra perdeu o respaldo de José Joaquín Pérez e da alta cúpula do Exército, agora a cargo do ex-Presidente Manuel Bulnes. Consequentemente, as operações de avanço da linha de fronteira ao rio Malleco foram oficialmente paralisadas em 27 de novembro de 1861. A partir de então, as campanhas na Araucania viram-se limitadas à garantia da segurança na província de Arauco, à reconstrução do forte de Negrete e ao restabelecimento do comércio entre *criollos* e índios, interrompido após os episódios de 1859.

É importante destacar que o plano de expansão territorial elaborado por Saavedra repercutiu também na imprensa e na região de fronteira, fomentando a polarização da opinião pública. Por exemplo, o correspondente de Arauco de *El Ferrocarril* não conteve sua decepção diante da paralisação das obras de fortificação na linha do rio Malleco e da aprovação do decreto que reinstituía o comércio no território araucano:

"Estamos desorientados, hemos perdido el rumbo, nos hallamos en borrasca completa; pero en una borrasca como no hay muchas, borrasca de tinieblas, de misterios, donde no se puede avanzar un paso sin descalabrarse. ¡Qué tiempos, señores editores! Ya no hay línea de frontera. No hay protección para las propiedades. No hay seguridad para lo futuro. No hay esperanza de nada. No hay nada de nada. Un decreto lo ha muerto todo"²⁷⁰

Tal autor demonstrou-se bastante descrente quanto à eficácia do comércio como meio civilizador dos indígenas. Na sua visão, embora pudessem ser vistos como "dóceis, submissos, agradecidos e manejáveis como uma máquina de vapor", os mapuche teriam uma inclinação natural ao crime e a latrocínio, o que constituiria uma barreira intransponível ao seu progresso. Assim, uma campanha militar, ainda que pacífica, seria a única solução para conter as devastações sobre as propriedades na fronteira.

Essa interpretação fora também compartilhada pelos *vecinos* de Los Ángeles e de Nacimiento. Inconformados com o extenso histórico de prejuízos causados pelos indígenas à Província de Arauco, haviam expressado em notas encaminhadas a José Joaquín Pérez o entusiasmo suscitado pela aprovação do avanço da linha de

_

²⁷⁰ El Ferrocarril, nº 1850, 14 de dezembro de 1861, grifo meu.

fronteira ao rio Malleco. Na ocasião, definiram o projeto idealizado por Cornelio Saavedra como "el preludio de una época de engrandecimento, que en un porvenir no lejano debía rendir óptimos y merecidos frutos"²⁷¹.

Por essa razão, os *vecinos* demonstraram-se bastante frustrados com a notícia da reabertura do comércio em território araucano e da paralisação das campanhas militares. Ressaltando a longa experiência de trato com os mapuche na fronteira, tentaram convencer o Presidente da República de que a pacificação da Araucania e a proteção das propriedades *criollas* nas imediações do rio Bío Bío não poderiam ser garantidas sem o emprego das armas:

"El día en que retrocediendo ante sus hordas indisciplinadas las tropas abandonen los sitios en donde los han perseguido, sin fruto, ese día se creen poderosos sobre todos, y hacen alarde de una jactancia grosera y ultrajante. Desde esta vez, Sr. Excmo., el araucano, que no es sin duda como lo han pintado a V.E., dócil y cordial, va a creerse muy superior a nosotros; y su arrogancia que quizá fomentan los criminales que se asilan entre ellos, subirá de punto. El comercio, Sr.Excmo., no es posible hacerlo donde las garantías son la lanza; la buena fe, la mas pérfida astucia; y donde, en fin, ni la propiedad ni la vida están a cubierto de las atroces sugestiones del crimen"²⁷²

Em contrapartida, ao destacar o vínculo pessoal e político mantido entre Cornelio Saavedra e Manuel Montt, *El Mercurio* esforçou-se por desconstruir sua imagem enquanto chefe militar competente para atuar na fronteira araucana. Uma série de artigos publicados em fins de 1861 descreve as expedições organizadas durante o mandato de Montt como "verdadeiros *malones* conduzidos pela vingança e pelo rancor".

Segundo o periódico, o desrespeito às propriedades indígenas e a violência das campanhas militares teriam sido responsáveis por "imortalizar o nome de Manuel Montt na fronteira", fomentando a desconfiança e a resistência dos mapuche. Nesse sentido, a imediata associação entre as intenções de Montt e de Saavedra convertia-se em "un nuevo motivo de temor y de sobresalto para los indios que no tienen de este jefe mui aventajada opinión"²⁷³.

Uma verdadeira inversão de valores parece ter se dado na linha editorial de *El Mercurio*, na medida em que seus autores passaram a posicionar-se a favor do

²⁷¹ "Representación de los pueblos", 11 de dezembro de 1861. In: Cornelio Saavedra. **Documentos relativos a la ocupación de Arauco**, op.cit, p.37.

²⁷² Idem, p. 38, grifo meu.

²⁷³ El Mercurio, nº 10296, 16 de dezembro de 1861.

cultivo de boas relações com os indígenas. Ainda que não abrissem mão de caracterizá-los como selvagens, estimularam a celebração de tratados de paz e a prática do comércio na fronteira, meios civilizadores que evitariam "las repeticiones de los males de que han sido víctimas esos pueblos"²⁷⁴.

Ao mesmo tempo, expuseram considerações negativas em relação ao avanço territorial ao rio Malleco, definindo-o como uma luta infrutuosa, uma guerra de extermínio e de saques contra os nativos. Defendiam, portanto, o imediato afastamento de Cornelio Saavedra do comando do Exército de Operações, assim como reforçavam a competência de Manuel Bulnes e de José María de la Cruz para o cumprimento das intenções pacíficas do governo de José Joaquin Pérez.

Torna-se aqui evidente a descontinuidade existente na argumentação elaborada pelo periódico de Valparaíso. No ano de 1859, seus artigos valeram-se de um vocabulário político desprestigiador dos mapuche como forma de legitimar e impulsionar a dura repressão aos levantamentos na fronteira, como atesta a seguinte passagem:

"La guerra no puede ser conveniente: a sus crueldades y horrores hai que agregar la irritación en que mantendría los ánimos de los araucanos, que impediría toda negociación pacífica, todo convenio amigable, obligando al ejercicio de la República, aun ya hecho dueño de Arauco, a ensangrentarse periódicamente en horrorosas matanzas, pues los araucanos, arrastrados por su indómito carácter, estarían asechando los momentos más oportunos para dar sus malones, y de esta manera la guerra no vendría a tener nunca término, y las alarmas y inquietudes, lejos de cesar, aumentarían con graves y positivos perjuicios de los pueblos de la frontera"²⁷⁵

Os conflitos partidários no país atuaram como elemento propulsor da transformação do discurso referente à questão de Arauco. Por mais incoerente que possa parecer, o mesmo periódico que há pouco convencera grande parte da opinião pública quanto ao caráter indispensável da guerra contra os indígenas, agora ressaltava a existência de uma contradição entre o emprego das armas e o intento de "pacificar" da Araucania.

-

²⁷⁴ Idem.

²⁷⁵ El Mercurio, nº 10287, 5 de dezembro de 1861, grifo meu.

4.2. Novos avanços no processo de expansão territorial ao rio Malleco: Orèlie Antoine, José María de la Cruz e outros agentes propulsores

A análise documental até aqui realizada tem evidenciado os avanços e retrocessos que marcaram a experiência histórica da Pacificação da Araucania nessas décadas. Nessa linha de interpretação, percebemos mais um ponto de inflexão no processo de expansão territorial do Estado chileno. No ano de 1862, dois acontecimentos parecem ter tornado imprescindível ao Poder Executivo e ao Ministério da Guerra e Marinha rever a decisão de paralisação do projeto de fortificação do rio Malleco.

No mês de janeiro, Cornelio Saavedra emitiu um comunicado oficial no qual noticiou a captura de Orèlie Antoine de Tunes, funcionário judicial francês que havia ingressado em território araucano e se auto coroado rei da *Nova França*²⁷⁶. Figura de múltiplas facetas e bastante contraditória, Orèlie era retratado ora como "místico" e "aventureiro", ora como "louco" e "demente". Por essa razão, diversas hipóteses e interpretações foram desenvolvidas em torno de sua aparição na Araucania, como nos permitem entrever as considerações do correspondente de Concepción em artigo publicado por *El Mercurio*:

"Unos tomando la cosa a lo serio, dicen que habrá sido mandado por alguna potencia europea para que estudiando el carácter y costumbres araucanos, proponga un **plan de conquista**; otros que andará en comisión de alguna casa de comercio, en investigación sobre el éxito que daría la **explotación de las minas de oro y plata existente en todo el territorio indígena**. Estos, tomando la cosa a la broma, dicen que empeñado en descubrir el movimiento perpetuo y la cuadratura del círculo, ha resuelto no abandonar la Araucanía hasta no resolver estos problemas; no faltando, por fin, quien al notar su aspecto profundamente misterioso, su andar pausado, y su barba y meleno largas, insiste en que es **el Anti-Cristo o el Judío Errante**"²⁷⁷

Por mais surreal ou caricato que esse episódio possa soar, foi capaz de suscitar a preocupação das autoridades nacionais. Em primeiro lugar, porque a legitimidade de fundação da *Nova França*, reclamada por Orèlie, provinha da ideia de que a independência do Chile não afetara juridicamente os territórios da Araucania. Esse argumento evidenciou ao Estado chileno que nem todas as potências europeias reconheciam a validade do *uti possidetis iuris*, princípio de delimitação territorial

²⁷⁶ Ver anexo 16.

²⁷⁷ El Mercurio, nº 10285, 3 de dezembro de 1861, grifo meu.

adotado pelas ex-colônias hispânicas a partir de 1810, que lhes assegurava a equivalência entre as fronteiras pré- e pós-independência. Portanto, se a soberania nacional equivalia única e exclusivamente à posse física do solo, o controle exercido pelos mapuche sobre os territórios ao sul do rio Bío Bío colocava em risco a aceitação do domínio jurídico do Estado chileno sobre a Araucania.

A soberania chilena sobre a Araucania encontrava-se igualmente ameaçada pela ampla aceitação obtida por Orèlie entre os índios de Quilapán, já que suas propostas iam ao encontro dos imperativos de uma sociedade mapuche em guerra. Os *arribanos* viram no "rei francês" um aliado tanto na luta pela autonomia territorial, como na formação de um governo mais centralizado, apto a dialogar eficientemente com os *criollos* ²⁷⁸. De acordo com Cornelio Saavedra, Orèlie teve a perspicácia de explorar a situação a seu favor, "pues no cesó durante su permanencia en el territorio araucano, de seducir y halagar los instintos de los salvajes para atacar las plazas de frontera, a cuya invitación se prestaran muy gustosas las diversas tribus" ²⁷⁹.

Um segundo acontecimento que estimulou a retomada do projeto de fortificação do rio Malleco foi o plano de conquista da Araucania apresentado pelo general José María de la Cruz a José Joaquín Pérez. Embora considerasse o trabalho de Pedro Godoy o mais completo e consistente até então elaborado sobre a temática, Cruz julgou necessário preencher algumas de suas "lacunas e imprecisões". Nesse sentindo, ainda que consentisse com o eixo central da argumentação de Godoy – a ideia de que as operações militares a partir do litoral faziam-se mais adequadas do que o pronto estabelecimento da linha de fronteira no rio Malleco –, em termos estratégicos propôs um modelo alternativo de fortificação do território:

"Observando lo más necesario por lo que toca a poblar y guarnecer el litoral, como asimismo el cubierto de la alta frontera, mientras se practica aquella operación, pasaré a tocar el avance de las plazas de ésta hacia el Sur, ya que se halla paralizada la disposición de la fortificación de la ribera de Malleco. El autor de la memoria de que me ocupo [Pedro Godoy] es de contrario sentir a la idea de guarnecer este punto, como asimismo a que el avance de plazas se haga por esta parte. En cuanto a los **inconvenientes que se presentarían para sostener esa línea de fuertes en Malleco**, me hallo de antemano conforme con su opinión, como V.E. lo habrá notado en mi anterior carta en que le hablé sobre esta materia: pero **no así en cuanto también reprueba el que la introducción de fuertes parta del Biobío hacia el**

²⁷⁸ Cf. José Bengoa. **História del pueblo mapuche (siglo XIX-XX)**. Santiago: Lome Eds, 2000.

²⁷⁹ Cornelio Saavedra. "Primera aparición y captura del aventureiro Orllie", 7 de janeiro de 1862. In: Cornelio Saavedra. **Documentos relativos a la ocupación de Arauco**, op.cit, p.53.

Sur, como asimismo respecto a la apreciación desfavorable que hace del territorio encerrado por el Biobío, Vergara y Malleco, porque su resguardo no sólo coincide con el fin que promueve la idea de introducir los fuertes en la Araucanía (que es el de encerrarlos poco a poco, sin mayor violencia en la población civilizada para apresurar su morigeración y sometimiento) sino, también, porque ese terreno, que se dice inculto y despoblado, es el que cabalmente cuenta más propietarios de españoles, y el que, una vez resguardado, llamará a él una población numerosa por su posición geográfica..."280

José María de la Cruz enumerou as vantagens apresentadas pela ocupação das margens do rio Vergara e pelo povoamento de Angol sobre o esquema tático de fortificação do litoral proposto por Pedro Godoy²⁸¹. De acordo com sua avaliação, além de constituir um ponto de confluência dos caminhos utilizados por índios e comerciantes vindos da costa e dos Andes, Angol representava, em termos territoriais, um retrocesso em relação à intenção original do governo de avanço da fronteira até o rio Malleco.

Essa vantagem aparentemente concedida aos mapuche tornaria na prática mais viável aos criollos negociar a cessão de territórios como compensação pelos prejuízos e danos causados durante a guerra. Ademais, embora reconhecesse o maior ímpeto de resistência dos grupos indígenas de Angol e Vergara em relação aos índios do litoral, Cruz não tomou essa realidade como um empecilho, pois, em suas palavras,

"como dentro de poco será indispensable ocupar aquél [o litoral], menos malo es arrostrar desde luego las consecuencias de esa resistencia que más tarde se haría mayor, porque se habría desvanecido el motivo justo con que el gobierno puede acometerla, y porque no pudiendo por menos que resentirse las tribus de ese litoral de la ocupación de su territorio, ellas se plegarían a las del interior a la resistencia que hiciesen, porque este segundo avance les demostraría a todos que esta internación de fuertes llevaba por objeto la ocupación total del territorio de todas las tribus",282

A crítica às estratégias militares formuladas por Pedro Godoy contribuiu para a desconstrução da aplicabilidade de alguns pontos de seu projeto de conquista

²⁸⁰ "Memoria que a S.E. el Presidente de la República passa el señor general Don José María de la Cruz, observando lo que en noviembre de 1861 presentó al Supremo Gobierno el señor coronel Don Pedro Godoy con motivo del pensamento de realizar la ocupación del território araucano", 28 de abril de 1862. In: Cornelio Saavedra. Documentos relativos a la ocupación de Arauco, op.cit, p.358, grifo meu.
²⁸¹ Ver anexo 17.

²⁸² Idem, p.364.

da Araucania. Segundo a apreciação do general Cruz, as circunstâncias geográficas do terreno constituíam um verdadeiro inconveniente para a realização de expedições ao território araucano a partir do litoral. Nesse sentido, a existência de rios e montanhas de difícil transposição não apenas tornaria impossível a combinação de movimentos entre os destacamentos militares e sua mútua proteção, como também daria aos indígenas um amplo espaço para a realização de incursões na fronteira.

4.3. A execução do plano de conquista de José María de la Cruz e suas repercussões na "alta fronteira"

Frente ao descrédito adquirido pelas propostas de Godoy, José Joaquín Pérez atribuiu a Cornelio Saavedra a responsabilidade de levar a cabo a implantação do plano de José María de la Cruz. Embora houvesse sido designado para colocar em prática as ideias formuladas por seu antagonista, o Chefe de Operações do Exército da Fronteira parece não ter se deixado influenciar pelas desavenças políticas, na medida em que foi capaz de reconhecer as vantagens decorrentes dos trabalhos de fortificação nas localidades de Negrete, Mulchén, Angol e Lebu²⁸³. Segundo ele, os novos fortes asseguravam a proteção da vida e dos interesses dos cidadãos chilenos, possibilitando o restabelecimento das tarefas agrícolas e das propriedades na antiga linha de fronteira.

Na *Memórias* remetidas ao Ministério da Guerra, em maio de 1862 e de 1863, Saavedra frisou em diversas oportunidades que, a despeito da resistência orquestrada pelos *arribanos*, havia seguido à risca a orientação do governo de não devastar o território ou empregar a violência contra os indígenas. Para tanto, lançara mão de estratégias como o envio de emissários às tribos, no intuito de comunicar previamente a ocupação dos pontos estratégicos, e o pagamento de soldos aos principais caciques, visando ressaltar a conveniência do estabelecimento de relações amistosas com os *criollos*.

A argumentação desenvolvida por Saavedra nas *Memórias* evidencia um notável esforço em demarcar as conquistas obtidas pelas operações militares por

²⁸³ Ver anexo 18.

ele coordenadas na Araucania. Pretende reforçar – ou, quiçá, construir no âmbito discursivo – a existência de um hiato entre a dura realidade vivida na fronteira em 1859 e seu estado pacífico em 1862, como nos permite entrever a seguinte passagem:

"Los desgraciados acontecimientos del año de 1859 produjeron en los campos de la frontera la devastación y la ruina; y en los pobladores, el espanto y el desaliento. El pillaje y el incendio fueron los medios puestos en acción por los salvajes para arrancar a la civilización las lentas y pequeñas conquistas hechas a la barbarie y dejar un yermo donde ya la industria empezaba a germinar. Ahora la confianza se despierta; los pobladores vuelven a edificar sobre las ruinas y a cultivar los campos. Al abrigo de las nuevas fortalezas surgen otras tantas poblaciones llenas ya de vida y porvenir [...] La fundación de estas nuevas poblaciones, llamadas a ser importantes en lo sucesivo, la confianza y seguridad llevadas al sur del Biobío y el paso dado hacia la integración de nuestro territorio y la reducción natural y pacífica de las tribus araucanas y su asimilación con la raza civilizada, son los resultados satisfactorios y palpables de la empresa. No se ha derramado una sola gota de sangre, no ha habido violencias de ningún género y el bien se ha hecho a todos, indios y chilenos civilizados" 284

Entretanto, não podemos perder de vista o caráter dos intelectuais enquanto produtores e transmissores de *representações* sobre a realidade cotidiana²⁸⁵, fato que aponta para a necessidade de relativizarmos o tom fidedigno por vezes atribuído aos discursos políticos, vistos como *manifestações fieis* de um determinado contexto histórico. Ilustremos essa consideração invocando como exemplo a série de artigos publicada pelo periódico *La Tarántula* de Concepción em fins de 1862, que desconstruiu a imagem pacifista propagada por Cornelio Saavedra acerca da política de expansão territorial estatal. Portando-se com bastante reserva diante das promessas e das políticas implementadas pelas autoridades de Santiago, o periódico atribuiu-lhes responsabilidade pela perpetuação das sublevações que assolavam a Araucania.

As opiniões divulgadas por seus artigos convergiram no sentido de criticar as operações militares conduzidas por Saavedra na alta fronteira. A ocupação de Angol e as obras de fortificação do terreno eram comparadas, em termos de violên-

²⁸⁴ "Memória de 1863", 11 de maio de 1863. In: Cornelio Saavedra. **Documentos relativos a la ocupación de Arauco**, op.cit, p.69, grifo meu.

²⁸⁵ Sobre a definição do termo "intelectuais" na América Latina cf. Carlos Altamirano (dir.) y Jorge Myers (editor del volume). **Historia de los intelectuales en América Latina I: La ciudad letrada, de la conquista al modernismo.** Buenos Aires: Katz, 2008.

cia e de crueldade, à repressão orquestrada pelo governo de Manuel Montt à Revolução de 1859. O autor de "Sublevación en la frontera II", por exemplo, rememorou que na ocasião os índios não teriam manchado "sus manos con ningún asesinato, mientras que después se vieron martirizados con esas horribles mutilaciones de miembros que han decepado las armas del gobierno y encendido la rabia y la venganza entre ellos" 286.

Contrapondo-se àquilo que denominou de "guerra desastrosa" e de "crime contra a civilização", La Tarántula não apenas reivindicou o emprego de meios pacíficos para o avanço da fronteira, como também buscou compreender a resistência dos mapuche, chegando ao ponto de levantar o seguinte questionamento: "¿Qué nación no lo estaría [alarmada] viendo amenazadas sus fronteras y su independencia? ¿Quién no lo estaría viéndose rodeado de bayonetas y desoídos sus justos reclamos?"²⁸⁷.

De um modo geral, seus artigos expunham que, desde o início do governo de José Joaquín Pérez, os nativos não mais feriam as leis da República, pois atuavam legitimamente ao defenderem os direitos ameaçados pela campanha de Cornelio Saavedra na fronteira. Consideravam que, em sua luta pela independência, os mapuche deixavam transparecer certo grau de consciência política, pois questionavam a partir de sólidos argumentos o desrespeito aos princípios de propriedade e de liberdade.

Para ilustrar a capacidade de articulação dos indígenas, o correspondente de Mulchén fez referência à ocasião em que Quilahueque participou do parlamento convocado pelo capitão de amigos D. Gaspar Zapata. Segundo relatos do episódio, quando os *criollos* buscaram negociar com os *arribanos* a fundação da fortaleza de Angol, o *longko* teria proferido o seguinte discurso:

"Después que el gobierno nos ha ofrecido la paz y la restitución de los terrenos de que violentamente hemos sido despojados ¿será justo que mande repoblar Angol sin tener lugar la junta acordada y presidida por él o por caballeros de alta suposición que no tengan terrenos en esta parte del Biobio? ¿O está creyendo que porque nosotros no somos instruidos en la chilca (en las letras) se nos puede engañar fácilmente? Yo te diré el motivo porque defendemos nuestras tierras: según nos han contado nuestros antepasados, ahora muchos años vino un rey del otro lado del mar, trajo jente armada, nos conquistó, tomó posesión de una parte de nuestro mapu (país), construyó cuarteles y siete ciudades. Mas conociendo nosotros cuanto nos

²⁸⁶ La Tarántula, n°53, 8 de outubro de 1862.

²⁸⁷ La Tarántula, nº69, 3 de dezembro de 1862.

sacrificaba, nos rebelamos contra él, destruimos sus ciudades y seguimos viviendo como antes felices y tranquilos. Pero ahora, Zapata, parece que tu gobierno tiene el mismo pensamiento del rey de aquel tiempo, puesto que sin consultarnos a nosotros y violando su palabra, quiere traer soldados y edificar pueblos también [...] Si nosotros consentiríamos en esas poblaciones, consentiríamos un yugo sobre nuestro cogute (Y el indio se llevó la mano a la nuca para dar más fuerza a sus palabras...)"288

Em janeiro de 1864, a área delimitada pelos fortes de Mulchén, Negrete, Angol e Lebu encontrava-se ocupada e assegurada. Cornelio Saavedra aproveitouse da ocasião para solicitar seu afastamento do comando do Exército da Fronteira e da Intendência de Arauco. Em muito contribuiu para sua renúncia a visão negativa da opinião pública a respeito da maneira como vinham sendo conduzidas as operações militares na Araucania.

As funções de Saavedra foram assumidas por José Manuel Pinto, militar que havia lutado em defesa do governo de Manuel Montt durante as revoluções de 1851 e de 1859 e que entre os anos de 1865 e 1866 viria a ocupar o cargo de Ministro da Guerra e Marinha. Contudo, por cerca de dois anos os trabalhos na fronteira estiveram praticamente paralisados.

Tal conjuntura se perpetuou até o envolvimento do Chile na guerra contra a Espanha. Segundo Manuel Ravest Mora²⁸⁹, a origem do conflito bélico remonta aos esforços desta em retomar seu domínio sobre os antigos territórios coloniais na América do Sul. Para tanto, interviu militarmente nas ilhas Chinchas (Peru), ricas em guano. O posicionamento do Chile em prol do país vizinho resultou no bombardeio de Valparaíso e no desencadeamento de uma guerra marítima e costeira, que se deslocou para o sul do continente²⁹⁰.

Em janeiro de 1866, Cornelio Saavedra foi nomeado Comandante Geral dos Departamentos de Arauco e Lautaro. Contando com o apoio do liberal Federico Errázuriz Zañartu, que ocupava o cargo de Ministro da Guerra e Marinha, e do sargento Gregorio Urrutia, deu início ao processo de ocupação de Quidico (situada a 25 léguas de Lebu), Toltén e Queule.

²⁹⁰ Ver anexo 19.

_

²⁸⁸ La Tarántula, nº65, 19 de novembro de 1862.

²⁸⁹ Cf. Manuel Ravest Mora. "Introducción". In: Cornelio Saavedra. **Documentos relativos a la ocupación de Arauco**, op.cit.

Segundo avaliações feitas pelos militares, a posse real e efetiva de todo o litoral da Araucania proporcionaria nesse momento inúmeras vantagens à República chilena. No âmbito externo, impediria a infiltração das forças estrangeiras entre os indígenas e asseguraria a continuidade da comunicação da costa com as províncias austrais. No âmbito interno, as fortificações erguidas atuariam como centros de apoio para a completa dominação do território e para a civilização dos araucanos²⁹¹.

O avanço militar e a incorporação de novos territórios à jurisdição da República tornaram urgente a discussão acerca do destino a ser conferido aos mesmos. Aprovada pelo Congresso Nacional em dezembro de 1866, a nova legislação foi marcada pelo tom "estatista" proposto anteriormente por Cornelio Saavedra. Atribuiu ao Estado chileno a faculdade de proceder sobre a alienação e a colonização do território fronteiriço, freando assim a ocupação espontânea por particulares que predominara até então²⁹².

É importante frisar que a lei de 1866 foi extremamente prejudicial aos mapuche, na medida em que reputou como baldios e, portanto, de propriedade estatal, todos os terrenos sobre os quais não se provasse a posse efetiva e continuada por pelo menos um ano. Além disso, a criação do cargo de "Protetor de Índios", imbuído da função de representar os direitos indígenas na celebração dos contratos de compra e venda, praticamente impossibilitou a participação direta dos nativos nas negociações que envolviam suas possessões territoriais.

Os mapuche tinham clareza de que se encontravam em um contexto desfavorável à organização de um levantamento geral. Entretanto, não hesitaram em recusar os acordos propostos pelos *criollos* e em queixar-se das decisões das autoridades nacionais, como evidencia o seguinte testemunho de Quilapán publicado pelo periódico penquista *El guia de Arauco*:

"En otro tiempo, cuando algún funcionario venía a visitarnos, nosotros salíamos a encontrarlo; pero ahora no sucede tal cosa, porque se nos mira con desconfianza. Y sin embargo, somos nosotros los que tenemos más motivos de queja que las autoridades. A nosotros, aparte de que no se nos visita, ni se nos manda un correo, se nos despoja de grandes proporciones de terrenos. Cuando los demás caciques estuvieron en Santiago, el señor Presidente les dijo que se volviesen a la

²⁹¹ Cornelio Saavedra. "Memoria de1867". In: Cornelio Saavedra. **Documentos relativos a la ocupación de Arauco**, op.cit.

²⁹² Para maiores informações sobre o histórico da legislação de terras na Araucania, ver Jose Aylwin. **Estudio sobre tierras indigenas de la Araucania: antecedentes historico legislativos (1850-1920).** Temuco: Instituto de Estudios Indigenas/Universidad de la Frontera, 1995.

tierra a trabajar y a cuidar de sus familias y haciendas. Confiados en estas palabras se regresaron los caciques; pero después hemos visto con dolor que los atentados contra la propiedad siempre continúan. Por este motivo y porque no se nos han cumplido las promesas que se nos hizo, hemos dejado de ir a Santiago [...] Pero no son solamente ya nuestras propiedades las que corren peligro, son también nuestras vidas. **Digan ustedes ¿cuándo se nos han amparado a nosotros? Nunca.** El cacique Lonconao y una parte de su familia murieron asesinados, y no se hizo indagación ni se castigó a sus autores, a pesar de que comisionamos a Pantaleón Sánchez para que se acercase a las autoridades a pedir justicia. **Pero ¿cómo hacer esta justicia, cuando es el mismo Gobierno quien lo manda a matar?**"²⁹³

Fato é que em 1867 a ocupação do litoral da Araucania encontrava-se formalmente finalizada, o que permitiu ao governo chileno dirigir novamente sua atenção aos 500 mil hectares situados entre os rios Bío Bío e Malleco. A informação de que nessa extensão territorial existiam *haciendas* valiosas e uma população que superava os 10 mil habitantes, além de terrenos baldios que poderiam facilmente ser convertidos em rendas para o Estado chileno, levou Cornelio Saavedra a propor a retomada de seu projeto de 1861. Segundo suas estimativas, a fortificação da linha do rio Malleco tornaria possível a completa redução do território araucano em cerca de dois ou três anos.

Tão logo retornou ao comando do Exército de Operações, Saavedra convocou *abajinos* e *arribanos* para a celebração de um Parlamento, no intuito de *comunicar* – e não de *negociar*! – a definitiva ocupação da linha do Malleco pelas forças
militares. Inimigas, as duas parcialidades indígenas recusaram-se a participar de um
mesmo encontro simultaneamente, fato que tornou necessária a sua realização em
dois momentos distintos. Tal fragmentação inerente à sociedade indígena revelouse conveniente para os *criollos*, dados os diferentes posicionamentos políticos que *abajinos* e *arribanos* tradicionalmente mantiveram perante o governo nacional.

Na planície de Angol Saavedra reuniu-se com os *abajinos*, episódio relatado por ele na *Memória* remetida ao Ministério da Guerra em maio de 1868. Na ocasião, comunicou aos nativos que a fortificação das margens do Malleco objetivava impedir os roubos, assassinatos e depredações na fronteira, assim como restabelecer a confiança e a segurança entre as populações da região.

²⁹³ El Guia de Arauco, 19 de novembro de 1866 apud José Bengoa. História del pueblo mapuche (siglo XIX-XX), op.cit, pp.195-196, grifo meu.

Segundo os relatos do comandante, apenas duas horas teriam sido suficientes para obter o consentimento dos *longkos*, interessados em conservar a paz com o governo nacional. Entretanto, estes teriam feito a importante ressalva de que "*los lugares que pensaba ocupar eran posesiones de las tribus arribanas*, *de las que ellos no podían disponer*, *y*, *por consiguiente*, *debía entenderme con aquéllas para su adquisición*"²⁹⁴.

O desenrolar do Parlamento realizado com os *arribanos* nas margens do rio Malleco, ao qual tanto o periódico *La Tarántula* como a *Memória* de 1868 fazem menção, parece sido bem mais conturbado. O histórico de resistência desses indígenas levou Saavedra a interpretar sua demora em comparecer ao encontro agendado como uma estratégia para se apresentarem munidos de armas e de uma atitude hostil. Diante da situação, o comandante empregou um discurso de tom agressivo, ameaçando "fazer-lhes em pedaços", "persegui-los pelas montanhas" e "fechar os caminhos da cordilheira" caso não se fizessem presentes no local combinado até a manhã seguinte à data inicialmente acertada.

Tão logo teve início a reunião, o comandante expôs ao *longko* Quilahueque que José Joaquín Pérez estava disposto a oferecer-lhes a paz e a perdoá-los por suas "perversas condutas". Para tanto, os índios deveriam submeter-se ao governo nacional, não oferecendo nenhuma forma de resistência à ocupação militar das margens do rio Malleco. Caso contrário, seriam "castigados com todo o rigor" mediante uma "guerra sangrenta".

O posicionamento do *longko* foi categórico: ainda que desejasse conservar a paz com os *criollos*, não tinha a autorização de seus companheiros para permitir a ocupação dos terrenos, tampouco estava disposto a passar-se por um traidor. De acordo com *La Tarántula*, Quilahueque teria na ocasião professado as seguintes palavras:

"Es verdad que entre nosotros hai ladrones como también los hai entre UU, mas esto no quiere decir que lo sean todos los chilenos y todos los indios; yo por mi parte no lo soy, porque no quebrantará los consejos que mi padre [Mañil Bueno] me dio al tiempo de morir. Estos fueron: 'como heredero de mi autoridad y de mi nombre debes perseguir a los ladrones: haz bien a tus semejantes y trata de conservar la paz con el gobierno para que seas feliz'. Se nos ha reunido para tratar la paz, aquí nos tienes; si notas que no me compañan todos los caciques respetables, no

²⁹⁴ Cornelio Saavedra. "Memoria de1868". In: Cornelio Saavedra. **Documentos relativos a la ocupación de Arauco**, op.cit, p.92.

tengan cuidado, traigo sus poderes, **pero no para ceder nuestras tierras. Si tal** hiciese, seria un traidor"²⁹⁵

A reação negativa dos *arribanos* ao comunicado de transposição da fronteira ao rio Malleco não se limitou ao âmbito discursivo, constituindo um prenúncio da dura guerra entre *criollos* e mapuche em vias de ser consumada. Na medida em que Saavedra procedia com os trabalhos de ocupação do território, o *longko* Quilapán estabelecia contato com as demais tribos da Araucania e dos Pampas, no intuito de orquestrar sublevações contra as forças nacionais.

Dentre os cerca de 4 mil guerreiros que foram congregados estava o contingente enviado por Juan Calfucurá. Devemos levar em consideraçãoa lei aprovada pelo Congresso Nacional argentino em 1867, que determinara a transposição imediata da fronteira às margens dos rios Negro e Neuquén, através da realização de expedições militares punitivas contra os cacicados da região.

A colaboração firmada entre as parcialidades indígenas da Araucania e dos Pampas ao longo do processo de expansão territorial aponta para o fato de que as fronteiras nacionais assumiram um sentido arbitrário para os nativos. Em certa medida, foram suplantadas pelo alto nível de integração cultural, social e econômico existente entre os povos que habitavam a região andina desde o período pré-colombiano. Nesse sentido, a antropóloga Martha Bechis afirma que "el teatro de acción del aborigen soberano fue la totalidad del área. Los estados nacionales la fraccionaron. Para decirlo con las palabras de un mapuche 'ellos [Calfucurá y los arribanos] defendían toda la tierra. Después se dividió. Argentina quedo allá y Chile quedó acá"²⁹⁶.

Em março de 1868 a linha de fronteira do rio Malleco encontrava-se demarcada pela presença dos seguintes fortes militares: Angol, Huequén, Cancura, Lolenco, Chihuaihue, Mariluán, Collipulli, Perasco e Curaco²⁹⁷. A partir de então, Cornelio Saavedra pôde dedicar-se à elaboração de um plano de operações destinado à dominação total da espacialidade da Araucania. Ao ser designado ao comando do

²⁹⁵ La Tarántula, nº305, 7 de dezembro de 1867, grifo meu.

²⁹⁶ Martha Bechis. "Los lideratos políticos en el área arauco-pampeana en el siglo XIX: ¿poder o autoridad?", Trabalho apresentado no I Congreso Internacional de Etnohistoria, Buenos Aires, 17-21 de julho de 1989 e editado em Maria de Hoyos (coord.). **Etnohistoria, publicación especial de NAyA en CD,** op.cit.

²⁹⁷ **Ver anexo 20**. Posteriormente, seriam acrescidos à linha do Malleco os seguintes fortes: Reinaco, Ñupanqui, Quecheregua e Los Sauces.

Exército de Operações da Costa de Arauco, assumiu a responsabilidade de reduzir a região compreendida entre o litoral e o rio Toltén, assim como toda a fronteira sul. Segundo sua avaliação, a ocupação dessa porção territorial, sobretudo das localidades de Pitrufquén e Villarrica, beneficiaria, em particular, a província de Valdívia:

"Con la construcción de estas plazas y dos pequeños fortines que establecerían entre Toltén y Pitrufquén, quedaría terminada la línea de frontera sur; dejando en completa seguridad a la provincia de Valdivia, y aislando de las tribus del norte un número considerable de habitantes, que sólo en el departamento de este nombre puede calcularse aproximadamente en cinco mil, todos los cuales entrarían pronto en la vida civilizada, pues la historia y la experiencia enseña que el aislamiento de las tribus entre sí y el frecuente contacto con nuestro pueblo han sido los elementos que más han podido para arrancar al indio de su estado salvaje y bárbaro. Con estas plazas se obtendrían también otras ventajas de no menos importancia: tales serían, por ejemplo, la de atender oportunamente con sus guarniciones al castigo inmediato de las tribus del interior que quisieran alzarse, la de vigilar el boquete de Villarrica que está cerca, y aun el de Llaima que no está muy distante; y, sobre todo, la de obligar a los indios a estrecharse en una faja más reducida de terreno, haciéndoles ver, por este medio, que ya ha llegado la hora, o de un sometimiento completo a las autoridades constituidas, o de un abandono voluntario de su terreno",298

Saavedra estimou que a execução dos trabalhos nessa extensão territorial não seria, em termos estratégicos, tão difícil ou custosa quanto havia sido a ocupação da fronteira norte do rio Malleco. Isso porque, na sua visão, os indígenas da região apresentavam um caráter menos altivo e guerreiro, o que tornava mais viável sua submissão às autoridades nacionais. Essa crença fora corroborada pelas informações veiculadas por Rafael García Reyes, então Intendente de Valdívia. Em um informe dirigido ao comandante, Reyes retratou tais agrupamentos mapuche como povos em processo de degeneração: segundo ele, decresciam em termos populacionais, eram dizimados por doenças, abusavam do álcool, eram supersticiosos e não dominavam o uso das lanças, empregando estratégias mais rudimentares nos *malones* e nas situações de conflito²⁹⁹.

²⁹⁸ Cornelio Saavedra. "Memoria de1868". In: Cornelio Saavedra. **Documentos relativos a la ocupación de Arauco**, op.cit, pp.118-119.

pación de Arauco, op.cit, pp.118-119.

299 Rafael García Reyes. "Descripción del território que habitan los indios independientes de Valdívia". In: Cornelio Saavedra. **Documentos relativos a la ocupación de Arauco**, op.cit, pp.121-132.

Em contrapartida, nem mesmo o suposto "pacifismo" dos nativos e o intolerante comando exercido por José Manuel Pinto na Alta Fronteira foram suficientes para pôr fim ao estado de intranquilidade que assolava a linha do Malleco. Fazendo jus à tradição de resistência aos *criollos*, os *arribanos* intensificaram os ataques aos fortins e as depredações contra as propriedades em Arauco e Nacimiento. Temia-se ainda que, com o fim do inverno e dos obstáculos naturais que bloqueavam o livre trânsito pelo território, os indígenas se lançassem sobre as possessões do litoral e da província de Valdívia. Diante da gravidade da situação, o Poder Executivo viu-se impelido a solicitar, em 8 agosto de 1868, uma autorização legislativa visando ao reforço da defesa na referida linha de fronteira.

De acordo com o projeto de lei apresentado pelo Executivo ao Congresso Nacional, o aumento das forças do Exército permanente em 1500 homens e a disponibilização de 500 mil pesos para o financiamento de obras militares em território araucano permitiriam a contenção das invasões e a hostilização das tribos rebeldes, provendo as populações fronteiriças das condições necessárias à sua reprodução.

Presididas por Miguel Luis Amunátegui³⁰⁰, as sessões da Câmara dos Deputados no decorrer da semana subsequente foram marcadas por intensas discussões sobre os possíveis métodos de pacificação da Araucania. Assim como os artigos veiculados pelos periódicos, os debates parlamentares evidenciaram diferentes concepções da classe dirigente chilena a respeito dos mapuche e, consequentemente, distintos projetos direcionados aos povos autóctones³⁰¹.

Personalidades responsáveis pela formulação e execução do plano de ocupação da Araucania saíram em defesa da solicitação do Poder Executivo. Cornelio Saavedra, que representava Carelmapu, buscou atribuir linearidade e coerência às operações militares conduzidas desde 1861, embora para isso tenha adotado um discurso visivelmente contraditório. Segundo ele, o propósito do governo sempre fora empreender um avanço territorial pacífico, paulatino e defensivo, que respeitasse as vidas e propriedades dos nativos, assim como os socorresse em suas desgraças e misérias.

³⁰⁰ Historiador e ideólogo liberal, assumiu importantes cargos políticos em virtude de sua erudição e de seus méritos. Durante a presidência de Manuel Montt e de Aníbal Pinto, atuou junto ao Ministério da Justiça, Culto e Instrução Pública. Foi nomeado Ministro do Interior durante do governo de José Joaquín Pérez.

³⁰¹ Fernando Casanueva. "Indios malos en tierras buenas. Visión y concepción del mapuche según las elites chilenas del siglo XIX". In: Jorge Pinto Rodríguez (editor). **Modernización, inmigración y mundo indígena. Chile y Araucanía en el siglo XIX**, op.cit.

Contudo, em seguida ressaltou que a inconstância e a insolência dos araucanos tornavam suas sublevações recorrentes e imprevisíveis, e que, portanto, jamais se poderia perder de vista que "el indio será siempre nuestro enemigo, que no conseguiremos reducirlo fácilmente, a no ser por la fuerza"³⁰². Levando em consideração a tradição de resistência dos arribanos e a alta estima que tinham pela soberania territorial, o emprego da violência tornava-se, ao fim e ao cabo, um pressuposto para a implementação da política de expansão territorial.

Endossando a argumentação de Saavedra, o Ministro da Guerra e Marinha Federico Errázuriz Zañartu afirmou que o Exército objetivava através de suas operações submeter os indígenas às autoridades republicanas, entretanto sempre lhes proporcionando aquilo que denominou de "vantagens da civilização": a liberdade, a independência e a propriedade. A adoção do sistema repressivo era interpretada como uma legítima resposta das forças militares aos "crimes e atrocidades" na fronteira. Sua linha de raciocínio pautava-se conceitualmente na seguinte passagem da doutrina jurídica formulada por Andrés Bello:

"Los efectos muebles que se toman a un individuo armado pueden hacerse propiedad del apresador. A los habitantes pacíficos se permite la tranquila posesión de sus bienes, mediante el pago de las contribuciones de guerra. Las excepciones a este principio son, en primer lugar, las represalias, que sin embargo serian injustas, si solo tuviesen por objeto una venganza inútil; en segundo lugar, si los moradores del territorio que ocupan nuestras armas, lejos de conducirse como ciudadanos pacíficos, nos hostilizan, es lícito saquear o incendiar sus habitaciones" 303

Se a conquista era admitida como meio regulador das relações entre nações civilizadas, Errázuriz questionou o motivo pelo qual "¿no se podría imponer un castigo semejante a los salvajes que roban i asesinan a nuestros ciudadanos i se llevan cautivos sus hijos i sus mujeres?"³⁰⁴. Mas, nesse momento, preocupou-se em esclarecer que o gênero de conquista que desejava implementar não implicava o extermínio da raça araucana. Por sentir-se "amedrontada" pela presença do aparato militar, previa que esta se submeteria pacificamente ou emigraria para os Pampas argentinos, onde poderia vir a estabelecer uma "nova pátria".

³⁰² "43ª Sesión Ordinaria del 8 de Agosto de 1868". In: *Historia Política Legislativa del Congreso Nacional de Chile*, p.550.

 ^{303 &}quot;43ª Sesión Ordinaria del 8 de Agosto de 1868". In: Historia Política Legislativa del Congreso Nacional de Chile, p.553, grifo meu.
 304 Idem.

A proposta de Errázuriz não levou em consideração um elemento que costumava suscitar a preocupação da intelectualidade ambientada à vida na fronteira. Bernardino Pradel, um de seus maiores representantes, ressaltou em várias ocasiões o perigo decorrente da expulsão dos *arribanos* para o território situado além da Cordilheira. Sua vivência entre os nativos tornara explícito que o alto nível de integração entre as populações que habitavam a cadeia andina sobrepunha-se à noção da "fronteira nacional".

Logo, longe de solucionar o problema, a emigração para os Pampas argentinos apenas reforçaria o intercâmbio mantido entre as parcialidades indígenas. Em carta dirigida a Pedro Ruiz Aldea, Pradel talvez tenha sido um dos primeiros a expressar publicamente a proposta de uma coalizão entre os governos do Chile e da Argentina para lograr a submissão dos nativos de ambos os países. Para tanto, argumentou que

"...los tales indios pampinos, no son más do que chilenos. Ese cacique Cabucura es de la provincia de Valdivia, de un lugar Pituviquen, habiendo allá también Boroanos; y hablándole mas francamente, las Pampas son las guaridas más avanzadas de los chilenos, para cometer anualmente las depredaciones que sufren las haciendas arjentinas. Están en la obligación aquellos de participar a estos de los robos que hacen, y para no ser engañados, cada cacique de los de Chile les tiene un hijo de centinela para saber el número de los animales que han robado, y para venir el correo a avisar cuantas lanzas deben de mandar en sus malones contra las haciendas arjentinas, siendo los más patriotas nuestros indios pehuenches i picunches, que no necesitan se les llame, porque no dejan ningún año de ir hacerles compañía; comercio inicuo en que se ocupa una multitud de hombres que habitan la ultra cordillera en clase de vaqueros de nuestros hacendados de acá, los que bajo el pretesto de cuidar esos animales llevan armas y municiones, que van a servir contra los arjentinos" 305

Representante de Copiapó, o deputado Manuel Antonio Matta foi o principal opositor das propostas apresentadas pelo Poder Executivo. Advogado e discípulo de Andrés Bello, Matta manteve diálogo com Juan Arteaga Alemparte e Pedro León Gallo, junto aos quais fundou o Partido Radical do Chile. Dentre os questionamentos levantados por ele, estava a falta de clareza na redação do projeto de lei e as contradições existentes entre o discurso e as ações colocadas em prática pelas autoridades nacionais na fronteira. "¿De qué se trata?", indagou, "de reducir a los

_

³⁰⁵ Bernardino Pradel a Pedro Ruiz Aldea, *El Meteoro*, nº 141, 31 de maio de 1869, grifo meu.

araucanos según el preámbulo; pero en la parte final se habla de despojarlos, es decir, de emprender la guerra ofensiva"³⁰⁶.

A partir de uma análise minuciosa das informações contidas nas Memórias de Guerra, Matta apresentou evidências de que, por mais que se pretendesse relacionar a imprescindibilidade do reforço militar à segurança dos habitantes, a real intenção do Executivo era castigar e submeter os araucanos mediante o uso da força. Assim, rechaçou a aplicabilidade da doutrina do Direito Internacional invocada por Errázuriz, justificando que "cuando Bello habla de represalias, lo hace refiriéndose al fin legítimo que la guerra se propone, que es la pronta victoria para llegar con prontitud a la paz; pero no se dirige a un fin legítimo, esto es, de robar, saquear, incendiar para castigar las tribus salvajes, que es el plan de la campaña que se proyecta"³⁰⁷.

É interessante destacar que, para Matta, o foco da discussão não recaía sobre a legitimidade de redução dos araucanos, temática que sequer era colocada em pauta. O que estava em jogo e era assunto de discórdia eram os métodos a serem empregados para alcançar esse fim. Favorável à realização de uma guerra defensiva, propôs a imposição das leis da República por meios que se limitassem a castigar os delinquentes. Para tanto, traçou uma clara oposição entre as ideias de colonização e de conquista:

"Lo que nosotros aceptaríamos i que ahora no me hallo en el caso de detallar, es un plan de colonización [...] La colonización podría fundar poblaciones que se defendieran por si mismas, procurando que éstas tuviesen un mismo interés industrial i social i que se halasen animadas de cierto espíritu de recíproca protección [...] Pero el plan de conquista no traerá otro resultado que el exterminio o la fuga de los araucanos; porque persiguiéndolos por todas partes no tendrán más que perecer víctimas de la superioridad de nuestras armas i del número", 308

Assim sendo, rechaçou a ideia de uma *conquista armada*, que segundo ele era levada a cabo por Cornelio Saavedra. Considerava-a uma *guerra agressiva*, que violava os princípios da prudência, da humanidade e da civilização, por implicar a espoliação em massa das terras indígenas. Segundo estatísticas levantadas, a linha

³⁰⁶ "43ª Sesión Ordinaria del 8 de Agosto de 1868". In: *Historia Política Legislativa del Congreso Nacional de Chile*, p.548, grifo meu.

³⁰⁷ "43ª Sesión Ordinaria del 8 de Agosto de 1868". In: *Historia Política Legislativa del Congreso Nacional de Chile*, p.554, grifo meu.

³⁰⁸ "43ª Sesión Ordinaria del 8 de Agosto de 1868". In: *Historia Política Legislativa del Congreso Nacional de Chile*, p.555, grifo meu.

do Malleco confinava em uma área de 36 km uma população que antes ocupava uma extensão de 35.500 km, fomentando a reação negativa dos nativos, o conflito com os *criollos* e, em última instância, a legitimação do seu extermínio.

Ao prever tal sequência funesta de eventos, que a seu ver era conscientemente provocada pelos militares, o deputado chegou a fazer a seguinte confissão: "Temo mucho menos a Quilapan i a Melin, personajes oficiales a quienes se han hecho promesas, que a otros personajes que aunque civilizados dan mas que temer. Yo no quiero que con el tiempo se refiera de los araucanos del Mapocho lo que se cuenta de los de Arauco"³⁰⁹.

Segundo Matta, como forma de instigar o emprego da violência, os araucanos eram comumente descritos pelas autoridades como "irredutíveis à civilização". Ainda que considerasse que os nativos se distavam do esplendor romântico com que foram descritos por Alonso de Ercilla, o deputado combateu veementemente esse argumento.

Em primeiro lugar, ressaltou que a própria descrição da realidade fronteiriça, presente na documentação oficial, fazia referência aos *índios amigos*, ou seja, aqueles que trabalhavam em conjunto com os chefes militares. Em segundo lugar, frisou que tal raciocínio ignorava o próprio processo de constituição do povo chileno, retratado como o resultado do amálgama entre as raças araucana e espanhola. Em um contexto onde as teorias raciais obtinham forte repercussão entre a intelectualidade latinoamericana, a base da argumentação do deputado remonta ao que talvez possamos denominar de um "incipiente relativismo cultural": reconheceu como próprio dos seres humanos o desenvolvimento de um ímpeto etnocêntrico, que leva à negação da alteridade:

"I a este respecto no serían los araucanos los únicos sobre quienes pesaria una lei semejante, pues los ingleses han sido ya tratados como bárbaro por un mandarin de la China que ha declarado en un documento público que esos hombre de cabeza roja son salvajes llenos de vicios, del mismo modo que lo hemos hecho nosotros con los araucanos. No sé si haya desaparecido aun del animo de los hijos del cielo la idea que abrigaban en 1848 de esterminar a los ingleses, esos bárbaros del occidente, como abrigamos nosotros el proyecto de esterminar a otros"³¹⁰

³⁰⁹ "47ª Sesión Ordinaria del 14 de Agosto de 1868". In: *Historia Política Legislativa del Congreso Nacional de Chile*, p.612, grifo meu.

³¹⁰ "47ª Sesión Ordinaria del 14 de Agosto de 1868". In: *Historia Política Legislativa del Congreso Nacional de Chile*, pp.607-608, grifo meu.

Muitas ideias de Matta foram corroboradas pelo deputado José Victorino Lastarria, representante de La Serena. Também discípulo de Andrés Bello, havia participado da Revolução de 1851 e se transformado em um dos principais personagens da transição ao governo liberal conduzida por José Joaquín Pérez. Recuperando os argumentos expostos por Pedro Godoy em seu projeto de 1862, condenou o avanço territorial sobre o rio Malleco, pois considerar que este distava das propostas de relacionamento pacífico e de civilização gradual dos indígenas.

Além disso, atribuiu ao governo a má fé de divulgar ao Congresso Nacional informações manipuladas e contraditórias, "para que se le autorice a derrocar los tesoros i a verter la sangre de la patria en sostener el plan descabellado, absurdo, costoso i estrafalario que se entretiene con tales engaños"³¹¹. Embora os dados oficiais do Ministério da Guerra apontassem para a posse efetiva de toda a costa da Araucania, Lastarria observou que os progressos obtidos na fronteira desde 1861 eram, na realidade, bastante limitados. O abuso da força e a violência descabida contra os mapuche estimulavam o estado de insegurança e intranquilidade na linha do Malleco, convertendo a temática de Arauco em uma verdadeira "marcha funesta".

Para Juan Arteaga Alemparte³¹², deputado por Chillán, a aprovação do projeto de lei selaria a vitória dos esforços de "conquista a sangue e fogo" do território araucano. A presença do Exército na Araucania representaria, na sua visão, a vitória da *força* sobre a *razão*, expressando o alto grau de militarização da intelectualidade chilena. Portanto, ao solicitar o reforço militar na fronteira, o objetivo velado do Poder Executivo seria

"hacer sentir a los araucanos el peso i el poder de nuestras armas; en otros términos menos elegantes, pero más exactos i mas claro, acuchillar indígenas sin tregua, incendiar sus chozas sin piedad, destruir i asolar sus campos sin compasión, propagar la civilización con el exceso de la barbarie, hacer premeditadamente de nuestra parte una guerra más propia de los salvajes que de los pueblos civilizados" 313

³¹¹ "44ª Sesión Ordinaria del 9 de Agosto de 1868". In: *Historia Política Legislativa del Congreso Nacional de Chile*, p.573.

³¹² Junto a seu irmão Justo Arteaga Alemparte, é considerado um dos maiores periodistas chilenos. Ambos trabalharam no diário *El País*, fundado por Diego Barros Arana em 1857 como oposição ao governo de Manuel Montt. Todavia, eram defensores do lema monttino "*liberdade dentro da ordem*" e pregavam a conciliação entre os direitos da autoridade e os interesses da liberdade. Foram deputados pelo Partido Nacional.

³¹³ "46^a Sesión Ordinaria del 12 de Agosto de 1868". In: *Historia Política Legislativa del Congreso Nacional de Chile*, p.590, grifo meu.

Assim como seus companheiros Matta e Lastarria, Alemparte ressaltou que as medidas punitivas adotadas pelo exército de fronteira não possuíam resultados práticos. A ação dos soldados molestava as tribos pacíficas no lugar das agressoras e reforçava o ódio nutrido pelos mapuche contra os *criollos*. Dessa forma, o deputado contrapôs-se ao argumento de que a questão de Arauco se solucionaria unicamente via manutenção dos exércitos permanentes, guerra ofensiva ou conquista de novos territórios. A estratégia mais adequada estaria, a seu ver, na conservação das possessões já adquiridas na costa e na linha do Malleco, mediante a colonização. Além de não instigar os levantamentos indígenas, tal medida tornaria desnecessário o aumento da força militar e a aprovação de novos recursos financeiros.

Por acreditar que a raça indígena estava fadada ao desaparecimento, em virtude da incorporação progressiva dos traços culturais ocidentais, Alemparte previu que a resolução da questão indígena no Chile seria menos complexa do que se estimava. Segundo ele, "cuando una civilización imperfecta vive al lado de otra superior, se aniquila, perece, muere bajo su sombra agotadora. Es un axioma histórico, comprobado por la marcha de la humanidad"³¹⁴.

Ao criticar a premissa da fatalidade da barbárie, via os indígenas como seres perfectíveis, que se encontravam no terceiro ou quarto período de uma marcha progressiva da humanidade, caminho que inevitavelmente seria percorrido por todas as nações da terra no decorrer de sua existência. Portanto, a existência de agrupamentos mapuche que viviam em harmonia com as autoridades nacionais e que prestavam apoio às operações na fronteira era interpretada como um indício do que os índios não consistiam em inimigos eternos da civilização.

Dentre os pronunciamentos proferidos nas sessões da Câmara dos Deputados, um dos mais eloquentes e decisivos certamente foi o de Benjamin Vicuña Mackenna. Perseguido por sua participação nas revoluções de 1851 e 1859, Mackenna havia passado uma temporada fora do país, durante a qual visitara a Inglaterra, os Estados Unidos e grande parte da América do Sul. O deputado por La Serena, que viria ser um dos mais importantes historiadores do século XIX, considerava a questão de Arauco a grande chaga da História do Chile. Embora se dissesse contrário ao

³¹⁴ "46ª Sesión Ordinaria del 12 de Agosto de 1868". In: *Historia Política Legislativa del Congreso Nacional de Chile*, p.595.

extermínio dos indígenas e à conversão dos militares em "caçadores de araucanos", posicionou-se a favor de uma conquista enérgica e sistemática. Defendeu o uso da força por acreditar que "el indio no cede sino al terror, lo que demuestra su vil naturaleza"³¹⁵.

Mackenna atribuiu a insolubilidade do problema araucano tanto à falta de recursos para a firme repressão das sublevações indígenas, como à crença na viabilidade do estabelecimento de relações pacíficas e persuasivas entre *hispanocriollos* e nativos. Diante de tal perspectiva, postulou veementemente a ocupação militar como a única solução plausível para a tão sonhada pacificação da região:

"Señor, hai almas tímidas que se asustan de pronunciar la verdadera palabra que es la amplia solución de esta cuestión: la palabra conquista! Pero yo, señor, la he dicho en alta voz i la repito otra vez como un eco de mi conciencia de ciudadano, como una inspiración de patriotismo. *Delenda Arauco!* Esa debe ser la divisa de la generación a que Su Señoría i yo pertenecemos. Basta ya de esta vergüenza de trescientos años. Dejemos de ser el juguete del capricho o de la lanza del bárbaro. Arranquemos al corazón de la República la flecha envenenada de sus venganzas salvajes. Destruyamos de una vez los bastidores de esa comedia deshonrosa, que ayer nos exhibió antes el mundo bajo la irrisión de un rey de catón"³¹⁶

Sobre a passagem acima, vale a pena destacar que o emprego da expressão "Delenda Arauco!" por Mackenna consiste em uma clara referência ao lendário senador romano Catão, o Velho (234-149 a.C). Esse costumava concluir seus discursos vociferando a frase "Delenda est Carthago!", que em latim significa "Cartago deve ser destruída". Durante os últimos anos das Guerras Púnicas, Catão deixara claro que não se tratava unicamente de vencer Cartago, mas sim de arrasá-la e aniquilá-la. No discurso de Mackenna, Arauco estava para o Chile assim como Cartago estivera para o Império Romano.

Para o deputado, longe de serem a "raça imaginária de heróis mitológicos" retratada pelo poeta Alonso de Ercilla, os mapuche consistiam nos "seres mais horrendos da raça humana". Dessa forma, não economizou os adjetivos negativos para descrever o araucano real, isto é, aquele que, a seu ver, ameaçava a paz e contaminava a população fronteiriça com seus ímpetos de barbárie:

"...el indio (no el de Ercilla, sino el que ha venido a degollar a nuestros labradores del Malleco i a mutilar con horrible infamia a nuestros nobles soldados) no es sino

³¹⁵ "46ª Sesión Ordinaria del 12 de Agosto de 1868". In: *Historia Política Legislativa del Congreso Nacional de Chile*, p.601, grifo meu.

³¹⁶ "45ª Sesión Ordinaria del 11 de Agosto de 1868". In: *Historia Política Legislativa del Congreso Nacional de Chile*, p.584, grifo meu.

un **bruto indomable**, **enemigo de la civilización** porque solo adora todos los vicios en que vive sumerjido, **la ociosidad**, **la embriaguez**, **la mentira**, **la traición** i todo ese conjunto de abominaciones que constituye la vida real del salvaje"³¹⁷

Nesse sentido, é compreensível o esforço de Mackenna em romper com qualquer possibilidade de vinculação racial entre o povo chileno e os araucanos. A justificativa por ele elaborada baseou-se em um importante dado histórico: o fato dos Incas e dos espanhóis não terem sido capazes de vencer a resistência dos agrupamentos indígenas que habitavam o sul do rio Maule. Preservando seu isolamento desde o período pré-colombiano, os mapuche jamais se submeteram ou se aliaram a estrangeiros. Com base nessa informação, Mackenna concluiu que seria impossível que estes possuíssem qualquer influência na constituição racial dos chilenos: "De que procedencia son en efecto, las pocas palabras de orijen estranjero que quedan en nuestro lenguaje domestico i que han sido trasmitidas de jeneración en jeneración por las nodrizas de nuestros antepasado, que eran por lo común yanaconas o indios de servicios? Son araucanas o quichuas, las palabras huasca, tambo, huano, chasque, huaina, etc?"³¹⁸.

Uma última observação merece ser feita a respeito do discurso de Mackenna e esta refere-se à radical transformação ocorrida em sua argumentação entre o ano de 1864, por ocasião do debate sobre a questão da expropriação das terras indígenas na Câmara dos Deputados, e o de 1868. Conforme aponta Alejandra Bottinelli Wolleter³¹⁹, o modelo geral de ocupação defendido por Mackenna em 1864 é o de uma colonização gradual e de vocação pacífica, que excluía a guerra enquanto uma opção válida para a resolução da questão de Arauco. Embora considerasse os mapuche "selvagens", sublinhava sua bravura e poder, defendendo sua incorporação – ainda que assimétrica – à nacionalidade chilena. Ao mesmo tempo, esse discurso legitimava a ocupação das terras indígenas, na medida em que a imagem de um "araucano forte" impossibilitava que a dita ocupação fosse decodificada pelo imaginário nacional em termos de "invasão" ou "usurpação" violenta.

³¹⁷ "44ª Sesión Ordinaria del 9 de Agosto de 1868". In: *Historia Política Legislativa del Congreso Nacional de Chile*, p.565, grifo meu.

³¹⁸ "47ª Sesión Ordinaria del 14 de Agosto de 1868". In: *Historia Política Legislativa del Congreso Nacional de Chile*, p.609.

³¹⁹ Alejandra Bottinelli Wolleter. "El oro y la sangre que vamos a prodigar'. Benjamín Vicuña Mackenna, la ocupación de la Araucanía y la inscripción del imperativo civilizador em el discurso público chileno". In: Rafael Gaune e Martin Lara (editores). **Historia de racismo y discriminación en Chile**. Santiago: UQBAR editores, 2009.

De todos os modos, é inquestionável o novo tom assumido pelo discurso de Mackenna em 1868. O araucano deixou de ser civilizável e redimível, sua bravura foi desmistificada e sua natureza inferiorizada. Essa mudança é compatível com o fortalecimento da "ideologia da ocupação" no seio da sociedade chilena, que cada vez mais minava a sobrevivência da alteridade mapuche e a conservação de seus territórios ancestrais.

Em 14 de agosto de 1868, por 48 votos contra 3, foi aprovado pela Câmara dos Deputados o artigo que autorizava, pelo período de um ano, o aumento das forças do Exército permanente em 1500 homens, assim como o investimento da quantia de 500 mil pesos para sua manutenção e das demais obras militares a serem empreendidas na fronteira³²⁰. Entretanto, como haviam previsto os deputados oposicionistas, tal medida demonstrou-se ineficaz como modo de contenção das sublevações indígenas.

Em um comunicado enviado a Cornelio Saavedra, datado de 3 de outubro, Federico Errázuriz atestou que a posse do litoral do território araucano fora até então incapaz de influir no desenvolvimento da indústria agrícola nos campos situados entre Lebu, Imperial, a Cordilheira de Nahuelbuta e o mar. Evidência disso era a comunicação mantida entre os *arribanos* e os *costinos*, visando hostilizar as propriedades da alta e da baixa fronteira, assim como atacar as reduções dos *abajinos* José María Catrileo e Huinca Pinolevi³²¹. Para vigiar os caminhos da cordilheira e bloquear o contato entre esses agrupamentos indígenas e aqueles situados na planície, Errázuriz solicitou a construção de um forte militar em Cañete ou seus arredores³²².

Sabendo que a generalização do estado de inquietude na fronteira decorria principalmente da atuação dos *arribanos*, Errázuriz comunicou a José Manuel Pinto, também no mês de outubro, a decisão do governo de organizar uma divisão

³²⁰ Tal autorização foi renovada pelo Congresso Nacional em 1869 e 1870. Por ocasião da última solicitação feita pelo Poder Executivo, Cornelio Saavedra editou, financiou e publicou o livro Documentos relativos a la ocupación de Arauco. As cópias foram distribuídas entre os colegas da Câmara dos Deputados. De acordo com Saavedra, o objetivo era "ilustrarles sobre los positivos resultados del avance de frontera a las orillas del Malleco; prevenirles acerca de os efectos regresivos que acarrearía la negativa a autorizar al Ejecutivo para mantener en aquel río un contingente de refuerzo; y entregar sus recomendaciones de cómo continuar con la pacificación de Arauco, pues, en breve, abandonaría el Ejército". "In: Cornelio Saavedra. **Documentos relativos a la ocupación de Arauco**, op.cit, p.9.

³²¹ *Longkos* amigos que disponibilizavam seus *lanzas* para reforçar as forças nacionais.

³²² "Instrucciones dadas al comandante en jefe del ejército de operaciones en la costa de Arauco, coronel don Cornelio Saavedra". In: Cornelio Saavedra. **Documentos relativos a la ocupación de Arauco**, op.cit, pp.165-166.

expedicionária composta por 1500 homens, a qual destinava-se a "internarse al territorio araucano y someter por la fuerza a las tribus rebeldes, si es que éstas no aceptasen los medios pacíficos que con preferencia deben adoptarse previamente"³²³.

Ainda que o Ministro recomendasse o estabelecimento de alianças com os índios amigos, sabemos que nem mesmo esses casos estavam imunes ao uso da violência. Tal afirmação é bem ilustrada pela carta enviada por Domingo Meliñ ao capitão de amigos Luis Barra. Apesar de seus índios colocarem-se à disposição do governo e não participarem de nenhum *malón* orquestrado pelos *arribanos*, o *longko abajino* levou ao conhecimento da autoridade fronteiriça a seguinte reclamação: "ando padisiendo yo y toda mi familia en los que yo mando que en los demás nada tengo quieaser no pueden desir que mi jente en nada a ofendido al gobierno" 324

Nesse sentido, ainda que Errázuriz ordenasse a restrição do uso das armas e da hostilização a situações extremas, que envolvessem os índios inimigos e a impossibilidade de sua submissão pela via pacífica, sabemos que na prática o emprego da força se deu em parte considerável dos encontros. Isso porque o conflito pela soberania territorial consistia em um *ciclo vicioso*: a reação dos indígenas à apropriação de suas terras abria brechas para a legitimação do uso da violência por parte dos *criollos*. As sublevações e os ataques às propriedades fomentavam a guerra na fronteira e, ao que tudo indica, não havia uma solução capaz de romper com esse encadeamento de eventos.

Pinto fora instruído por Errázuriz que, diante dos índios inimigos, adotasse uma política de pouca ou nenhuma tolerância. Ao Exército de Operações da Alta Fronteira, cuja área de atuação se estendia até a margem norte do rio Toltén, coube o papel de debilitar os indígenas até deixá-los impotentes para causar novos prejuízos. Ameaçaria, atacaria e castigaria severamente o maior número possível de rebeldes, realizando repetidas incursões sobre suas possessões e perseguindo-os em

³²³ "Instrucciones dadas por el señor Ministro de la Guerra al señor general en jefe del Ejército de la Alta Frontera". In: Cornelio Saavedra. **Documentos relativos a la ocupación de Arauco**, op.cit, p.136.

p.136.

324 Domingo Meliñ a Luis Barra, 22/02/1869. In: Jorge Pavez Ojeda. **Cartas mapuche (siglo XIX)**, op.cit, p.453

todas as direções. O intuito era iniciar a campanha antes que os *arribanos* congregassem os recursos necessários para reagir ou mesmo se refugiar na porção oriental da Cordilheira dos Andes.

4.4. A ocupação da "baixa fronteira" e a disseminação da guerra na Araucania (1869)

Enquanto isso, na baixa fronteira, Cornelio Saavedra dirigiu ao Ministro da Guerra um detalhado relatório sobre os resultados obtidos pelas operações militares até junho de 1869³²⁵. Segundo os dados publicados, após cinco meses de campanha, a principal conquista alcançada por ele, Gregorio Urrutia e Mauricio Muñoz consistira na fundação de Cañete e Purén, fortes militares que tinham como função isolar *abajinos* e *costinos* do contato com os *arribanos* sublevados³²⁶.

Além de valer-se do ataque às tribos rebeldes, Saavedra relata ter estabelecido compromissos formais com determinados agrupamentos indígenas. Apesar de muitos protestarem que seus antepassados jamais haviam se entendido com os *criollos* "por meio de papéis", acabavam rompendo suas alianças com Quilapán e aproximando-se das ofertas de paz feitas pelo governo nacional.

Como exemplo, podemos citar o parlamento celebrado em Toltén, em fins de março. Segundo a notícia veiculada por *El Mercurio*, na ocasião as tribos do sul do rio Cautín teriam interrogado Saavedra sobre as reais intenções do governo na guerra mantida com os índios do interior. Em resposta, o chefe da baixa fronteira teria esclarecido que a perseguição aos *arribanos* e seus cúmplices só seria formalmente finalizada quando fossem alcançadas as seguintes condições:

"1°. La entrega inmediata y hasta el último de todos los cautivos hechos entre los cristianos en los malones dados últimamente; 2°. La estradición de todos los bandidos chilenos asilados entre ellos, que son los que acaudillan en sus rebeliones y los conducen al crimen; 3°. La entrega como prenda y en rehenes de sus pacíficas intenciones para el provenir, de los hijos mayores de todos los caciques, que serán conducidos a esta capital para ser educados aquí en el seno de la civilización y adaptándolos a nuestros hábitos" 327

³²⁵ "Memoria del comandante en jefe del ejército de operaciones en la costa de Arauco, sobre la fundación de Cañete, Purén y otros puntos de la costa". ". In: Cornelio Saavedra. **Documentos relativos a la ocupación de Arauco**, op.cit, pp.167-200.

³²⁶ Ver anexo 21.

³²⁷ El Mercurio, nº12347, 16 de abril de 1869.

Ainda na *Memoria* remetida a Errázuriz, Saavedra expressou ser de grande utilidade o término da fortificação da fronteira sul, através do prolongamento das praças militares do Toltén, situadas no litoral, até o nascimento do referido rio na laguna de Villarrica. Para tanto, seria necessária a fundação das possessões de Pucollán, Donguil, Pitrufquén e Villarrica, até alcançar a Cordilheira dos Andes. Somente a partir de então poderia reputar-se o completo domínio do território araucano, já que os mapuche ficariam reduzidos ao espaço delimitado ao norte pelo rio Malleco, a oeste pela Cordilheira de Nahuelbuta, ao sul pelo rio Toltén e a leste pelos Andes. Seriam impelidos a abrir mão da soberania sobre os territórios e a submeterem-se voluntariamente às leis do Estado chileno.

Em julho do mesmo ano, complementando as informações fornecidas por Saavedra, José Manuel Pinto reputou a Francisco Errázuriz um panorama geral da situação da linha do Malleco. Deteve-se sobre a análise de suas principais debilidades e das medidas necessárias para protegê-la dos ataques indígenas.

Pinto observou que os fortes militares ali existentes abarcavam uma extensão de 37.556 m e encontravam-se separados em média por 4.174 m, distância impossível de ser guarnecida diante da tenacidade e mobilidade apresentadas pelos nativos. Ademais, estimou em 2498 homens o contingente efetivo dos *arribanos* e em 3415 o dos *abajinos*, frisando, contudo, que tais números não refletiam a dimensão real do poder de ambos agrupamentos.

Tendo em vista que se organizavam sob a direção de uma só chefatura, os arribanos reuniam com maior facilidade seus combatentes e obedeciam a um mesmo plano de ação, demonstrando-se mais perseverantes na guerra. Ao passo que os abajinos, separados por discórdias e animosidades, dificilmente guerreavam unidos, associando-se apenas quando consideravam a vitória garantida e dispersando-se logo em seguida. Quanto aos huilliches, apesar de serem mais numerosos, sua longa tradição de paz tornava pouco provável o seu envolvimento em uma luta tenaz e prolongada contra os criollos.

Em seguida, o general esclareceu os motivos que deram lugar ao envio das doze expedições ao interior de Arauco, entre os meses de novembro de 1868 e abril de 1869. Segundo ele, ainda que aparentassem ser atos isolados e sem relação entre si, as agressões cometidas pelos mapuche consistiam em parte integrante de um plano preconcebido pelos *arribanos* visando à resistência ao avanço da linha de

fronteira. Desse modo, os ataques indígenas tornavam necessário "recurrir a medios eficaces de represión, para poner de una vez término a las depredaciones y crímenes inhumanos a que se entregan, con el pretexto de hacer la guerra, manteniendo en constante alarma los campos e imposibilitando todo progreso"³²⁸.

As divisões militares coordenadas por Pinto, Pedro Lagos e Ambrosio Letelier recorreram o território ocupado por índios rebeldes, utilizando-se da força das armas para castigá-los pelas agressões cometidas e imputando-lhes duras perseguições e ataques. A empreitada ofensiva era justificada pelo princípio de que a situação violenta na fronteira reclamava um "pronto remédio", que dependia da adoção de meios eficazes de repressão para impedir a recorrência das sublevações.

A partir do momento em que se consideravam infrutuosos os resultados obtidos pelas negociações pacíficas, a perpetuação da guerra era vista como indispensável para a manutenção da paz na fronteira. Acreditava-se que apenas dessa forma poderiam ser impostas aos mapuche condições que estes "só aceitavam quando se viam reduzidos à impotência". Pinto listou uma série delas: 1°) A entrega, por parte dos caciques, de no mínimo um de seus filhos como refém; 2°) A entrega de todos os cativos cristãos que estivessem sob seu poder; 3°) O estabelecimento de autoridades nacionais, dotadas de poderes administrativos e judiciais, no interior do território araucano; 4°) A proibição da permanência em território indígena de indivíduos de raça espanhola, que não possuíssem autorização para tal; 5°) A entrega, por parte dos caciques, dos indígenas culpados de roubos e outras depredações realizadas em propriedades dos cristãos.

A essa altura, já parece óbvio que a probabilidade de uma submissão voluntária dos indígenas a tais premissas seria bastante remota.

De acordo com José Bengoa, a guerra contra o índio levada a cabo em 1869 traduziu-se em uma verdadeira operação de pilhagem, assentada sobre a tática de "terra arrasada". Limitou-se ao apresamento de animais, ao assassinato de mulheres e crianças, ao roubo e ao incêndio de propriedades³²⁹. O próprio general Pinto reconheceu na época que as regras de justiça e humanidade não norteavam as penalizações imputadas pelo Exército aos indígenas:

³²⁸ "Memoria del señor general en jefe de la alta frontera". ". In: Cornelio Saavedra. **Documentos relativos a la ocupación de Arauco**, op.cit, p.161.

³²⁹ De acordo com José Bengoa, "El cuadro confeccionado sobre la base de las partes militares entrega la cifra de 211 mapuches muertos, 202 heridos y 100 prisioneros o cautivos, lo cual, a lo menos, da una idea de la masacre ocurrida. El verano del 60 las columnas militares cruzaron en

"Perseverando en la guerra de recursos, podrá alcanzarse una paz estable. La única objeción que puede oponerse a este género de hostilidades, basada en sentimientos de humanidad, no puede aplicarse a la guerra de los araucanos, que nunca se baten con fuerzas capaces de ofenderlos, y, hostilizando de una manera bárbara a particulares indefensos, llevan por doquier la desolación y la muerte. Su práctica no es siquiera una justa represalia, porque, sin imitar la incomparable crueldad de los salvajes, está reducida a privarlos de los elementos con que cuentan para agredirnos" 330

Não foi apenas a ofensiva do Exército nacional que impôs condições extremamente duras aos mapuche em 1869. Estes também foram afetados por um rigoroso inverno, que trouxe consigo a fome, o frio e uma epidemia de varíola. A gravidade da situação levara o frei Estanislao Leonetti a aconselhar os *arribanos* a comparecerem ao encontro por ele organizado com José Joaquín Pérez. Em resposta, o "cacique generalíssimo do território araucano" – como se definiu Quilapán ao assumir a autoria da correspondência – comunicou a Leonetti que "todos a un ánimo nos decidimos a dar un correo cada uno a su paternidad; para que vayan con U. a Santiago a verse con el presidente a esponer todos los motivos que nos han asistido para dar en contra del Gobierno encendiendo el fuego"³³¹.

Segundo informações do periódico *El Meteoro* de Los Ángeles, Quilahueque fora investido por Quilapán e pelos demais *longkos* dos poderes necessários para a negociação da paz com o governo. Mediante os termos firmados no tratado de 25 de setembro, o *arribano* teria reconhecido

"que deseando poner término al estado de guerra en que nos hallamos comprometidos por seguir los malos consejos de falsos amigos, que reconociendo los crímenes de que nos hemos hecho reos en la época pasada, vemos que el Gobierno es demasiado indulgente perdonándonos, i que siendo el Gobierno la mas firme garantía para asegurar la posesión de nuestros terrenos i demás bienes que nos pertenecen, i que a fin de ponernos al abrigo de las autoridades de la República como verdaderos ciudadanos chilenos, nos comprometemos a respetar i hacer obedecer las siguientes bases como garantía de la paz que nos concede el Supremo Gobierno de la Nación. 1º. Nos comprometemos a entregar desde luego todos los cautivos que existan en nuestro territorio, como así mismo todos los ladrones o bandidos que se encuentren en él [...]. 2º. En prueba de nuestra sumisión a las leyes de la República i respetuosa obediencia a las autoridades constituidas, nos desprendemos de nuestras lanzas que entregaremos juntas con las demás armas que existan entre nosotros. 3º. Los indios que cometieren algún delito serán puestos inmedia-

todas direcciones el territorio; los mapuches trataban de esconder en las montañas sus familias y haciendas. A pesar de ello, se produjeron más de quinientas bajas indígenas".Cf. José Bengoa. **História del pueblo mapuche (siglo XIX-XX),** op.cit, pp.221-222.

³³⁰ "Memoria del señor general en jefe de la alta frontera". ". In: Cornelio Saavedra. **Documentos relativos a la ocupación de Arauco**, op.cit, p.161.

³³¹ José Santos Külapag a Estanislao Leonetti, 16/07/1869. In: Jorge Pavez Ojeda. **Cartas mapuche** (siglo XIX), op.cit, p.460.

tamente a la disposición de las autoridades competentes. 4°. Respetaremos i haremos respetar la actual línea del Malleco i todos demás fuertes i poblaciones que el Gobierno quiera establecer i en el punto de nuestro territorio que estime conveniente. 5°. Nos obligamos a no enajenar, hipotecar ni empeñar a ningún particular el terreno que nos pertenece, el que venderemos al fisco exclusivamente. 6°. Como condición indispensable para la paz exijen la fundación de misiones en su territorio que les lleven los consuelos de la relijion"³³²

Como contrapartida, José Timoteo Gonzalez, representante legal do governo, teria oferecido as seguintes condições aos *arribanos*:

"1°. Que nombrará jueces de paz para dirimir las cuestiones que surjan entre nosotros a los cuales se les acatará como merecen. 2°. Que cuidará de la educación de nuestras familias, debiendo nosotros entregar desde luego dos hijos cada uno que servirán a la vez de garantía de nuestra fidelidad. 3°. Quedan relegados al olvidó los ultrajes, salteos i demás crímenes cometidos por los indios de las tribus alzadas. 4°. Se nos respetan las propiedades, familias i haciendas que actualmente poseémos. 5°. Se castigará severamente a todo individuo que amenace nuestras personas i intereses"³³³

Antes mesmo do retorno de Quilahueque à Araucania, Quilapán já havia adquirido conhecimento dos tópicos abordados pelo tratado de paz acordado em Santiago, o que evidencia que os mapuche acompanhavam de perto as notícias e o desenrolar dos debates políticos que ocorriam na capital. Evidência disso foi a correspondência escrita em seu nome pelo *lenguaraz* José Gerardo Medina, tendo como destinatário José Manuel Pinto.

No que diz respeito à exigência de entrega dos cativos e malfeitores que se encontrassem em território araucano, Quilapán afirmou que não poderia cumpri-la até que fosse aprovada por uma junta geral, onde a participação de Quilahueque e dos demais caciques fazia-se indispensável. Também deixou claro que, por mais que almejasse a paz, não poderia obtê-la no momento, já que "los [índios] de Purén tienen el fuego encendido y no se puede apagar"³³⁴.

Diante de tal circunstância solicitou que Pinto intervisse e aconselhasse tal agrupamento indígena a não "robar y a lastimar gente porque si vuelven a venir se siguen y será perder el tiempo y trabajo que estoy haciendo por conseguir la tranquilidad con todas las tribus"³³⁵. Como podemos perceber, mesmo em seu auge, a

³³⁵ Idem, pp.464-465.

³³² El Meteoro, nº159, 16 de outubro de 1869.

³³³ Idem

³³⁴ José Santos Külapag a José Manuel Pinto, 18/10/1869. In: Jorge Pavez Ojeda. **Cartas mapuche** (siglo XIX), op.cit, p.464.

guerra na Araucania nunca implicou um completo cessar de comunicação entre *criollos* e indígenas. Em meio às expedições militares e aos ataques às propriedades fronteiriças, subsistiram negociações políticas marcadas por avanços e retrocessos.

Contudo, não foram poucos os que se revelaram céticos quanto à eficácia do dito tratado de paz. Além de ressaltar a ausência de prescrições legais que garantissem o cumprimento de seus tópicos, *El Ferrocarril* observou a necessidade de um amparo tutelar como garantia de que os índios, vistos aqui como "menores", não fossem iludidos ou enganados pelos acordos firmados com os *criollos*³³⁶. Diante de tais circunstâncias, o periódico considerou que o governo, para conservar a paz e concluir "a eterna questão de Arauco", teria que "dar por nulos los arreglos hechos por Quilahueque i permanecer en completa inacción hasta que los indios den permiso para construir nuevos fuertes; o bien principiar desde luego una nueva campaña"³³⁷.

Já *El Mercurio* interpretou as promessas feitas por Quilahueque sob a ótica da conveniência e do interesse momentâneo, dissociando-as de qualquer indício de boa fé por parte do mapuche: "Cuando el indio está de paces, cosa que sucede luego que há visto talados sus campos e incendiadas sus habitaciones, se presta gustoso a todas las exigencias y tiene, como vulgarmente se dice, el si mui fácil"³³⁸. Por essa razão, o diário insistiu no caráter indispensável da ocupação militar do território, ainda que fizesse a ressalva de que esta fosse perpetuada "no bajo el pié de guerra que hasta ahora, sino respetando las habitaciones, el ganado, las siembras y todo lo que constituye la propiedad del indio". Nesse momento, chegou a verbalizar que redução dos indígenas deveria ser feita sem resultar na extinção da raça.

Em carta enviada a Pedro Ruiz Aldea, Bernardino Pradel valeu-se de sua vivência entre os mapuche para levantar inúmeros questionamentos acerca do dito tratado de paz³³⁹. Segundo ele, os *lenguaraces* costumavam burlar o processo de tradução dos tópicos abordados nas negociações, atribuindo novos sentidos às pa-

³³⁶ El Ferrocarril, nº 4369, 6 de novembro de 1869.

³³⁷ El Ferrocarril, nº 4423, 9 de janeiro de 1870.

³³⁸ El Mercurio, nº 12695, 9 de outubro de 1869.

³³⁹ *El Meteoro*, nº151, 21 de agosto de 1869.

lavras no intuito de impelir os índios à aceitação dos acordos. Dessa forma, considerou que estes não tinham a capacidade de compreender a fundo os tópicos firmados por Quilahueque.

Além disso, Pradel relativizou a influência política de Quilapán, afirmando que este apenas carregava o "nome histórico de seu pai", não possuindo a legitimidade de intervenção nos assuntos de guerra e paz dos *arribanos*. Por fim, colocou também em cheque o real poder de representação de Quilahueque, já que entre os nativos "cada uno es dueño de su voluntad i hace lo que le da gana". Em outras palavras, a obediência ao desejo de um só longko subordinava-se ao consentimento de todo o grupo indígena.

Para José Bengoa, Bernardino Pradel foi feliz em suas considerações. De acordo com o historiador, ao retornar a Los Ángeles, Quilahueque deparou-se com a resistência de Quilapán e dos demais caciques mandatários, que rechaçaram o acordo de paz. Consideravam-no uma capitulação, que implicava a perda total da independência da sociedade mapuche. Não poderiam aceitar tais condições, que contradiziam os mandamentos de Mañil e os princípios defendidos por séculos pelos *arribanos*. Diante de tal situação, Quilahueque teria abandonado intempestivamente o seu povo e se refugiado em sua terra natal.

El Mercurio, todavia, apresentou uma segunda versão para os fatos³⁴⁰. Segundo o periódico, desde que deixara a capital, Quilahueque prognosticara que estava prestes a ser enganado pelas autoridades nacionais. Cria que o governo se aproveitaria do retorno dos caciques para enviar tropas a Angol, imbuídas da função de prender e fuzilar os índios responsáveis pela guerra. Teria então confiado a seu sobrinho o plano de evadir-se sigilosamente, a fim de driblar o perigo que imaginara correr com sua família. Tempos depois, arrependido de sua ação, Quilahueque teria pedido perdão a todos por sua covardia e enviado um recado a José Manuel Pinto, por meio do qual confessava que

"el único autor de su desgracia había sido el mismo; pero que quedaba mui castigado de su debilidad. Que después del castigo que el cielo le mandaba por haber dudado de las palabras y consejos que recibió en Santiago de boca de mismo presidente, su voluntad era de cumplir puntualmente con todo lo que había ofrecido, y que desde luego se sometía a todas las determinaciones y proyectos que el general quisiera emprender"

³⁴⁰ El Mercurio, nº 12749, 12 de dezembro de 1869.

Em que pesem as diferentes versões e o caráter aparentemente mais fidedigno da primeira, fato é que, em fins de 1869, as possessões situadas na linha do Malleco, na costa e em Purén encontravam-se enfim consolidadas e aptas a assegurar a proteção dos departamentos de Angol, Nacimiento, Arauco e Lebu. Entretanto, era ainda necessário finalizar a fortificação da fronteira sul do rio Toltén, instituindo a vigilância sobre as tribos do departamento de Imperial e pondo fim à suscetibilidade da província de Valdívia diante das invasões indígenas.

Para tanto, Francisco Echaurren Huidobro, novo Ministro da Guerra e Marinha, delegou a Cornelio Saavedra a tarefa de empreender os trabalhos de avanço territorial de Toltén até as ruinas da antiga cidade de Villarrica. Ainda que recomendasse o esgotamento de todos os meios pacíficos, prudentes e conciliadores para afastar os índios dos "maus propósitos", mais uma vez deixou claro que o emprego da força seria a atitude recomendada frente aos atos de resistência e de depredação³⁴¹.

4.5. A imprensa e os debates sobre as campanhas militares na Araucania em 1869

Como vimos, no ano de 1869, o processo de Pacificação da Araucania havia atingido o seu ápice. O estado de guerra encontrava-se de tal forma disseminado na fronteira, a ponto de suscitar uma vez mais a acalorada mobilização da opinião pública, tal como ocorrera 10 anos antes. De um lado, aqueles que apoiavam os feitos do Exército de Operações, interpretando os militares enquanto cidadãos armados que faziam frutificar no território araucano as sementes do trabalho, da indústria, do progresso e da civilização. Do outro, aqueles que, ainda que desejassem a contenção dos levantamentos indígenas e sua submissão à autoridade estatal, clamavam pela moderação das campanhas militares e pela elaboração de um sistema de operações que se demonstrasse mais eficaz.

³⁴¹ Cf. "Instrucciones dadas por el señor Ministro de la Guerra al comandante en jefe del Ejército de la Baja Frontera, en que se le ordena ocupar la línea del Toltén hasta Villarrica y otros puntos". In: Cornelio Saavedra. **Documentos relativos a la ocupación de Arauco**, op.cit, pp.201-203.

Os editores de *El Meteoro*, por exemplo, diziam ser o objetivo primordial das ações militares na Araucania "acuchillar sin tregua ni descanso a los araucanos, pillarles sus animales, incendiarles sus chozas y sembrados"³⁴². As críticas direcionavam-se abertamente a todos os envolvidos nas operações realizadas na fronteira: desde os seus apoiadores e financiadores, como o Presidente da República e o Ministro da Guerra e Marinha, até os responsáveis por sua execução, como Cornelio Saavedra e José Manuel Pinto. De acordo com denúncias feitas pelos autores do periódico de Los Ángeles, a veiculação de um posicionamento político contrário aos representantes do governo nacional teria suscitado até mesmo a imposição de sanções aos meios de comunicação. Dentre elas, a restrição à liberdade de expressão:

"Con respecto a nosotros, el y su círculo tomaron la medida de no dejar pasar ninguna carta que nos viniese dirigida o que lo fuese para los EE del Ferrocarril. Uno de los Jefes de cuerpo prohibía que se suscribiesen al Meteoro y castigaba con 24 horas de prisión al oficial que lo leyese. Se estableció un espionaje terrible y aun se ofrecía paga por saber quiénes eran los que escribían en este periódico y en los diarios independientes de Santiago y Valparaíso. Unas veces el Jeneral solía pedir prestados todos los números del Meteoro, que no devolvía más, y otras veces encontraban los suscritores el paquete abierto y con casi todos los ejemplares sustraídos" 343

Sobre Saavedra pesavam as acusações de má fé e de abuso de autoridade. Os artigos ressaltavam que, embora empregasse em seu discurso termos como "direito", "proteção" e "justiça", os quais revestiam as intenções do governo de uma roupagem pacífica, na prática recorrentemente utilizava a força militar ou meios fraudulentos para apropriar-se das terras indígenas.

Ademais, o chefe de operações na baixa fronteira era condenado por negligenciar o fato de que, enquanto indivíduos pertencentes à espécie humana e em contato com a civilização, os araucanos eram revestidos de vestígios de racionalidade. Na contramão da vitimização dos índios, *El Meteoro* ressaltava que estes tinham conhecimento dos direitos de propriedade e dos princípios legais envolvidos na negociação de seus terrenos.

As apreciações feitas acerca do chefe de operações na alta fronteira seguiam a mesma linha argumentativa adotada para referir-se à Saavedra, como podemos

³⁴² El Meteoro, nº115, 28 de novembro de 1868.

³⁴³ El Meteoro, nº137, 01 de maio de 1869.

apreender a partir do seguinte trecho do artigo "Los autores de la Guerra de Arauco":

"Tenemos, pues, que el Jeneral Pinto con su insaciable codicia, fue el que motivó a la guerra que estalló en mayo del año pasado y la que se ha continuado en este con pérdida de muchas vidas y de no pocos miles de pesos que se han invertido en sostén del ejército. En otro tiempo el Jeneral habría sido arrancado de su puesto y sometido a un consejo de guerra; en este ha sido tolerado, alentado y felicitado; y lo mismo le ha sucedido a Saavedra que ha prometido quitarles a los indios todos sus recursos, y el uno por la costa y el otro por los llanos no les han dejado ni las gallinas. Así es como estos dos hombres funestos han arruinado la frontera y llenado la boca. Los dos han sido discípulos de don Federico Errázuriz quien ha tenido la paciencia hasta de enseñarles a hablar, y estos otros de aprender todo lo malo que les ha enseñado"³⁴⁴

Frente àquilo que qualificou como uma "verdadeira guerra de extermínio", o periódico de Los Ángeles considerou que o último recurso que restava aos nativos, em virtude de sua pouca razão, seria recorrer à organização de sublevações. Nesses termos, o comportamento depredador dos índios seria constantemente instigado pelo descumprimento das promessas e dos acordos firmados pelos *criollos*.

Essa lógica destrutiva, alimentada justamente por aqueles que detinham a responsabilidade de civilizá-los, resultava na perda de qualquer esperança relativa à resolução da questão de Arauco. Endossando esse raciocínio, um dos autores questionava: "¿Pueden los indios tener confianza en el gobierno? ¿Pueden creer, después de lo que ha sucedido, que el ejército que hai en la frontera es para protejerlos? "Dónde están las pruebas de ese amparo, de esa justicia que don Cornelio los ofreció a nombre del gobierno? ¿No hemos visto los campos asolados, las chozas saqueadas e incendiadas, las familias cautivas?" 345.

Tal panorama desolador fazia com que *El Meteoro* propusesse vias alternativas para a subjugação da Araucania. Alguns autores criam que, em contato com uma conduta mais humana, legal e justa, os mapuche "*dejarán de ser salvajes y nos amarán*" Outros viam em Bernardino Pradel e em José Maria de la Cruz os únicos indivíduos capazes de restabelecer a paz na fronteira, dada a confiança e o prestígio de que gozavam entre os índios.

³⁴⁴ El Meteoro, nº137, 01 de maio de 1869.

³⁴⁵ El Meteoro, nº118, 19 de dezembro de 1868.

³⁴⁶ Idem.

Para ilustrar essa ideia, nada mais apropriado do que dar voz ao próprio Pradel. Seu esforço de autopromoção se faz notório na seguinte passagem de um artigo publicado pelo periódico:

"Poderosas razones me animaron para tomar un conocimiento perfecto de lo que puede esperarse de esa raza abandonada. Dos años diez meses es tiempo mui bastante para poder conocer poblaciones incivilizadas i penetrar todas sus costumbres i tendencias, i cuando a esto se agrega el interés de utilizar a esa jente en beneficio de la nación, es una ventaja más poderosa para el estudio. Vivir con ellos ese tiempo i haber leído cuatro años lo que hablan todos los viajantes que han visitado, para estudiar los usos i costumbres de la Europa, América del norte i las innumerables islas que habitan bárbaros, viniendo a tocar con toda la América del sur, lo que ha dado lugar al que escribe hacer las comparaciones para saber apreciar i juzgar del estado de las tribus de Arauco en sus usos i costumbres. Entonces, repito, el gobierno habría conseguido más que lo que hoy tiene como propiedad en la Araucanía, i esa adquisición seria en todos conceptos justa i legítima, i no arrancada por medios inicuos i bárbaros como los que han ejecutado los jefes de frontera" 347

Contudo, é importante reconhecermos que os limites existentes entre a condenação das atrocidades cometidas pelas autoridades na fronteira e a legitimação da redução dos nativos às leis da República eram bastante tênues. Não se faz presente no periódico qualquer posicionamento em prol da preservação da liberdade dos nativos ou da manutenção de sua soberania sobre os terrenos clamados pelo Estado chileno.

Portanto, o sentido das críticas fomentadas por *El Meteoro* parecia mesmo restringir-se à desumanização da guerra e à influência negativa que ela exercia sobre o comportamento dos mapuche. É esse o significado que devemos atribuir à fala do autor de "Apuntes sobre la guerra araucana", quando este questiona o que se poderia esperar de "índios sem sentimentos humanitários", quando os próprios indivíduos civilizados lhes davam exemplos de como dispensar tratamentos cruéis aos inimigos³⁴⁸.

É também interessante mencionar que o recrudescimento dos embates na fronteira e o fracasso das tentativas de negociação política parecem influir diretamente sobre o tom do discurso adotado pelos autores de *El Meteoro*. No contexto em que o poder de resistência mapuche ao projeto nacional *criollo* se tornava evidente, podemos notar a propagação de referências que justificavam o emprego da

³⁴⁷ El Meteoro, nº166, 4 de dezembro de 1869.

³⁴⁸ El Meteoro, nº161, 30 de outubro de 1869.

guerra contra os mapuche. Assim, não parece ser coincidência o fato de que, após o fracasso do tratado de paz estabelecido no mês de setembro entre José Joaquín Pérez e os arribanos, o autor de "Apuntes sobre la guerra araucana" tenha clamado:

"Se si quiere someter al bárbaro, debe continuarse la guerra hasta alcanzar ese fin. Desarmarlos i reducirlos por medio de la fuerza se conseguirá la tranquilidad; pero por medio de la paz, dejando a los indios con sus armas, es volver a las mismas, porque celebrado el tratado por medio de representantes, es claro que será desaprobado por los descontentos cuando ya se les explique el contenido de cuanto se les impone. No entregarán sus armas, no menos permitirán establecer otros fuertes e i misiones más al interior"349

Ao que tudo indica, o posicionamento de El Ferrocarril, favorável à moderação das operações militares na fronteira, foi menos motivado pela defesa de princípios humanitários do que pela urgência em adotar-se maneiras mais eficazes de relacionamento com os mapuche. Os relatos provenientes da fronteira denunciavam a debilidade da política implementada pelo governo nacional na linha do rio Malleco. Apontavam para o comprometimento da disciplina, da moralidade e do prestígio do exército nacional.

Além disso, os assassinatos e pilhagens cometidos contra as populações fronteiriças eram interpretados como um sinal de que, na guerra em vigor, os indígenas assumiam a primazia. "Triunfa así en Arauco la táctica del indios, que no presentando batalla i amenazando perpetuamente los poblados, mantiene en jaque a los conquistadores, situándolos i hostilizandolos" 350, reconhecia um de seus autores. É interessante destacar que as vitórias obtidas pelos indígenas recebiam pouco destaque nas Memorias militares e nos diários de campanha. Pela natureza própria da documentação, voltada para a promoção dos militares, nota-se uma marcada preocupação em ressaltar os sucessos obtidos na repressão às sublevações indígenas ou o caráter heróico dos militares em combater o inimigo em ambiente desconhecido e hostil.

Para o periódico de Santiago, a incapacidade de empreender uma respeitável campanha ao interior e os prejuízos acarretados à nação pela manutenção da linha do rio Malleco tornavam imprudente e estéril o emprego das armas contra os mapuche. A responsabilidade pela propagação da intranquilidade na fronteira era atribuída não à índole dos nativos, mas sim às provocações e injustiças de que eram

³⁴⁹ Idem.

³⁵⁰ El Ferrocarril, nº4140, 2 de fevereiro de 1869, grifo meu.

constantes vítimas. As críticas dirigiam-se especificamente a duas personalidades: Francisco Echaurren Huidobro, descrito como "un honorable caballero que no ha nacido para la carretera de las armas, ni para improvisarse director de un ejército i de una marina", e José Manuel Pinto, o qual era acusado de imperícia por não saber conduzir os militares "sino al pillaje, al sacrificio y la derrota" ³⁵¹.

Todavia, El Ferrocarril não retratou todas as autoridades de fronteira como inimigas dos mapuche. Nesse sentido, estabeleceu distinções entre o comando exercido pelo general Pinto na alta fronteira e a atuação de Cornelio Saavedra na baixa fronteira. Um artigo sem título publicado em fevereiro apontava para o fato de que

"el coronel Saavedra no ordenó las depredaciones humillantes, las victorias sobre los carneros, los bueyes, potrillos y chozas desiertas i sementeras valiosas i niños i ancianos i mujeres, que son ahora las hazañas que cuenta el señor Pinto i con que divierte su peregrinación el señor ministro de la guerra, que, según se dice, irá también a espedicionar al interior en compañía del primero como si uno i otro se consideraran superiores a la mala i justa opinión que de ambos se tiene en el ejército i en el país, i como si con su presencia ganaran en decencia i moralidad los malones indignos con que se hostiliza avara e inicuamente los salvajes"352

Enquanto as operações dirigidas por Pinto na linha do Malleco foram descritas como violentas e infrutuosas, por valerem-se do aumento do contingente do exército para empreender uma verdadeira caçada aos nativos, Saavedra era enaltecido por assumir uma conduta considerada "respeitosa, afetuosa e pacífica" na ocupação do litoral de Arauco.

Diferentemente da imagem veiculada por El Meteoro, Saavedra é retratado aqui não apenas como um exímio chefe militar, mas sobretudo como um homem de coração bondoso, provido de um olhar tutelar e paternal em relação aos indígenas. Tais atributos, somados ao respeito de que disfrutava entre os mapuche, convertiam-no em uma personalidade capaz de garantir a ordem e a tranquilidade na Araucania.

A crítica proferida por El Ferrocarril à política de territorialização levou ao estranhamento com o diário La Republica, fundado em 1865 e que defendia as propostas do Ministro da Guerra e Marinha a respeito da questão de fronteiras no Chile. Ao delinear a imagem belicosa dos araucanos e veicular notícias sobre os conflitos ocorridos na linha do Malleco, buscou persuadir a opinião pública de que o caminho

³⁵¹ Idem.

³⁵² El Ferrocarril, nº4158, 25 de fevereiro de 1869.

mais conveniente a ser seguido seria o da redução total e imediata da Araucania. A proposta de uma conquista paulatina e moderada endossada por *El Ferrocarril* foi combatida e desconstruída por *La Republica*, como podemos constatar no seguinte trecho do artigo "La Campaña de Arauco":

"Teniendo de nuestra parte todas las ventajas imaginables sobre los enemigos, la de la fuerza, la del armamento, la de la disciplina, estamos sin embargo apareciendo como los más débiles. Debiendo ser conquistadores i avanzar siempre en el terreno hostil, somos, por lo anonimato de esa política estraviada, los eternos agredidos condenados a una perpetua i estéril resistencia" 353

Segundo *La República*, a ampla extensão territorial da linha de fronteira tornava necessária a presença de um número superior a 3 mil homens para guarnecer os fortes que a compunham. A coerência de tal argumento foi prontamente questionada por *El Ferrocarril*, a partir da recuperação dos debates ocorridos na Câmara dos Deputados em 1868. Recordou que, na ocasião, o projeto de lei redigido pelo Poder Executivo fundamentou-se na tese de que, uma vez consolidada, a linha do Malleco seria inexpugnável e poderia ser defendida por uma quantidade bastante reduzida de soldados, sobretudo se comparada à antiga linha do Bío:

"Con un poco más de dos mil hombres, el coronel Saavedra redujo a los salvajes a la paz en un levantamiento anterior a la instalación de la nueva línea de frontera; i si esta es más insegura que la antigua, i si efectivamente no se podría defender con tres mil hombres empleados en ella únicamente, de veras, valdría más retroceder, i saldría más barato al país i más provechoso para la industria devolver a los indígenas las diez i siete leguas ganadas, que obligarnos por guardarlas a duplicar las fuerzas actuales del ejército i el gasto de la expedición, como el señor Matta lo predijo antes que se iniciara la campaña i como todo el mundo, menos el ejecutivo, lo previa claramente" 354

Segundo La República, existiam outros fatores que tornavam inviável a redução do contingente militar na Araucania. Dentre eles estava a mobilidade dos mapuche, que "con la velocidad con que el águila se lanza desde la altura en línea recta sobre su presa, se desprenden desde la falda de un cerro vecino lleno de oscuras sinuosidades para desaparecer un minuto después con el botín que han pescado en su rápida carrera"³⁵⁵.

³⁵³ La República, 20 de janeiro de 1869.

³⁵⁴ El Ferrocarril, nº4150, 16 de fevereiro de 1869.

³⁵⁵ La República, 14 de fevereiro de 1869.

Ademais, na visão do periódico oficial do governo, a ineficácia dos meios civilizados e pacíficos em conter os "instintos selvagens" e o "ímpeto desolador" dos nativos confirmava a imprescindibilidade da dura atuação repressora do Exército. Reforçando essa argumentação, o autor de "Guerra de Arauco" questionou a validade da adoção de uma política menos ofensiva e mais tolerante:

"¿Se les dejará impunes por no ejecutar actos que repugnan a la esquisita escrupulosa de un espíritu civilizado? Nos cruzaremos de brazos en la presencia de su atrevimiento i de nuestro propio daño? Si ellos nos roban, nosotros respetaremos su propiedad? Si ellos nos asaltan día i noche en nuestros mismos pueblos, nosotros nos haremos un deber de no perturbar su tranquilidad? Si ellos nos asesinan, nosotros les abriremos los brazos? "356"

No embate travado com a oposição, *La República* foi além da defesa da estratégia militar empregada pelo governo em território araucano e preocupou-se em reconstruir a integridade do Exército, abalada pelas denúncias de uso excessivo da violência e de apropriação fraudulenta dos lotes de terra. Atribuiu a *El Ferrocarril* a responsabilidade por difamar sistematicamente a imagem dos oficiais que dirigiam e executavam os trabalhos na fronteira.

Longe de rebater a acusação, o periódico de Santiago aproveitou a ocasião para reiterar a ideia de que as ações promovidas por Pinto e Errázuriz na linha do Malleco representavam um verdadeiro "holocausto à paz":

"La República haría bien en guardar su hidrofobia i respetar un poco más el clamor público, que en realidad lamenta el modo como ostensiblemente se constituye a la nación en avariento mercader, cuando ella tiene en la frontera un general en jefe para que procure la paz i trate de que el orden no puede volver a perturbarse; i no para que pierda tiempo i fuerzas en procurar la desmoralización consiguiente a la codicia que ha caracterizado la presente guerra de pacificación o de civilización como se llama oficialmente, cuando ella es la que perpetua gravosa i perjudicialmente el malestar de la frontera"³⁵⁷

Em resposta, *La República* promoveu uma verdadeira heroicização dos militares. Para tanto, ressaltou que, mesmo diante das privações e incertezas subjacentes à vida na Araucania – como a distância da família e da cidade, a baixa remuneração, a assunção de múltiplas tarefas, o perigo constante dos ataques indígenas –, os militares não abandonavam o sentimento patriótico e a missão de defender a

³⁵⁶ La República, 17 de fevereiro de 1869.

³⁵⁷ El Ferrocarril, nº4151, 17 de fevereiro de 1869.

nação chilena. Diante da glorificação do Exército de fronteira, exigiu que os autores de *El Ferrocarril* proscrevessem a calúnia difundida:

"Si aún sospechan los que desde sus cómodas oficinas de Santiago prestan una fácil acojida i se encargan de dar circulación a toda clase de rumores infames contra las autoridades i jefes de la frontera ¿por qué no se trasladan por si mismo a investigar los hechos? ¿Por qué no van a presenciar las angustias del ejército, especialmente de los oficiales que tienen que proporcionarse a peso de oro en aquel carísimo cantón militar los artículos más indispensables para la vida, careciendo a menudo hasta de carne? ¿Por qué no van a avergonarse de su diatriba ante el espectáculo de esa jenerosa privación? No, señores! Seamos dignos de una vez por todas i respetemos lo que para todo buen ciudadano debe ser tan caro como su propia bandera: el honor del ejército" 358

Contudo, *El Ferrocarril* manteve-se inabalável em sua crença de que o objetivo da política implementada na Araucania não consistia em uma "pacificação" da região. Segundo o correspondente de Toltén, a situação era tão drástica que, após os combates travados com as divisões expedicionárias, "*los indios se hallan hechos el diablo de miedo*"³⁵⁹. Insustentável e custosa, a linha do Malleco instigava a realização de uma guerra de extermínio para conter os indígenas.

Em substituição às campanhas violentas, o diário de Santiago considerou o estabelecimento da amizade e da paz recíproca como a solução para manter a ordem na fronteira. Cria na eficácia das ações delineadas pela justiça e pela razão, ainda que combinadas à ocupação militar e a repressões enérgicas, quando necessárias. Para tanto, propôs a nomeação de "agentes protetores", cuja tarefa seria exercer uma ação tutelar sobre os mapuche, garantindo que não fossem enganados facilmente e que fossem regenerados pela influência civilizadora. Nas palavras do autor de "Pacificación de los araucanos"

"Una vez, pues, que se haya conseguido por medio de aquellos agentes protectores el que los indios comiencen a construir sus habitaciones, a hacer sus sembrados, sus huertas, i a desear que sus hijos aprendan, ya se les podrá considerar sustraídos a la barbarie, i en la senda de su mejoramiento social. El estímulo producido por el nombramiento de gobernadores i jueces en las personas de sus mejores caciques i de sus más respetables ancianos, despejará entre sus mocetones un nuevo orden de las ideas e de aspiraciones favorables para su civilización i adelantamiento en todo sentido" 360

³⁵⁸ La República, 16 de fevereiro de 1869.

³⁵⁹ El Ferrocarril, n°4159, 26 de fevereiro de 1869.

³⁶⁰ El Ferrocarril, n°4378, 17 de novembro de 1869.

Se El Ferrocarril não reviu seu posicionamento crítico frente à política de fronteiras, tampouco podíamos esperar uma postura conciliadora por parte de La República. O periódico recusou-se a reconhecer que as campanhas militares faziam o uso excessivo da violência contra os mapuche, embora as informações contidas nas *Memorias* do Ministério da Guerra e Marinha apontassem para esse fato³⁶¹.

Na verdade, optou por colocar em xeque a validade das notícias veiculadas pelos correspondentes de fronteira. "Todo lo que se dice por allá sobre las matanzas de que son víctimas los indios es completamente falso. Los indios tienen mui ocultas sus familias i sus haciendas, i las pocas mujeres i niños que han podido encontrarse dispersos por nuestras tropas se hallan en este Pueblo i en el de Nacimiento sin novedad alguna", clamou um de seus autores³⁶².

Finalizando o debate com El Ferrocarril, La República afirmou que, ao fim e ao cabo, não se tratava de "extinguir una raza sacrificándola cruelmente, como lo han hecho los yankees, con los pieles rojas", mas sim de perseguir os nativos e obrigá-los a buscar refúgio na porção oriental da Cordilheira dos Andes.

Interessante pensar que, enquanto intelectuais como Bernardino Pradel se mostravam apreensivos diante do intercâmbio mantido entre as parcialidades indígenas na cadeia andina, a oficialidade chilena parecia ainda não se preocupar com tal questão. Embora previsse que os mapuche emigrados passariam a auxiliar as tribos dos Pampas em seus malones, fomentando o estado de intranquilidade na fronteira argentina, La República considerou positivo o fato de que "una vez arrojados ultra Andes [...] será mucho mas sencilla i económica nuestra defensa; porque fortificando convenientemente los pasos contados, los estrechos boquetes, todo se habrá puesto en salvo"363.

Ao reproduzir em suas páginas algumas notícias de autoria de *La República*, El Mercurio endossou a aplicação de punições aos indígenas vinculados a condutas definidas como "criminosas". Longe de consistirem em uma crueldade, argumentava-se, as penalidades seriam o único meio de assegurar o sucesso da colonização da Araucania. Adotando uma argumentação bem próxima àquela encontrada em La

³⁶¹ Vale a pena ressaltar que as *Memorias* remetidas anualmente pelos chefes de operação em território araucano ao Ministro da Guerra e Marinha não costumavam conter estatísticas do número de baixas sofridas pelas parcialidades indígenas e criollas nos conflitos travados. Os balanços numéricos restringem-se a tópicos como "gastos", "forças e munições", "guarnições" e "população indígena". ³⁶² *La República*, 23 de janeiro de 1869.

³⁶³ La República, 20 de janeiro de 1869.

República, o autor de "El éxito" afirmou ser conveniente que "nuestras fuerzas recorran el territorio indígena y lo esploren, que el indio se habitue a este espectáculo que le convence de su debilidad, y que sus atentados sean seguidos de un pronto escarmiento"364.

O periódico de Valparaíso chegou a afirmar que o envio de pequenas divisões militares ao território araucano se faria mais frutífero do que a guerra "cruenta e estéril" travada na linha do Malleco. Avaliava que o extermínio dos nativos apenas ocorreria caso fosse mantido o status quo na fronteira: ao se envolverem em combates com os criollos, os mapuche abriam brechas para que "vengan a hacerse matar en el Malleco"365.

O ano de 1869 chegou ao fim sem significativas mudanças na Araucania. Na véspera de Natal, Cornelio Saavedra lançou mão de uma última manobra no intuito de dar prosseguimento aos trabalhos de avanço territorial de Toltén até Villarrica. Convocou caciques abajinos e costinos, muitos dos quais nunca haviam tido contato com representantes do governo, para um parlamento em Hipinco, situado 4 léguas a sudeste de Purén. A localidade fora estrategicamente escolhida, por ser benquista pelos índios. Além de possuir pastos e a água em abundância para os cavalos, suscitava boas recordações: em tempos passados, importantes tratados de paz haviam sido selados durante as juntas celebradas pelo longko Lorenzo Colipi.

Além de buscar conter a aliança dessas tribos com os arribanos, que, ao que tudo indica, planejavam um novo assalto à linha do Malleco, Saavedra intentava obter maiores informações a respeito das notícias que apontavam para o retorno de Orèlie Antoine ao território chileno. Entretanto, embora tenha rendido mútuas promessas de paz, o parlamento de Hipinco não logrou resultados maiores do que a debilitação da aparente aliança militar estabelecida entre as parcialidades indígenas. Os abajinos comprometeram-se a aconselhar os arribanos a cumprir as promessas feitas ao governo de Santiago, mas não aceitaram o estabelecimento da linha de fronteira no Toltén, a refundação de Villarrica ou a entrada de navios a vapor no rio Imperial.

 $^{^{364}}$ El Mercurio, $\rm n^o12527,\,20$ de março de 1869. 365 $\rm Idem.$

A recusa dos nativos em abrir mão de sua soberania sobre os territórios ancestrais teve como implicação prática a perpetuação do estado de guerra na fronteira. Entretanto, na década de 1870, o Estado nacional chileno se veria impelido a lidar concomitantemente com outras frentes de batalha: a Guerra do Pacífico, os conflitos limítrofes com a Argentina, a nova presença de Orèlie em meio indígena e o recrudescimento da ofensiva dos *arribanos*.

Anexos - Capítulo 3

Imagem 14– Mapa hidrográfico da Aracania. Em destaque, os rios Bío Bío e Malleco

Fonte: https://pt.wikipedia.org/



Imagem 15 – Em destaque, o rio Lebu. Segundo Pedro Godoy, a fortificação desse rio possibilitaria a redução dos araucanos

Fonte: turismolebu.cl

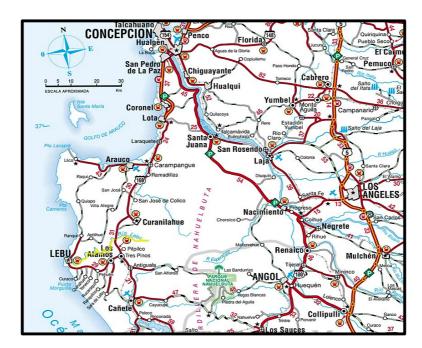


Imagem 16 – Escudo e moeda do Reino da Araucania, fundado por Orèlie Antoine em 1862

Fonte: www.memoriachilena.cl



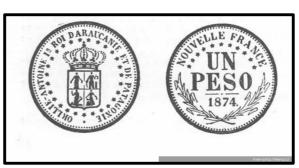
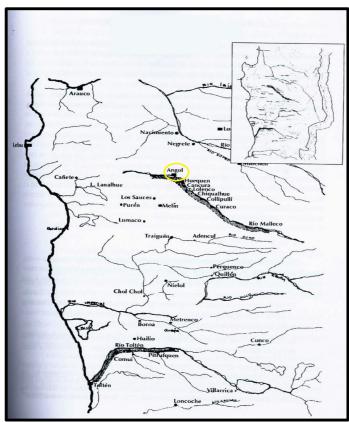


Imagem 17 – Em destaque, a localidade de Angol. Segundo o plano de José
María de la Cruz, a ocupação das margens do rio Vergara e o povoamento de
Angol apresentavam vantagens sobre o esquema tático de fortificação do litoral proposto por Pedro Godoy

Fonte: José Bengoa. Historia del pueblo mapuche (siglo XIX-XX). Santiago: Lome Eds, 2000, p.175.



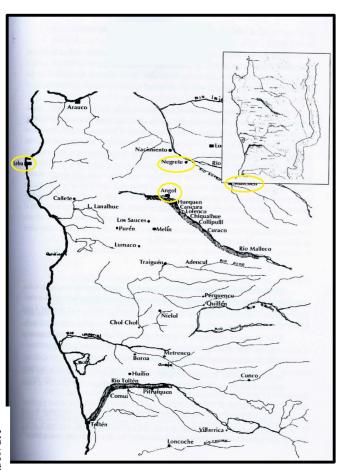
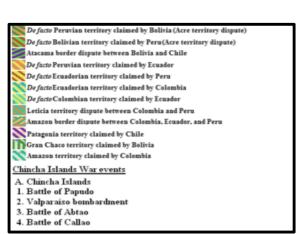
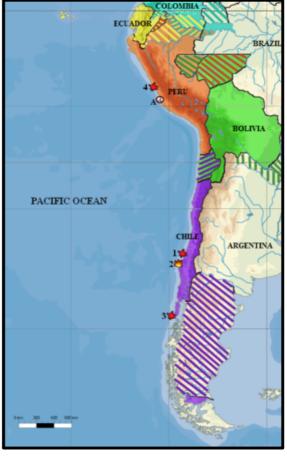


Imagem 18 – Em destaque, as localidades de Mulchén, Angol,
Lebu e Negrete. Estas foram fortificadas por Cornelio Saavedra,
que colocou em prática as propostas de José María de la Cruz
Fonte: José Bengoa. Historia del pueblo
mapuche (siglo XIX-XX). Santiago:
Lome

Imagem 19 – Os principais eventos que compuseram o conflito bélico envolvendo Espanha, Peru e Chile, entre 1864 e 1866. O posicionamento do Chile em prol do país vizinho resultou no bombardeamento de Valparaíso pela Espanha

Fonte: https://en.wikipedia.org/





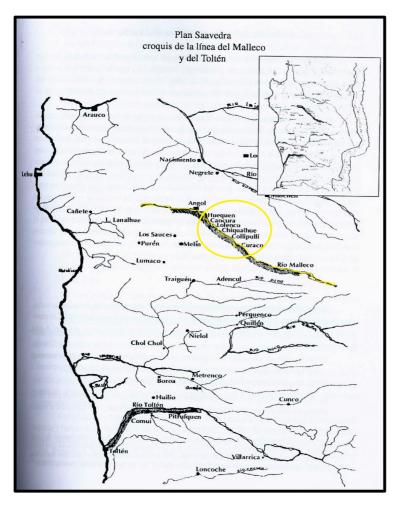


Imagem 20 – Em destaque, a fortificação da linha de fronteira do rio Malleco, finalizada em março de 1868.

Fonte: José Bengoa.

Historia del pueblo
mapuche (siglo XIXXX). Santiago: Lome Eds,
2000, p.175.

Imagem 21 – Dentre os fortes militares fundados estavam Cañete e Purén, que em 1869 haviam isolado *abajinos* e *costinos* do contato com os *arribanos* sublevados

Fonte: www.slideshare.com.br



A Argentina dos "tempos do malón"³⁶⁶: A Cruzada de Redenção e Progresso ao rio Negro

"Ya no hay desierto! Ya no hay terror, el terror sagrado de lo desconocido, que experimentaron los soldados de Alejandro, en las fronteras de la India".

5.1. A eleição de Nicolás Avellaneda e o Ministério de Adolfo Alsina (1874-1877): uma visão diferenciada sobre os indígenas na Argentina

Tão logo se iniciou a corrida presidencial para a sucessão de Domingo Faustino Sarmiento, Bartolomé Mitre, Adolfo Alsina e Nicolás Avellaneda despontaram como potenciais concorrentes ao máximo cargo da República Argentina. As pesquisas eleitorais conferiram desde cedo ampla vantagem a Avellaneda, ainda que este carecesse de expressão política nas províncias interioranas. Diante da prevista derrota, Alsina renunciou à candidatura e uniu forças a Avellaneda, em uma tentativa de enfraquecer Mitre³⁶⁸.

O apoio conferido a Avellaneda permanece sendo a explicação histórica mais plausível para a nomeação de Alsina ao cargo de Ministro da Guerra e Marinha, ainda que o político tucumenho negasse a existência daquilo que denominou de "Pacto dos Ministérios":

"El Dr. Alsina publica mañana su manifiesto retirando su candidatura y pidiendo apoyo para la mía. Dice 'que a pesar de Haber prevalecido en Buenos Aires, las elecciones del 1º de febrero le han mostrado que su candidatura no tiene alcance

³⁶⁶ As campanhas militares denominadas "Conquista do Deserto" pela historiografia são recordadas pelos descendentes indígenas nos Pampas como "malón" ou "guerra contra os brancos". Cf. Claudia Solomon Tarquini. **Largas noches en La Pampa. Itinerarios y resistências de la población indígena (1878-1976)**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

³⁶⁷ Lorenzo Winter a Julio Argentino Roca. *La Tribuna*, nº 8478, 30 de novembro de 1878.

³⁶⁸ A fusão entre o Partido Autonomista de Adolfo Alsina e o Partido Nacional de Nicolás Avellaneda resultou na nacionalização do autonomismo portenho através da aliança com os colégios eleitorais provinciais, possibilitando assim a participação dos grupos econômicos dominantes nas províncias no sistema político projetado por Buenos Aires. A fundação oficial do Partido Autonomista Nacional (PAN) se deu apenas em 1880, selando permanentemente a aliança entre a liga de governadores do Partido Nacional e o autonomismo de Buenos Aires. A candidatura de Julio Argentino Roca à Presidência foi lançada por essa legenda e saiu vitoriosa nas eleições de abril de 1880. Cf, Paula Alonso. "La política y sus laberintos: el Partido Autonomista Nacional entre 1880 y 1886". In: Hilda Sabato; Alberto Lettieri (compiladores). La vida política en la Argentina del siglo XIX. Armas, votos y voces. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina S.A, 2003.

nacional. Se inclina así ante la mayoría de las Provincias y se adhiere a la candidatura que éstas reclaman. **Ríase de los pactos de los Ministerios**. **No he ofrecido una portería. No soy hombre de soltar estas cosas**"³⁶⁹.

Até então, o nome de Julio Argentino Roca surgira no espaço público como o mais cotado para assumir o Ministério da Guerra e Marinha. Militar consagrado pela participação decisiva em inúmeros conflitos bélicos, dentre eles a Guerra do Paraguai, e comandante-chefe das fronteiras do interior (Córdoba, San Luis e Mendoza), Roca dedicara-se ao estudo e à elaboração de um plano geral de ocupação do Deserto, baseado em sua vivência nos Pampas e na larga experiência adquirida com os confrontos contra os indígenas na linha de fronteira austral. A aposta quanto à sua indicação ao cargo lhe fora explicitada por seu amigo e assessor político Olegario Ojeda, em correspondência datada do mês de junho:

"Tu nombre y tu porvenir estarían asegurados en ese puesto, desde que todos sabemos que en él serías un elemento de progreso para el país, de adelanto para la carrera militar y de estímulo para los mismos compañeros de armas que verían con gusto su nombramiento [...] Entre todos los Coroneles que quedan, nadie te disputará el puesto. El mismo Mansilla [Lucio] dice sin escrúpulos que tú es el indicado para el Ministerio y cuando Masilla dice esto, es menester convencerse que realmente estás indicado. Ahora, en cuanto al país, bien sabes tú que las provincias todas recibirán con júbilo tu nombramiento porque eres el más conocido y él que más simpatías tiene en todo el interior [...] Volviendo ahora a las probabilidades de tu nombramiento, no diré yo que sea una cosa segura: en los asuntos de la política nada hay seguro en éste mundo. Pero si diré que no hay otro candidato más probable" 370.

Em 12 de abril de 1874, a vitória de Nicolás Avellaneda sobre Bartolomé Mitre foi selada por 146 votos contra 79. Alegando fraudes no processo eleitoral, Mitre organizou junto a José Miguel Arredondo, Ignacio Rivas e Juan José Catriel um movimento de resistência à posse de Avellaneda. Embora em condições inferiores, as tropas legalistas comandadas por Roca exerceram um importante papel na repressão aos revoltosos, atuação que lhe garantiu a ascensão ao grau de General com apenas 31 anos.

É importante frisar que o sufocamento da revolução mitrista representou a superação definitiva dos acontecimentos políticos que, por décadas, haviam sido

³⁶⁹ Nicolás Avellaneda a Julio Argentino Roca. 14 de março de 1874. Museo Roca, Área Documentación – Archivo ROCA, Transcripción y Fotocopia 001082, grifo meu.

³⁷⁰ Olegario Ojeda a Julio Argentino Roca. 10 de junho de 1874. Museo Roca, Área Documentación – Archivo ROCA, Transcripción y Fotocopia 001076, grifo meu.

responsáveis por privar as fronteiras interiores de comandos militares e por desviar o foco do processo de expansão territorial. Na mensagem de abertura das sessões do Congresso Nacional, proferida em 8 de maio de 1875, Avellaneda expressou seu entusiasmo com a pacificação da República:

"Señores senadores; señores diputados: La República se encuentra tranquila, y aguarda vuestras leyes para obedecerlas, confiando, al mismo tiempo, en que ellas darán mayor eficacia a sus instituciones y nuevo impulso a sus nacientes progresos. La rebelión no fue sino una enfermedad de los espíritus, tras de las agitaciones de un movimiento electoral convulsivo y prolongado [...] Soldados y jefes, pueblos y gobierno, todos cumplieron con su deber. Podemos afirmar nuestro juicio en presencia de otros juicios imparciales y extraños, y todos sabemos que en Europa y América se ha aplaudido a porfía este espectáculo nuevo, de una nación sudamericana, superior a la anarquía, emancipada a las influencias personales, y manteniendo por un esfuerzo viril su gobierno, como único medio de asegurar la paz, para proseguir su camino de conquistas graduales y desenvolvimientos pacíficos" 371.

Deve-se destacar que os inúmeros conflitos internos contra índios ou caudilhos e as guerras externas em virtude de questões limítrofes contribuíram para o desenvolvimento de uma cultura bélica juridicamente integrada ao Estado argentino. Nesses termos, um forte sentimento de forte identificação ao Exército foi suscitado no seio da sociedade, mesmo entre aqueles que não eram do meio: políticos, periodistas, sacerdotes, científicos.

As instituições militares ostentavam uma herança prestigiosa e de grande valor simbólico na Argentina: a heroicidade e a entrega despretensiosa aos ideais patrióticos. Representantes da política de estado, os militares vieram a assumir a vanguarda do processo de territorialização.

Entretanto, "ser militar" na Argentina do século XIX possuiu uma dupla conotação, decorrente da relação de classe e poder existente no interior da instituição do Exército. Veremos que a liderança e a ideologização da política de expansão territorial, assim como a execução de ações nobres e admiráveis no campo de batalha, foram atribuídas aos militares de carreira, provenientes de famílias de posse.

Em termos hierárquicos, estes consideravam-se situados em um plano superior ao dos soldados provenientes de setores populares – sargentos, cabos, tenentes

³⁷¹ H. Cámara de Diputados de la Nación – Dirección de Información Parlamentaria. "1ª Sesión de Asamblea del 8 de mayo de 1875". In: **Acta de apertura de las sesiones del Congreso Legislativo Federal en su sesión ordinaria de 1875**, p.4, grifo meu.

-, os quais eram responsabilizados fundamentalmente pela execução de formas de domínio violentas sobre os indígenas. Dessa forma, para os primeiros, a guerra de fronteira prefigurou o encontro com duas alteridades distintas, mas que representavam níveis semelhantes de rudimentariedade.

Pacificada a República, as unidades militares retornaram aos postos permanentes na fronteira e Adolfo Alsina pode dedicar-se à elaboração de um plano de ocupação permanente da região pampeana. Tal compromisso traduziu-se no encaminhamento ao Congresso Nacional, em 22 de setembro de 1875, de um projeto de lei que previa o investimento de 200 mil pesos na criação de povoados e fortins na linha de fronteira a ser estabelecida a partir de Buenos Aires. Sancionada em um curto período de tempo – menos de duas semanas! –, a Lei nº 752 baseava-se em estratégias militares que, em determinados aspectos, divergiam daquelas estabelecidas pela Lei nº 215.

Opondo-se à transposição imediata da linha de fronteira às margens dos rios Negro e Neuquén, fixada no ano de 1867, Adolfo Alsina considerou que "el río Negro debe ser no la primera sino, por el contrario, la línea final en esta cruzada contra la barbarie, hasta conseguir que los moradores del desierto acepten, por el rigor o por la templanza, los beneficios que la civilización les ofrece"³⁷².

Nesse sentido, assim como seu pai, Valentín Alsina, propôs a consolidação da fronteira nacional primeiramente sobre o rio Colorado. Segundo ele, a fixação permanente das forças militares em zonas estratégicas e a criação de linhas de defesa sucessivas permitiriam, com o tempo, o avanço gradual e cauteloso sobre o Deserto³⁷³. Em suas palavras, "empezar por cubrir la línea del río Negro, dejando a la espalda el desierto, equivale a querer edificar reservando para lo último los cimientos"³⁷⁴.

³⁷⁴ Idem.

³⁷² H. Cámara de Diputados de la Nación – Dirección de Información Parlamentaria. "2ª Sesión Extraordinaria Septiembre 22 de 1875". In: **Acta de apertura de las sesiones del Congreso Legislativo Federal en su sesión ordinaria de 1875**, p.817, grifo meu.

³⁷³ Partia-se do princípio de que a existência soberana das tribos seria minada pela perda do domínio sobre localidades por elas consideradas estratégicas. Isolados e sem acesso aos recursos que lhe garantiam subsistência, restaria aos nativos buscar proteção e trabalho na fronteira, o que contribuira para sua sujeição à jurisdição estatal.

Como afirma Graciela Silvestri³⁷⁵, a estratégia militar desenvolvida por Alsina condizia com os princípios da *guerra ilustrada ou de posições*, calcada em princípios científicos e em previsões calculadas. Valia-se do sistema de abcissas e ordenadas para determinar a movimentação das tropas, assim como de estimativas da trajetória dos projeteis ou dos pontos cegos para estabelecer fortificações. Nesse estilo de guerrear, atribuía-se menos importância às ações individuais do que à administração sistemática do exército.

Ademais, o discurso de Alsina tinha como base uma significativa oscilação semântica do termo "conquista". Dissociando-se progressivamente da ideia de apropriação de um território mediante a violência e a eliminação de seus habitantes, aproximava-se das propostas de povoamento e de integração, onde o enfrentamento bélico direto e sem trégua com o inimigo tornava-se contingente e casual. A seguinte fala do Ministro da Guerra e Marinha nos permite entrever a referida transformação conceitual:

"El Poder Ejecutivo, aleccionado por una larga experiencia, nada espera de las expediciones a las tolderías de los salvajes para quemarlas y arrebatarles sus familias, como ellos queman las poblaciones cristianas y cautivas a sus moradores. Esas expediciones destructoras, para regresar a las fronteras de donde partieron, con botines que rechaza hasta el espíritu de la civilización moderna, sólo condicen a irritar a los salvajes, a hacer más crueles sus instintos y a levantar la barrera que separa al indio del cristiano. Por el contrario, una expedición que vaya a ocupar y colocarse en lugares estratégicos con elementos de población, y pronta para agredir si es agredida, obligará a las tribus del desierto a retirarse al otro lado del río Negro, o a implorar la paz, porque, perdiendo a la posesión y el uso de esos lugares estratégicos, habrán perdido al mismo tiempo todos los elementos indispensables para la vida nómada que llevan" 376.

Em um esquema tático no qual a operação ofensiva adquiria matizes defensivos, a proposta central consistia em ocupar os territórios conquistados a partir das facilidades disponibilizadas pela ciência. O telégrafo, a ferrovia, os fuzis Remington, o registro numérico das informações, os engenheiros e seus instrumentos e os progressos na vida material dos soldados serviriam como aliados na convivência diária com o índio.

³⁷⁵ Cf. Graciela Silvestri. **El lugar común: una historia de las figuras de paisaje en el Río de la Plata**. Buenos Aires: Edhasa, 2011.

³⁷⁶ H. Cámara de Diputados de la Nación – Dirección de Información Parlamentaria. "2ª Sesión Extraordinaria Septiembre 22 de 1875[~], op.cit, p.817, grifo meu.

Ao fim e ao cabo, pode-se supor que o projeto de Adolfo Alsina foi formulado em diálogo com uma visão diferenciada dos indígenas. Ao afirmar que "el plan del Poder Ejecutivo es contra el desierto para poblarlo, y no contra los indios para destruirlos"³⁷⁷, o Ministro identificava o Deserto, e não os nativos, como o principal inimigo a ser combatido pelo governo nacional.

Consequentemente, ao ter sua natureza dissociada do território que habitava, o índio foi humanizado e considerado apto a aperfeiçoar-se. Embora o discurso de Alsina empregasse o termo "barbárie" para referir-se aos nativos, tal condição não era mais interpretada como algo intrínseco. Assim sendo, a estes era atribuído potencial para adquirir hábitos "superiores", o que lhes possibilitaria transcender o estágio primitivo de desenvolvimento da humanidade em que estavam situados.

A confiança depositada pelo Ministro na força da civilização possibilitou que as propostas de aniquilamento fossem suplantadas pelos ideais de convivência e de assimilação. Tal fator foi essencial para que as secretarias mapuche se mantivessem em plena atividade durante sua administração, mesmo diante da pressão militar exercida pelo Estado argentino sobre os indígenas.

Por meio de seus *lenguaraces* e escrivães, estes continuaram negociando junto aos representantes do governo nacional as condições para a assinatura de tratados de paz. Como exemplo, podemos citar a correspondência enviada por Manuel Namuncurá a Hilario Lagos, chefe da fronteira oeste, no ano de 1875. Nela, o *longko* expõe um conjunto de cláusulas eleitas por mais de 100 caciques como précondição para o cumprimento de um tratado de paz anteriormente firmado:

"Todos estos caciques constituyen cargo con sus capitanes no expresados y fueron aceptados los tratados de paz con gratitud según las condiciones siguientes: Art. 1º. El Cacique Gral. Don Manuel Namuncurá por su posición pide que la línea de fortines que se halla en su punto que permanece no sea movida más a fuera por ser lindera con los campos heredados de su posición y que consta haberlos defendido por sus antecesores, como sr. Carhué, Arroyo del Pescado y del Pihué y del Sauce, Guaminí y Puhán. Art. 2°. El Cacique Gral. Don Manuel Namuncurá pide su racionamiento de seis mil animales, vacunos y yeguarizos para ser racionados todos los caciques, lo mismo un racionamiento de vicios de entretenimiento. Art. 6°. El Cacique Gral. Don Manuel Namuncurá pide que el Superior Gobierno Nacional cumpla las condiciones establecidas en este tratado y no se tenga origen de hacer invasiones grandes como las dos invasiones grandes últimamente hechas por culpa del Gral Rivas del cacique Catriel y de Santiago Abeldano que han dado orijen en las dos invasiones usurpando de las raciones que el Superior Gobierno Nacional estimaba pasarle. Art.10°. El Cacique Gral. Gral. Don Manuel Namuncurá pide que a estos tratados sean dados en publicidad por la prensa dando una prueba de amistad para con los Jefes de las fronteras y con

³⁷⁷ Idem, grifo meu.

el Superior Gobierno Nacional, previniendo que el Cacique Gral. Don Manuel Namuncurá espera una fuerzas de indiadas fronterizas de Chile que en breves días deben llegar a este punto y asegún sean aceptados los tratados con el Superior Gobierno de la Nación Argentina entraran en tratados los Caciques aliados de que espera el Cacique Gral. Don Manuel Namuncurá de lo que estima queda el respeto de los tratados con el Superior Gobierno Nacional"³⁷⁸.

As correspondências redigidas pelas secretarias mapuche também constituíram um canal propício para que os caciques definissem publicamente o seu "lugar de fala". De um modo geral, apesar de afirmarem o desejo de manter bons relacionamentos com as autoridades nacionais, condicionavam-nos ao reconhecimento da condição de legítimos proprietários dos campos que habitavam. Foi esse o raciocínio exposto por Vicente Pincén a Conrado Villegas:

"En cuanto a lo que me dice que los indios son invasores, le diré que yo soy invasor, que mis indios aprendieron a invadir y robar, pero es por la misma necesidad y por los que nos vienen tomando campos y además por la pérdida de familias; asi pues he tomado mi consejo por las ideas de caciques antiguos y somos gustosos de querer ser amigos con el Superior Gobierno"³⁷⁹.

Na visão "positivada" de Alsina, os índios não realizavam os *malones* movidos pela sede de guerra contra os *criollos*, mas sim no intuito de obter o gado a ser comercializado com o Chile. Logo, qualquer tipo de enfrentamento consistiria para os nativos em uma eventualidade decorrente da finalidade única que os atraía às estâncias: o roubo. Por isso, o plano de expansão territorial cristalizado pela Lei nº 752 rompeu com a realização de expedições punitivas contra as *tolderias*. Segundo Leónidas Echagüe³⁸⁰, membro da Comissão de Guerra que avaliou o projeto, aquelas não haviam dado "*más resultado que exacerbar el ánimo de los indios o ensañarlos para traer de nuevo sobre nosotros sus depredaciones*"³⁸¹.

Nesses termos, considerou-se a construção de uma linha de defesa capaz de dificultar a debandada dos nativos após os *malones* o método mais eficaz para garantir a anulação do poderio indígena e a segurança das zonas pecuaristas. Para

³⁷⁸ Manuel Namuncurá a Hilario Lagos, 02/04/1875. In: Carlos Martinez Sarasola. **La Argentina de los caciques: o el país que no fue,** op.cit, pp.164-166, grifo meu.

³⁷⁹ Vicente Pincén a Conrado Villegas, 29/11/1877. In: Carlos Martinez Sarasola. **La Argentina de los caciques: o el país que no fue**, op.cit, p.273, grifo meu.

³⁸⁰ Leónidas Echagüe (1832-1907) foi governador da Província de Entre Ríos entre 1871 e 1875, ano em que foi eleito senador. Forneceu grande apoio politico a Nicolás Avellaneda.

³⁸¹ Ibid, p.820.

tanto, Alsina idealizou a escavação da *zanja*, fosso que conectaria todos os fortins existentes na zona de fronteira, desde o Atlântico até a Cordilheira dos Andes.

No projeto desenvolvido pelo engenheiro francês Alfred Ébelot, que integrou uma das Divisões Expedicionárias enviadas ao Deserto³⁸², a *zanja* teria aproximadamente 3 metros de profundidade e de largura, sendo reforçada por um parapeito de mais 1 metro de altura. Adaptada aos escassos recursos locais, seria construída a partir do único material disponível em abundância nos Pampas: a terra³⁸³. Embora devesse alcançar a extensão de 610 km, sua construção foi concretizada apenas entre as localidades de Italó e Nueva Roma, totalizando 374 km³⁸⁴.

O perfil apresentado pelo fosso de Alsina assemelhava-se àquele idealizado pelo Imperador romano Adriano para conter as invasões germânicas. Seu objetivo primordial era defensivo: retardar a marcha dos *malones* e dar tempo aos soldados de perseguir os indígenas e recuperar o botim. A pronta localização do inimigo permitia que as tropas móveis saíssem ao seu encontro e interrompessem sua retirada. A função exercida pela *zanja* foi observada por Manuel Prado³⁸⁵, membro do Exército argentino que participou ativamente das expedições ao Deserto:

"Sea como fuere, el hecho es que los indios encontraron en aquel pequeño foso un obstáculo para sus correrías. No les impedía, en absoluto, entrar y salir por donde quisieran; pero cuando llevaban arreo vacuno tenían que abrir portillos perdiendo en la operación algunas horas, que las tropas aprovechaban para írseles encima y alcanzarlos" 386.

³⁸² As cinco Divisões Expedicionárias que operaram no território austral a partir de 1876 foram: Divisão sul ou de Carhué (chefiada pelo coronel Nicolás Levalle); Divisão costa sul ou de Puán (chefiada pelo tenente-coronel Salvador Maldonado); Divisão oeste ou Guaminí (chefiada pelo tenente-coronel Marcelino Freyre); Divisão norte ou Trenque Lauquen (chefiada pelo coronel Conrado Villegas); Divisão sul de Santa Fe ou Italó (chefiada pelo coronel Leopoldo Nelson).

Graciela Silvestri fornece uma descrição detalhada do esquema da zanja: "La zanja tenía tres varas de boca, dos varas de hondo, y una vara de ancho en la parte inferior. El declive estaba estudiado para evitar el desmoronamiento de las tierras livianas; la angostura del fondo hacía imposible que un vacuno caído se enderezara para salir (por lo que los indígenas no podían liberar ganado, ni sobrepasar la zanja tirando animales al fondo como plano de apoyo precario [...]); lo extraído de la excavación servía como parapeto interior, un paredón de césped, en ausencia de piedras, impedía que la tierra blanda fuera arrastrada por las lluvias, tapando el foso; el césped se cortaba en adobes y se disponía en capas horizontales con el pasto hacia abajo para facilitar el desarrollo de las raíces que fortalecerían la pared, con la última capa con el pasto por arriba para protegerla de las lluvias y servir de barrera al polvo fino que se levantaba durante las sequias". Graciela Silvestri. El lugar común: una historia de las figuras de paisaje en el Río de la Plata, op.cit, p.124.

³⁸⁴ Ver anexo 22

³⁸⁵ Manuel Prado (1863-1932) foi um militar e escritor argentino. Participou da Conquista do Deserto de Julio Argentino Roca e foi autor de importantes obras referentes à temática indígena, como "La conquista de la Pampa" (1892) e "Guerra al malón" (1907).

³⁸⁶ Manuel Prado apud Vanni Blengino. La zanja de la Patagonia. Los nuevos conquistadores: militares, científicos, sacerdotes y escritores. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2005, p.41.

Contudo, é importante frisar que indígenas não se submeteram passivamente à *zanja*. Conforme relatou Alfred Ébelot, desenvolveram recursos táticos para se oporem a ela, que não haviam sido previstos pelos *criollos*:

"A eso a las diez, una espesa nube de polvo nos anunció que la invasión llegaba. Pronto se distinguió el mugido de los vacunos y, cosa más importante, el balido de las ovejas. Es un ardid de los indios: cuando quieren tomar a toda costa un fortín y tienen ovejas a la mano, las empujan hasta meterlas en el foso. Estas estúpidas bestias se amontonan hasta la altura del parapeto y forman una calzada por encima de la cual jinetes audaces pueden efectuar una carga con sus lanzas. **Hay que admitirlo, en nuestros cálculos habíamos prescindido de las ovejas.** Era cosa sin precedente que los indios arreasen estos animales, que andan lentamente y se fatigan pronto..."³⁸⁷.

Em consonância com o projeto de conquista gradual do Deserto e de integração do índio, a *zanja* foi idealizada não apenas como uma barreira física, mas também como um espaço de interação – uma zona intermediária e neutra. Tratavase de recuperar a ideia de uma fronteira transitável, que permitisse o estabelecimento de intensos intercâmbios entre os habitantes de uma zona e outra – o que, ainda que de modo descontínuo, havia ocorrido desde o período colonial. Conforme atenta Vanni Blengino, a proposta da *zanja* pressupôs uma reformulação da relação entre civilização e barbárie, que rompia com a contraposição maniqueísta para enfatizar a porosidade entre esses conceitos³⁸⁸.

5.2. O *malón grande* e a reformulação do discurso político de Adolfo Alsina sobre os indígenas

O plano de fronteiras elaborado por Adolfo Alsina não foi bem recebido por parte da intelectualidade civil e militar argentina. Personalidades bastante influentes nos debates sobre a questão indígena, como Álvaro Barros, Remigio Lupo, Es-

³⁸⁷ Alfred Ébelot apud Vanni Blengino. La zanja de la Patagonia. Los nuevos conquistadores: militares, científicos, sacerdotes y escritores, op.cit, p.45, grifo meu.

³⁸⁸ Cf. Vanni Blengino. La zanja de la Patagonia. Los nuevos conquistadores: militares, científicos, sacerdotes y escritores, op.cit.

tanislao Zeballos, Manuel Olascoaga e Julio Roca, criticavam-no duramente e enumeravam suas fragilidades estratégicas. Em uma série de correspondências dirigidas ao Ministro da Guerra e Marinha, em fins de 1875, Roca expôs suas considerações sobre o projeto de territorialização que vinha sendo colocado em prática no país. Segundo ele,

"Ganar zonas al desierto, alejándose de las poblaciones, tiene, para mí, todos los inconvenientes de la guerra defensiva, acrecentados por el enemigo, que deja a la espalda el desierto que quedaría entre las nuevas líneas y las poblaciones. Cuando se pone a prueba ese sistema, que ha creado la necesidad de las nuevas líneas, aumentando los gastos, es cuando hay invasiones [...] La conquista, con Fuertes y Fortines, de estos territorios, adelantándose a la población, aumentará las inseguridades actuales [...] Agréguese a esto el trastorno general que un cambio así radical en todas las fronteras de la República produciría, a lo que contribuiría la guerra con todas las tribus, que sería inevitable" 389.

Se Alsina possuía um perfil que se aproximava mais ao de um "sábio de gabinete" (coordenara telegraficamente as missões no Deserto, delegando autonomia aos chefes de fronteira), o discurso de Roca era legitimado por seu ativismo à frente do cargo de chefe das fronteiras austrais. Tal experiência no *front* de batalha contra os indígenas possibilitou ao general praticamente subverter a lógica do projeto de Alsina com suas críticas:

"Los fuertes fijos en medio de un desierto, matan la disciplina, diezman las tropas, y poco ó ningún espacio dominan. Para mí, el mayor Fuerte, la mejor muralla para guerrear contra los indios de la Pampa y reducirlos de una vez, es un Regimiento ó una fracción de tropas de las dos armas, bien montadas, que anden constantemente recorriendo las guaridas de los indios y apareciéndoseles por donde menos los piensen" 390.

Fica evidente que o projeto de Roca se fundamentava em um avanço militar imediato e ofensivo contra os indígenas. Aniquilar ou arrojar as tribos à outra margem do rio Negro, mediante uma guerra aberta e sem trégua, era para elea forma de "limpar o deserto" e "concluir com os índios de uma vez". Em carta enviada ao redator de um importante periódico bonaerense, Roca reforçou tal pensamento:

"Si la pampa abierta á todos los vientos y sin un solo pliegue en su superficie, no se puede cerrar a las irrupciones del salvaje, por más que se aumenten los soldados

³⁸⁹ Julio Roca a Adolfo Alsina, 19/10/1875. In: Manuel Olascoaga. **Estudio topográfico de La Pampa y Rio Negro**. Buenos Aires: Ostwald y Martinez, 1881, p.17. ³⁹⁰ Idem, p.19.

en estos parajes, al contrario, **fácilmente se puede levantar una verdadera muralla China.** De allí viene esa aspiración generalmente manifestada por nuestros hombres públicos, en distintas épocas y por el pueblo en todo tiempo, de **poner por medio, entre nosotros y el habitante del desierto, el Río Negro**; porque todos comprenden que mientras no se haga esto, no habrá para la propiedad y la vida de los habitantes de la campaña, perfecta seguridad; quedando siempre sujetos a ver aparecer entre las poblaciones fronterizas la siniestra figura del indio"³⁹¹.

Na visão de Roca, a "verdadeira muralha da China" não poderia consistir em um obstáculo artificial – a *zanja* –, mas sim em uma barreira natural – o rio Negro. A respeito do fosso, o general expôs as seguintes considerações:

"¡Qué disparate la zanja de Alsina! Y Avellaneda lo deja hacer. Es lo que ocurre a un pueblo débil y en la infancia: atajar con murallas a sus enemigos. Así pensaron los chinos, y no se libraron de ser conquistados por un puñado de tártaros, insignificante, comparado con la población china [...] Si no se ocupa la Pampa, previa destrucción de los nidos de indios, es inútil toda precaución y plan para impedir las invasiones" 392.

A construção da *zanja* e a implementação do projeto de expansão territorial de Alsina foram postergados pela sublevação da tribo de Juan José Catriel, em dezembro de 1875. Estima-se que a série de invasões às localidades de Azul, Tapalqué, Tandil e Alvear, mais conhecida como *malón grande*, tenha contado com a participação de cerca de 3.000 nativos, dentre eles Namuncurá, Baigorrita, Pincén e os mapuche da porção ocidental da cadeia andina. Sabe-se que o saldo desse episódio foi desastroso para os *criollos*: 300.000 animais roubados, 500 prisioneiros, 300 mortos e 40 propriedades arrasadas.

A razão da ocorrência do *malón grande* remonta a uma assembleia realizada entre Adolfo Alsina e Catriel, ocasião em que se discutiu a assinatura de um acordo de paz. Dentre os principais tópicos estabelecidos, estava a concessão do soldo de tenente coronel ao *longko* e a remoção de sua tribo da localidade de Campos de Nievas. A ideia era que esta fosse trasladada a Blanca Grande, nas proximidades de Olavarría, onde o governo havia criado uma colônia agrícola dirigida por Ébelot. Segundo Alsina, essa era uma antiga reivindicação do governo de Buenos Aires, para o qual

³⁹¹ Julio Roca ao redator de "La República", 24/06/1876. In: Manuel Olascoaga. **Estudio topográfico de La Pampa y Rio Negro**, op.cit, p.31, grifo meu.

³⁹² Julio Roca apud Vanni Blengino. La zanja de la Patagonia. Los nuevos conquistadores: militares, científicos, sacerdotes y escritores, op.cit, p.52, grifo meu,

"la presencia de los indios en las inmediaciones del Azul y Tapalqué, hace precaria la situación de las poblaciones de ese punto de las fronteras, disminuyendo el valor de la tierra y dando lugar a que extensas zonas permanezcan incultas por temor a la rapacidad de las tribus. Su presencia allí, además, da lugar a constantes peligros para la propiedad rural, fomentando un comercio ilícito tan difícil de perseguir, como perniciosos para nuestra ganadería" 393.

A afronta aos interesses imediatos de Catriel – a infertilidade dos campos exteriores a Tapalqué e a ruptura dos acordos comerciais com a população fronteiriça – foi determinante para que este abandonasse alguns aspectos que regiam o funcionamento das sociedades indígenas pampeanas.

Em primeiro lugar, Catriel solicitou um prazo estendido para que sua tribo se dirigisse ao novo acampamento, o que, segundo ele, tornaria viável a finalização das colheitas em Tapalqué. Entretanto, sua real intenção era ganhar tempo para preparar-se veladamente para uma ofensiva contra os *criollos*. Dessa forma, ao ludibriar Alsina, o *longko* rompeu com a primazia conferida pelos nativos à dimensão da oralidade, já que a legitimidade dos compromissos pactuados com os brancos vinculava-se mais às discussões ocorridas nas juntas e assembleias do que aos tratados oficiais redigidos *a posteriori*³⁹⁴.

Em segundo lugar, ao contar com o apoio de outros chefes tribais, Catriel reformulou a inserção de sua tribo no espectro de alianças entre as comunidades indígenas pampeanas, visto que, até então, esta consistira em importante apoiadora das autoridades bonaerenses e tivera uma atuação consistente na defesa dos interesses *criollos*.

Dotados de consciência política, os indígenas buscaram desenvolver estratégias e moldar o próprio futuro diante dos desafios impostos pela expansão do domínio jurisdicional do Estado argentino. No que diz respeito a Manuel Namuncurá, dois parecem ter sido os fatores determinantes para o auxílio prestado a Catriel na realização do *malón grande*.

Primeiramente, o *longko salinero* tinha pleno conhecimento dos preparativos que vinham sendo realizados em torno da expedição militar ao território austral. Conforme admitia o próprio Ministro Alsina, "*los Mensajes del Gobierno pidiendo*"

³⁹³ Adolfo Alsina. **La nueva línea de fronteras: memoria especial del Ministro de Guerra y Marina, año 1877**. Buenos Aires: EUDEBA, 1977, p.55, grifo meu.

³⁹⁴ Cf. Marcela Tamagnini. **Cartas de frontera. Los documentos del conflicto interétnico**. Rio Cuarto: Universidad Nacional de Rio Cuarto, 2011.

fondos para la ocupación definitiva del Desierto, habían sido leídos en la tolda del soberano de la Pampa"³⁹⁵. Ademais, Namuncurá já expusera seu inconformismo diante do movimento de ocupação forçada de suas terras. Esse foi o tom atribuído por ele à carta endereçada ao comandante da Guarda Nacional de Bahía Blanca, Francisco Pío Iturra:

"Al mismo tiempo espero de U. con franqueza que si el Superior Gobierno esta dispuesto hacerme la guerra me lo aga saber U. que llo me defenderé como Dios me hayude que no tengo mas esperanzas que es Dios para defender mis campos que todavía tengo bastante Indiada para defender hasta morir; ajusta razón espero que U. haga todo lo posible para entrar en los arreglos de Paz; pues de otro modo no permito los Cristianos pueblen el Carué por la fuerza que el Carué quiero poblarlo con mi fuerza y mi condición que si esta de parte de Dios que el Carué sea poblado por la fuerza de los Cristiano le serán maz, si no esta será poblado por mi"³⁹⁶.

Nesse mesmo sentido, ao solicitar a intervenção de Federico Aneiros na contenda contra as autoridades nacionais, Namuncurá condicionou a conservação da paz ao respeito à soberania territorial, sobretudo sobre os "campos de Carhué":

"B. E. después de impuesto como ministro de Dios que representa espero me ayudará en mis asuntos y para estar en bienestar con el Superior Gobierno y para que el Superior Gobierno quiere tomar posición del Carué y parar las hordenes de que se proceda seguir el ferro Carril hasta esta de Chiliochel esta forma de disposición no anima a los buenos deseos de bienestar del país para con los demás Casiques que somos dueños de estos campos y que no queremos que nos quiten los campos del Carué que es el único que podemos trabajar y que Dios nos ha enseñado a volear pordonde nos suministramos para cubrir nuestro cuerpo y para satisfacer nuestras necesidades y pobrezas en donde se conservan el mayor numero de animales que tenemos que son los caballos que presizamos tener en invernadas para el servicio de nuestro trabajo".

Ao longo do ano de 1876 foi oficialmente implementado o plano de expansão territorial elaborado por Adolfo Alsina, cujos principais aspectos encontram-se sintetizados na *Memoria* apresentada ao Congresso Nacional em 1877. Nesse documento, fica clara a preocupação do Ministro em convencer os parlamentares da

³⁹⁵ Adolfo Alsina. **La nueva línea de fronteras: memoria especial del Ministro de Guerra y Marina, año 1877**, op.cit, p.55.

³⁹⁶ Manuel Namuncurá a Francisco Iturra, 07/02/1875. In: Jorge Pavez Ojeda. **Cartas mapuche** (**siglo XIX**), op.cit, p.590, grifo meu.

³⁹⁷ Manuel Namuncurá a Federico Aneiros, 10/11/1875. In: Jorge Pavez Ojeda. **Cartas mapuche** (**siglo XIX**), op.cit, p.608, grifo meu.

pertinência dos princípios que nortearam sua administração, sobretudo diante críticas recebidas e da reincidência dos *malones* na zona fronteiriça.

Para tanto, Alsina valeu-se de uma estratégia discursiva pautada por três tópicos. O primeiro deles foi a desqualificação da política de fronteiras vigorante nos governos anteriores, a qual, na sua visão, havia incorrido em desenganos e resultados negativos por

"querer guardar con soldados líneas fronterizas que representan 400 leguas de extensión, sin buscar otro obstáculo al invasor que el pecho de nuestros soldados, con mas algunos fortines de barro primitivamente construidos, sin ninguna defensa a vanguardia, sin ninguna obra sobre los flancos para asegurar la comunicación"³⁹⁸.

Além disso, Alsina exaltou as conquistas alcançadas por seu projeto: a tomada de Carhué, considerada o "baluarte da barbárie", e o estabelecimento de uma nova linha de fronteiras entre Bahia Blanca e Rio V, englobando as localidades de Italó, Trenque Lauquen, Laguna del Monte, Guaminí, Carhué e Puán. Defendida por comandos militares interligadas pela rede telegráfica, a fronteira teve a sua extensão reduzida em 50 léguas e incorporou 56 mil km² à jurisdição nacional³⁹⁹.

Contudo, o aspecto mais significativo da *Memoria* de 1877 certamente foi a visível reformulação imputada pelo Ministro ao seu discurso político. Afinal, era necessário aplacar os ânimos exaltados pela ocorrência das novas invasões às estâncias, que semeavam o terror entre as populações fronteiriças e atestavam a remanescente soberania dos caciques pampeanos.

Reagindo a esse contexto, Alsina abandonou o argumento de que o Deserto constituía o inimigo primordial da civilização e reforçou a caracterização negativa dos indígenas. Se antes afirmara que a ocorrência dos *malones* era motivada exclusivamente pela prática do comércio transandino, agora retratava os nativos como "típicos filhos do Deserto", isto é, "seres selvagens e indômitos por prazer, costume e instinto", para os quais não vislumbrava outro futuro possível exceto a submissão forçada.

³⁹⁸ Adolfo Alsina. La nueva línea de fronteras: memoria especial del Ministro de Guerra y Marina, año 1877, op.cit, p.55.

³⁹⁹ Ver anexo 23.

A adoção dessa nova linha argumentativa fez com que a proposta de assimilação dos indígenas à vida civilizada fosse progressivamente suplantada pela prática do enfrentamento bélico direto. Cedendo às pressões da oposição, Alsina ordenou a realização de expedições militares punitivas contra Catriel e Pincén:

"Si las tribus hostiles se conservan de este lado del Colorado, he de organizar expediciones ligeras que vayan á buscarlas á sus toldos, pero esto mismo no he de hacerlo hasta que se encuentren bien adelantadas las obras de seguridad de la línea avanzada. Espero que, a fines de Octubre, podré desprender columnas ligeras sobre Catriel y sobre Pincén, con orden terminante para que los persigan con vigor y sin descanso. Aquellos dos Caciques son los enemigos que amenazan hoy los partidos fronterizos de esta Provincia" 400.

Os novos combates visavam debilitar a força política e econômica dos caciques. Nesse sentido, qualquer *malón* passou a ser reprimido com o máximo de força e violência. A convocação de dezenas de militares objetivava alcançar os invasores, aprisioná-los junto aos seus familiares, confiscar o gado roubado e queimar as *tolderias*. Portanto, a ciência de que a sua permanência no comando do Ministério dependia da comprovação da capacidade de reação das tropas nacionais ao poderio bélico indígena levou Alsina a optar pelo reforço da variante ofensiva do seu projeto de expansão territorial. Redirecionou o seu discurso no sentido de destacar os erros resultantes da guerra defensiva.

5.3. A intelectualidade argentina e a receptividade ao projeto de expansão territorial de Adolfo Alsina nos periódicos argentinos

A campanha militar de Adolfo Alsina e a situação das fronteiras internas foram tópicos bastante abordados pelos periódicos bonaerenses à época. Os debates políticos gerados em torno dessas questões refletiram a existência não apenas de divergências de ordem militar e estratégica, mas também de disputas de interesses entre partidários de Bartolomé Mitre e de Nicolás Avellaneda.

⁴⁰⁰ Adolfo Alsina. **La nueva línea de fronteras: memoria especial del Ministro de Guerra y Marina, año 1877**, op.cit, p.88, grifo meu.

La Nación, de tendência mitrista, vislumbrou na ocorrência da invasão indígena à Província de Buenos Aires, em novembro de 1875, uma oportunidade profícua para desqualificar a atuação de Adolfo Alsina frente ao Ministério da Guerra e Marinha. Segundo o periódico, o desconhecimento em relação a aspectos centrais do episódio, tais como a localidade exata pela qual os índios invadiram e se retiraram e o número de envolvidos, atestava que Alsina sabia "tanto ou menos que qualquer transeunte das ruas" sobre a segurança das fronteiras no país⁴⁰¹.

Nesse sentido, a responsabilidade sobre a ocorrência do referido *malón* é imputada única e exclusivamente às autoridades nacionais. Para *La Nación*, estas negligenciavam dois fatores essenciais: primeiro, que "las vacas, las yeguas y los carneros constituyen la más importante propiedad de los ciudadanos que viven en la campaña"; segundo, que "los carneros, las yeguas y las vacas están en el campo y no dentro de murallas, que como las de la China, podrían servir de posiciones ventajosas y inexpugnables para los indios con chuza"⁴⁰². Acabavam assim por permitir que os índios penetrassem nas estâncias, roubassem os animais, matassem seus habitantes e fizessem cativos:

"Las invasiones, que acaban de tener lugar, con las luctuosas consecuencias que se conocen, han debido y podido prevenirse: si ochenta o cien ciudadanos voluntarios, mal armados y sin organización han salido a detener a los invasores, pagando con el noble sacrificio de sus vidas la abnegación que el Ministro Dr. Alsina halla censurable; ¿qué resultado hubiérase obtenido por un cuerpo de línea, perfectamente armado y municionado de los que hacen en la ciudad la guardia del Gobierno, o en las capitales de Provincia sirven de apoyo a gobernantes impopulares? Los salvajes habrían recibido de veras un severo escarmiento. La invasión hubiera sido rechazada y perseguida, antes de penetrar sus sangrientas atrocidades" 403.

O periódico bonaerense afirmou que Alsina fazia mal uso dos elementos militares e financeiros. Ao convocar o serviço da Guarda Nacional, obrigando os cidadãos a abandonarem suas famílias e propriedades para guarnecer as fronteiras, desrespeitava a legislação argentina, a qual determinava que as milícias atuassem somente em casos de deficiência do exército de linha. Conforme observava-se, tal situação não se fazia presente no país:

⁴⁰¹ La Nación, nº 1599, 18/11/1875.

⁴⁰² Idem.

⁴⁰³ La Nación, nº 1600, 19/11/1875, grifo meu.

"Hasta hoy, la movilización de la guardia nacional de campaña ha sido justificada por la falta de fuerzas de la línea para hacer el servicio o para garantir eficazmente la línea a su cuidado, de las depredaciones de los salvajes. Pero, cuando el actual Ministro de la Guerra ha declarado que la mitad del ejército permanente, que el Erario Nacional costea y sostiene se encuentra en las capitales o en otros puntos, que no son los amenazados por el peligro o señalados por la necesidad permanente, porque está bien donde se halla, por ser innecesaria en otra parte, cuando se ha proclamado que las fronteras están perfectamente defendidas con las fuerzas que las guarnecen, y en prueba de ello se conserva un ejército de reserva si habla del gobierno y para custodiar de sus personas, entonces nada escusa este lujo de indiferencia por lo más preciosa garantía de los ciudadanos, su libertad y su seguridad moral" 404.

A visão negativa nutrida em relação a Adolfo Alsina foi estendida à atuação da imprensa governista. Para *La Nación*, por estar subordinada a subvenções financeiras, esta distanciava-se da função comercial e informativa e perfilava-se ao antigo modelo de "imprensa doutrinaria":

"En vano la prensa satisfecha, oculta ó desfigura la horrible hecatombe producida por la chuza del salvaje en el Oeste de nuestra campaña, publicando con aplausos los apartes oficiales, según los cuales los invasores han sido severamente escarmentados, después de sus fechorías, matándose dos o tres indios, cautivando uno, y recuperando cien o doscientos caballos!" 405.

Segundo o autor do artigo "Silencio Comprometido", ainda que o referido *malón* tivesse resultado no roubo de aproximadamente 6000 cabeças de gado, alguns periódicos tardaram ou recusaram-se a noticiá-lo, tratando-o como um feito insignificante ou eximindo-se de comentários e opiniões. Entretanto, considerava-se que preservar a reputação de Adolfo Alsina em nada contribuiria para enobrecer a imagem do país no exterior:

"En el extranjero cuando se sepan estas cosas, cuando se conozca que nuestras fronteras están desguarnecidas, que nuestra campaña se encuentra abandonada a la depredación de los indios, que no hay seguridad para los habitantes de nuestras comarcas ni para su vida ni para sus bienes, se formará una idea bien triste de nosotros, de este país antes tan floreciente y rico y hoy tan desgraciado" 406.

⁴⁰⁴ La Nación, nº 1564, 06/10/1875, grifo meu.

⁴⁰⁵ La Nación, nº 1600, 19/11/1875, grifo meu.

⁴⁰⁶ *La Nación*, nº 1599, 18/11/1875, grifo meu.

As críticas proferidas por *La Nación* direcionavam-se, sobretudo, a *El Nacional*, o qual publicou em suas páginas inúmeros artigos que exaltavam a dignidade da conduta adotada por Adolfo Alsina quando da ocorrência do *malón grande*. Sobre as medidas colocadas em prática pelo Ministro para aplacar a situação, *El Nacional* afirmara:

"Una formidable invasión, talvez la más grande que se haya traído sobre la línea de fronteras, tomando de sorpresa al Gobierno que reposaba en la fe de los tratados, ha sido vencida en cuatro días, quitándose a los salvajes a la enorme cuantidad de ganado que habían arrebatado, obligando a los indios a guardarse en sus tolderías, de las que pronto serán desalojados. El Dr. Alsina, trasladándose en persona allí donde el peligro lo reclamaba, ha dado prueba de un patriotismo elevado..."

10 patriotismo elevado..."

11 patriotismo elevado..."

12 patriotismo elevado..."

13 patriotismo elevado..."

El Nacional retratou Alsina como um indivíduo consciente de seus deveres e responsabilidades, dotado de um elevado senso público e de imparcialidade. Em contrapartida, desqualificou a postura dos mitristas. Estes, cegos pelas paixões partidárias, estariam empenhados em desprestigiar a obra de Alsina, anunciando propositalmente em seus periódicos invasões indígenas com "milhares de cabeças de gado arrebatadas, centenas de povoados incendiados e uma multidão de mortos ou cativos". Negligenciavam, todavia, que essa propaganda negativa feria o crédito da Argentina no exterior. Ademais, ao incitarem rebeliões e conspirações, incorriam o risco de entregar o país à anarquia:

"Pero ¿es acaso la fe del indio una base tan sólida, que pueda sobreponerse a las instigaciones de aquellos, que en prosecución de sus miras políticas, lo lanzan a depredación y a la rapiña? Mientras el Ministro de la Guerra celebraba tratados con los indios de Catriel, activos emisarios del partido caído, recorrían las tribus y les ponían de acuerdo para dar un golpe simultaneo. Tenemos datos para hacer esta acusación; hacen tres meses se vienen observando viajes repetidos de reconocidos agentes mitristas que se trasladan a la frontera, para poner en conmoción las tribus salvajes" 408.

Além de opor-se ao projeto político mitrista, *El Nacional* listou as fragilidades existentes no sistema de fronteiras elaborado por Bartolomé Mitre. Ao suprimir a prática do fornecimento regular de bens e víveres instituída por Juan Manuel de Rosas e militarizar a questão de fronteiras, Mitre teria sido incapaz de promover o avanço territorial. Na verdade, considerava-se que, durante sua administração, fora

⁴⁰⁷ El Nacional, nº 8851, 07/01/1876, grifo meu.

⁴⁰⁸ El Nacional, nº 8846, 30/12/1875, grifo meu.

conferida aos indígenas plena liberdade para instaurar a desordem e a insegurança na Província de Buenos Aires:

"Apercibidos los indios de la combinación y el juego de las proveedurías, como así mismo de la impotencia de las guarniciones de la frontera, cuyos soldados en su mayor parte solo existían en las listas de revista, y los pocos que había en los campamentos carecían de caballos, en vista de esto los indios adoptaron el sistema de proveerse ellos mismos por cuenta de los estancieros, y los cueros de los ganados de estos, a vista y paciencia de los jefes de frontera, se vendieron en los pueblos fronterizos en grandes cantidades. Y las cautivas eran luego rescatadas a premio de oro por los mismos jefes, pagando el Gobierno (se entiendo) el precio del rescate, y haciendo así de las pobres mujeres de la campaña un productivo ramo de comercio para los indios"409.

Ainda que o periódico bonaerense reconhecesse o empenho de Nicolás Avellaneda e de Adolfo Alsina em reformar o sistema de fronteiras – por meio da nomeação de chefes militares honrosos, do investimento em equipamentos adequados para as tropas, do pagamento de raciones às tribos –, demonstrou-se cético quanto à efetiva capacidade dessas medidas de transformar a realidade fronteiriça. A própria ocorrência do *malón grande* era tratada como um indício de que, nas presentes circunstâncias, fazia-se impossível ao governo nacional conter as sublevações indígenas, por mais que delas se tivesse conhecimento prévio:

"Se grita porque hay invasiones de indios, después de la expedición al desierto. Es cierto, pero preguntamos ¿cuándo ha dejado de haberlas, antes de la expedición? Es original pretensión esta de convertir en mal reciente ese mal endémico de nuestro país. El indio, mientras habite al desierto, invadirá las poblaciones civilizadas dada vez que la necesidad lo lleve a ello, aun cuando le cueste muy cara la tenacidad" 410.

Portanto, na visão de *El Nacional*, a invasão de Catriel não evidenciara a incompetência de Avellaneda ou de Alsina, mas sim a falência geral do sistema de fronteiras na Argentina. Representara o fracasso das forças militares *criollas*, na medida em que os índios só foram alcançados pelas tropas nacionais por terem tardado quatro dias no interior dos campos bonaerenses. "*La inseguridad de la campaña es un mal crónico* cuya causa nace precisamente de la existencia misma de las fronteras interiores: del sistema de guerra y de guerra defensiva iniciado por

⁴⁰⁹ El Nacional, nº 8853, 10/01/1876, grifo meu.

⁴¹⁰ El Nacional, nº 8976, 09/06/1876, grifo meu.

los conquistadores hace 300 años y seguido hasta hoy invariablemente"⁴¹¹, diagnosticou um dos autores do periódico.

Interpretando o sistema defensivo como o "maior absurdo da história do mundo militar", por implicar a submissão de dois milhões de habitantes "civilizados, ricos e poderosos" a vinte mil "bárbaros, pobres, miseráveis e desarmados", *El Nacional* ressaltou que sua deficiência atrelava-se à extensão do território austral. Para ilustrar tal questão, o autor do artigo "La cuestión fronteras" fez referência, lançando mão de uma descrição poética, ao imaginário do Deserto:

"Ante todo es necesario darse cuenta de la inmensidad de nuestros campos. Quien no los haya cruzado trotando día y noche, sin alcanzar a divisa objeto alguno que interrumpa su pesadez y monotonía, solo podrá formar idea suponiendo que hace un viaje a caballo por la superficie del mar sin olas. Ni una casa, ni un árbol, ni un arroyo, ni una laguna, ni un pájaro a veces. Un suelo blando y arenoso donde el caballo pisa y se hunde un palmo, frecuentemente cubierto de ceniza y entonces sin una sola hoja verde; tal es la zona de cien leguas que nos separa de las tolderías de los indios"⁴¹².

Considerava-se que a imensidão do Deserto e a dificuldade de penetrá-lo implicavam a dispersão e o fracionamento das tropas militares que se embrenhavam em território desconhecido para empreender a perseguição ativa aos indígenas. Além da escassez de pastos e de água potável, que provocava a extenuação dos cavalos, a especificidade do terreno a ser percorrido e do inimigo a ser combatido exerceria um papel determinante para a derrocada dos *criollos*:

"Se conoce la manera de combatir a los Arabes, a los Sipayos, a los Cominehes y a los Apaches, y sobre aquellos antecedentes, verdaderos o exajerados, cuando se trata de Namuncurá, Catriel y Baigorrita, especie de aves de rapiña de ala poderosa, para cruzar en horas los dilatados espacios de la Pampa llevándo-sele miles de vacas, en sus garras, pero incapaces de combatir con tropas regulares; cuando se trata de este especialísimo enemigo de nuestro país, solo se piensa en cañones rayados, en ametralladoras, en líneas de fortines, que deben avanzar por paralelas como si se tratara de operar sobre plazas fuertes, y por fin en héroes a lo Leonidas"⁴¹³.

Os nativos, por sua vez, conseguiam tirar proveito da situação. Por verem seu poder de combate reduzido diante das novas tecnologias bélicas, esquivavam-

⁴¹¹ El Nacional, nº 8850, 05/01/1876, grifo meu.

⁴¹² El Nacional, nº 8853, 10/01/1876, grifo meu.

⁴¹³ El Nacional, nº 8850, 05/01/1876, grifo meu.

se do enfrentamento corpo a corpo e não se apresentavam para guerrear. Aguardavam que suas *tolderías* fossem atacadas para surpreender os soldados em meio ao Deserto. Eram rápidos e hábeis nesse tipo de operação. Portanto, esclarecia o autor, as linhas defensivas eram vantajosas exclusivamente à estratégia de guerra indígena:

"La línea de fronteras interiores trazada desde San Rafael a Bahia Blanca tiene una extensión de 300 leguas, sin ninguna obstáculo natural que pueda servir contra el enemigo. Este, situado a 100 leguas al exterior de la línea, en el centro del territorio desierto, vive libre de todo peligro, habiendo fracasado todas las tentativas que hicimos para atacarle en sus posiciones, no por su resistencia, sino, por los inconvenientes del suelo desconocido para nosotros, y por el falso carácter que hemos persistido en dar a las operaciones contra nuestros indios ladrones [...] Por los anchos claros que tiene la extensa línea, penetra en nuestros campos poblados, abrazando una vasta extensión con sus fuerzas subdividas en numeroso y pequeños grupos, que todo lo recorren con increíble velocidad, pudiendo matar indefensos a los aislados moradores, a la vez que arrear todos los ganados sin dejar un solo caballo" 414.

É importante reforçar que tais apreciações não consistiam em uma crítica direcionada ao governo de Nicolás Avellaneda e à administração de Adolfo Alsina, tampouco à instituição do Exército. Em vários momentos, *El Nacional* enalteceu o comprometimento de tais personagens com suas funções públicas, assim como os "esforços sobrehumanos" dos militares para defender os interesses da campanha bonaerense e reprimir os nativos⁴¹⁵.

Contudo, ainda que reconhecesse a impossibilidade momentânea de implementação de um novo sistema de fronteiras no páis, o autor de "La cuestión fronteras" dispôs-se a pensar novos princípios que o norteassem. Seu raciocínio encontrase explícito na seguinte passagem:

"Tómese la carta de las pampas del Sud y búsquese el paraje donde tiene su toldo el cacique Manuel Namuncurá, denominado Netrat-quetralhue, que en castellano significa tirar fuego. La circunstancia de haber elegido aquel sitio el cacique principal (allí vivió también Calfucurá, padre de Manuel) revela que es bueno. Al Norte de este búsquese el paraje donde tiene su toldo el cacique principal de los Ranqueles, denominado Leufucó, que significa agua de arroyo. Mídase la distancia que resultará de 50 leguas y tómese estos dos puntos estratégicos para establecer en cada uno una división, sin línea de fortines ni de telégrafos para comunicar entre si porque no los necesitan. En cada uno de los puntos constrúyase un

⁴¹⁴ El Nacional, nº 8856, 13/01/1876, grifo meu.

⁴¹⁵ El Nacional, nº 8855, 12/01/1876.

extenso campo atrincherado donde las caballadas puedan apacentarse sin peligro de ser arrebatadas por los indios, y por fin constrúyase allí cuarteles y depósitos de todo lo que ha de necesitar la tropa^{3,416}.

O projeto proposto por *El Nacional* baseava-se na ocupação permanente de pontos estratégicos situados no coração do Deserto, o que, segundo estudos, reduziria em 12 mil léguas a extensão do território habitado pelos indígenas. Tal medida os obrigaria a buscar em terrenos inóspitos e distantes dos centros de povoamento *criollos* um local seguro para permanecer com suas famílias e *haciendas*.

Para estes nativos, limitados em sua capacidade de obtenção de alimentos e privados da realização de *malones*, projetava-se um futuro pouco promissor. De acordo com o referido autor, prestes a "devorar-se entre si depois de ter devorado seu último cavalo", viveriam um completo estado de dispersão e de submissão:

"Los de Catriel han de venir cabizbajos a ponerse bajo la protección de las autoridades del Azul, dispersándose luego en las estancias en demanda de trabajo para vivir. Los de Namuncurá y Mariano Rosas han de ir a presentarse a los jefes militares en sus respectivos campos y otros por fin han de tratar de merodear entre los montes por aquellas alturas" 418.

Assim como no caso chileno, a linguagem política do darwinismo social também havia se difundido entre a intelectualidade argentina. Portanto, por mais estarrecedor que possa soar, esse prognóstico era interpretado como a evolução natural da humanidade:

"Cuando se encuentran dos opuestas corrientes, no será posible que cada una siga su opuesto camino. La más fuerte ha de vencer a la otra; ha de envolverla en sus aguas, ha de absorberla y obligarla a seguir un mismo curso. Esto mismo debe suceder cuando los pueblos marchan en diverso sentido sobre un mismo suelo: el más fuerte y poderoso debe absorber al más ignorante y más débil. Nuestro poder sobre los indios es inmenso, mayor aun el que se encierra en el grado de civilización que hemos alcanzado que, el que representa la masa de dos millones de habitantes, frente a un grupo de veinte mil vagabundos miserables" 419.

El Nacional considerou que a resolução da questão de fronteiras na Argentina pressupunha a repressão do elemento indígena e sua redução à impotência. Diante da falência de instrumentos como a persuasão, o emprego da força, nos moldes

⁴¹⁶ El Nacional, nº 8858, 15/01/1876, grifo meu.

⁴¹⁷ El Nacional, nº 8861, 19/01/1876.

⁴¹⁸ Idem.

⁴¹⁹ Idem.

da experiência norte-americana, foi apresentado como a única solução prática e viável. Tal pensamento foi justificado a partir de um argumento também empregado pela intelectualidade chilena: a contraposição entre a imagem poética do índio de Alonso de Ercilla e a imagem real do índio habitante dos Pampas:

"El indio de Ercilla no se encuentra ya en estas regiones, si es que alguna vez ha existido. El gigantesco patagón, coronada su frente de vistosas plumas y contemplando en ademan meditativo el vasto océano, tampoco es una existencia positiva. El indio que hoy invade, roba, mata, saquea y ultraja, a las órdenes de Catriel, Pincen, Namuncurá, Rosas o Baigorria, es generalmente un asesino escapado a la acción de la justicia, un bandido cristiano que ha buscado en las tolderías un refugio seguro. Ese hombre enseña al indio verdadero, estúpido y semi-animal, la manera de combatir la tropa regular, el medio más seguro de robar el camino de Chile, para cambiar allí por aguardiente las vacas robadas en nuestros campos" 420.

A subordinação forçada dos indígenas às leis e às autoridades republicanas representaria, ao fim e ao cabo, a invalidação do poder dos *longkos* e a dissolução da soberania indígena. Nesse sentido, o autor do artigo "guerra de exterminio" ponderou:

"Es la eterna vergüenza de nuestro país ese oprobioso y constante peligro. Los indios deben concluir! En todos los puntos que caigan bajo la jurisdicción argentina, no deben reconocerse más que las dos categorías de individuos a que nuestras leyes se refieren: extranjeros y ciudadanos. El indio es ciudadano argentino, porque ha nacido en territorio de la República. Considerado como tal, debe sujetarse a la legislación del país, servir, enrolarse, contribuir, votar y ser electo. ¿Qué significan esas tribus nómades, salvajes, que pretenden erigirse en dueños del suelo y tratar con los gobiernos de potencia a potencia?"

As críticas proferidas por *El Nacional* a *La Nación* foram corroboradas por *La Tribuna*, que também atribuiu ao periódico mitrista um tom tendencioso e parcial. Acusou-o de veicular artigos que salientavam a importância de *malones* na prática insignificantes, no intuito de desqualificar a competência de Adolfo Alsina. Portanto, ao sobrepor as intrigas políticas à real situação das fronteiras, a imprensa antigovernista acabava por "retirar de allí la opinión pública que, lejos de estorbar puede prestar algún servicio, cual es el indicar al gobierno algún camino corto y

⁴²⁰ El Nacional, nº 8846, 30/12/1876, grifo meu.

⁴²¹ El Nacional, nº 8912, 22/03/1876, grifo meu.

fácil, para llegar a la carpa episcopal (perdón por la figura) de los salvajes y acabar con ellos de una vez"⁴²².

Assim como *El Nacional*, *La Tribuna* posicionou-se a favor da redução do elemento indígena através das armas. Para ratificar tal proposta, publicou em suas edições relatos sobre o triunfo obtido pelo coronel Nicolas Levalle e pelo tenentecoronel Salvador Maldonado ao reprimir as invasões ocorridas nas localidades de Juarez e Costa, no ano de 1876. Na ocasião, os militares haviam empregado a força para recuperar o arreio roubado e ressarcir os *haciendados* pelos danos sofridos. Valendo-se de um discurso político bastante semelhante àquele empregado por *El Nacional*, o autor do artigo "Resolveré la cuestión de fronteras" afirmou que

"Resolver la cuestión fronteras es, pura y simplemente, reducir el elemento salvaje a la impotencia o ponerlo al servicio de la vida civilizada. Es garantir la propiedad y la vida de los que viven en esos centros apartados, que son hijastros de la República. Es llevar la sociedad donde hoy alienta el espíritu retardatario de la tribu bárbaro. Y esto, no se obtiene contemporizando con Catriel, comprando su amistad mentida y pagando a peso, de oro su falsa lealtad. Eso solo se obtiene llevando las bayonetas nacionales hasta los limites mas apartados de la pampa; haciendo una expedición formal al fondo del desierto y anonadando las fuerzas de la indiada, obligándola a capitular sus condiciones o fusilándola" 423.

Adolfo Alsina não viveu tempo suficiente para presenciar os desfechos dos novos rumos assumidos por sua política de fronteiras. Acometido de problemas renais, faleceu em Buenos Aires em 29 de dezembro de 1877, pouco após ter decretado a execução de uma nova expedição militar contra as *tolderías* de Manuel Namuncurá.

Em que pesem as críticas realizadas ao seu projeto de avanço da fronteira austral, Alsina foi reconhecido pela intelectualidade argentina como uma importante personalidade do meio político e militar. Julio Roca o definiu enquanto um "amigo leal" e um "importante colaborador do governo de Nicolás Avellaneda" O Presidente da República, por sua vez, prestou uma bela homenagem ao ex-Ministro na ocasião do seu sepultamento:

"Era siempre impetuoso, y había aprendido además a contenerse. Creía en las fuerzas populares y respetaba los grandes intereses sociales. Era audaz ante el peligro como en los días primeros de su juventud, pero sabía agregar a la audacia la firmeza

⁴²² La Tribuna, nº 7548, 20/11/1875, grifo meu.

⁴²³ La Tribuna, nº 7586, 30/12/1875, grifo meu.

⁴²⁴ *La Tribuna*, 01/01/1878.

de los mismos propósitos. Su gobierno en la Provincia de Buenos Aires fue la restauración de esta sociedad bajo la ley común, sin exclusiones públicas ni odios oficiales; y su Ministerio de Guerra en la Nación es la ejecución perseverante, y en días aciagos, del más vasto plan que se haya proyectado para la defensa de nuestras fronteras, limítrofes con el deserto y con el salvaje"425.

5.4. O Ministério de Julio Roca (1878-1880): as novas bases da política de expansão territorial

A inesperada morte de Adolfo Alsina significou para Roca a tão aguardada oportunidade de implementação de um novo projeto de territorialização da região austral, já que a ele foi entregue o comando do Ministério da Guerra e Marinha. Como mencionado, o general teve sua formação militar pautada por princípios que lhe permitiram abandonar a estratégia da guerra ilustrada implementada por Alsina. A guerra romântica ou de movimento, assim denominada pela historiografia, foi formulada pelos marechais da Academia de Guerra Prussiana Helmuth Von Moltke e Alfred Von Schlieffen e norteou a organização dos exércitos de Napoleão Bonaparte, Frederico II e Carl Von Clausewitz.

No contexto de aceleradas transformações advindas da industrialização, as armas modernas e os estudos logísticos tornavam-se garantia para o êxito no *front* de batalha. Baseado na ampliação do "espaço vital" e na ofensiva militar, esse estilo de guerrear era empregado por nações que visavam à conquista territorial. Supunha, portanto, a destruição total do inimigo em batalhas conclusivas, o que eliminou o significativo papel até então exercido pelas negociações políticas nos conflitos bélicos.

Em consonância com tais princípios, a expansão territorial conduzida por Julio Roca significou, na prática, o fim da política de fronteiras na Argentina, visto que os nativos tiveram o papel de interlocutores políticos ou parceiros militares significativamente reduzido. As negociações prévias foram negadas e retiradas do sistema jurídico oficial. Dessa forma, pôde-se colocar em prática a proposta de

-

 $^{^{425}}$ La Tribuna, 2 e 3/01/1878, grifo meu.

"limpeza do território" mediante a extinção física de seus habitantes, que se assentava sobre um discurso abastecido por argumentos científicos do darwinismo. Segundo o general,

"es por el efecto de una ley de la naturaleza que **el indio sucumbe ante la invasión del hombre civilizado.** En una lucha por la existencia en el mismo medio, **la raza más débil tiene que sucumbir ante la mejor dotada**, la especie que no trabaja delante de la que trabaja".

A partir da fala de Roca, pode-se perceber que a suposta inferioridade biológica da raça indígena era vista como um fator determinante para o seu desaparecimento. Contudo, sendo a Nação argentina considerada um espaço total e homogêneo, era preciso acelerar o processo de eliminação dos "outros" internos ao território que o Estado reclamava como nacional. Transformado em paradigma ideológico para a construção do Estado-nação, o determinismo racial levou as propostas centradas na ideia de integração cultural a ceder irremediavelmente espaço para a corrente que defendia o extermínio dos indígenas que oferecessem resistência.

Os *longkos* pampeanos tinham pleno conhecimento das novas bases sobre as quais se assentava a política de expansão territorial implementada por Julio Roca, assim como dos graves prejuízos às comunidades aborígenes que dela decorriam, o que fica evidente no seguinte trecho da correspondência enviada por Namuncurá ao frei Marcos Donati:

"Como enseguida vino la Revolución y el triunfo del Sr. Presidente D. Nicolás Avellaneda el Sr. Ministro de la Guerra D. Adolfo Alsina mientras estuvo y duro la Revolución estuvo en guerra y después estuve en tratados con el Sr. Gobernador Nacional y Sr. Ministro de la Guerra mandando a mis comisiones y el nominal de los Caciques y las pases por la definición de los tratados, por lo que estoy entretenido suponiendo que deberá ser alguna traición por lo que estando en este trabajo me vino a pisar el campo, en cautivar familias y pasar por las armas a mis indios, pero aunque esto ha sucedido yo me he dejado de la guerra y mi trabajo no lo quiero perder y por lo mismo estoy en seguir la buena armonía pues no se cual será la disposición del Superior Gobierno. Parece que ha tomado la mira de seguir la guerra para concluirnos: que si eso es así, tendremos que estar nuevamente en guerra nosotros tendremos que cautivar familias y estar atándonos unos a otros que resuelta perderse este trabajo que se está haciendo, y por tanto yo no quiero seguir la guerra ni perder mi trabajo" 427.

⁴²⁶ Julio Roca apud Fermín Rodríguez. **Un desierto para la nación: la escritura del vacío**, op.cit, p.384, grifo meu.

⁴²⁷ Manuel Namuncurá a Marcos Donati, 05/02/1878. In: Jorge Pavez Ojeda. **Cartas mapuche** (siglo XIX), op.cit, pp.679-680, grifo meu.

Entretanto, as chefaturas pareciam ainda acreditar na possibilidade de firmar novos tratados de paz, mesmo diante da violência empregada pelo Exército, da drástica redução dos canais de interlocução política e do esvaziamento do campo de atuação das secretarias mapuche. Recorreram ao auxílio dos *criollos* para intermediar as negociações com o governo nacional, atitude que talvez possa ser interpretada como um esforço de sobrevivência às condições extremamente desfavoráveis que lhes eram apresentadas.

Para elucidar tal questão pode-se citar o tom aparentemente conciliador e pacífico assumido pelo discurso de alguns *longkos* que haviam oferecido constante resistência à política expansionista estatal. Tomemos como exemplo o caso de Vicente Pincén, comumente descrito como "o terror das populações fronteiriças". Segundo a imagem traçada por *La Tribuna*,

"Pincén no había querido reconocer la autoridad de Namuncurá y se mantenía dueño absoluto del terreno que pisaba. Por donde quiera se encontraban las huellas sangrientas de su paso [...] Pincén no daba cuartel, ni hacía tratados. Llevaba su orgullo salvaje, hasta negarse a recibir regales ni raciones de nadie. Pincén era temido por su valor, por su audacia y sobre todo por su vigilancia infatigable" 428.

Entretanto, no contexto em que suas *tolderias* eram alvo de expedições punitivas, Pincén expressou a Conrado Villegas a intenção de viver em harmonia com as autoridades nacionais:

"...Amigo también le haré saber que no soy nacido en las Cordilleras ni en la otra tierra, soy porteño como usted y soy nacido en Carhué, así es que quiero a los porteños y me gusta estar en buenas paces; así estimado amigo que si usted no quiere creer lo que digo pregunte a todos si es cierto o no, ahí está Baigorria, el general que me conoce de cierto donde soy nacido, que si no puede creer se puede anoticiar junto con los que conocen esta tierra; estimado amigo también el amigo Nahuel Payún; y **como somos todos argentinos, vivamos juntos**",429.

Os esforços dos caciques pampeanos não foram suficientes para subverter ou frear os planos de Roca. Em 14 de agosto de 1878, Nicolás Avellaneda e o Ministro submeteram à consideração do Congresso Nacional um projeto de lei que retomava os principais dispositivos estratégicos presentes na Lei nº 215. A respeito do sistema de fronteiras de Adolfo Alsina, julgaram necessário

fue, op.cit., pp.276-277, grifo meu.

⁴²⁸ La Tribuna, nº 8463, 12 e 13/11/1878.

La Tribuna, n 8403, 12 e 13/11/18/8.

429 Vicente Pincén a Conrado Villegas, 1878. In: La Argentina de los caciques: o el país que no

"abandonarlo de una vez e ir directamente a buscar al indio en su guarida, para someterlo o expulsarlo, oponiéndole en seguida, no una zanja abierta en la tierra por la mano del hombre, sino la grande e insuperable barrera del Rio Negro, profundo y navegable en toda su extensión, desde el Océano hasta los Andes"⁴³⁰.

No entendimento de Roca, esse era o momento apropriado do povo argentino negar a postura defensiva frente ao indígena e empenhar-se em "extirpar el mal de raíz y destruir estos nidos de bandoleros que incuba y mantiene el desierto" Embora não vislumbrasse significativos obstáculos que pudessem inviabilizar a ocupação do Rio Negro, o general reconheceu a necessidade de "desalojar a los indios del desierto que se trata de conquistar, para no dejar un solo enemigo a retaguardia, sometiéndolos por la persuasión o la fuerza, o arrojándolos al Sud de aquella barrera" 432.

Para tanto, foram previstas operações preliminares que preparassem o terreno para uma incursão militar definitiva e bem sucedida. Acreditava-se que estas possibilitariam não apenas a ampliação do conhecimento geográfico sobre a região a ser ocupada, mas também a desmoralização das tribos, privando-as de suas *haciendas*, reduzindo seu número de *lanceros* e estimulando sua submissão voluntária ou dispersão pelo interior do Deserto.

Empreendida entre julho de 1878 e fevereiro de 1879, a "batida geral do território indígena" consistiu em uma série de ataques surpresa às *tolderias*, mediante a formação de colunas ágeis e ligeiras comandadas pelos chefes de fronteira Eduardo Racedo, Teodoro Garcia, Lorenzo Wintter, Marcelino Freyre, Rudecindo Roca, Conrado Villegas e Nicolás Levalle. Segundo estimativas, tais expedições foram responsáveis pelo resgate de 150 cativos e de 15.000 cabeças de gado; contudo, a principal conquista obtida foi a debilitação dos grupos indígenas, com a captura dos caciques Pincén, Epumer e Catriel e de mais 4.000 nativos.

O êxito das campanhas prévias foi exaltado por Avellaneda em mensagem dirigida ao Exército Expedicionário, em janeiro de 1879:

"Estáis llevando a cabo con vuestros esfuerzos una **grande obra de civilización a la que se asignaban todavía largos plazos**. La pericia y la abnegación militar se adelantan al tiempo. Cada una de vuestras jornadas marca una conquista para la humanidad y para las armas argentinas. El país agradecido os reconoce esta doble

⁴³⁰ "Mensaje al Congreso Nacional – 14/08/1878". In: Manuel Olascoaga. **Estudio topográfico de La Pampa y Rio Negro**, op.cit, p.32, grifo meu.

⁴³¹ Idem, p.37.

⁴³² Idem, p.38.

gloria. Después de muchos años, la guerra contra el indio sale del terreno de las hazañas obscuras, y hay a vuestras espaldas todo un pueblo que vitorea a los vencedores. No se perderá la ruta que habéis trazado sobre el desierto desconocido [...] Soldados del Ejército Expedicionario: el gobierno está satisfecho de vuestra conducta, y pronto quedará asegurado el éxito final. Mientras tanto, os envío mis felicitaciones y os anuncio que en el próximo período legislativo solicitaré del Honorable Congreso una condecoración conmemorable de este grande hecho que se llamará en la historia: La conquista de la Pampa hasta los Andes^{3,433}

Os primeiros passos da política de territorialização elaborada por Julio Roca repercutiram positivamente na imprensa bonaerense, que de uma maneira consensual projetou no Ministro a expectativa da definitiva resolução da questão de fronteiras no país. El Nacional, por exemplo, apostou que a longa experiência de Roca na luta contra o indígena o auxiliaria a concretizar a antiga proposta de transposição da fronteira ao rio Negro. "Así todo es viejo. Está dicho y ha sido confesado desde el primer momento. Pero hay una cosa muy nueva, aunque protesten todos los celos personales. Hay una cosa muy grande, aunque se alarme todo lo pequeño. Lo nuevo y lo grande es realizar el pensamiento y este será realizado" 434, afirmou o autor do artigo "No es nuevo". Ademais, o periódico ressaltou o efeito desolador e desmoralizador que o abandono forçado das terras exercia sobre os nativos:

"Hace un año, a que los salvajes sienten pesar sobre ellos armas de nuestros valientes soldados; y el desierto no es ya un refugio a donde puedan en adelante sustraer su alcance. Nuestros soldados se baten en una extensión de trescientas leguas, y a una victoria sobre Pincen, Catriel o Namuncurá, responde otra sobre Baigorrita o los Ranqueles. No son ya nuestras fronteras las que se defienden, sino los toldos los que son desbaratados en los puntos lejanos del desierto, y traídas las chusmas a incorporarse en las poblaciones cristianas" 435

Revelando uma significativa transformação em sua linha argumentativa, *La Tribuna*, que antes apoiava Adolfo Alsina, passou a caracterizar a postura defensiva como "estéril e desastrosa". Julio Roca foi considerado mais apto do que o falecido Ministro para solucionar a questão da segurança das fronteiras internas:

"Un Ministro animoso, preparado para la guerra del desierto por el estudio y la experiencia, ha venido a cambiar la faz de la cuestión de fronteras. Es un nuevo sistema que se pone en la planta, y que viene a invertir el orden tradicional Es un hombre convencido de la eficacia de ese sistema, que lo plantea con decisión y lo

⁴³³ "Orden del día – 11/01/1879". In: Manuel Olascoaga. **Estudio topográfico de La Pampa y Rio Negro**, op.cit, p.80, grifo meu.

⁴³⁴ El Nacional, nº 9618, 17/08/1878, grifo meu.

⁴³⁵ El Nacional, nº 9682, 02/11/1878, grifo meu.

desenvuelve con fe. Los resultados se están palpando. Cada expedición siembra espanto en el desierto y destruye los elementos de movilidad de los salvajes. El General Roca ha pactado con la fortuna. Ella ha puesto a su servicio hasta sus caprichos y casualidades"⁴³⁶

O periódico situou na bem sucedida experiência norte-americana a inspiração para a implementação do modelo hostil de ocupação do território austral, fato que aponta para a existência de saberes que, apropriados e ressignificados, possibilitaram o intercâmbio de práticas políticas e militares nas Américas:

"Los Estados Unidos han ganado terreno al desierto de ese modo. El ejército ha permanecido en permanentes operaciones, librando a veces combates sangrientos contra tribus enteras sorprendidas en sus guaridas, como aquel encuentro de las orillas del Tallaposa, en que la caballería americana perdió más de 200 jinetes y los Creeks vencidos, unos mil guerreros muertos en campos de batalla. La Tribu que más resistió a esas agresiones de las fuerzas civilizadas fue la de los Seminoles. Arrinconada en las tierras bajas de la Florida, donde le servían de vanguardia las fiebres pútridas y el hambre, se defendió con fiereza indómita, hasta que fue vencida por la perseverancia y el poder material de la raza blanca" 437

Recrudescendo o discurso em prol da repressão violenta aos indígenas, *La Tribuna* apoiou os ataques surpresas realizados às *tolderias*. Em resposta às críticas dirigidas à crueldade empregada por Roca e seus subalternos nas operações, o periódico ressaltou que "Los indios no conocen más formula que la de los lanzazos. No sería posible tampoco proceder con ellos como entre las naciones civilizadas, dando plazos para que se pongan a salvo neutrales, y rompiendo previamente las relaciones diplomáticas" 438.

Para *La Tribuna*, o caráter bárbaro e inumano, que beirava a animalidade, não decorria de uma condição inerente à raça indígena. Por considerar que a procedência dos povos civilizados estava em homens originalmente selvagens⁴³⁹, acreditava na possibilidade de redução dos nativos à vida em sociedade e ao trabalho. "*El*

⁴³⁶ La Tribuna, nº 9666, 18/10/1878, grifo meu.

⁴³⁷ *La Tribuna*, n° 8439, 13/10/1878.

⁴³⁸ *La Tribuna*, n° 8456, 03/11/1878.

⁴³⁹ Esse pensamento estava em conformidade com o estudo sobre o homem americano realizado pela Sociedad Antropológica Arjentina e publicado por El Nacional em 12/09/1878. Nesse estudo, o naturalista Francisco Moreno (também conhecido como Perito Moreno) assegurava que "la inspección de doscientos cráneos de fueguinos resulta que son, como los del Norte, de raza esquimal; y como todas las observaciones hechas en Europa tienden a demostrar que la primitiva raza humana que la ha poblado es esquimal también; pues los cráneos encontrados se asemejan a los de esta raza [...] robusteciéndose la idea de que el mundo o gran parte de el ha estado poblado primitivamente por una raza pequeña, mongoloide, y sido destruida y suplantada por otra de más fuerza o

hombre nace con las mismas facultades, bajo todos los climas. Lo que lo hace retroceder en la escala de los seres, volver al estado del bruto, declararse en rebelión abierta contra la naturaleza y contra si mismo, es el aislamiento unas veces, la miseria otra y la ignorancia casi siempre "440", esclareceu um de seus autores.

Tal tipo de argumento, ainda que abominasse a eliminação física dos nativos, justificava uma perseguição implacável e um tratamento hostil para acelerar sua conversão em "un nuevo tipo humano en la historia el tipo cuñado en bronce del hombre del porvenir" Louvou-se assim a ação do Exército em meio ao Deserto:

"Las generaciones futuras recordarán con grata satisfacción la época presente, porque es la más grande que un pueblo puede registrar en sus fastos históricos. ¡Obra colosal que ha de inmortalizar a los hombres cuyos auspicios se opera! El ejército, que se había gastado en nuestras luchas continuas, está dedicado exclusivamente a someter al salvaje, para hacerlo útil a la sociedad. Como el fénix de la fábula, el ejército renace de sus propias cenizas, con nuevos bríos y con opuestas tendencias. Ahora el soldado empuña el pomo de la espada para conquistar tierras, y no para enmudecer las conciencias. ¿Dónde están los oficiales de la nación? En el desierto, batallan con todo heroísmo por el triunfo de la civilización contra la barbarie"⁴⁴².

As expedições militares que surpreendiam os índios e capturavam tribos inteiras haviam se tornado parte do cotidiano do Deserto. *La Nación* descreveu os benefícios que essa nova realidade acarretaria para o país:

"Los soldados de la nación que antes no podían alcanzar los indios, que entraban y robaban en nuestras poblaciones llegando al desierto con el botín del pillaje, llegan hoy hasta sus propios toldos y los hacen prisioneros por cientos, aterrorizándoles y dejándoles imposibilitados para dirigir sus ataques sobre los centros poblados. Si se sigue en el sistema de llevar expediciones ligeras sobre los indios, es probable que ante su propia impotencia se entreguen concluyendo tratados favorables para el gobierno y el país. Sin grandes gastos como se ha visto es posible llegar hasta dejar completamente libre de los enemigos de la civilización el desierto que se va a conquistar, tratando de entrégalo a la población y al trabajo".

inteligencia, que es la europea, que por emigración la ha destronado, quedando solo sus representantes en los puntos inaccesibles de las estremedidades de América y Europa, donde nadie tenía interés en despojarlos de su triste morada. Según este sistema de ideas, nuestros indios fueguinos que todavía vagan en tropillas o familias aisladas por los bosques o las orillas del mar en busca de raíces, yerbas o moluscos y pescados para comer serian nuestros antepasados en forma, inteligencia, artes e ideas".

⁴⁴⁰ *La Tribuna*, n° 8433, 06/10/1878.

⁴⁴¹ Idem.

⁴⁴² *La Tribuna*, n° 8468, 18 e 19/10/1878, grifo meu.

⁴⁴³ *La Nación*, n° 2446, 13/10/1878, grifo meu.

Nesse mesmo sentido, *La Pampa* reconheceu que a adoção do sistema ofensivo de guerra havia intensificado o grau de segurança na fronteira, permitindo à campanha bonaerense "respirar livremente". A invasão das *tolderias* e a captura dos guerreiros infundiam nos nativos certo terror e os mantinham afastados das propriedades *criollas*. De acordo com um de seus autores, "O los indios hostilizados con tesón por nuestras fuerzas se alejan de la frontera e imposibilitan así sus invasiones. O se someten al gobierno y queda asegurada para siempre la frontera" 444.

Entretanto, em comparação aos demais periódicos, *La Pampa* apresentou um olhar mais complacente em relação aos nativos. Denunciou os chefes de fronteira que, em sua atuação corrompida, despertavam com fundados motivos os instintos "ferozes e sanguinários" dos indígenas submetidos ao governo:

"Y no es propio que las fuerzas nacionales, que tienen que desempeñar una misión civilizadora, que han sido llevadas a la frontera no solo para impedir invasiones de los indios, sino también para atraerlos a la civilización; no es propio, decimos, que esas fuerzas que tal misión tienen, sean precisamente las que den ejemplo de barbarie más refinada que la que ejercitan los indios. Estos hacen cautivos, y se los llevan a las tolderías, para tener esos rehenes y cambiarlos, si la ocasión se les presenta, por indios prisioneros. Nuestras fuerzas de frontera hacen algo peor. Premeditadamente se apoderan de los chinitos para venderlos en seguida, como si fuese autorizada por la liberalidad de nuestras instituciones".

5.5. A narrativa de Estanislao Zeballos ("A Conquista de Quinze Mil Léguas") na preparação da "Campanha do Deserto" de Julio Roca

A despeito do apoio conferido pela opinião pública e do visível sucesso galgado pela "batida geral do território indígena", o Ministro da Guerra e Marinha tinha plena ciência da necessidade de convencer o Congresso Nacional a autorizar o investimento de 1.600.000 pesos para a transposição da linha de fronteira ao rio Negro. Visando elucidar a pertinência do projeto de lei aos parlamentares, Roca solicitou a Estanislao Zeballos a redação de um conjunto de apontamentos sobre os antecedentes históricos e científicos da ocupação da região. Dessa maneira, o livro

⁴⁴⁴ *La Pampa*, n° 1552, 26/07/1878.

⁴⁴⁵ La Pampa, n° 1596, 18/09/1878, grifo meu.

a ser escrito já nasceria como um texto previamente concebido a partir de um imaginário bélico de impronta prussiana, destinando-se a assumir um papel central na realização da conquista territorial.

Em 1878, Zeballos ainda não alcançara a notoriedade pública que viria a adquirir nos anos seguintes como deputado e Ministro das Relações Exteriores, quando entrou em choque com a política externa do Barão do Rio Branco e aconselhou o armamento do país face a um possível conflito armado com o Brasil⁴⁴⁶. Jurista recém graduado, era professor do Colégio Nacional de Buenos Aires, diretor do diário *La Prensa* e fundador da *Sociedad Científica Argentina* e da *Sociedad Rural*. Como membro desta instituição, apoiara a expedição do naturalista Francisco Moreno às bacias dos rios Negro e Limay. Possuía assim um perfil condizente com o papel de propagandista do projeto de Roca.

Mais do que um manual geográfico ou apontamento histórico, *La conquista de quince mil leguas* consistiu em um panfleto ideológico, dotado de um forte caráter institucional e contratual. Sua primeira edição, de 500 exemplares, foi financiada pelo Estado, que também foi responsável por controlar a sua circulação entre os oficiais que participariam da expedição e os deputados que debatiam o projeto na Câmara. Zeballos recusou a remuneração oferecida pelo governo: afirmou que escrevia no seu "tempo livre", com a intenção de levar adiante o propósito patriótico de "demostrar al país la practicabilidad de aquella empresa [ocupação do rio Negro] y [...] proporcionar a los gefes y oficiales del ejército expedicionario un conocimiento sintético de la obra en que van a colaborar"⁴⁴⁷.

La conquista de quince mil léguas lançou uma proposta sistemática de ocupação do rio Negro, que logo seria materializada na ação expedicionária conduzida por Julio Roca. Atendendo ao padrão de centralização da informação demandado pela guerra moderna, Zeballos reforçou a divisão do trabalho entre "científicos em terreno" e "científicos em gabinete". Inserindo-se no último grupo, recusou o convite para participar da expedição. Em comparação ao viajante, cuja capacidade de observação era fragmentada pelos novos elementos adquiridos *in loco*, considerava

⁴⁴⁶ Cf. Fernando Vale Castro. **Pensando um continente: a Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

Estanislao Severo Zeballos. La conquista de quince mil leguas: studio sobre la traslación de la frontera sud de la República al rio Negro dedicado a los gefes del ejército expedicionario. Buenos Aires: Establecimiento Tipografico a vapor de La Prensa Moreno 109, 1878, p.5.

que a maior disponibilidade de tempo permitiria ao civil ilustrado uma reflexão mais profunda e global sobre a questão.

Dessa forma, já que o autor não havia conhecido pessoalmente os Pampas, sua argumentação fundava-se sobre experiências e estudos compilados ao longo do período colonial e do pós independência. A partir do material disponível, a obra abordou os seguintes tópicos: uma resenha histórica do período desde 1768 até 1878; as explorações realizadas entre 1553 e 1875; materiais vinculados aos rios Negro e Colorado, aos rios andinos e da pampa central; aspectos referentes à importância da navegabilidade dos ditos rios; a descrição do território; a explicação técnica sobre a nova fronteira nacional; um capítulo dedicado aos indígenas e cacicados de Salinas Grandes e Leuvucó; notas bibliográficas e cartográficas e um apêndice com variada documentação.

No novo arquivo sobre a temática da fronteira construído por Zeballos, a política de Adolfo Alsina foi desconstruída. Segundo o autor, a recusa em lançar o Exército imediatamente ao rio Negro, os altos custos com o erguimento de linhas de defesa paralelas e sucessivas e a contenção dos ataques às *tolderias* contrastavam com as medidas projetadas por Roca.

Mediante a decodificação da estratégia de guerra indígena, o general vislumbrara que "la aplicación de los preceptos de la guerra regular fracasa contra el bárbaro" **Carregados de bagagens, artilharias e provisões, os militares seriam incapazes de acompanhar a agilidade dos lanceros. Dessa forma, optou pela supressão da atuação das tropas regulares em meio ao Deserto e pela adoção de colunas pouco numerosas e ligeiras, que promoveriam ataques constantes, enérgicos e dispersos.

No decorrer de *La conquista*, Zeballos discorreu sobre as vantagens a serem obtidas com o estabelecimento da linha de fronteira no rio Negro. Além de bloquear as incursões indígenas às estâncias, reduziria a dimensão do terreno a ser vigiado e, consequentemente, os gastos com a manutenção das tropas militares. Tal foi o prognóstico traçado pelo autor:

"Hemos dicho que la línea actual de frontera sur de la República mide cerca de 480 leguas, partiendo del Cármen de Patagones por las pampas de Buenos Aires, Santa-Fé, Córdoba, San Luis y Mendoza. Para vigilar este inmenso teatro de operaciones

⁴⁴⁸ Estanislao Severo Zeballos. La conquista de quince mil leguas: studio sobre la traslación de la frontera sud de la República al rio Negro dedicado a los gefes del ejército expedicionario, op.cit, p.317.

la Nación sostiene 6.000 veteranos [...] Ocupado el rio Negro, bastan 2.700 hombres para consolidar la línea, y el ejército sufrirá inmediatamente una reducción de 3.300 plazas y de 4.000 un año después"⁴⁴⁹

Contudo, o jurista vislumbrara que o convencimento dos parlamentares quanto à viabilidade do projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo não poderia se basear apenas em projeções futuras. Seria necessário apresentar resultados parciais alcançados pela política de territorialização roquista, que apontassem para a probabilidade de êxito da Conquista do Deserto. Para tanto, recuperou na segunda edição de *La conquista* algumas cifras correspondentes à "batida geral do território indígena":

Total de bajas 4086

Às informações acima, Zeballos acrescentou que "esto era el 1º de Diciembre, y sumando 991 prisioneros y muertos causados en todo el mes, se tiene un total para el 1º de Enero de 1879 de 5077 indios" O extermínio e o aprisionamento de milhares de indígenas, assim como a expulsão dos principais caciques da região pampeana, eram tratados como indícios inquestionáveis da vitória fulminante prestes a ser alcançada pelos *criollos*. Desagregados, os nativos viam minada a eficácia de sua resistência. Para Zeballos, estavam postas as bases para a marcha final do Exército Expedicionário ao rio Negro:

"Ellos [indios] no aventurarían una batalla en que el Remington los diezmaría, y por otra parte ¿qué pueden hacer 100 chuzas que les quedan contra 600 bocas de fuego, manejas por un ejército regular? La sumisión: he ahí la solución del problema respecto a los indios guerreros de la Pampa. Esta sumisión debe ser provocada, por otra pare, al abrir las operaciones, para evitar sacrificios y ahorrar fatigas al soldado, haciendo saber a los caciques que las armas de la Nación van á buscarlos á cualquier retiro que elijan, para exterminarlos, y ellos se rendirán, recordando las severas lecciones que han experimentando en el corto ensayo realizado de la guerra ofensiva".

450 Idem, p.323, grifo meu.

⁴⁴⁹ Idem, p.315.

⁴⁵¹ Idem, p.373, grifo meu.

Ao final do livro, tem-se a impressão de que Zeballos foi bem sucedido ao propagandear o projeto de expansão territorial de Julio Roca. O autor foi enfático ao projetar o resultado final da conquista de 15 mil léguas para a Nação argentina:

"Al tomar posesión del inmenso territorio que nos pertenece, haciendo tremolar sobre las columnas del rio Negro y elevando en la caña cumbre de Andes las gloriosas banderas del ejército expedicionario, la República habrá plantado la fecunda simiente de una grandiosa y triple evolución, militar, económica y política, inspirada por los sagrados intereses de la Patria y por los grandes impulsos de la Civilización"452

Em 13 de setembro de 1878 teve início na Câmara dos Deputados a discussão sobre o projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo em 14 de agosto. Ao expor suas considerações gerais, a Comissão Especial de Fronteiras, composta pelos deputados Bartolomé Mitre (Buenos Aires), Vicente Fidel López (Buenos Aires)⁴⁵³, Carlos Pellegrini (Buenos Aires), Olegário Andrade (Entre Rios)⁴⁵⁴ e Álvaro Barros (Buenos Aires), prontamente ressaltou a conveniência do estabelecimento da linha de fronteira nacional no rio Negro:

"En vez de las líneas sinuosas y desligadas de las actuales fronteras que por el Sur contonean cinco provincias [...] La línea del Rio Negro trae una cuasi recta de cordillera á mar, quedando en contacto con el enemigo únicamente dos provincias [...] En vez de una línea débil de mas de cuatrocientas cincuenta leguas de extensión que mide la actual, la frontera proyectada solo tendría como cien leguas, pidiendo reducirse á setenta ú ochenta [...] En vez de seis mil hombres que defienden mal la línea actual, ella puede sostenerse con dos mil soldados, y aun con menos, una vez consolidada. Por último, y considerándola siempre del punto de vista militar, la línea del Rio Negro es la única que además de las condiciones esenciales ya apuntadas, ofrece la doble ventaja de ser un obstáculo serio para el enemigo á la vez que una vía de comunicación navegable en toda su extensión"455

Entretanto, reconheceu-se que, para o alcance dos benefícios acima mencionados, fazia-se imprescindível "el dominio absoluto de la pampa y el sometimiento, la destrucción o la expulsión de los indios bárbaros que la ocupan"⁴⁵⁶.

⁴⁵² Idem, p.421, grifo meu.

⁴⁵³ Vicente Fidel López (1815-1903) foi historiador, advogado e político bonaerense. Participou da Assembleia Constituinte em 1853, foi reitor da Universidade de Buenos Aires entre 1874 e 1877 e deputado nacional entre 1876 e 1879.

⁴⁵⁴ Poeta, periodista e político de origem brasileira, Olegário Andrade (1839-1882) foi companheiro de Julio Roca no Colégio de Concepción del Uruguay e deputado nacional a partir de 1878.

⁴⁵⁵ H. Cámara de Diputados de la Nación – Dirección de Información Parlamentaria. "51ª Sesión Ordinaria del 13 de Setiembre de 1878". In: Diario de Sesiones de la Cámara de Diputados, pp.251-252, grifo meu. ⁴⁵⁶ Idem, p.252.

Nesse sentido, considerou-se que a transformação do rio Negro em base de operações militares sem a prévia "limpeza" do território significaria "entregar las fronteras pobladas á las depredaciones de las tribus bárbaras de la pampa central, dejando á retaguardia dos enemigos, el indio y el desierto"⁴⁵⁷.

O próprio Ministro da Guerra e Marinha frisou que a postura "benévola e humanitária" do governo nacional perante os indígenas estaria restrita àqueles que se dispusessem a abandonar sua vida de "roubo e pilhagem" para viver sob o amparo das leis republicanas. Em circunstâncias contrárias, seria legítimo o emprego da força bélica visando isolá-los na outra margem do rio Negro ou submetê-los forçosamente. De ambas as formas, o sucumbir da raça indígena ante a superioridade da raça branca era apresentado por Roca como realidade irrefutável:

"Tal vez ahora cinco ó seis años ó cuando se dictó la ley [215], en que las fronteras estaban muy cerca de las poblaciones, en que el Rio Negro estaba muy distante, en que los indios imponían mayor temor á nuestras tropas y eran en mayor número, tal vez en esa época no se hubiera podido realizar la operación, hubiera sido más difícil, más onerosa; pero ahora hemos conseguido grandes ventajas sobre los indios: ahora tenemos el perfecto conocimiento del territorio que habita. No hace muchos años que para ir diez leguas fuera de fronteras, era necesario un ejército, artillería, y dos o tres mil hombres; ahora, un cabo con diez soldados se va al último toldo, á la última guarida de los indios e impone allí las armas nacionales" 458

É de extrema relevância destacar que, ainda que defendesse o abandono da política de fronteiras estabelecida pela Lei nº752, Roca insistiu na imprescindibilidade dos progressos obtidos por Adolfo Alsina para o sucesso da futura expedição militar ao Deserto. Apesar das fragilidades estratégicas apresentadas pelo sistema precedente, reconheceu que os povoados de Carhué e Guaminí serviriam de base para o avanço do Exército em território indígena:

"El doctor Alsina nos ha puesto en la mitad del camino y puedo decir al Congreso que si yo, al recibirme del Ministerio, no hubiese encontrado ese trabajo hecho, en vez de haber venido á pediros un millón y medio, hubiera pedido diez o más millones, que tal importancia les doy á estos trabajos. Lo realizado durante los primeros años de la Presidencia del doctor Avellaneda, ha venido á hacer posible y fácil esta grande aspiración pública" 459

⁴⁵⁷ Idem, p.252.

⁴⁵⁸ H. Cámara de Diputados de la Nación – Dirección de Información Parlamentaria. "2ª Sesión de Prórroga 3 de Octubre de 1878". In: Diario de Sesiones de la Cámara de Diputados, p.627, grifo meu.

⁴⁵⁹ Idem, p.631.

Ao interpretar a campanha militar organizada por Alsina como uma fase preparatória para a Conquista do Deserto, Roca deixou transparecer a possibilidade de harmonização das duas propostas estratégicas visando fundi-las em uma mesma empreitada. Segundo o general, ao assegurar a preservação do terreno, a manutenção dos fortes militares e a desarticulação dos grupos indígenas, a política de Alsina fora fundamental para uma ação ofensiva bem sucedida.

A sanção da Lei nº 947 deu-se em 4 de outubro de 1878, instituindo oficialmente a realização da Campanha do Deserto. Segundo o programado, entre abril e junho de 1879 partiria da linha de fronteira legada por Adolfo Alsina um Exército Expedicionário, composto por 6.000 soldados agrupados em cinco divisões. Além do Ministro da Guerra e Marinha, estariam no comando da expedição os militares que haviam participado da "batida geral do território indígena".

A 1ª Divisão, liderada inicialmente por Roca e posteriormente por Conrado Villegas, deixaria Carhué com destino à ilha de Choele Choel, no rio Negro. A 2ª Divisão, comandada por Nicolás Levalle, alcançaria as Salinas Grandes; a 3ª Divisão, a cargo de Eduardo Racedo, atingiria as proximidades da Lagoa de Leuvucó, habitada pelos ranqueles. A 4ª Divisão, sob responsabilidade de Napoleón Uriburu, chegaria ao rio Neuquén com o objetivo de bloquear a fuga dos indígenas para o Chile. Por fim, a 5^a Divisão, comandada por Hilario Lagos, vagaria pelos Pampas buscando descobrir refúgios e localizar fugitivos⁴⁶⁰.

A aprovação da Lei nº 947 e os preparativos da expedição ao Deserto repercutiram na imprensa bonaerense. Voz dissidente, El Nacional expressou suas considerações a respeito da empresa de trasladação da fronteira ao rio Negro:

"No habrá plata; pero se llevará adelante la empresa, como si la hubiera, bien así como el Congreso o las Legislaturas autorizan usar del crédito para llevar a cabo proyectos para los cuales no proveen nuevas rentas. No sería esta ocasión de observar un hecho que va tomando cada día proporciones alarmantes. La República Argentina es el país más despoblado del mundo, dada la extensión territorial y el número de habitantes. Uno de estos ocupa dos kilómetros. La ocupación del Sur, como la del Chaco, introduciendo nuevos territorios para poblar tiende a dispersar más y más las poblaciones y por tanto las atenciones del gobierno. Esto debilita su acción a la distancia, y aumenta los gastos en lo mismo poblado, pues los rieles del ferro-carril que atraviesan un centenar de leguas vacías, han de ser pagados por el fruto del trabajo cosechado en su extremidad, lo que lo encarece en extremo",461.

⁴⁶⁰ Ver anexo 24.

⁴⁶¹ El Nacional, nº 9782, 06/03/1879, grifo meu.

Estimando um prazo de dois anos para que o país se restabelecesse financeiramente, o periódico vislumbrou no adiamento da campanha de Roca uma forma de evitar o acúmulo de despesas que viessem a comprometer a administração estatal. Considerou que a desestruturação das tribos empreendida em 1878 havia contribuído para o apaziguamento das fronteiras internas, permitindo que o governo agisse com cautela e parcimônia em relação a essa questão.

El Nacional previu que as tropas militares estabelecidas no rio Negro, ainda que bloqueassem os caminhos pelos quais era transportado o gado roubado até o Chile, seriam ineficazes no resguardo da fronteira que se estendia de San Luis ao sul de Buenos Aires. Assim sendo, julgou que a imensidão do território tornaria, em termos estratégicos, a "batida geral do território indígena" mais eficaz do que a ocupação do rio Negro na segurança das populações fronteiriças:

"La parte brillante de los hechos y armas, lo que ha bastado y sobrado para dar notoriedad a un hombre, ha pasado ya, en el sostenido y el feliz impulso dado a la persecución de los indios salvajes. Estos han sido destruidos, en parte, y los restos de tribus, dispersas u congregadas en puntos nuevos, quedan necesariamente, por la naturaleza de la sociedad salvaje, inhabitadas para rehacerse de sus quebrantos nunca, y mucho menos para recuperar el espíritu agresivo, que los hacia antes un motivo de zozobra para los habitantes del país civilizado".

De um modo geral, as considerações de *El Nacional* foram rechaçadas pela opinião pública, que demonstrava indícios da gratidão e da admiração nutridas por Roca e seus companheiros. Porta voz do entusiasmo que contagiara a nação argentina, o Presidente da República dirigiu ao Exército Expedicionário palavras de apoio e incentivo, antes que este se internasse uma vez mais em meio ao Deserto:

"Estás llevando a cabo con vuestros esfuerzos una grande obra de civilización, a la que se asignaban todavía largo plazos. La pericia y abnegación militar se adelantan al tiempo. Cada una de nuestras jornadas marca una conquista para la humanidad y para las armas argentinas. El país agradecido os reconoce esta doble gloria. Después de muchos años, la guerra sobre el indio sale del terreno de las hazañas oscuras, y hay a vuestras espaldas todo un pueblo que victorea a los vencedores. No se perderá la ruta que habéis trazado sobre el desierto desconocido. Por los rastros de las expediciones se encaminará en breve el trabajo a recoger el fruto de vuestras victorias abriendo nuevas fuentes de riqueza nacional al amparo de vuestras armas, nunca habrá sido más fecunda la misión del Ejército Argentino. Soldados del Ejército Expedicionario: El Gobierno está satisfecho de vuestra conducta, y pronto quedará asegurado el éxito final. Mientras tanto, os envío mis felicitaciones y os anuncio que en el próximo periodo legislativo solicitaré del Honorable Congreso una condecoración conmemorable de este grande hecho que se llamará en la historia: La conquista de la Pampa hasta los Andes" 463.

⁴⁶² Idem, grifo meu.

⁴⁶³ El Nacional, nº 9782, 06/03/1879, grifo meu.

Enquanto chefe do Exército, Roca também pronunciou-se na ocasião da abertura da marcha expedicionária sobre o rio Negro:

"Con asombro de todos vuestros conciudadanos, en poco tiempo habéis hecho desaparecer las numerosas tribus de la Pampa que se creían invencibles con el pavor que infundía el desierto y que eran como un legado fatal que aún tenían que trasmitirse las generaciones argentinas por espacio de siglos. Cuando la ola humana invada estos desolados campos que ayer eran el escenario de correrías destructoras y sanguinarias, para convertirlos en emporios de riquezas y en pueblos florecientes, en que millones de hombres puedan vivir ricos y felices, entonces recién se estimará su verdadero valor el mérito de vuestros esfuerzos. Extinguiendo estos nidos de piratas terrestres y tomando posesión real de la vasta región que los abriga, habéis abierto y dilatado los horizontes de la patria hacia la comarca del Sud, trazando por decirlo así, con vuestras bayonetas, un radio inmenso para su desenvolvimiento y grandeza futura" 464.

Fica evidente que a "extinção dos piratas terrestres" e a "ocupação real do território que os abrigava" eram interpretadas por Avellaneda e Roca como elementos de civilização, que assegurariam o êxito da "conquista dos Pampas até os Andes". Confirmando a legitimidade da *Campanha do Deserto*, um dos autores de *La Tribuna* afirmou: "Quedan aún michos miles de lanzas en el desierto, pero los brazos que las sostienen tiemblan de terror, y no oponen la menor resistencia. Nunca es más urgente llevar la frontera al Rio Negro, para consumar la obra, con tan buen éxito emprendida" O mesmo periódico direcionou duras críticas a El Nacional:

"Ese diario aconseja el aplazamiento de la operación por tiempo indefinido. Para que se han hecho tantos sacrificios entonces? Si se deja a los indios sin arrojarlos a la otra orilla del Rio Negro, volverán a reunirse mañana, libres del pánico que hoy domina y a volver a tener en jaque las campañas. Habrán quedado aun cinco mil indios en la Pampa. Vendrán de las faldas de los Andes, de donde vino Namuncurá años atrás, otros miles de indios, porque la Pampa es un criadero, y volverá la Nación a distraer ejércitos y gastar millones en defender las fronteras. El remedio propuesto por El Nacional no es prudente ni patriótico. Importaría lo mismo que decir a un enfermo a la mitad de la curación: esperad a que recrudezca la enfermedad para curarla" 466.

O passo a passo da expedição organizada por Roca pôde ser acompanhado de perto pelos leitores assíduos. Diariamente, eram publicados relatos de viagem dos correspondentes que integravam as divisões militares, assim como documentos

⁴⁶⁴ La Tribuna, nº 8604, 29/04/1879, grifo meu.

⁴⁶⁵ La Tribuna, nº 8514, 12/01/1879, grifo meu.

⁴⁶⁶ Idem, grifo meu.

oficiais que retratavam em detalhes os triunfos obtidos sobre os indígenas. Não é surpreendente, entretanto, que a chegada do Exército Expedicionário ao rio Negro tenha sido o fato ao qual se conferiu maior destaque nas páginas dos periódicos e na própria vida política do país. A respeito de tal acontecimento, o correspondente de *La Tribuna* celebrou:

"A pesar de obstáculos y dificultades la palabra del General Roca se ha cumplido y desde ayer la bandera nacional se levanta majestuosa en donde hace poco tiempo retumba el alarido del salvaje. La barbarie ha cedido el paso a la civilización, y estos fértiles campos bendecidos por la providencia, han dejado de ser dominio del indio para transformarse pronto en florecientes colonias" 467.

A Remigio Lupo, correspondente de *La Pampa*, parecia impossível conter a ansiedade que provinha do desejo de alcançar com brevidade a "tão famosa ilha de Choele Choel". Em 24 de maio, o coração que "palpitava com violência" enfim obteve seu alento:

"Por fin, a las cuatro de la tarde habíamos llegado al final de nuestra jornada! ¡Qué naturaleza tan esplendida! ¡Que paisajes tan imponentes! ¡Que cuadros tan magníficos! Todo parecía dispuesto por la mano del Hacedor para recompensar nuestras fatigas, con el deleite de tanta magnificencia [...] Nada de cuanto le diga, podrá darle a Ud. una idea, siquiera incompleta, de lo magnifico, de lo bello, de lo grande, de lo hermoso de este paraje y de la vista que ofrece. Dios, sin duda, se ha esmerado en la confección de esta parte de su grandiosa obra, para recompensar así los afanes de los que han llevado a cabo la atrevida empresa de venir a levantar en las márgenes del Rio Negro la muralla que ha de separarnos de la barbarie y que ha de poner un dique a sus depredaciones".

Nesta mesma ocasião, Julio Roca proferiu um discurso marcado pelo entusiasmo de haver concluído uma importante etapa do processo de territorialização. Deve-se lembrar que enquanto as colunas laterais assumiram a função de submeter os indígenas que haviam subsistido às incursões de 1878, a coluna comandada por Roca não se deparou com indígenas ao longo de seu trajeto. Fora organizada com o intuito de assumir a função de uma "parada militar, que fundava uma visão da campanha de 1879 como "posse espetacular" do Deserto⁴⁶⁹. O general atribuiu um valor simbólico tão forte à expedição, que se destacou à frente de sua coluna para

⁴⁶⁷ La Tribuna, nº 8656, 10/06/1879, grifo meu.

⁴⁶⁸ La Pampa, nº 1813, 11/06/1879, grifo meu.

⁴⁶⁹ Cf. Héctor Alimonda e Juan Ferguson. "Imagens, 'deserto' e memória nacional. As fotografias da campanha do Exército argentino contra os índios – 1879". In: Angela Mendes de Almeida, Berthold Zilly e Eli Napoleão de Lima (org). **De sertões, desertos e espaços incivilizados**. Rio de Janeiro: FAPERJ, MAUAD, 2001. Não foi circunstancial o fato da 1ª Divisão ter sido a única a sobreviver ao registro fotográfico: atendia-se assim simultaneamente às exigências da autocelebração e da certificação da efetividade de uma campanha cuidadosamente planejada.

ter certeza de que estaria em Choele Choel no dia 25 de maio, data do aniversário da revolução de 1810. Foi quando dirigiu às tropas a seguinte fala:

"Este día de Choele Choel es digno día siguiente de aquel [grande dia de 1810], porque inaugurar el dominio de la civilización aquí donde la barbarie ha reinado tres siglos, es lo que verdaderamente puede llamarse continuación de la tarea principiada el 25 de Mayo de 1810'. Fuimos entonces libres e independientes; damos ahora el paso más trascendental de nuestra soberanía adquirida".

Dois meses mais tarde, a mesma simbologia do 25 de maio seria recuperada por Conrado Villegas durante a solenidade de fundação do povoado "Nicolás Avellaneda":

"El 25 de Mayo nuestras armas saludaron a la costa de este rio al sol que alumbró a nuestros padres en 1810, al proclamar la libertad americana. Ese glorioso aniversario ha recibido el mejor testimonio que los hijos de los héroes de Mayo pudieron dedicarle. La conquista del desierto, tan anhelada por toda la República, se ha llevado a cabo sin sacrificios para ella y reportándolo honra, gloria y provecho. Estas comarcas ayer no más desiertas y las que solo se oía la grita del salvaje en sus orgias, después de una campaña de devastación llevada a cabo sobre tranquillas poblaciones, en las que sembraban la ruina y exterminio, pronto serán pobladas por miles de hombres que encontrarán en ellas el bienestar para ellos y sus hijos. Todo lo debemos esperar de la civilización y del genio de la humanidad"⁴⁷¹.

Os habitantes das províncias fronteiriças, afrontados pelos *malones* durante décadas e desejosos da aquisição de novos territórios para a expansão da economia ganadeira, expressaram abertamente sua gratidão a Roca ao término da Campanha do Deserto. Tal foi o caso dos liberais de Mendoza, cuja mensagem de felicitação foi publicado por *La Tribuna*

"Los miembros del partido liberal de Mendoza que suscriben se complacen en saludar al General Roca, y agradecen en nombre de esta provincia el servicio que acaba de prestar a la Republica. Quince mil leguas de territorio importan para los argentinos la empresa que con tanta habilidad acaba de llevar a cabo, y la conclusión de la incesante alarma en que los salvajes tenían a los pobladores de nuestra campaña. V. E ha saludado al Sol de Mayo en las márgenes del Rio Negro. Hoy, al saludar al Sol de Julio hemos compartido ese saludo con el General Roca. Porque si en el primero brotó el grito de libertad en la plaza de Buenos Aires, en el segundo empezamos nuestra organización política, y la empresa que acaba de llevarse a cabo era necesaria para consolidarla, garantiendo la propiedad rural, fuente de nuestra riqueza y bien estar"472

⁴⁷⁰ Julio Roca apud Juan Carlos Walther. **La conquista del desierto: síntesis histórica de los principales sucesos ocurridos y operaciones militares realizadas en la pampa y Patagonia, contra los indios (años 1527-1885)**, op.cit, p.257, grifo meu.

⁴⁷¹ *La Pampa*, n° 1853, 30/07/1879, grifo meu.

⁴⁷² La Tribuna, n° 8664, 12/07/1879, grifo meu.

Por meio de um telegrama popular, os portenhos também registraram suas homenagens a Roca:

"En el gran día de la patria habéis elevado y saludado la bandera que escaló los Andes sobre las márgenes del lejano Rio Negro y del Neuquén, después de haber extirpado al salvaje que antes amenazaba las poblaciones cristianas y se creía dueño absoluto del inmenso desierto, territorio conquistado en que caben tres provincias. Ocho mil indios pampas muertos o prisioneros rescatando trescientos de nuestros compatriotas, cuya cautividad era un oprobio, son los resultados de los triunfos, que han destruido el poder bárbaro que antes detenía las fuerzas de la Nación esterilizadas en las líneas sedentarias de una frontera abierta que burlaba constantemente el salvaje. Más de quince mil leguas de fértiles territorios conquistados para la grandeza de la Nación Argentina y el hospedaje generoso de las generaciones presentes y futuras de la civilización universal es un momento colosal de gloria que se impone a la gratitud de los presentes, y al aplauso de la historia. **Esta resuelto el problema de tres siglos cuya resolución emprendió con decisión del genio vuestro predecesor del ilustre Adolfo Alsina**" 473

Além do emprego de uma linguagem enaltecedora, que convertia o Ministro em "herói nacional", destaca-se no trecho acima a menção feita a Adolfo Alsina, a quem era atribuída a imagem de antecessor de Roca. A este respeito cabe um último comentário. Recorrente na documentação analisada, a ideia de que Alsina teria sido o verdadeiro iniciador do plano de segurança das fronteiras — nas palavras de Conrado Villegas, aquele que "nos enseñó el caminho del desierto" — nos leva a matizar as diferenças entre as políticas de territorialização que se sucederam na década de 1870 na Argentina. Nos permite pensar que estas consistiriam em práticas ofensivas com graus de intensidade distintos. Afinal, ambas as empresas se propunham ao mesmo resultado final — a conquista de territórios —, ainda que divergissem quanto a aceleração que desejavam imprimir à marcha do progresso, o que, não se pode negar, teria implicações distintas para a superveniência dos nativos no país.

Tal percepção nos permite propor uma nova linha de interpretação, segundo a qual a adoção de uma linguagem política que à época radicalizava e polarizava as diferenças entre os dois projetos de expansão territorial em jogo consistiu em uma estratégia discursiva. Ao atribuírem um perfil defensivo e ineficaz à política de Alsina, aqueles que ansiavam pela imediata resolução da questão de fronteiras no país talvez buscassem reduzir o caminho para a chegada de Roca ao Ministério da Guerra e tornar legítima a política expansionista de tom mais agressivo e menos conciliador.

⁴⁷³ La Tribuna, nº 8647, 01/06/1879, grifo meu.

⁴⁷⁴ *La Pampa*, n° 1820, 30/06/1879.

Além de trazer consequências devastadoras para as comunidades indígenas pampeanas, a "Campanha do Deserto" abriu caminho para que Julio Roca adquirisse apoio da opinião pública e dos setores políticos para estender seu projeto de territorialização à espacialidade compreendida entre os rios Neuquén e Limay e o lago Nahuel Huapi.

Anexos - Capítulo 4

Imagem 22 – Perfil da *zanja* projetada por Alfred Ébélot a pedido de Adolfo Alsina. As medidas expostas correspondem à dimensão real assumida pela *zanja*

Fonte: WALTHER, Juan Carlos. La conquista del desierto: síntesis histórica de los principales sucesos ocurridos y operaciones militares realizadas en la pampa y Patagonia, contra los indios (años 1527-1885). Buenos Aires: Círculo Militar, 1948.

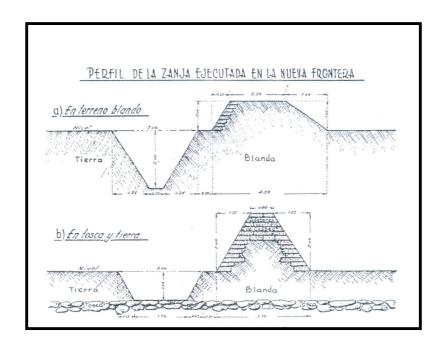


Imagem 23 – O mapa abaixo retrata a evolução da linha de fronteira leste e centro oeste entre os anos de 1850 e 1870. Em destaque, a extensão alcançada pela *zanja* de Alsina

Fonte: SARASOLA, Carlos Martínez. Nuestros paisanos los indios: vida, historia y destino de las comunidades indígenas en la Argentina. Buenos Aires: Emecé Editores, 1992.

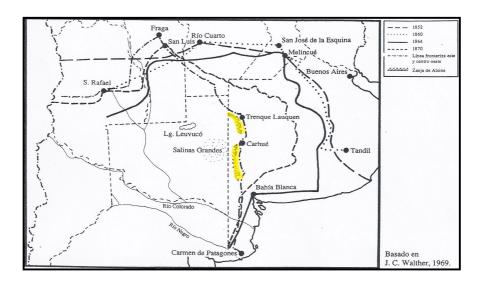
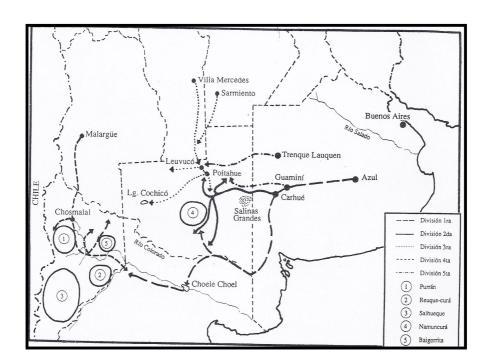


Imagem 24 – O mapa abaixo retrata o trajeto percorrido pelas cinco Divisões militares responsáveis pela Conquista do Deserto em 1879 e a localização dos principais caciques indígenas

Fonte: SARASOLA, Carlos Martínez. Nuestros paisanos los indios: vida, historia y destino de las comunidades indígenas en la Argentina. Buenos Aires: Emecé Editores, 1992.



6. "E a civilização brota". Da consolidação da linha do Toltén à refundação de Villarrica

"Mira, Coronel; preferimos morir todos con la lanza en la mano y no asesinados en nuestras casas por tus paisanos. No tenis, pues razón, Coronel, para reprenderme, ni para castigarme" 475

6.1. A suspensão dos trabalhos na linha do Toltén e a perpetuação da guerra na Araucania

Os resultados inconclusivos obtidos pelo Parlamento de Huipinco, em fins de 1869, confirmaram as fragilidades do plano traçado por Cornelio Saavedra. Como mencionado, este consistia na ocupação da linha do rio Toltén até Villarrica, no intuito de vigiar os caminhos da Cordilheira dos Andes, que serviam não apenas como refúgio para os índios rebeldes, mas também como via de comunicação com os Pampas argentinos. Dominar permanentemente o "coração" da Araucania era interpretado como o único meio de concluir a questão de Arauco⁴⁷⁶.

Por essa razão, em janeiro de 1870 foi confiada a Manuel Olascoaga a organização de uma comissão destinada ao reconhecimento dos caminhos que conectavam a província de Valdívia a Villarrica. O militar argentino, que viveu exilado no Chile até 1873 havia participado ao lado de Cornelio Saavedra de expedições à Araucania. Tal experiência lhe serviria de base para a elaboração de propostas de ocupação dos Pampas e da Patagônia e lhe renderia os cargos de Secretário do Quartel Geral Expedicionário e Chefe do Gabinete Militar do general Julio Argentino Roca durante a Campanha do Deserto, em 1879.

Dentre as apreciações apresentadas por Olascoaga, destacou-se a confirmação da importância estratégica da linha militar do Toltén, em virtude da relação geográfica mantida entra ela e a fronteira projetada pela República Argentina no rio Negro. Olascoaga reforçou a ideia de que a ocupação de Villarrica seria uma précondição para a criação de uma linha interoceânica de comunicação, fortificação e

Ver anexo 25.

⁴⁷⁵ Mapuches a Gregorio Urrutia apud Ricardo Fernando Keun. Y así nació la frontera: conquista, guerra, ocupación, pacificación. 1550-1900, op.cit, p.556.

proteção mútua entre Chile e Argentina, já que possibilitaria o bloqueio dos caminhos existentes entre a Cordilheira dos Andes e os Pampas argentinos, frequentemente percorridos pelos nativos⁴⁷⁷.

Nas décadas seguintes, Manuel Olascoaga viria a constituir o principal defensor da proposta de realização de operações combinadas entre os exércitos dos dois países limítrofes, visando ao combate do "inimigo indígena" na cadeia andina. Esse pensamento encontra-se resumido na seguinte passagem de "Ocupación del território indígena", artigo de sua autoria publicado por *El Ferrocarril*:

"Hoy que el gobierno argentino va a traer su frontera sur al Rio Negro, ¿será posible que la de este lado no se complete por la línea acordada del Toltén que está en su mismo paralelo? Cuándo va a ganar ambos países el día que puestos en combinación el paso de Villarrica, estorben a los indios araucanos i de pampa la guarida de impunidad i de latrocinio que ambas razas tiene detrás de la cordillera? [...] i pensar que así como en otro tiempo estos dos países se unieron bajo una sola bandera contra opresores europeos, puede producirse nuevamente la ocasión de coligarse hoy contra los bárbaros araucanos i de la pampa en una sola línea de frontera que comience en la boca del Toltén, entrelace las dos banderas en Villarrica, i siga por el Rio Negro hasta el Atlántico" 478

No início do ano de 1870, a incerteza suscitada pela inexistência de um acordo formalizado entre os mapuche e as forças nacionais chilenas era agravada pela aliança estabelecida entre os caciques *arribanos* Quilapán, Quilahueque e Montri de Perquenco e o aventureiro Orèlie Antoine, que havia novamente ingressado em território araucano.

Em uma nova tentativa de obter o consentimento dos agrupamentos indígenas da região para o avanço da linha do Toltén, assim como de apartá-los da influência exercida pelos *arribanos*, Saavedra convocou os caciques de Boroa, Huílio, Maquehua, Llaima, Allipén, Villarrica, Panguipulli e Imperial para a celebração de um Parlamento em Toltén, nos dias 21 e 22 de janeiro de 1870. Segundo a avaliação da situação traçada por *El Ferrocarril*

"...éste [Quilapán] se contraía a espresarles [aos índios] que, si habían salido mal en la guerra anterior, era por falta de unión i de recursos; que en esta vez tenía amigos poderosos en su apoyo; que esperaba mayores fuerzas, i que si todo le prestaban sus lanzas i su decidida voluntad, estaba seguro de desbaratar no solamente todos los nuevos campamentos del gobierno en la tierra, incluso la línea del Malleco, sino que reconquistarían sus antiguos dominios hasta la Laja i llegarían, si es posible, a la dominación de Chillán, que por lo pronto era indispensable i de primer necesidad oponerse con toda enerjia a la continuación de la línea militar del Toltén,

 ⁴⁷⁷ Manuel Olascoaga a Cornelio Saavedra, 19 de fevereiro de 1870. In: Cornelio Saavedra. Documentos relativos a la ocupación de Arauco, op.cit, pp.230-235.
 ⁴⁷⁸ El Ferrocarril, nº 4608, 18 de agosto de 1870.

atravesándose en ella hasta morir, mientras se preparaban las demás operaciones, etc, etc. 479

Ainda de acordo com o periódico santiaguense, na ocasião Saavedra teria buscado persuadir os mapuche de suas intenções benéficas e pacíficas, ressaltando "os propósitos amistosos e humanitários do governo, que atuava como verdadeiro pai de seus filhos", Em contrapartida, teria exigido aos caciques, como prova de fidelidade e submissão, a entrega de um de seus filhos ao Estado chileno, que assumiria a responsabilidade por sua educação.

Segundo Saavedra, a proteção mútua entre os chilenos, sem exceção de raças, conteria as depredações *arribanas* e as pretensões de dominação estrangeira na região. Embora tal discurso estivesse visivelmente dissociado de qualquer garantia de realização prática – o que pode ser concluído pela falsa promessa de que a ocupação da Araucania "não comprometeria minimamente a independência e as propriedades indígenas" –, ao que tudo indica foi capaz de mobilizar os nativos. *El Ferrocarril* traçou projeções bastante promissoras a partir do apoio prometido pelos caciques à fortificação da linha sul do Toltén até Villarrica e à atuação de Saavedra contra Quilapán e Orèlie:

"Nunca se habría presentado en la frontera una oportunidad tan favorable i eficaz para ocupar con ostensible i reconocido derecho lo más precioso i estratéjico del territorio indígena. Un corto i poderoso esfuerzo haría talvez en dos meses terminar con Orelie, con Quilapán i con las demás dificultades de indios que tanta plata han hecho i harán gastar a la nación si no se adopta la ocasión con las circunstancias favorables que depara..."

No que diz respeito à nova presença de Orèlie Antoine em meio aos *arriba-nos*, esta permanecia sendo objeto de interpretações controversas. *El Meteoro*, por exemplo, questionou a veracidade das informações divulgadas pela imprensa francesa, segundo a qual Orèlie comandaria um "exército composto por 2000 homens". Além disso, desdenhou de sua capacidade de reinar, atribuindo exclusivamente a Quilapán o protagonismo sobre a organização da resistência mapuche. O diário de Los Ángeles restringiu-se a ridicularizar a figura do francês, chegando a colocar em cheque sua sanidade mental:

"Cuando sueña debe imajinarse sentado bajo en dosel reguarnecido de piedras preciosas. Su cetro ostentando en bruto las magnificencias con que la naturaleza dotó

⁴⁷⁹ El Ferrocarril, nº 4443, 2 de fevereiro de 1870.

⁴⁸⁰ Idem.

⁴⁸¹ Idem.

las entrañas de aquel Eden. Rodeado de un consejo de ministros; franceses por cierto. Distribuyendo a cada uno de los jefes las órdenes jenerales que se deben impartir a todo el ejército. No de 2000 hombres, como creen en Francia, sino de 12 mil como aparece un sus visiones. Interroga Orelie a un Ministro de Hacienda i este dice a su majestad: hai un caja en remanente de diez millones de pesos. Robustecida de esta manera la idea de Orelie; reina todas las noches que está condenado a soportar entre los indígenas. Cuando despierta en medio de la claridad del día, ya es otra cosa mui distinta. Cada día que viene es el desengaño de la noche anterior. En vez de hallarse bajo un precioso dosel, se encuentra bajo una tosca choza ennegrecida por el humo. En lugar de recrearse en la magnificencia de su cetro contempla la vista de un sucio coligüe que le sirve de báculo. Por un cuerpo de ministros franceses, le rodean varios indios que se entretienen en restregarse su gruesa cutis para sentir los goces de su entretención..."482

Em contrapartida, *El Ferrocarril* tratou com maior seriedade o assunto do retorno de Orèlie à Araucania. Para o diário, a gravidade da situação era considerável, já que o francês teria solicitado ao Chefe de Operações de Nacimiento, Orizombo Barbosa, que suspendesse todas as operações militares que transpusessem a linha do Malleco, sob pena de repeli-las com o uso da força. Por meio de nota, teria também comunicado ao Ministro das Relações Exteriores do Chile a fundação de um Estado soberano e a nomeação de um gabinete composto por franceses e indígenas, dentre os quais se encontravam Quilahueque, Quilapán e Montri⁴⁸³.

Ainda que as parcialidades indígenas aliadas às autoridades chilenas tivessem negado auxílio a Orèlie, tinha-se ciência de que o equilíbrio de forças mantido na fronteira era tênue e vacilante. As constantes sublevações *arribanas* na linha do Malleco e a expectativa de um levantamento geral das tribos *huilliches*, *abajinas* e *costinas* levaram o Poder Executivo a aprovar medidas drásticas que objetivavamfazer cessar o estado permanente de rebelião em que se encontravam as diversas tribos araucanas

José Joaquín Perez ordenou a paralização dos trabalhos na linha do Tolténe o deslocamento das tropas comandadas por Saavedra em direção à alta fronteira,

⁴⁸² El Meteoro, 2 de julho de 1870.

⁴⁸³ El Ferrocarril, n^o 4460, 22 de fevereiro de 1870.

onde poderiam atuar junto a José Manuel Pinto na hostilização dos índios rebeldes⁴⁸⁴. Além disso, decretou Estado de Assembleia⁴⁸⁵ nos departamentos de Angol, Nacimiento, Lebu e Imperial⁴⁸⁶, instituindo a pena de morte a todos que estabelecessem aliança com os índios sublevados. Por fim, solicitou ao Congresso a autorização para a conservação do reforço militar na linha do Malleco, mediante o aumento do exército permanente em 1500 homens e o investimento de 500 mil pesos.

Tais medidas, que na prática combinavam a declaração de uma guerra ofensiva contra os mapuche e o reforço da postura defensiva na linha do Malleco, estiveram longe de alcançar um consenso da opinião pública. El Ferrocarril comentou em tom pesaroso a suspensão temporária dos trabalhos na baixa fronteira em prol da organização de expedições punitivas contra as tribos⁴⁸⁷. Considerando tal estratégia incapaz de proporcionar a redução completa e permanente do território araucano, já que implicava o retrocesso das tropas até a antiga linha de fronteira, o periódico não mediu esforços para enaltecer a imagem de Cornelio Saavedra pela "verdadeira odisseia de avanço da linha de fronteira" realizada desde 1861:

"Todos saben que los parlamentos i la diplomacia no son sino un medio de obtener el gran resultado, sin esos sacrificios de sangre que duelen tanto más cuanto más infructuosos han sido i serán cada vez que se lleve la guerra sin combinación i sin el establecimiento previo de líneas estratéjicas de ataque i defensa que conviertan en nuestro provecho las ventajas decisivas que los indios tienen en la topografía misma de sus campos..."488

O plano de expansão territorial elaborado e conduzido por Saavedra é descrito por El Ferrocarril como diplomático e pacífico, ainda que a partir das informações apresentadas nos capítulos anteriores possamos relativizar a veracidade de tal afirmativa. Diante dessa observação, ressaltar os méritos e o "espírito superior"

⁴⁸⁴ Em carta enviada para o Ministro da Guerra Francisco Echáurren, em 2 de fevereiro de 1870, Saavedra comunicou a organização em Purén, sob as ordens do tenente coronel Maurício Muñoz, de "una división de las tres armas, compuestas de 600 hombres, más o menos, para que internándose en el territorio ocupado por los indios rebeldes, persiga a éstos y les cause el mayor daño posible en sus vidas e intereses, hasta obligarlos a someterse a las autoridades de la República, y a entregar al aventurero Antonio Orelie". Cornelio Saavedra. Documentos relativos a la ocupación de Arauco, op.cit, p.227.

⁴⁸⁵ Consiste em um estado de exceção, declarado pelo Presidente da República quando uma ou mais províncias encontram-se invadidas ou ameacadas em caso de guerra estrangeira. Nessa ocasião, o general-chefe do Exército adquire faculdades absolutas, podendo impor a seus bandos todo tipo de penas, às quais se encontram sujeitos todos os indivíduos que deles fazem parte.

486 Criados em junho de 1870, os departamentos de Lebu e Imperial eram governados, respectiva-

mente, por Gregorio Urrutia e Mauricio Barbosa.

⁴⁸⁷ El Ferrocarril, nº 4465, 27 de fevereiro de 1870. 488 Idem.

de Saavedra no trato com os índios pode ser interpretado como a estratégia discursiva empregada pelo periódico para criticar a administração de José Joaquín Perez e frisar as inconveniências do sistema de ocupação adotado no início de 1870:

"Las expediciones penetran al interior, pasan noches i días al sol, al viento i a la lluvia; atraviesan sus ríos caudalosos, andan distancias prolongas i vuelven después con el lado hasta la rodilla [...] Hacer fuego y arrear ganado con sus grandes ocupaciones. Sin embargo, se asegura que el ejército desempeña en Arauco una noble misión civilizadora. Pero el país no descubre cuál es esa civilización que quiere ostentar a los indígenas a la siniestra luz de sus chozas incendiadas i a los gritos dolorosos de las familias prisioneras" 489

Assinado por "uno que habla por los que callan", o artigo "La cuestión de Arauco" atribuiu às intrigas ministeriais a responsabilidade pelo prolongamento interminável do estado de guerra na Araucania. Frente a um cenário político hostil, a delegação de um papel secundário à eleição do plano de operações mais adequado para a redução dos mapuche é visto como

"el motivo porque en una parte, la más estensa de la frontera, se aumentan todos los días poblaciones cristianas, se mantienen en paz los indios, e gana siempre terrenos, se gasta poco i se hace todo con un número inferior de soldados; mientras que en la otra, de estensión reducida, con fuertes i torres a cada doce cuadras, i con un ejército i guardia nacional que puesto en fila talvez cubre todo el frente de la línea, no se avance un paso, se gastan grandes caudales".

El Ferrocarril desqualificou a ordem expedida pelo Poder Executivo para que Cornelio Saavedra abandonasse suas "pacíficas possessões" na baixa fronteira em prol da incorporação de sua divisão militar ao comando da alta fronteira. Considerava que o envio de expedições infrutuosas ao interior do território e a insistência no reforço do guarnecimento da linha do Malleco, sujeita a ataques de "inimigos irreconciliáveis", apenas debilitariam as possessões no litoral de Arauco e impediriam a conclusão dos trabalhos na linha do Toltén. Por essa razão, o periódico opunha-se à renovação da lei de agosto de 1868, que vinha sendo discutida no Congresso Nacional, e cria que "lo mejor seria mantener el status quo mientras la cámara reúne antecedentes para resolver la cuestión" 491.

El Meteoro também se demonstrou cético em relação às medidas propostas por José Joaquín Pérez. Considerou que a decretação do Estado de Assembleia nos

 490 El Ferrocarril, nº 4609, 13 de agosto de 1870.

⁴⁸⁹ Idem.

⁴⁹¹ El Ferrocarril, nº 4598, 6 de agosto de 1870.

departamentos fronteiriços atendia a interesses que superavam o desejo de reparação dos males causados pelas tribos rebeldes:

"Con el ejército, dice el Gobierno, me haré respetar; pero para que ese ejército ejecute con mis órdenes es preciso ponerlo fuera de la lei. A no hacerlo así, la obediencia no la creía segura. Estamos ciertos que en el ejército habrá muchos jóvenes liberales amantes a su patria i que no pueden mirar indiferentes la suerte de los más altos destinos patrios. Para privar el libre uso del derecho de sufragio de esa juventud; para que no aparezca el ejército proclamando con su votos otro candidato presidencial que el que apoye el Supremo Gobierno; para no tener a la mano falsos pretestos que puedan atemorizar a esa juventud independiente; para eso i para pedir al Congreso el aumento del ejército, so pretesto de la campaña, pudo haberse declarado el estado de asamblea a los departamentos fronterizos guarnecidos por tropas del ejército",492

Assim como *El Ferrocarril*, o periódico de Los Ángeles julgou que a questão de Arauco havia se convertido em fonte de recursos financeiros e em palco de disputas partidárias, acirradas pela proximidade das eleições presidenciais. Convencido de que a política de fronteiras no Chile consistia em uma "farsa ridícula" que servia de pretexto ao governo para consolidar seus interesses oportunos, o autor de "La campaña de Arauco" chegou a questionar: "¿No es raro que el Gobierno se fije hoy en la rebelión de los araucanos cuando pudo haberlo hecho tiempo atrás?"493.

As críticas proferidas por *El Meteoro* estenderam-se também à atuação de Francisco Echaurren Huidobro. Este era responsabilizado não apenas por transformar o Exército em um "corpo sem alma", mas também pelo "derramamento de sangue" ocorrido ao norte do rio Malleco e pelos poucos avanços obtidos pelo projeto de redução da Araucania. Nesse sentido, considerava-se que "el ejército apostado en la línea del Malleco i en algunos puntos de la costa solo ha servido para proteger el suelo que ocupa i para mantener en incesante alarma a los indios, que en otros tiempos dejaban siquiera largos intervalos de paz i tranquilidad para los habitantes de la frontera"494.

Segundo o diário, tais consequências seriam fruto do escasso envolvimento de Echaurren com a realidade fronteiriça: suas ordens eram ditadas a uma distância de mais de 200 léguas do teatro da guerra contra o índio. Tal postura, que se asse-

⁴⁹² El Meteoro, nº 179, 7 de maio de 1870.

⁴⁹³ Idem.

⁴⁹⁴ Idem.

melhava àquela identificada no Ministro argentino Adolfo Alsina, convertia os chefes de fronteira em meros executores da vontade de seus superiores, impedindo-os de exercerem o verdadeiro comando das operações militares. A respeito de tal situação concluía-se que "un Ministro que con sus restricciones ha comprometido la existencia de vidas e intereses que se le han confiado no merece la confianza de sus gobernados"⁴⁹⁵.

Por fim, *El Mercurio* também se posicionou contra a política de fronteiras conduzida por Pérez e Echaurren. O autor de "La epopeia de Arauco", por exemplo, expressou reservas quanto à liberação da verba solicitada ao Congresso Nacional para o guarnecimento do rio Malleco, frisando não apenas a incapacidade de Pérez de concluir a Pacificação da Araucania no prazo dos 14 meses que lhe restavam de governo, mas sobretudo que

"El país está harto ya de oir la algazara que la cuestión de Arauco ha promovido en los hombres del poder para arrancar de nuestros congresos concesiones de escudos y de soldados. Hartos, repetimos, estamos todos de ver como se han llevado los negocios en una cuestión que cada día, en vez de aclararse y simplificarse, como era necesario y hacedero, se ha ido embrollando más y más, hasta hacernos perder el tino en todo lo que a ella se relaciona" 496

Embora *El Mercurio* tenha até então se caracterizado pelo emprego de um discurso político que legitimava o uso da força armada para lograr a submissão dos mapuche à autoridade estatal, identifica-se em 1870 um notável esforço do periódico em criticar a perpetuação do estado de guerra na fronteira araucana. Essa transformação argumentativa evidencia uma vez mais o forte intercâmbio existente entre a linguagem política e o contexto histórico que lhe dá origem (e que por ela é também conformado).

É difícil crer que os autores de *El Mercurio* tenham, nesse curto espaço de tempo, incorporado um "olhar humanitário" em relação aos mapuche. Portanto, o discurso que ressaltava o caráter brutal das pilhagens e dos assassinatos cometidos pelas tropas nacionais parece ter sido um meio de desconstruir a eficácia da política de fronteiras implementada por José Joaquín Pérez e Francisco Echaurren. Para tanto, o diário condenou as propostas de aniquilação da Araucania e de seus habitantes, criticando as ideias defendidas por Benjamín Vicuña Mackenna na Câmara dos Deputados, em 1868:

⁴⁹⁵ El Meteoro, nº 190, 6 de agosto de 1870.

⁴⁹⁶ El Mercurio, nº 12939, 23 de julho de 1870.

"El tiempo, la civilización, cuya corriente impetuosa nada detiene, nos invadirá algún día, y ella sin bayonetas, ni cañones, ni jenerales, ni concesiones a gobiernos, penetrará en ese rincón inculto, y lo trasformará en una mansión de afortunados ciudadanos. Las razas no están hoy destinadas a extinguirse sino a mezclarse, a refundirse entre si formando nuevos elementos de vitalidad que sirven en el progreso infinito a la progresión ascendiente de la especie humana. En este supuesto no se decreta la extinción de una raza, ni exterminio de un pueblo, como se decretó la ruina de Cartago" 497

Enquanto isso, no meio militar, Cornelio Saavedra interpretou a repressão orquestrada pelo governo Pérez e a suspensão dos trabalhos na linha do Toltén como sacrifícios a serem exercidos em benefício do país. Contudo, na Memória de Guerra datada de julho de 1870, deixou claro que, ainda que considerasse imprescindível punir os *arribanos* por suas ações depredadoras, "la guerra llevada por el sistema de las invasiones de nuestro ejército al interior de la tierra indígena será siempre destructora, costosa y sobre todo interminable"⁴⁹⁸.

Dando continuidade a práticas como a queima de habitações, a segregação arbitrária das famílias e o roubo de gado, as ações do exército eram vistas pelo comandante de Operações da Costa de Arauco como "desmoralizadoras" e "odiosas", além de incapazes de reduzir os índios a uma obediência duradoura.

Sob a ótica da estratégia militar, Saavedra analisou a posição desvantajosa em que se encontravam as tropas em meio araucano. Segundo ele, as colunas que recorriam a região eram permanentemente flanqueadas pelos indígenas, os quais, aproveitando-se do conhecimento prático do território e dos obstáculos naturais, "van escabullidos como animales entre el ramaje, espiando las ocasiones para caer a mansalva sobre un individuo que se extravía, arrebatar el ganado o la caballada, o aprovechar un descuido en el natural descanso del ejército fatigado"⁴⁹⁹.

Em agosto de 1870, os deputados reunidos para discutir o projeto de reforço do guarnecimento da linha do Malleco receberam em mãos uma cópia de *Documentos relativos a la ocupación de Arauco*, publicação editada e financiada por Cornelio Saavedra. O intuito da compilação era ilustrar os resultados positivos até então obtidos pelo avanço da fronteira e prevenir os efeitos negativos que poderiam

⁴⁹⁹ Idem, p.212.

⁴⁹⁷ Idem

⁴⁹⁸ "Memoria que el Comandante en Jefe passa al Señor Ministro de Guerra el 1 de junio de 1870". In: Cornelio Saavedra. **Documentos relativos a la ocupación de Arauco**, op.cit, p..211.

ser acarretados pela eventual rejeição do projeto apresentado pelo Poder Executivo ao Congresso.

Em virtude de sua renúncia ao comando do Exército de Operações, Saavedra aproveitou a ocasião para emitir recomendações àqueles que por ventura dessem continuidade à obra de Pacificação da Araucania. Considerando que o norte do projeto deveria permanecer a ocupação pacífica do território e a regeneração de seus habitantes através da civilização, definiu da seguinte maneira o sistema de operações por ele implantado desde 1861:

"No ha sido, pues, un sistema de exterminio el que se ha planteado en Arauco, como lo han creído algunos, tomando las excepciones por regla; ni tampoco es un sistema de paz desarmada que se funda indiscretamente en las promesas de os salvajes y llega hasta la tolerancia de sus crímenes, como lo han imaginado otros, atribuyendo a lenidad o falta de energía, lo que no es sino un procedimiento justo y humanitario tratándose con gente ignorante, casi irresponsable; un procedimiento esencialmente obligatorio para nosotros que poseemos la fuerza mayor en todo sentido"500

Saavedra recusou-se a tomar por regra os embates sangrentos entre *criollos* e mapuche, ainda que estes tenham ocorrido de modo recorrente ao longo do processo de expansão territorial chileno. Conforme observa-se no trecho acima, uma vez mais lançou mão de uma argumentação que frisava o tratamento supostamente "suave e benigno" dispensado aos nativos pelo Exército nacional. Limitou as expedições punitivas aos casos de contenção das tribos rebeldes, contrapondo-se em termos discursivos a uma campanha de ocupação a "sangue e fogo". Tal pensamento lhe permitia apostar na possibilidade de uma redução total da Araucania baseada em táticas que mesclavam tratos amigáveis e a paz armada:

"He probado con hechos vigentes, bajo el punto de vista de las conveniencias y de nuestro propio honor las ventajas del sistema contrario [a la guerra de exterminio], es decir, el sistema de las ocupaciones progresivas, de hecho, llevadas en todo lo posible por las vías pacíficas, como lo he practicado en el Malleco, la costa y la línea del Toltén hasta ponerme al alcance de Villarrica. He demostrado que no tenemos necesidad de exterminar a los indios para reducirlos a nuestra obediencia; que poseemos ya demasiados elementos para hacer esta conquista de verdadera civilización sin derramar inútilmente la sangre de enemigos que no pueden hacernos competencia en los campos de batalla"501

Na apreciação de Saavedra, a paralisação das operações na fronteira era danosa por acarretar a perda da influência moral dos criollos sobre os índios, em um

⁵⁰⁰ Idem, p.243.

⁵⁰¹ Idem, p.257.

momento em que estes já estavam persuadidos da inevitabilidade do domínio estatal. Além disso, colocava em risco os avanços até então obtidos na Araucania: a fundação de 10 povoamentos de importância (Negrete, Mulchén, Angol, Lebu, Queule, Toltén, Chiguaihue, Collipulli, Cañete e Purén)⁵⁰²; a construção de 106.087 m² de edifícios fiscais e de 1.132 km de pontes sobre rios e córregos; os 229 km de caminhos terrestres cravados nas montanhas e a cobertura da extensão de 8.801 m com fossos nas distintas fortificações. Quanto a essa questão, foi taxativo: "O sostenemos lo que con tantos sacrificios hemos adquirido, manteniéndonos en la actitud que es indispensable sostener; o abandonamos lo que no volveremos a recuperar en muchos años, relegando a la barbarie o al dominio extranjero todo el territorio chileno desde el Biobío al Calle Calle"⁵⁰³.

Embora a publicação de Saavedra tenha obtido o efeito persuasivo desejado sobre os deputados, a aprovação da solicitação feita pelo Poder Executivo, por 47 votos contra 20, foi incapaz de conter a sublevação dos *arribanos*. No verão de 1871, Quilapán empreendeu uma ofensiva contra os colonos instalados na linha do Malleco, que mobilizou o maior número de *lanzas* de todo o período, contando com o apoio dos *salineros* de Namuncurá. Contudo, ainda que esta tenha sido uma demonstração do poderio militar dos nativos, foi também uma reação desesperada aos efeitos da guerra que se faziam sentir entre os indígenas.

O prolongamento dos conflitos na fronteira havia comprometido a prática agrícola e levado à perda de muitos animais, colocando em cheque a própria sobrevivência dos mapuche. Conforme constatou um artigo publicado por *El Meteoro*, "se dice que el hambre se presenta de una manera desoladora entre aquellos infelices. Han repetido con mucha frecuencia sus promesas de respeto i obediencia a nuestras autoridades" Dara o periódico, caberia ao governo aproveitar-se desse momento para "estudiar la situación humillante con que se presentan los indígenas en socorro de alimentación".

Embora muitos índios famintos e perseguidos tenham optado por firmar novos tratados de paz com as autoridades de fronteira ou por migrar para o território argentino, vimos que esse não foi o caso de Quilapán. O *longko* orquestrou, em 25

⁵⁰² Ver anexo 26.

⁵⁰³ Idem, p.247.

El Meteoro, nº 199, 8 de outubro de 1870.

de janeiro, o assalto à cidade de Collipulli e numerosos ataques parciais, que envolveram cerca de 1000 nativos.

Todavia, a resistência de 300 homens organizada pelo tenente coronel José Vicente Arredondo e pelo tenente David Marzán contou com uma inovação tecnológica a seu favor. Conforme elucida José Bengoa, a utilização da carabina de repetição Spencer, arma até então desconhecida pelos mapuche, desequilibrou as forças no campo da guerra em prol dos *criollos*: "Al primer disparo de los soldados, los mapuches salieron de sus escondites y se abalanzaron al cuerpo a cuerpo. La costumbre preveía que allí los soldados debían recargar; el pánico fue grande cuando vieron que no había recarga, sino disparo continuo" 505.

A partir de então, assim como acontecera na Argentina, um pequeno grupo de soldados tornou-se capaz de conter uma grande quantidade de indígenas munidos de lanças e boleadoras. O balanço do conflito feito por José Manuel Pinto confirma essa nova realidade: foram 1800 disparos, 2 mortos e 6 feridos do lado *criollo*; já entre os mapuche, calculam-se 12 mortos e mais de 100 feridos⁵⁰⁶.

Após a derrota parcial sofrida, Quilapán enviou uma correspondência a Orizombo Barbosa, então comandante do 8º batalhão, no intuito de negociar novos termos para o relacionamento entre os *arribanos* e o Estado chileno. Além de noticiar sua ruptura com Orèlie Antoine, dizendo-se "bastante desenganado do francês" e referindo-se a ele como "personagem embusteiro", ressaltou a amizade e a estima que nutria por Barbosa, dada a sua promessa de respeitar seus índios e não lhes causar nenhum dano⁵⁰⁷. Todavia, sobre a proposta de paz que teria recebido de um dito "senhor Solar", Quilapán afirmou:

"Estoy trabajando con algunos caciques para que vayan a Huequén a ver si pueden hacer la paz; ya están mui animados en el particular. Según lo que digan los jefes del Malleco, iré yo a concluir la paz, pero, cuando me quieran volver las tierras donde me dejaron viviendo mis padres i donde murieron con ellos mis antepasados! Amigo, mucho he sufrido; pero no estoi cansado i si no hago la paz haré la guerra, i cuando ya no me queden mocetones i caballos me iré al otro lado de la cordillera a implorar de los otros cabezas para ayuda para volver con más fuerza i más grupo" 508

⁵⁰⁵ José Bengoa. **Historia del pueblo mapuche**, op.cit, p.246.

⁵⁰⁶ José Manuel Pinto ao Ministro da Guerra, 26 de janeiro de 1870 apud José Bengoa. **Historia del pueblo mapuche**, op.cit, p.245.

⁵⁰⁷ José dos Santos Quilapán a Orizombo Barbosa, 9 de março de 1871 apud José Bengoa. **Historia del pueblo mapuche**, op.cit, p.247.

⁵⁰⁸ Idem.

Em seu discurso, o *longko* revelou-se reticente quanto à real possibilidade pacificação da Araucania: já havia recebido muitas propostas de paz, mas na maior parte das vezes sentira-se enganado e desrespeitado pelos *criollos*. Ademais, a paz era para ele indissociável do reconhecimento da soberania dos territórios indígenas ancestrais: deixou claro que, caso esse termo não fosse acordado pelas autoridades nacionais, não hesitaria em aconselhar os caciques à resistência e à guerra. Ao fim e ao cabo, nenhum tratado de paz chegou a ser firmado na ocasião.

Em 1871, Federico Errázuriz Zañartu foi eleito Presidente da República. Essa foi a primeira vez que um liberal alcançaria tal cargo político no Chile, o que expressava o esgotamento da Fusão Liberal-Conservadora e a ascensão da Aliança Liberal, da qual Errázuriz foi um dos fundadores⁵⁰⁹. Durante o seu mandato, os progressos militares galgados na fronteira araucana foram bastante restritos.

Se por um lado os mapuche encontravam-se enfraquecidos e incapazes de organizar movimentos expressivos de resistência, por outro as renúncias de José Manuel Pinto e de Cornelio Saavedra aos comandos da alta e da baixa fronteira implicaram a interrupção das operações na linha do rio Toltén e do projeto de refundação de Villarrica. Em cumprimento das determinações do Poder Executivo, o Chefe do Exército de Ocupação, Basílio Urrutia, fixou-se na consolidação da linha do rio Malleco, prezando por sua colonização e integração ao território nacional⁵¹⁰.

6.2. As disputas limítrofes entre Chile e os demais Estados americanos: dos conflitos com a Argentina até a Guerra do Pacífico

Nos dez anos que se seguiram, a política de fronteiras no Chile esteve voltada para a resolução das disputas limítrofes com outros Estados nacionais, o que atenuou a atenção conferida à questão da fronteira interna araucana. Nesse contexto,

 ⁵⁰⁹ A Aliança Liberal assegurou o triunfo dos candidatos nas futuras eleições presidenciais. Os governos de Aníbal Pinto (1876-1881), Domingo Santa María (1881-1886) e José Manuel Balmaceda (1886-1891) levaram a cabo um conjunto de reformas liberais, que permitiram o desenvolvimento das liberdades públicas e culminaram na Guerra Civil de 1891.
 510 Uma evidência dessa preocupação foram as modificações sofridas pela Província de Arauco, a

Uma evidência dessa preocupação foram as modificações sofridas pela Província de Arauco, a partir da lei de 13 de outubro de 1875. Esta determinou a criação da nova Província de Arauco (integrada pelos Departamentos de Lebu, Arauco e Imperial); da Província de Bío Bío (integrada pelos Departamentos de La Laja, Nacimiento, Mulchén) e do Território de Colonização de Angol, que oficializou Angol como ponto central da atividade colonizadora na Araucania.

um papel de destaque foi assumido pelo acirramento das tensões com a Argentina. Embora os dois países estivessem de acordo quanto ao fato de que seus territórios eram apartados pela Cordilheira dos Andes, o problema estava em estabelecer onde se situavam os limites nacionais, o que era agravado pelo escasso e impreciso conhecimento das áreas litigiosas.

Foi em 1872, durante as negociações entre Félix Frías, representante da Argentina em Santiago, e Adolfo Ibañez, Ministro das Relações Externas do Chile, que as relações entre os dois Estados adquiriram um tom notadamente conflituoso. Tendo como prerrogativa os antigos domínios da Capitania do Chile, estabelecidos pela *Recopilación de Leyes de los Reynos de las Indias*⁵¹¹, Ibañez reivindicou o direito a uma vasta região da Patagônia, correspondente ao território situado desde o sul do rio Diamante até a Terra do Fogo e ilhas adjacentes ao Estreito de Magalhães⁵¹².

As negociações só foram retomadas durante a presidência de Aníbal Pinto, a partir dos intentos conciliadores dos Ministros das Relações Exteriores Rufino de Elizalde e Diego Barros Arana, que tentaram definir o *status quo* de cada país, isto é, a jurisdição que a cada um deles corresponderia. Na ocasião, Elizalde propôs que o *status quo* da República do Chile se estendesse sobre todo o Estreito de Magalhães, com seus canais e ilhas adjacentes; já à República Argentina caberiam os territórios banhados pelo Atlântico, compreendidos até a boca oriental do Estreito de Magalhães e a parte da Terra do Fogo banhada pelo mesmo mar.

Essa seria uma solução provisória, no intuito de preservar as áreas em litígio de possíveis ocupações estrangeiras, até que as questões pendentes fossem submetidas à arbitragem internacional. A sentença do rei belga teria autoridade de coisa julgada, não cabendo quaisquer recursos, e seguiria as seguintes regras:

"Art. 4°. El árbitro tendrá el carácter de árbitro juris, que ambos gobiernos le confieren. El árbitro fallará en ese carácter y con sujeción: 1°. A los actos y documentos emanados del gobierno de España, de sus autoridades y agentes en América, y a los actos y documentos procedentes de los gobiernos de la república de Chile y de la Argentina; 2°. Si todos eses actos y documentos no fuesen bastante claros para resolver por ellos las cuestiones pendientes, el árbitro podrá resolverlas aplicando también los principios de derecho internacional. Art. 5°. Dentro del plazo de dos

⁵¹¹ Compilação de leis promulgadas pelos no intuito de regular a administração das possessões espanholas nas Américas e nas Filipinas e aprovada por Carlos II em 18 de maio de 1680. De acordo com a lei XII, título XV do livro II, o Reino do Chile correspondia ao "território dentro e fora do Estreito de Magalhães e à terra adentro, até a Província de Cuyo, inclusive".

⁵¹² Ver anexo **27**.

meses después de ratificado este tratado, el gobierno de Chile entregará al Argentino en Buenos Aires y el argentino al de Chile en Santiago, las memorias sobre las pretensiones respectivas y las razones en que las fundan, estando obligados a comunicarse recíprocamente los antecedentes que invoquen y que se pidieran por uno a otro. Seis meses después, y en la misma forma anterior, se entregarán las contramemorias. Constituido al arbitraje, ambos gobiernos podrán hacerse representar ante el árbitro por los plenipotenciarios que crean convenientes, para dar los informes que se les pida, para gestionar los derechos de sus países respectivos y para asistir a las discusiones a que puedan ser invitados por el árbitro" sobre las contractores.

Ainda que a assinatura de um tratado tenha sido discutida, não houve um acordo final entre os dois países, já que o Congresso chileno rechaçou as propostas apresentadas. Segundo a avaliação crítica feita pelo periódico bonaerense *La Nación*, a intenção inicial do Chile nunca fora fazer valer a arbitragem:

"La verdad es que el Tratado se hizo con arreglo a instrucciones, con la aprobación previa del gobierno de Chile, y que después este le ha desaprobado por otras razones. ¿Qué razones son estas? Tal es el problema a resolver. Para nosotros, la razón principal es que Chile no quiere arbitraje bajo ninguna forma; que firmó y aprobó el Tratado en la esperanza de dejarlo sin efecto por la transacción; y que cuando se persuadió de que esta no era posible, desaprobó el Tratado, que había aprobado en la expectativa, colocándose en la situación difícil en que se encuentra [...] La política del Gobierno Argentino fue, por el contrario, constituir el arbitraje, arreglando los incidentes, y prescindiendo de la transacción, como dependiente de la cuestión principal, para tratarla por separado. Encerrada la negociación en este círculo de fierro, el Gobierno de Chile se prestó a constituir el arbitraje a más no poder, en la esperanza de una transacción o limitación de arbitraje. Perdida esta esperanza por las proposiciones hechas, desaprobó el tratado" 514

Em 1879, o pacto firmado entre os plenipotenciários Mariano Sarratea e Alejandro Fierro determinou o cumprimento provisório das resoluções do Tratado de Paz e Amizade de 1856, assim como a submissão à arbitragem internacional de quaisquer conflitos pendentes.

É importante recordar que a sanção da Lei nº 947 pelo Congresso Argentino, em outubro de 1878, havia contribuído para o agravamento da tensão limítrofe entre os dois países. Isso porque transformou em lei a expansão territorial do Estado argentino, além de legitimar a realização de uma "batida geral" do território indígena pelas colunas militares lideradas por Roca.

Diante da iminência de um conflito armado, a tentativa de resolução das tensões pela via diplomática foi bem recebida ao menos por uma parcela da elite

⁵¹³ La Nación, nº 2364, 06/07/1878.

⁵¹⁴ La Nación, nº 2366, 09/07/1878.

letrada de ambos os países, conforme apontam os artigos e correspondências reproduzidos por *El Ferrocarril* e *El Mercurio*. Tomemos como exemplo a avaliação sobre o assunto feita pelo periódico bonaerense *La Prensa*:

"...este hecho tiene un significado inmenso para la América, para esta América, tan calumniada de turbulenta i belicosa. El muestra que las nacionalidades se acentúan, que los pueblos americanos se afirman en su rol de naciones independientes. Si el pacto que acaba de firmarse, llega hasta tocar el término definitivo de la cuestión, habremos alcanzado esta doble victoria: afianzar nuestra paz con Chile, i mostrar a la América i al mundo que somos capaces de resolver por nosotros mismos nuestras controversias, sin necesidad de llamar al auxilio de los cañones, ni de mendigar la cooperación de otros países que nos encarrilen sobre las rutas del derecho⁵¹⁵

No Chile, em telegrama enviado a Bartolomé Mitre, Benjamín Vicuña Mackenna também elogiou o trabalho de Mariano Sarratea, capaz de evitar a guerra sem comprometer a integridade territorial e a dignidade nacional:

"Los diarios de hoy anuncian que la paz está arreglada entre la República de Arjentina i Chile. Tal nueva me llena de regocijo, porque aunque no conozco el pacto que se ha firmado, conozco las sanas intenciones i el patriotismo honrado de los dos países. Usted ve, mi amigo, que nuestra fe de cinco años en la paz, no nos ha engañado. Nuestro amigo Sarratea ha trabajado con una constancia admirable, prestando de un gran servicio a su patria, a la vez que a Chile, donde es justamente estimado. Lo felicito i felicito a todos los buenos arjentinos" 516

Frente aos debates travados com a Argentina, os anos de 1877 e de 1878 caracterizaram-se pela realização de ações pontuais no território araucano. Ao ser designado ao Ministério da Guerra e Marinha, Cornelio Saavedra encarregou Gregorio Urrutia do avanço sobre a região compreendida entre o Malleco e o Toltén, de modo a consolidar a ocupação das margens dos rios Traiguén, Cautín, Imperial e Cholchol, até alcançar Andes⁵¹⁷. A essa altura, já era consensual a relevância atribuída no meio militar à ocupação dessa área: uma vez convertida em domínio nacional, estaria basicamente concluída a redução total da Araucania e garantida a imposição das leis da República sobre as tribos indígenas.

⁵¹⁵ El Ferrocarril, nº 7171, 24 de dezembro de 1878, p.323.

⁵¹⁶ Idem.

⁵¹⁷ Ver anexo 26.

A partir das averiguações realizadas pelo sargento Ambrosio Letelier⁵¹⁸, podemos inferir que, em termos estratégicos, o plano colocado em prática nesse momento consistiu em uma combinação dos projetos de Cornelio Saavedra e de Gregorio Urrutia.

A proposta do primeiro, como vimos, consistiu em estender a ocupação de Toltén até Villarrica, o que permitiria bloquear o acesso dos mapuche à Província de Valdívia e encerrar os rebeldes em um círculo delimitado pelos rios Malleco e Toltén, ao norte e ao sul, e pelas cordilheiras dos Andes e de Nahuelbuta, a leste e a oeste. No interior dessa região, a ideia era promover o avanço da linha do Cholchol e o prolongamento da linha de Angol até Lumaco, cortando a comunicação entre as tribos pacíficas do vale do Imperial e os grupos *arribanos* do interior.

Letelier foi mais um a descrever as intenções de Saavedra como pacíficas e benéficas. Segundo ele, por basearem-se em táticas persuasivas, protetoras e defensivas, suas ações de conquista da Araucania não apelavam para o uso das armas e não implicavam um conflito violento com os indígenas⁵¹⁹. Todavia, conforme já observado, esta não passava de uma visão idílica e utópica sobre Saavedra. Basta confrontarmos esse discurso com as guerras documentadas em território araucano para concluirmos prontamente que o intuito primordial de Saavedra não era "proteger os descendentes de Caupolicán e Lautaro".

As deficiências e os inconvenientes apresentados pela linha do Toltén – o alto custo de manutenção; a ação pouco eficaz sobre os araucanos – puderam ser supridas a partir do momento em que as propostas de Saavedra foram complementadas com o plano de Urrutia. Este consistia no estabelecimento de uma linha de fronteira partindo da colina de Adencul em direção a Temuco, sobre a margem norte

⁵¹⁸ "Informe sobre la Araucanía que pasa al señor ministro de Guerra el comisionado especial, sargento mayor de artillería, don Ambrosio Letelier [1877]" In: Sergio Villalobos (recomp). **Incorporación de la Araucania**, op.cit.

⁵¹⁹ "Pero he aquí que se presenta en la escena u nuevo adalid, no ya esgrimiendo la espada exterminadora de sus predecesores, no ya batiendo al viento la tea de incendio, sino solamente armado del compás, con la carta geográfica en mano, la bondad en el corazón, la dulzura en el semblante y la persuasión en los labios. No era ya el conquistador; era el amigo. No venía a destruir; venía a crear. No pretendía quitar tierras; las compraba. Era la Providencia que venía a tender a los pobres indios su mano protectora". "Informe sobre la Araucanía que pasa al señor ministro de Guerra el comisionado especial, sargento mayor de artillería, don Ambrosio Letelier [1877]" In: Sergio Villalobos (recomp), **Incorporación de la Araucanía**, p.202.

do rio Cautín. De acordo com Letelier, eram incontestáveis as vantagens subjacentes ao abandono da linha do Toltén em prol da formação de uma "linha divisória central":

"...porque separa definitivamente a las tribus abajinas de las arribanas, impidiendo que aquellas, que hasta hoy se han mantenido en paz y tranquilidad, puedan en algún tiempo unirse a las rebeldes [...] porque estrecha a los indios no sumisos en una faja de terreno relativamente escasa para que puedan insurreccionarse con algún éxito [...] porque, cerrando completamente el paso de los bandidos del interior sobre la línea del Malleco, permitiría reducir en gran parte las guarniciones de esta línea..."520

A partir da combinação de ambos os projetos de expansão territorial, estabeleceu-se que, em um primeiro momento, a ocupação militar se deteria sobre o rio Cautín, formando um triângulo de operações que teria por cúspide a localidade de Lumaco e por base o próprio curso do Cautín, desde sua confluência com o rio Muco até sua união com Cholchol (Nova Imperial). Após a consolidação da agricultura, do comércio e da colonização na região, a linha de fronteira seria prolongada a sudoeste em direção a Toltén e a sudeste rumo a Villarrica, o que possibilitaria o domínio da estreita faixa compreendida entre os rios Cautín e Toltén⁵²¹.

Ainda que fosse prevista certa hostilidade por parte dos arribanos, a resposta dos mapuche ao avanço territorial de 1877 e 1878 esteve longe de ser violenta. A miséria atravessada por muitos grupos, que em alguns casos beirava a indigência, somada à morte e à fuga de importantes líderes, debilitou a resistência indígena. Muitos caciques demonstraram-se inclinados a aceitar os acordos de paz e mantiveram-se em harmonia com as autoridades nacionais, enquanto os rebeldes eram facilmente contidos e divididos.

Todavia, as correspondências intercambiadas entre os *abajinos* e as autoridades nacionais evidenciam que, mesmo encontrando-se em uma situação desfavorável, muitos caciques acompanharam de perto as transformações ocorridas na fronteira. Tentaram negociar a manutenção de seus territórios ancestrais, assim como acontecia na Argentina nessa temporalidade.

Por exemplo, Venâncio Coñoepan e Francisco Payllal escreveram a Gregorio Urrutia no intuito de comunicar os resultados obtidos por uma junta central realizada em fins de 1877. Segundo eles, o principal assunto abordado pelos caciques

⁵²⁰ Idem, p.210.

⁵²¹ Ver anexo 26.

na ocasião teriam sido os rumores de fundação dos povoados em Didaco e Imperial, o que "les a paresidos mui mal del ver que el Gobierno los quera quitar su terrenos sin aber ningún jundamento dispues que porque el Gobierno los quere maltratar tanto siendo quellos son unos patriotas..."⁵²². Amparando-se nas alianças tradicionalmente mantidas entre abajinos e o governo chileno, reivindicavam em nome da lei o respeito aos seus interesses para que pudessem viver tranquilos em seus territórios.

Domingo Melin, por sua vez, parabenizou Cornelio Saavedra em virtude da sua ascensão ao Ministério da Guerra e Marinha e agradeceu-lhe pelos "serviços e favores continuamente prestados como autoridade e como particular". Por reconhecer no coronel a "simpatia de um amigo e o carinho e proteção de um pai", Melin aproveitou-se da correspondência para expor suas insatisfações. Além de colocá-lo a par das injustiças perpetradas pelas autoridades judiciais e administrativas na fronteira, o cacique negou a acusação de participação a um ataque realizado pelos *arribanos*, solicitando assim a liberação do cativeiro em que se encontrava. Melin buscou legitimar suas queixas a partir do emprego de uma linguagem que frisava sua subserviência ao governo nacional:

"Yo he sido siempre, como su señoria mui bien lo sabe, cacique que ha prestado buenos servicios al Gobierno, interviendome siempre en las fundaciones de los fuertes de esta frontera, en apagar sublevamientos de los indios, en proteger a los comerciantes españoles i en entregar los cautivos que se han llevado los arribanos en sus malones. Muchos jefes son testigos de mis buenas acciones i conocen mi lealtad i honradez, i saben también que no he sido castigado por criminal jamás, sino que al contrario me han profesado cariño por ser un buen amigo de los hombres cristianos i civilizados, i por ser obediente a las autoridades del país" 523

Uma estratégia discursiva muito semelhante foi adotada por Luis e Juan Colipí. Salientar a fidelidade ao governo nacional foi a maneira encontrada pelos longkos para dissociarem-se da imagem de índios sublevados que lhes era atribuída e fundamentar as queixas e solicitações dirigidas a Saavedra:

"Por una carta dirijida a mi hermano Juan por el Sarjento mayor Don Ambrosio Letelier he sabido de que yó trato de hacer un movimiento entre los indígenas con el fin de que subleben en contra del Gobierno. Hablando con el debido respeto,

⁵²² Venancio Koñwepang e Francisco Payllal ao comandante Gregorio Urrutia, 15/09/1877. In: Jorge Pavez Ojeda. **Cartas mapuche (siglo XIX)**, op.cit.

⁵²³ Domingo Meliñ a Cornelio Saavedra, 03/09/1878. In: Jorge Pavez Ojeda. Cartas mapuche (siglo XIX), op.cit, p.699.

Señor, esto es falso i mui falcisimo, i creo que el Señor Letelier ha cido mal informado por personas que no me tiene adecion"⁵²⁴

Os anseios expansionistas do Estado chileno impediram que os projetos de Cornelio Saavedra e Gregorio Urrutia para a Araucania alcançassem resultados expressivos. Isso porque uma disputa de soberania travada com a Bolívia veio a deflagrar, em 1879, a Guerra do Pacífico.

A origem do conflito bélico remonta aos interesses econômicos sobre o litoral do Deserto do Atacama e aos inconsensos acerca da jurisdição a ser exercida sobre o território que se estende até o rio Salado ou Paposo, aos 25°30' de latitude ⁵²⁵. Em virtude das escassas riquezas produzidas pela região na época colonial, as primeiras constituições chilenas determinaram o deserto como a fronteira norte da república, respeitando as antigas delimitações existentes entre o Vice-Reinado do Peru e a Capitania-Geral do Chile.

Contudo, em 1842, o início da exploração do guano levou o governo chileno a criar a Província do Atacama, suscitando a insatisfação do governo boliviano. Reforçando um acordo estabelecido em 1866, o tratado aprovado em 6 agosto de 1874 definiu os limites entre os dois países pelo paralelo 24º de latitude sul, a divisão das rendas relativas à exportação do guano e de minerais extraídos entre os paralelos de 23º e 25º e, por fim, a não sujeição de pessoas, indústrias e capitais chilenos a contribuições de qualquer tipo, além daquelas que eram comumente cobradas. O Imperador do Brasil foi designado árbitro das possíveis divergências sobre a execução do tratado. Todavia, desde então as relações bilaterais não deixariam de ser marcadas pela instabilidade⁵²⁶.

À burguesia chilena, em especial, interessava resguardar os investimentos que há muitos anos concentravam-se no norte, primeiro na exploração da prata, depois do cobre e finalmente do guano e do salitre. Desde 1873, a *Companía Anónima de Salitre y Ferrocarril de Antofagasta* havia se convertido em proprietária de terrenos no Atacama e livre de toda contribuição fiscal ou municipal.

⁵²⁴ Luis e Juan Kolüpi a Cornelio Saavedra, 23/10/1878. In: Jorge Pavez Ojeda. **Cartas mapuche** (siglo XIX), op.cit, p.705.

⁵²⁵ Ver anexo 28.

⁵²⁶ Cf. Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos. O Império e as Repúblicas do Pacífico. As relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889). Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.

Contudo, a meta dos empresários chilenos viria a ser diretamente atingida por duas decisões arbitrárias do governo boliviano. Em 14 de fevereiro de 1878, estabeleceu-se uma nova taxa de 10 centavos sobre cada quintal de salitre exportado; em janeiro de 1879, anularam-se as concessões de terrenos salitreros e de boratos realizadas pelos governos antecedentes, submetendo a leilões todas as propriedades consideradas ilegítimas.

Para o encarregado da legação chilena, P. N. Videla, tais decisões feriam o tratado de limites de 6 de agosto de 1874. Em um reclamo redigido ao Ministro das Relações Exteriores da Bolívia, Francisco Valdés Vergara, ressaltou que o desagravo à lei frustrava suas expectativas quanto ao alcance de uma solução tranquila e conciliadora para a questão, já que inviabilizava as negociações diplomáticas entre Chile e Bolívia. Na ocasião, responsabilizou exclusivamente o governo boliviano por quaisquer consequências nefastas porvindouras⁵²⁷.

A completa cobertura dos eventos ocorridos desde o agravamento das tensões entre os dois países até a ocupação militar do Deserto de Atacama pelo Chile foi realizada por *El Mercurio*, através da publicação de editoriais, da reprodução de documentos oficiais intercambiados entre os dirigentes estatais e do acompanhamento da repercussão do conflito na imprensa peruana e argentina.

Desde o início, o periódico considerou a insatisfação expressada pelos empresários chilenos como justa e legítima, dada a centralidade assumida pelo capital chileno investido em Antofagasta – o qual, segundo cálculos, ultrapassara os 5 milhões de pesos. "Escuelas, muelle, caminos, casas, medios de movilización marítimos y terrestres, afluencia da población, de nuevas industrias y negocios", afirmou o autor de "La cuestión boliviana ante los hechos y la historia", "tales han sido los frutos de la obra de esa sociedad, hoy embargada, apremiada y perseguida por los mismos a quienes vino a traer los dones de la fortuna y del trabajo" 528.

Entretanto, é interessante salientar que o diário manteve nesse primeiro momento um posicionamento contrário à guerra contra a Bolívia. Defendeu o argumento de que o Estado chileno deveria perseguir uma mínima coerência em sua política externa, aplicando às questões internacionais medidas que não variassem de acordo com a força ou a debilidade dos adversários enfrentados. Para tanto, seria

⁵²⁷ P.N. Videla a Francisco Valdés Vergara, 18/12/1878. *El Mercurio*, nº 7081, 19 de dezembro de 1878.

⁵²⁸ El Mercurio, 18 de janeiro de 1879.

necessário solucionar o conflito com o governo boliviano adotando um caminho semelhante àquele seguido no caso argentino. Tal raciocínio encontra-se expresso no artigo "Ayer y hoy" do *El Mercúrio*:

"No: no fuimos nosotros los inconsecuentes, sino aquellos que condenaban la guerra como un crimen cuando se trataba de los territorios del sur y la presentan como una necesidad ahora que se trata de los salitres del norte. Nosotros decimos que si era un crimen hacer la guerra a la República Argentina, debe serlo también la guerra a Bolivia, sobre todo siendo esta incomparablemente menos fuerte que aquella" 529

De acordo com a comparação traçada pelo periódico, o conflito com a Argentina decorrera do exercício de atos de jurisdição e de soberania em territórios chilenos, implicando uma violenta agressão à honra da nação. Já os desajustes com o governo boliviano teriam gerado exclusivamente prejuízos financeiros, cujo valor simbólico seria infinitamente inferior à cessão de territórios à Argentina. Se o conflito limítrofe na cadeia andina fora solucionado por meios pacíficos, caberia agora ao Estado chileno esgotar os recursos conciliadores antes de voltar-se para o emprego da força militar.

Em fevereiro de 1879, a notícia da chegada de tropas bolivianas a Caracoles e de sua movimentação em direção ao litoral suscitou rumores de que a Bolívia se preparava para a guerra. A partir de então, podemos identificar uma importante inflexão no discurso político apresentado por *El Mercurio*. Embora considerasse a guerra "incompatível com a alta civilização do século", parecia cada vez mais convencido da imprescindibilidade de sua ocorrência. A obstinação do governo boliviano em buscar um desenlace violento para o conflito era agora interpretada como uma violação à dignidade do Chile e, na avaliação do periódico, caberia a qualquer nação "derramar até a última gota de sangue antes de aceitar uma humilhação".

Claramente, a preocupação estava em assegurar a posição soberana do Chile no continente americano: para tanto, fazia-se necessário frisar que o país não se sujeitaria às servidões e caprichos das repúblicas vizinhas. Foi nesse sentido que o autor de "Someterse o resistir" lançou o seguinte questionamento: "¿Qué puesto ocuparíamos en América cuando nos hubiéramos colocado a los pies de Bolivia y de la República Arjentina? Seríamos objeto de lastima, y por cierto que habríamos

_

⁵²⁹ El Mercurio, 23 de janeiro de 1879.

merecido mucho mereciendo siquiera compasión"⁵³⁰. E, concluindo o seu raciocínio, afirmou: "No deseamos la guerra con Bolivia; pero si Bolivia nos provoca debemos hacerla, cueste lo que cueste".

Valendo-se de uma estratégia discursiva semelhante àquela empregada em relação aos mapuche na década de 1850, o periódico de Valparaíso empenhou-se então em construir uma imagem negativa do Estado boliviano. Sabia-se que a radicalização da linguagem política seria capaz de mobilizar a opinião pública e de legitimar, no terreno prático, a ofensiva militar do Chile contra a Bolívia.

Logo, os artigos de *El Mercurio* passaram a caracterizar o governo boliviano como despótico e anárquico. Descreviam sua conduta como desleal, perfídia e indigna; seu povo, como selvagem e militarizado. Desprezavam o seu poderio bélico e sua capacidade de exercer uma jurisdição efetiva sobre o Atacama. Dessa forma, justificava-se a impossibilidade de cultivo das relações usualmente existentes entre as nações cultas e frisava-se que o sucesso de uma ofensiva militar chilena era praticamente inquestionável.

Ao mesmo tempo, delineou-se a imagem do Chile enquanto um país civilizado, industrioso e pacífico, cuja política externa dirigia-se sempre à manutenção da mais franca e cordial amizade com seus vizinhos e aliados. Incitaram-se as manifestações patrióticas dos cidadãos chilenos em defesa da virilidade, do orgulho e da gloria nacionais: seria necessário combater o insulto ao progresso e a ameaça à prosperidade expressados pelo governo boliviano. O que então fora tratado como um simples desentendimento solucionável por vias diplomáticas era agora convertido em "una gran cuestión de honra, conveniencia y derecho que no puede zanjarse sino conservando Chile para siempre la posesión del territorio reivindicado" 531.

A conduta do governo chileno ante o conflito com a Bolívia não tardou a ajustar-se às exigências da opinião pública fomentada pela imprensa. No dia 12 de fevereiro, em resposta à rescisão do contrato da Companhia de Antofagasta, Alejandro Fierro, Ministro das Relações Exteriores, emitiu o seguinte comunicado a Nicanor Zenteno, cônsul geral do Chile na localidade:

"Mi gobierno se ha visto, pues, obligado a asumir una actitud que ha querido evitar a toda costa, pero que la conducta del gobierno boliviano ha hecho absolutamente indispensable. En pocas horas más el litoral que nos pertenecía antes de 1866

⁵³⁰ El Mercurio, 10 de fevereiro de 1879.

⁵³¹ El Mercurio, 25 de fevereiro de 1879.

será ocupado por fuerzas de mar y tierra de la república y V.S asumirá el cargo de gobernador político y civil de ese territorio"⁵³²

A decisão de Fierro foi aplaudida de pé por *El Mercurio*. Segundo o periódico, a maneira como havia se dado a ocupação de Antofagasta – com um reduzido número de homens, em poucas horas e sem enfrentar resistência alguma – apenas comprovava que a administração boliviana era ali "uma planta exótica que nunca havia criado raízes profundas"⁵³³. Fica evidente que, após a apropriação do litoral boliviano pela força, fazia-se necessário encontrar caminhos que comprovassem e legitimassem o direito do Chile de exercer jurisdição sobre o território atacamenho. Mais uma vez, o âmbito da palavra assumiria um papel fundamental na conformação da ação, conforme deixa transparecer o discurso apresentado pelo autor de "Allí estamos y allí permaneceremos":

"Efectivamente, aun prescindiendo de los títulos que Chile podía hacer valer para reclamar la soberanía del litoral del norte, la naturaleza misma se habría encargado de manifestar que este no podría ser boliviano. Separado del asiento de la autoridad por un inmenso territorio desierto, su administración era difícil y su protección, en caso de conflicto con cualquier poder extraño, de todo punto imposible [...] Entretanto para Chile el gobierno y la defensa del mismo territorio son empresas facilísimas. Está a las puertas de grandes centros de población, y el camino para llegar a Antofagasta por mar es tan corto como espedito. Las órdenes espedidas desde Santiago pueden ejecutarse allí mucho más pronto que las que se trasmiten a Chiloé; las que se envían desde La Paz casi nunca pueden llegar oportunamente por la distancia y la inmensa dificultad de las comunicaciones" 534

Tal argumentação apontava para o fato de que a invasão sucedida em Antofagasta era inevitável e esperada. Se a Bolívia não fora capaz de povoar, explorar e administrar o litoral, cabendo tais funções ao capital e à indústria chilenos, a soberania boliviana sobre Antofagasta tornava-se injustificável. A regularização da ocupação chilena sobre a região não apenas protegeria vidas e interesses, como também seria um testemunho da "inabalável força do Chile".

A oficialização da Guerra do Pacífico deflagrou a constituição de um sistema de alianças militares, que envolveu direta e indiretamente outros países do continente. Diante do investimento de uma quantia considerável do Tesouro Nacional na expedição militar ao Rio Negro, e após as negociações travadas com os representantes chilenos, o governo argentino optou pela neutralidade no conflito.

⁵³² Alejandro Fierro a Nicanor Zenteno, *El Mercurio*, 12 de fevereiro de 1879, grifo meu.

⁵³³ El Mercurio, 20 de fevereiro de 1879.

⁵³⁴ Idem.

Contudo, não deixou de expressar o temor quanto às consequências de uma possível vitória do Chile, a qual lhe permitiria exercer uma preponderância absoluta no Pacífico, desde Antofagasta até o Estreito de Magalhães. O posicionamento crítico assumido pela imprensa argentina perante a guerra reflete a circulação de comentários acerca dos riscos de violação dos limites territoriais estabelecidos pelo Pacto Fierro-Sarratea. Conforme esclareceu o periódico *La Republica*

"Nosotros no predicamos la guerra, no la queremos; pero queremos que Chile nos haga justicia; queremos que corresponda a la lealtad del gobierno argentino, queremos que no nos sacrifique, y que defina y concluya la cuestión de límites que nos ha promovido; queremos, finalmente, que no haga jugar a la República Arjentina un papel ridículo, impidiéndole toda acción durante y después de la guerra de Pacífico, y dejándola envuelta, al mismo tiempo, en su eterna y enojosa cuestión de límites, a pretesto del pacto de deciembre" 535

Entretanto, é sabido que a desconfiança nutrida em relação aos interesses expansionistas chilenos não proveio apenas da Argentina. Dados recuperados por Luís Cláudio Villafañe ressaltam que, em 1873, o Ministro das Relações Exteriores do Peru, Riva Agüero, firmara um tratado secreto com a Bolívia, cujo intuito era resguardar o litoral boliviano das usurpações que o governo chileno pretendia levar a cabo, com possível prejuízo do território peruano⁵³⁶.

Partindo da mesma lógica de raciocínio, a elite letrada e a opinião pública no Chile consideravam que a ruptura das relações diplomáticas com a Bolívia poderia deflagrar um conflito americano, expressando por isso certo temor quanto a uma possível coalisão entre Peru, Bolívia e Argentina. Ainda que no início do conflito *El Mercurio* reduzisse o papel das repúblicas do continente ao de "expectadores da guerra", mencionava agora que "no faltan entre los alarmistas quienes aseguren que se há firmado por ahí una triple alianza cuyo objeto seria moderar las invasiones chilenas y destruir la preponderancia de este país en el continente"⁵³⁷.

No que diz respeito ao posicionamento assumido pela imprensa peruana, podemos afirmar que esta encontrava-se marcada pela divergência e polarização de opiniões. Periódicos como *La Patria* qualificaram a conduta bélica chilena como "destemperada e ameaçadora dos princípios da justiça e do direito", incitando a intervenção peruana no conflito:

⁵³⁷ El Mercurio, 21 de fevereiro de 1879.

⁵³⁵ El Mercurio, 17 de abril de 1879.

⁵³⁶ Cf. Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos. O Império e as Repúblicas do Pacífico. As relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889), op.cit.

"Chile no es país guerrero, es pirata. Eso que llama su política no es otra cosa que tela de absorción y de perfidia. Quiere dominar por medio de hipocresía. No lo conseguirá. Primero ha de desaparecer. Chile es una penumbra lóbrega y funesta en medio a la clara luz del progreso americano. ¡A la guerra! ¡A la guerra! ¡Noble pueblo del Perú! Se mina y amenaza vuestra independencia en el Pacífico" 538

Outros, como *La Tribuna de Lima* e *El Diario Oficial*, mantinham-se bastante comedidos ao abordarem a possível assistência do Peru à resistência boliviana. Previam as represálias e os prejuízos que poderiam decorrer de tal política, como o despertar de animosidades que comprometeriam as relações pacíficas entre Peru e Chile. Consideravam a cobrança de impostos decretada pelo governo boliviano como imprudente e precipitada. Por fim, associavam o envio de forças militares a Antofagasta única e exclusivamente ao propósito de proteger a população de nacionalidade chilena da região, que superava em quatro vezes o número de bolivianos. Nesse sentido, o Chile era tratado como um grande exemplo de moderação, magnanimidade e cordialidade na América do Sul.

Sabemos que a postura inicial assumida pelo governo peruano foi a neutralidade, no intuito de evitar um desenlace violento para o conflito. Impôs-se como mediador entre Chile e Bolívia, nomeando o plenipotenciário José Antonio Lavalle para conduzir as negociações. Nesse sentido, manteve relações amistosas com as duas repúblicas e limitou sua intervenção ao âmbito legal. De acordo com a interpretação feita por *El Mercurio* sobre a situação

"el Peru carece de derecho para intervenir en nuestros asuntos con Bolivia, y su injerencia en ellos sería un acto injustificable dentro de la lealtad que deben guardar los pueblos en sus relaciones mutuas. Por otra parte, no está aquella república en tal situación que le permita salir a correr por el mundo aventuras peligrosas por el caballeresco propósito de amparar viudas cuitadas o desamparadas doncellas. Su situación interna es difícil, su tesoro esta exhausto y sus acreedores extranjeros se le presentan con exigencias amenazadoras. En tales condiciones no le es posible hacer calaveradas, y la más torpe de todas sería una guerra con Chile" 539

Contudo, as hostilidades progressivamente caminharam rumo a um desfecho bélico. A influência da imprensa peruana e dos jurisconsultos civilistas sobre a política do presidente Mariano Prado, além dos rumores sobre o tratado secreto assinado com a Bolívia, agravaram o clima de instabilidade política e levaram o Chile a declarar oficialmente guerra ao Peru no mês de abril.

⁵³⁸ El Mercurio, 25 de fevereiro de 1879.

⁵³⁹ El Mercurio, 21 de fevereiro de 1879.

Mais uma vez, o caráter assertivo da decisão tomada pelo governo chileno foi sustentado por *El Mercurio*. Segundo o periódico, a falta de honestidade e de decoro de Mariano Prado abrira brechas a uma vingança tão terrível quanto o insulto sofrido. "Que los degenerados descendientes de los Incas reciban el castigo que merecen por su traición cobarde, por su envidia ruin, por sus odios inveterados y gratuitos contra Chile" clamou o autor de "¡A la guerra! ¡A la guerra!".

Em termos discursivos, tal artigo faz-se bastante interessante na medida em que promove uma significativa transformação da representação imagética da Araucania e de seus habitantes. Lembremos que, desde meados do século XIX, os araucanos eram descritos pela imprensa chilena como "índios bárbaros e sanguinários", por serem identificados como inimigos internos ao projeto de anexação da Araucania à jurisdição estatal.

Contudo, durante a Guerra do Pacífico, tal como ocorrera no contexto independentista, tornou-se conveniente a adoção de um discurso político que recuperasse a força e a bravura dos mapuche. A valorização da "indomável raça indígena" apresentava-se como uma forma profícua de ressaltar a superioridade do povo chileno ante o inimigo externo, fosse a Espanha, o Peru ou a Bolívia, como fica evidente no trecho a seguir:

"El Perú nos lleva la ventaja de la premeditación, pero nosotros les llevamos la del denuedo, la del empuje irresistible de nuestros soldados, en cuyas venas circula la sangre de fuego del español mezclada con la lava de los volcanes de Arauco. Pizarro degolló como a ovejas en la plaza de Lima a los miles de indios que custodiaban el palanquín de Atahualpa; Valdivia no pudo matar un solo araucano impunemente; aquellos eran menos que mujeres, estos mucho más que hombres, eran todos titanes del patriotismo. Las afiladas tizonas españolas se mellaron en el pecho de granito de los hijos de Chile, mientras que en la sedosa piel de los Incas no hicieron más que afilarse más" 541

Portanto, através da mobilização de temas patrióticos, o periódico de Valparaíso deu uma clara demonstração do nacionalismo chileno: ressaltou as qualidades do povo para incitá-lo a combater valentemente seus inimigos, retratados como inferiores e frágeis.

Nesse sentido, o artigo "Nosotros y ellos" encarregou-se de traçar uma clara distinção entre chilenos, peruanos e bolivianos. Em termos de amor à pátria: enquanto no Chile pregava-se um "profundo respeito aos antecessores", na Bolívia tal

_

⁵⁴⁰ El Mercurio, 2 de abril de 1879.

⁵⁴¹ Idem, grifo meu.

questão reduzia-se ao "amor que as feras têm à cova onde nascem". Em termos de postura política do governo: enquanto Mariano Prado se desatava em vitupérios e calúnias, e o governo peruano oprimia seus habitantes com leis e decretos draconianos, os dirigentes chilenos empenhavam-se por desmascar a falsidade, pulverizar os sofismas, agir com decoro. Por isso, afirmava o periódico, a guerra assumia diferentes significados para os três países: se para o Chile era um dever, para os peruanos era um negócio e para os bolivianos o meio encontrado pelo presidente Hilarión Daza para legitimar a ditadura e a exploração do povo⁵⁴².

Fica claro que, se inicialmente *El Mercurio* acreditava na boa fé do governo peruano em intermediar a paz entre as repúblicas sul-americanas, no decorrer de 1879 passou a questionar as reais intenções subjacentes ao papel de mediador do conflito. Conjectura-se a partir de então que essa atuação consistira, ao fim e ao cabo, em uma maquinação política, que invisibilizava os anseios bélicos do Peru, o qual aguardava o momento propício para a declaração de guerra ao Chile.

O empenho da diplomacia peruana em aliar-se à Bolívia é comparado por *El Mercurio* a um golpe dado por um farsante, que busca atribuir a terceiros – no caso, ao Chile – o papel de inimigo e a culpa por uma atitude usurpadora. Assim sendo, o periódico estima que o objetivo primordial da aliança militar constituída era mascarar uma questão obscura: o fato de que, na realidade, o Peru era o responsável por privar a Bolívia de uma saída para o mar, ao se apropriar ilegitimamente de territórios como Tacna, Puno, Arequipa, Arica e Islai.

A partir da definição do sistema de alianças e do envolvimento oficial do Peru no conflito, a Guerra do Pacífico converteu-se para *El Mercurio* em uma questão de preservação da dignidade nacional. Afinal, para o periódico, o que estava em jogo era não era apenas o território disputado, mas também o exercício da soberania plena no continente americano. Daí a profusão de artigos que incitavam o espírito bélico e pressionavam o presidente Aníbal Pinto por medidas capazes de assegurar o triunfo do Chile. A divisa era basicamente vencer ou morrer:

"¿O cree el jefe de Estado que un desastre no sería una ruina total y eterna de Chile? ¿Cuáles serían las fronteras de nuestro país, si por desgracia la coalición Perú-bo-liviana nos hiciese sentir el peso de su victoria? Por el norte tendríamos Copiapó como límite, y por el sur no tardarían los argentinos en hacernos replegar sobre Chiloé. Y sobre quedar desmembrado nuestro territorio, vendían la pobreza suma, el descredito eterno, y la retrogradación moral, consecuencia precisa de aquel cataclismo. En cambio vencedores, nuestra suerte sería la de un pueblo rico,

⁵⁴² El Mercurio, 16 de maio de 1879.

fuerte, prestigioso; seriamos los dominadores del Pacífico, y a la sombre de ese dominio podríamos dar a Bolivia lo que le ha arrebatado su tierna hermana de última hora y asegurarle, no una existencia mendicante como la que ahora tiene, sino la vida propia de un pueblo libre. Sofocada como esta por falta de aire respirable, emparedada, diremos mejor, dejaría de ser la mansión de los dictadores bucaneros, de los piratas de uniforme, para convertirse en asilo de la paz y del trabajo" 543

Em janeiro de 1881, a vitória das tropas chilenas nas batalhas de San Juan e Miraflores garantiu a tomada da cidade de Lima. Até a sua finalização oficial, no ano de 1883, a Guerra do Pacífico viu-se reduzida a pequenos confrontos localizados. O cunho político-diplomático assumido pelo conflito a partir de então permitiu o retorno de parte considerável do contingente militar ao Chile, sobretudo de oficiais que haviam assumido um papel de destaque nas obras de Pacificação da Araucania, como Cornelio Saavedra, Basilio e Gregorio Urrutia e Pedro Lagos.

Fato é que a Guerra do Pacífico havia sido responsável pelo afastamento do Exército chileno do guarnecimento da fronteira araucana, função temporariamente assumida pela Guarda Nacional. Tal situação deixou a região exposta a interesses particulares, em prejuízo dos indígenas e dos projetos de expansão territorial anteriormente colocados em prática. O estado de inquietude na zona de Traiguén viria a ser agravado pelo assassinato do *abajino* Domingo Meliñ e de seus familiares, em setembro de 1880, em virtude de um roubo de cavalos.

Contudo, a vitória do Chile na guerra trouxe consigo o fôlego necessário à resolução da questão de fronteiras no país. Conforme explica José Bengoa⁵⁴⁴, o avanço em direção ao norte e a entrada triunfante em Lima provocaram uma onda de entusiasmo, confiança e orgulho nacional, que contagiou o governo de Santiago e a opinião pública. Assim como acontecera na Argentina após a Guerra do Paraguai, tornou-se evidente para os diversos setores da sociedade chilena a possibilidade de ocupar definitivamente o território nacional. Tal estado de espírito encontra-se expresso na seguinte correspondência de fronteira publicada por *El Ferrocarril*, que estabelece uma comparação entre a Guerra do Pacífico e as campanhas contra os índios:

"Muchos creen que la campaña de la frontera por ser contra los indios no tiene ningún mérito y que si la del norte ofreció laureles y coronas, esta, por lo contario, no ofrece más que hambres y privaciones de todo jénero. Pero los que así piensan,

⁵⁴³ La Republica, 14 de abril de 1879, grifo meu.

⁵⁴⁴ Cf. José Bengoa. **Historia del pueblo mapuche**, op.cit.

piensan sin lójica y se separan de la verdad. La campaña del norte fue para contestar al reto de muerte lanzado contra Chile por los dos pueblos que llamándose hermanos habían en secreto suscrito un pacto de ignominia, amenazando así nuestra integridad territorial. La campaña del sur es un dique a las devastaciones de los indígenas logrando someter a la civilización a los que tiene estacionario y sin vuelo el comercio del sur, fuente inagotable de riquezas para el país y para la humanidad. La primera tendió a hacer cesar la envidia y la mentira y la segunda es para llevar la luz al antro, al caos que se llama Araucania, y que en pleno siglo XIX existe todavía como un reto lanzado al progreso que hemos alcanzado. Esta última no ofrece cintas ni medallas, pero los que en ella toman parte abrigan la convicción de hacer un servicio no solo a la patria, sino también a la humanidad toda"545

Portanto, em janeiro de 1881, elementos imprescindíveis à conquista da Araucania encontravam-se disponíveis no Chile: um Estado forte e um Exército moderno, este último amparado por equipes de saúde (médicos e enfermeiros), material de construção e trabalhadores especializados no levantamento de fortes, instalação de telégrafos, fundação de povoados.

6.3. Chile e Argentina na retomada das expedições militares na Araucania: colaboração e atritos

Antes do término de sua administração, Aníbal Pinto encarregou Cornelio Saavedra, Gregorio Urrutia e Manuel Recabarren, Ministro do Interior, da realização das operações militares nas linhas do Traiguén e do Cautín. O corpo expedicionário por eles organizado teve por objetivo primordial a ocupação do território, mediante a fundação de fortes como Collico, Quino, Quillen, Pillanlelbun, Cautin, Temuco e Ñielol⁵⁴⁶. O último, erguido em abril de 1881 por Urrutia, consistiu em uma importante vitória em termos estratégicos e simbólicos: a cadeia montanhosa de mesmo nome consistira ao longo da história em um refúgio para os índios que praticavam os ataques à fronteira.

Ainda que os periódicos reconhecessem os desafios e as privações enfrentados pelos militares em meio araucano, em virtude de "copiosas lluvias, caminos intransitables, un servicio de campaña mui penoso por la presencia de un enemigo

_

⁵⁴⁵ El Ferrocarril, nº 7959, 6 de fevereiro de 1881, grifo meu.

⁵⁴⁶ Ver anexo 26.

audaz y astuto que aprovecha de cualquier descuido para sus violentos ataques" 547, as insurreições indígenas que assolavam a fronteira motivavam duras críticas ao condescendente meio de ação empregado pela divisão militar nas linhas do Traiguén e do Cautín. É nesse sentido que um artigo publicado por El Mercurio questionava:

"¿Y los indios? ¿Quedarán estos celebrando su obra de destrucción y vandalismo que han cometido sin recibir el castigo que merecen por sus crímenes? Así parece, porque el espirito de la división que se ha internado al Cautín no es para hostilizarlos sino para trabajar, formar nuevos pueblos para que sufran más tarde, cuando queden abandonados de la protección de su fundador, la muerte de sus pacíficos labradores, que con el sudor de su frente han hermoseado sus campos, para que reduzcan a ceniza el trabajo de tantos pobres, como ha sucedido en esta sección. Paciencia y Dios nos proteja!"548

No decorrer de 1881, a aparente disposição dos governos chileno e argentino em superar diplomaticamente as disputas limítrofes ainda existentes estimulou o contato amigável entre as altas cúpulas militares e ressuscitou as propostas de cooperação no que diz respeito à resolução da questão indígena⁵⁴⁹. Conforme atestou El Ferrocarril, o perpétuo "vai e vem" dos mapuche entre os territórios argentino e chileno dificultava a contenção das tribos em limites convenientes para a garantia da segurança de ambos os países:

"Hasta ahora se ha sucedido que las expediciones iniciadas por Chile o por la República Arjentina, no han conseguido sino resultados mui incompletos o deficientes, pues estrechados los indios por la frontera chilena o argentina, se han retirado al interior, esperando o acechando mejores oportunidades para recobrar paulatinamente los terrenos, de que eran desposeídos. Si la persecución se hubiera emprendido con igual tesón y eficacia por ambos puntos a la vez, los araucanos, estrechados en un círculo de acero, se habrían visto obligados a buscar su salvación sometiéndose a las condiciones que los imponían"550

A negociação dos termos de uma possível operação militar conjunta na cadeia andina levou à troca de correspondências amistosas entre estadistas chilenos e

⁵⁴⁷ El Ferrocarril, nº 7992, 4 de maio de 1881.

⁵⁴⁸ El Mercurio, nº 16186, 19 de fevereiro de 1881, grifo meu.

⁵⁴⁹ Em 23 de julho de 1881, Francisco de Borja Echeverría (cônsul geral do Chile na Argentina) e Bernardo de Yrigoyen (Ministro das Relações Exteriores da Argentina) assinaram um tratado de limites em substituição ao pacto Fierro-Sarratea, o qual estabelecia que "el límite entre Chile y la República Argentina es de Norte a Sud, hasta el paralelo 52 de latitud, la Cordillera de los Andes. La línea fronteriza correrá en esa extensión por las cumbres más elevadas de dicha cordillera que dividan las aguas y pasará por entre las vertientes que se desprenden por un lado y otro". Entretanto, a existência de dificuldades para a demarcação territorial levou à nomeação dos peritos Francisco Moreno e Diego Barros Arana e, posteriormente, à submissão do conflito à arbitragem da Coroa britânica. ⁵⁵⁰ *El Ferrocarril*, nº 8008, 20 de maio de 1881.

argentinos e transformou a ocupação das terras mapuche em um processo binacional, realizado de forma simultânea por exércitos profissionais e modernos⁵⁵¹.

Em carta enviada a Manoel Olascoaga, o presidente Julio Roca afirmou estar disposto a superar quaisquer conflitos de âmbito internacional em prol da cooperação com o Chile no combate aos nativos⁵⁵². Ainda que reconhecesse que a essa altura a região delimitada pelos rios Negro, Neuquén e Nahuelhuapi encontrava-se incorporada à jurisdição argentina, expressou o desejo de perseguir até o fim os "últimos moicanos".

Refugiados em território chileno em virtude do cerco militar promovido pelo chefe da 2ª Divisão do Exército argentino, general Conrado Villegas, muitos indígenas contribuíam para os ataques às propriedades e postos fronteiriços e engrossavam os grupos de miseráveis que vagavam pelos povoados em busca de assistência e comida. O anseio de Roca foi prontamente comunicado por Olascoaga a Cornelio Saavedra:

"El general Roca cree como usted que estos dos países tienen como condición indispensable de su seguridad i engrandecimiento el deber de vivir en paz i buena relación uniendo sus esfuerzos contra la barbarie que desde siglos atrás ha estado asediándolos en sus fronteras australes [...] Lo Presidente conoce a usted mucho de nombre i antecedentes. Lo ha seguido a usted con muchas simpatía, i esta simpatía existe propiamente por cierta identidad de sentimientos i propósitos que hai entre usted i él. Usted i él han vivido preocupados de esta eterna cuestión de indios que los demás hombres en ambos países han mirado con cierta indiferencia proponiéndola a otras rutinarias o de menor importancia. Ambos han realizado contra la barbarie i en el bien entendido provecho de la civilización obras de imperecedero recuerdo que nadie, que ningún gobierno ejecutó hasta ahora"⁵⁵³

As propostas de colaboração entre os Exércitos chileno e argentino na luta contra os indígenas demonstraram-se bastante convenientes diante da ocorrência de uma sublevação geral dos araucanos, em novembro de 1881. Na ocasião, *arribanos*, *costinos* e *abajinos* receberam o apoio dos caciques Namuncurá, Sayhueque, Foyel e Ancatrir, igualmente pressionados pelo avanço da fronteira estatal sobre seus territórios. Para José Bengoa⁵⁵⁴, esse ato teve um importante significado simbólico, ao

⁵⁵¹ Cf. José Bengoa. Mapuche, colonos y Estado Nacional, op.cit.

Julio A. Roca a Manoel Olascoaga, 4 de março de 1881. In: Horacio Lara. **Crónica de la Araucania: descubrimiento i conquista, pacificación definitiva i campaña de Villa-Rica**. Santiago: Imprenta de "El Progreso", 1889, pp-425-426.

Manoel Olascoaga a Cornelio Saavedra, 29 de abril de 1881. In: Horacio Lara. Crónica de la Araucania: descubrimiento i conquista, pacificación definitiva i campaña de Villa-Rica, op.cit, np-424-425

¹⁵⁴ Cf. José Bengoa. **Historia del pueblo mapuche**, op.cit.

expressar tanto a existência de uma unidade cultural entre os mapuche (a despeito da diversidade política interna), como a disposição dos nativos em lutar pela manutenção de sua soberania, mesmo diante da iminência de derrota.

Embora os relatos da violenta repressão militar à sublevação tenham sido amplamente divulgados, esse não foi o principal assunto tematizado pela imprensa chilena. Na realidade, podemos constatar a profusão de artigos e depoimentos que retratavam o estado de desguarnecimento da fronteira e as atrocidades supostamente cometidas pelos araucanos. Cadáveres, ruínas, crimes, profanações: tais imagens foram recorrentemente mobilizadas para descrever e acentuar a gravidade da situação. Como exemplo, citemos o episódio ao qual fez menção o correspondente de Valdívia de *El Mercurio*:

"Un honrado vecino, el señor Sproeller, vivía con su esposa tranquilamente cuando de repente, como a las nueve de la noche, fueron asaltados por tres individuos enmascarados, los que después de asesinarlos y robarles el dinero que tenían, incendiaron la casa pereciendo los infelices además quemados" 555

Certamente, o objetivo de tais artigos era fortalecer a campanha antiindígena no país, aproveitando-se do inflado orgulho nacional decorrente da vitória na Guerra do Pacífico. Uma vez mais, a mobilização da opinião pública é tida como arma eficaz contra os araucanos. O reforço e a propagação de uma imagem negativa dos indígenas conferiam legitimidade e acolhida aos discursos políticos que pressionavam o governo de Santiago pela tomada de medidas enérgicas contra os insurrectos. Segundo a carta publicada por *El Mercurio*, assinada por "los fronterizos", as atrocidades cometidas pelos nativos inviabilizavam qualquer negociação política entre as partes envolvidas e requeriam castigos exemplares:

"La civilización del indio araucano es una quimera; no conocemos un ejemplo digno de mencionarse y así miles de ejemplos de asesinatos de jente inocente cometidos por ellos y por facinerosos y desertores a quienes ellos con tanto gusto hospedan y ayudan. El indio es manso cuando se cree débil, pero el día que se cree él lo contrario sucede lo de Reinaco, Maloen, Lumaco, Imperial, etc" 556

Na visão dos *criollos*, a sublevação geral apresentava-se como o momento ideal para repreender os mapuche e finalizar o eterno drama da questão indígena no país, oportunidade que fora desperdiçada no ano de 1869. Em 1881, fazia-se imprescindível valer-se da confluência de fatores que possibilitava a conclusão do

⁵⁵⁵ El Mercurio, nº 16407, 10 de novembro de 1881.

⁵⁵⁶ El Mercurio, nº 16418, 24 de novembro de 1881.

projeto de Pacificação da Araucania: um Exército vitorioso, um Estado soberano no continente americano, a debilitação do poderio indígena e a cooperação da Argentina. Para o correspondente de Valdívia, civilização e barbárie travavam sua última batalha e era imprescindível que a primeira desse a cartada final:

"¿Hasta cuándo se pone remedio al mal? Es llegado el tiempo de hacerlo, si no queremos ver despoblada aquella zona de un día a otro del elemento civilizador. La barbarie ¿vencería entonces la civilización? Esto es inconcebible""557

O êxito da repressão orquestrada pelo Exército chileno à ofensiva mapuche garantiu que, no início de 1882, a linha do Cautín estivesse totalmente ocupada e integrada por redutos fortificados estáveis. Esse foi o ponto de partida para a etapa final de conquista da Araucania. Em 30 de novembro, uma divisão de 200 homens, a mando do tenente coronel Martín Drouilly, tomou posse dos vales do alto Bío Bío, entre os vulcões Callaqui e Lonquimay. Em 20 de novembro, uma coluna a cargo do coronel Gregorio Urrutia partiu de Angol em direção a Villarrica, aportando na cidade 39 dias mais tarde.

Nesse contexto, partilhando a ideia de que o "aperto de mãos na Cordilheira dos Andes" seria a melhor forma de garantir o guarnecimento das fronteiras contra os ataques indígenas, Conrado Villegas expressou a Cornelio Saavedra o desejo de manter-se em comunicação constante com Gregorio Urrutia. Segundo ele, o intercâmbio de informações sobre os planos e operações militares evitaria a violação dos limites territoriais, afastando a possibilidade de conflitos internacionais, e facilitaria a realização de ações combinadas, trazendo vantagens na luta contra os mapuche:

"Por mi parte estoi dispuesto a ayudar en todo lo que sea posible a las fuerzas de esa República, pues solo aunando nuestros esfuerzos podremos arrojar al salvaje de sus guaridas, de donde a cada momento nos asecha, haciendo una amenaza constante de la vida e interese del hombre civilizado" 558

Em resposta a Villegas, Saavedra afirmou que o presidente Domingo Santa María autorizara Urrutia a detalhar as áreas de ocupação vislumbradas pelo Exército chileno e as medidas adotadas em caso de sublevação dos índios. Saavedra reforçou na ocasião sua concordância com a ideia de que a cooperação militar entre

-

 $^{^{557}}$ El Mercurio, nº 16407, 10 de novembro de 1881.

⁵⁵⁸ Conrado Villegas a Cornelio Saavedra, 27 de setembro de 1882. In: Horacio Lara. **Crónica de la Araucania: descubrimiento i conquista, pacificación definitiva i campaña de Villa-Rica**, op.cit, p.429.

os dois países seria benéfica e eficaz. Em primeiro lugar, por acreditar que o conhecimento prévio das operações militares realizadas na cadeia andina impediria qualquer mal entendido decorrente da penetração em territórios reclamados pela outra nação⁵⁵⁹. Em segundo lugar, por crer que apenas planos de ação interconectados poderiam empreender um cerco à resistência que congregasse os mapuche de ambos os lados da Cordilheira dos Andes. Para tanto, Saavedra expôs o seguinte planejamento:

"En los meses de diciembre, enero i principio de febrero quedará terminada la ocupación de Arauco i con ella quedarán dominados los pasos de la cordillera por Llaima i Villarrica, en donde se situarán plazas militares que impidan toda escursión vandálica de los indios que por haberse sometido a nuestra autoridad se les concedía continuar viviendo en sus posiciones. Seria mui conveniente que una vez terminada sus correrías por la pampa afianzase sus conquistas estableciendo plazas militares i poblaciones lo mas inmediato posible a los pasos de la cordillera. Las guarniciones de esas plazas destruirían los centros de resistencia que los indios tratasen de aglomerar en esas guaridas, i el abastecimiento de ellos i poblaciones podría hacerse fácilmente i con economía desde Chile por los pasos de Villarrica, Lonquimai, Nitrito i Antuco" 560

Apesar da predisposição à conciliação apresentada pelos chefes militares, queixas bilaterais de violação dos limites territoriais, ocorridas em janeiro de 1883, mais uma vez ameaçaram comprometer as relações diplomáticas entre Chile e Argentina. O início dos desentendimentos se deu quando um grupo de índios levou a Gregorio Urrutia a notícia de que forças argentinas teriam transgredido a fronteira chilena e cometido atos de guerra. No intuito de averiguar a denúncia, Urrutia correspondeu-se com Enrique Godoy, responsável pelos oficiais argentinos que atuavam na região. Embora atribuísse a transposição da linha divisória de ambas as Repúblicas à falta de conhecimento do terreno, Urrutia foi categórico na solicitação feita a Godoy:

"Teniendo, pues, las presentes consideraciones que dejo apuntadas, espero en vista de las buenas relaciones que felizmente existen entre ambas repúblicas que usted desocupará inmediatamente nuestro territorio, devolviendo a los moradores de esos lugares, tanto los prisioneros que se les haya hecho como los animales que se les hubiere tomado, previniendo a usted que entre los prisioneros reclamo también a los indios arjentinos que habiendo ganado ya territorio chileno hubieran sido aprehendidos en él, pues están amparados por el derecho de jentes que invoco a su

⁵⁶⁰ Idem, pp.431-432.

⁵⁵⁹ Por isso, Saavedra alertou antecipadamente aos intendentes das províncias austrais que expedicionários comandados por Villegas "recorrerán la cordillera en persecución de los indios i en el reconocimiento del paso de Bariloche, a fin de que no se sorprendan ni se alarmen por las noticias que puedan recibir del movimiento de sus fuerzas". Cornelio Saavedra a Conrado Villegas, 6 de novembro de 1882. In: Horacio Lara. Crónica de la Araucania: descubrimiento i conquista, pacificación definitiva i campaña de Villa-Rica, op.cit, p.431.

favor, esperando que usted, haciéndose el eco jeneroso de los sentimientos altamente humanitarios que adornan a la República Arjentina, hará cumplida justicia a esta petición que hago a nombre del gobierno de quien dependo"⁵⁶¹

Em resposta, Godoy e Villegas afirmaram que as brigadas militares por eles comandadas seguiam à risca a instrução de não adentrar o território chileno, linha de conduta traçada pelo governo argentino no intuito de conservar a harmonia entre as duas Repúblicas. Logo, se tal violação de fronteiras efetivamente ocorrera, fora um ato circunstancial, que de maneira alguma envolvera uma ofensiva contra a soberania chilena. Resultara, pois, da dificuldade de reconhecer com exatidão os limites nacionais na cadeia andina, demarcados por uma linha imaginária e por cursos de água irregulares⁵⁶².

Aproveitando-se da ocasião, Godoy e Villegas comunicaram a Urrutia que uma comissão científica chilena, acompanhada por oito soldados pertencentes ao esquadrão Antuco do Exército Expedicionário, havia penetrado em território argentino durante a realização da inspeção geográfica do vulcão Pillan e da laguna Huinchú-Lafquen. É visível o esforço de ambos em comprovar que, se comparada à invasão de territórios reclamada por Urrutia, a presente denúncia fazia-se muito mais grave e significativa:

"Como el señor coronel comprenderá, no es lo mismo que un oficial que persigue indios ladrones y sin conocimiento teórico ni práctico de la línea que nos divide a ambas repúblicas la ultrapase, como uno que, provisto de instrumentos técnicos, se encuentre internado en nuestro territorio haciendo estudios científicos y levantando croquis sobre el terreno. El oficial chileno a quien me refiero es el señor don Francisco F. Oyarzun, que había sido enviado por el señor comandante Drouilly" 563

Embora julgassem que a comissão chilena tinha pleno conhecimento de que a região explorada pertencia à República Argentina, já que esta se situava "mais de sete léguas ao oriente da Cordilheira dos Andes", os comandantes Godoy e Villegas optaram por não adotar as medidas repressivas condizentes à transgressão mencionada. Supunham que "solamente un móvil útil a la campaña civilizadora que en

⁵⁶¹ Gregorio Urrutia a Enrique Godoy, 17 de janeiro de 1883. *El Mercurio*, nº 16824, 22 de março de 1883.

⁵⁶² Conrado Villegas a Gregorio Urrutia, 25 de janeiro de 1883. *El Mercurio*, nº 16824, 22 de março de 1883.

⁵⁶³ Idem.

ambos faldas de los Andes se practica simultáneamente ha podido traer a la precipitada comisión hasta nuestros dominios"⁵⁶⁴.

Fica claro que, novamente, o pretexto da luta contra o índio foi capaz de sustentar a preservação das relações amistosas na cadeia andina. Dizendo-se dispostos a fazer todo o possível em prol da segurança das fronteiras, os oficiais argentinos exigiram de Urrutia apenas uma explicação formal sobre o ocorrido e a desocupação do território, em detrimento de um conflito armado.

A coincidência entre o ressurgimento dos conflitos entre chilenos e argentinos na zona andina e a consolidação da ocupação do território indígena pelas forças nacionais abre portas para uma interpretação mais aprofundada sobre o assunto. Frente à diminuição das atividades militares na região andina, parece plausível supor que os desentendimentos entre as duas nações não eram suscitados apenas por queixas mútuas de violações de fronteira, mas também pela existência de diferentes propostas de ação perante o indígena.

O incidente ocorrido em Lonquimay, em fevereiro de 1883, lança luz sobre essa questão. A inexistência de um consenso quanto à maneira como os fatos realmente se sucederam dificulta a sua exata recuperação. Segundo a imprensa chilena, Martin Drouilly instruíra os comandantes dos fortes de Lonquimay para que, em caso da aproximação injustificada de tropas argentinas, acompanhassem a retirada dos invasores até a linha divisória dos dois países. Ao ser sinalizada por um indígena a presença de militares argentinos na região, o comandante do forte Quincura, tenente Domingo Rodriguez, enviou um alferes para conferenciar com o chefe da tropa argentina. Embora munido de uma bandeira branca em sinal de paz, este teria sido recebido com disparos, dando início ao combate.

Já de acordo com a imprensa bonaerense, a atitude hostil teria partido das forças chilenas. Fora o envio de um soldado acompanhado de 150 índios armados que levara o oficial argentino e sua reduzida tropa composta por 16 homens a assumir uma postura defensiva. Segundo a apreciação do periódico *Tribuna Nacional*, "no era un parlamentario el que se presentaba pidiendo suspensión de las hostilidades; era, al contrario [...] un soldado avanzando con el objeto de desarmar a nuestros soldados, a fin de hacer más fácil la sorpresa que les habían preparado

⁵⁶⁴ Enrique Godoy a Gregorio Urrutia, 22 de janeiro de 1883. *El Mercurio*, nº 16824, 22 de março de 1883.

los indios ladrones y sus aliados"⁵⁶⁵. Ainda que de uma maneira implícita, subjaz a essa fala uma crítica mais profunda, direcionada ao padrão de relacionamento mantido entre Estado chileno e indígenas:

"El parte del general Villegas pone de manifiesto este hecho, respecto del cual no nos ocurre calificativo adecuado, y es que el soldado chileno es el protector y el aliado del indio ladrón que aun disputa nuestros vastos territorios andinos al dominio del hombre civilizado; y como ai esto no fuera bastante, aparece identificándose con el salvaje en sus medios de acción, por el olvido de todas las leyes de la guerra incorporada a sus códigos militares por todas las naciones de la tierra. No es uno, sino varios y sangrientos los encuentros ocurridos sobre la línea divisoria de los Andes entre salvajes protejidos por soldados que visten al uniforme del ejército chileno, y tropas regulares del nuestro, empeñados en guerra con el enemigo secular de la civilización de la república" 566

Embora autores contemporâneos e a própria pesquisa realizada confirmem que o processo de ocupação militar da Araucania transcorreu de maneira violenta, assim como a conquista dos Pampas e da Patagônia⁵⁶⁷, aos argentinos à época incomodavam alguns matizes da convivência entre Estado chileno e indígenas que não se faziam tão presentes na porção oriental da Cordilheira. A permissividade das autoridades quanto ao tráfico de gado, o diálogo político mantido com os caciques e a proteção por vezes conferida aos índios refugiados eram interpretados como elementos que impulsionavam a resistência, comprometendo o projeto de redução total dos índios existentes no território nacional⁵⁶⁸.

É interessante destacar que no contexto de agravamento das relações com a Argentina, no qual esteve inserido o episódio de Lonquimay, a intelectualidade chilena soube explorar a seu favor a ideia de que as operações na Araucania consistiram mais em uma "pacificação" do que em uma "conquista" propriamente dita. Ao

⁵⁶⁵ El Mercurio, nº 16824, 22 de março de 1883.

⁵⁶⁶ Conrado Villegas a Gregorio Urrutia, 25 de janeiro de 1883. *El Mercurio*, nº 16824, 22 de março de 1883.

⁵⁶⁷ Além do já citado José Bengoa, Jorge Lagarde defende a ideia de que a característica pacífica da ocupação da Araucania refere-se unicamente aos episódios ocorridos após 1883. Segundo ele, "La resistencia de los aborígenes fue encunadísima hasta 1881, pero, derrotados en noviembre de ese año en una ofensiva general, ya no organizaron una oposición significativa. En 1883 admitieron resignadamente el paso del ejército por sus tierras, mientras que, del lado argentino continuaron insumisos". Jorge Lagarde. Incidentes fronterizos con Chile durante la guerra contra el indio. Buenos Aires, 1997.

⁵⁶⁸ Uma análise mais apurada da comunicação estabelecida entre Conrado Villegas e Gregorio Urrutia lança luz sobre os diferentes matizes do relacionamento estabelecido entre índios e *criollos* no Chile e na Argentina. Enquanto o primeiro solicitava que o governo chileno impedisse o trânsito de Renque e Namuncurá pela Cordilheira, o que facilitaria sua captura pelas forças militares argentinas, o segundo requeria a devolução dos "índios argentinos" apreendidos em território chileno, já que estes estariam amparados pelo "direito das gentes" reinante no Chile. *El Mercurio*, nº 16824, 22 de março de 1883 e *El Mercurio*, nº 16836, 27 de abril de 1883.

assumir um discurso que pouco admitia o uso da violência contra os nativos, a imprensa caracterizou a campanha militar nos Pampas e na Patagônia como "cruel e inumana", contrapondo-a à "postura civilizada e protetora" das autoridades chilenas. Tal comparação lançava luz sobre a suposta superioridade chilenos frente aos argentinos. É nesse sentido que o correspondente de *El Mercurio* afirmou:

"También entre nosotros se ha manchado a veces la conquista con actos de innecesario y hasta contraproducentes rigor; mas esos tiempos pasaron, y uno de nuestros más ingratos placeres ha sido (como estamos seguros que lo ha sido en todo chileno) ver que la dominación de Arauco se ha llevado a cabo sin que haya habido necesidad de derramar la sangre de un solo natural. La conquista como la entienden nuestros hermanos no será posible en Chile. Mui por el contrario, no faltan entre nosotros (y entre ellos nos contamos) quienes sientan sinceramente la desaparición definitiva de la nacionalidad araucana, noble y valiente raza digna de mejor suerte, y cuya extinción no tardará en ser completa merced a la fuerza de absorción de la raza que la invade" 569

Essa constatação novamente ilustra a ideia de que o discurso político veiculado pela imprensa a respeito da questão araucana variou bastante em virtude da situação histórica que estava sendo vivenciada. Transitou entre dois polos distintos com uma facilidade que, se à primeira vista parece incoerente, faz-se compreensível mediante uma abordagem teórica calcada na história conceitual e intelectual.

Como vimos, os episódios de sublevação dos araucanos ocorridos em 1869 e 1881 levaram ao emprego de um vocabulário político que fomentava e legitimava a dura repressão aos nativos. Todavia, quando conveniente, os periódicos não hesitaram em retratar como esporádicos os casos de violência contra os índios, chegando a afirmar que estes causavam a consternação da população e do comando militar. Tomemos como exemplo o assassinato de 24 índios perpetrado por 5 soldados no Vale do Lolco, em janeiro de 1883. Por considerá-lo um "ato sem misericórdia", um "crime cruel, sangrento e traiçoeiro", *El Biobio de Angol* clamava por punição aos responsáveis:

"La matanza horrible de familias enteras cometida pela guarnición del fortín que lleva el nombre que mencionamos en el rubro de este suelto, parece que no lleva camino de ser castigada con la severidad que necesita la magnitud del crimen. Los infelices y pacíficos araucanos que fueron víctimas de tanta ferocidad no han cometido otro crimen sino el de ser dueños de una estensión de terrenos que con la muerte ha querido arrancársele" 570

_

⁵⁶⁹ El Mercurio, nº 16838, 4 de abril de 1883, grifo meu.

⁵⁷⁰ El Mercurio, nº 16770, 15 de janeiro de 1883.

6.4. Nos caminhos de Villarrica...

A última etapa do longo processo de expansionismo territorial aqui descrito encontra-se amplamente documentada. Valiosos relatos sobre a Campanha de Villarrica foram produzidos por homens que acompanharam de perto a expedição comandada por Gregorio Urrutia ao reduto mapuche na Araucania. Dentre eles, destacam-se o sargento maior Francisco A. Subercaseaux, veterano da Guerra do Pacífico, e "Sancho Huinca", personalidade cuja trajetória pessoal nos é desconhecida, mas que expressa profundo conhecimento e compreensão sobre a realidade da fronteira araucana⁵⁷¹.

É nítida a preocupação de Subercaseaux em salientar o viés pacífico da expedição a Villarrica. O fato dos militares não terem se deparado com uma tenaz resistência indígena, nos moldes dos anos anteriores, é interpretado por ele como um sinal de que os nativos haviam enfim reconhecido as "vantagens" decorrentes da civilização e do "tratamento benévolo" dispensado pelos militares (embora saibamos que a desagregação e a pauperização da sociedade mapuche à época tenham sido os fatores determinantes para a atenuação dos conflitos).

Se os araucanos são descritos pelo sargento como dóceis, submissos e complacentes, tais elementos não são vistos como inerentes ao caráter indígena. Este, a seu ver, conservava intacto o ódio e o desprezo aos *huincas*. Portanto, a relativa tranquilidade imperante na Araucania é atrelada única e exclusivamente à postura assumida pelo comandante Gregorio Urrutia perante os nativos, o qual, nas palavras de Subercaseaux,

"los ha tratado paternalmente, oyendo a todas las horas sus interminables relatos, con resignada y ejemplar paciencia, pagándoles algunos perjuicios y haciéndoles obsequios de aquellos objetos que como las vistosas telas, tienen entre ellos gran merecimiento, y ejerciendo pronta justicia y, a la vez que bondadosa, escrupulosamente estricta" 572

Também para Sancho Huinca, a sobreposição da "civilização chilena" à "barbárie araucana" caminhava lado a lado à influência exercida pelas forças militares. Segundo ele, a presença dos oficiais nos territórios existentes entre os rios

_

⁵⁷¹ O sargento maior Francisco A. Subercaseaux teve suas memórias publicadas em 1888 pela Imprenta de la Librería Americana de Carlos, em homenagem ao presidente José Manuel Balmaceda. *El Mercurio*, por sua vez, reproduziu ao longo de 1883 diversas cartas assinadas por Sancho Huinca.
⁵⁷² Idem, p.294.

Cautín e Toltén permanecia "tão necessária como o oxigênio para a vida humana"⁵⁷³. Isso porque caberia às autoridades militares o exercício de tarefas indispensáveis ao progresso da região, como a vigilância, a administração da justiça civil e criminal e a construção de edifícios, pontes e estradas. Em suas palavras "a espada preparava e abria o campo a ser cultivado pela lei"⁵⁷⁴.

A partir dos detalhes da expedição mencionados por Sancho Huinca e Subercaseaux, sabe-se que, partindo de Temuco, a coluna comandada por Gregorio Urrutia dirigiu-se até Pitrufquen, situada às margens do rio Toltén. Era uma localidade estratégica, por ser intermediária entre Temuco e Villarrica, e dotada de valor simbólico, por consistir no centro da resistência indígena contra a dominação espanhola.

Contudo, é a descrição da chegada dos expedicionários aos escombros da cidade que mais chama a atenção ao leitor. Os relatos evidenciam claramente o espanto daqueles que se depararam pela primeira vez com ruínas tomadas por uma vegetação impenetrável. "Hoy día se necesita de fe, de mucha fe, para creer que bajo este suelo húmedo, y vegoso, sobre el cual pasan los siglos sin que lo vivifique un rayo de sol, se encuentra el campo en que creció la que en un tiempo fue Villa-Rica"⁵⁷⁵, afirmou Sancho Huinca, salientando que apenas um grande esforço de abstração permitiria a reconstituição imagética do esplendor que a cidade possuíra no período colonial.

Tão logo alcançaram o destino final, Urrutia e o intendente de Valdívia, Anfion Muñoz, convocaram um Parlamento com os *longkos huilliches*, cujos domínios situavam-se nas proximidades do rio Toltén: Pinchulef, chefe da redução de Guaipire; Epulef, de Villarrica; Puñalef, de Puncara e Panguilef, de Pucón. Manifestaram na ocasião que o intuito da missão não era bélico, mas sim civilizador;

⁵⁷³ Tal observação de Sancho Huinca dialogava diretamente com a avaliação de que o território chileno ainda encontrava-se submetido a diferentes estágios de ocupação: "Al norte del Biobio es Chile, tan Chile como Atacama o Santiago. Del Biobio al Malleco, veinte años de ocupación han borrado casi del toda las huellas de la nacionalidad indígena, pero esta se diseña aun a través del manto de nuestra civilización. Entre el Malleco y el Traiguen la combinación de ambas fuerzas y ambas razas se halla en plena vía de fomento y es fácil distinguir los caracteres de la civilización araucana. Entre el Traiguen y el Cautín no hai mas demostración de nuestro influjo que los fosos de algunos fuertes y las guarniciones militares que los cubren; aquí la masa de la población es de araucanos y de araucanos solo a medias dominados. Al sur del Cautín es Arauco, el Arauco que cantara Ercilla y que dentro de diez años buscarán inútilmente el poeta y el viajero". El Mercurio, nº 16766, 7 de fevereiro de 1883.

 ⁵⁷⁴ Idem.
 575 El Mercurio, nº 16831, 29 de março de 1883.

que o propósito era ocupar as ruínas coloniais de Villarrica e empreender sua reconstrução; que os índios que se portassem como "bons amigos" seriam transformados em cidadãos chilenos.

A primeira reação indígena a tais informações foi negativa. Epulef tentou estabelecer um limite para a penetração do Exército em suas terras, argumentando que "sus mayores, dueños de la ciudad, habían sido lo más esclarecidos patriotas, y pelearon por su suelo hasta vencer los huincas [...] sus hazañas y títulos estaban escritos en hojas de un gran libro que le había sido legado como timbre de gloria y de honor"⁵⁷⁶. Tal posicionamento refletia a desconfiança nutrida por determinados indígenas quanto à verdadeira intenção da visita dos *criollos* a Villarrica, assim como reforçava a incessante luta pela soberania, que se impunha como meta para muitos membros da comunidade mapuche no Chile e a Argentina.

A recusa de Epulef em entregar Villarrica aos *criollos* levou Urrutia a assumir uma postura que pouco correspondia ao paternalismo e à complacência apresentados por Subercaseaux, O chefe da expedição teria na ocasião esclarecido aos nativos que

"como representante y soldado del Gobierno de Chile, dueño absoluto de esos territorios, tomaría posesión de cuanto terreno juzgase necesario para realizar debidamente los buenos propósitos de aquel, y que estando en la propia tierra no aceptaba en manera alguna la línea fronteriza que le fijaba; que sus soldados, agregó, irían donde les pluguiese; si cometían algunas exacciones, lo que no esperaba, los haría castigar, averiguadas las faltas de que se les acusase; que él ampararía a los naturales como amigo y hermano, y por consiguiente nada tenían que temer" 5777

Ao fim e ao cabo, Pinchulef concordou em entregar pacificamente Villarrica às autoridades chilenas, embora não tenha deixado de exigir que os nativos fossem tratados com consideração e que seus interesses e propriedades fossem respeitados. O desfecho do Parlamento levou Anfion Muñoz a afirmar com satisfação que "los indios que en ese día entregaron espontáneamente la ciudad que sus antepasados destruyeron bárbaramente hace cerca de 300 años, es jente que está lejos de ser esa raza salvaje que destruyó a Villa Rica: son personas razonables y que ya se comprenden las ventajas de la civilización que los invade"⁵⁷⁸.

⁵⁷⁶ Idem, p.299.

⁵⁷⁷ Idem.

⁵⁷⁸ El Mercurio, nº 16758, 1 de janeiro de 1883.

A fala de Muñoz dá margem a uma última indagação: por que, mesmo diante da conquista de quase totalidade da Araucania, os criollos não prescindiram da refundação da Villarrica? Qual era de fato a importância atribuída à ocupação de uma cidade enterrada e ocultada por uma selva virgem há 280 anos?

O caminho para encontrarmos essas respostas parece estar indicado nos próprios relatos de Sancho Huinca e Subercaseaux, que se fixam no esplendor que a cidade alcançara no período colonial, pouco remetendo à sua importância no século XIX. As considerações positivas parecem não ir muito além das lembranças longínquas e do fértil imaginário que fora criado em torno de Villarrica: cidade romântica, misteriosa e rodeada de prodigiosas riquezas.

A Villarrica do presente é descrita pelos expedicionários como um "desterro pouco apetecível", privado de comunicações com o restante do Chile. Não seria exagero afirmar que um certo desencantamento envolveu as expectativas projetadas para o futuro da cidade. Segundo Sancho Huinca, embora a campanha militar estivesse em vias de finalização, seria ilusão prever que o desenvolvimento da região se verificaria em um prazo inferior a 30 anos: "Si mañana se descubren buenos veneros de plata, el porvenir de Villa Rica queda asegurado; en el caso contrario debemos conformarnos con verla llevar una vida lánguida y ficticia hasta que el progreso natural de todas las cosas traiga para ella su hora de progreso"579.

Portanto, ao que tudo indica, o ímpeto de ocupar Villarrica era fomentado mais por questões simbólicas do que por vantagens práticas. Em termos históricos, refunda-la significava fazer jus à memória dos antepassados espanhóis que, entre 1598 e 1602, haviam lutado até serem aniquilados pelos mapuche.

Asi cayó [Villarica], dejando una leyenda de heroísmo que honra, tanto la constancia de los indómitos araucanos, defensores de sus lares y patria, como la bravura de los indomables españoles, que peleaban por su patria y por su rei"580, afirmou Huinca, lançando mão de um discurso que, não satisfeito em heroicizar a resistência espanhola, comparava Villarrica à "Pompeia sepultada pelas cinzas e lavas do Vesúvio", às "cidades da Grécia antiga engolidas pelas ondas do Mediterrâneo" e às "construções do Egito dos faraós tomadas pelas areias do deserto".

 ⁵⁷⁹ El Mercurio, nº 16836, 16 de abril de 1883.
 ⁵⁸⁰ El Mercurio, nº 16834, 2 de abril de 1883.

No porvir do Chile moderno e civilizado que estava sendo conformado, a população indígena definitivamente não teria mais espaço. Para Sancho Huinca, era visível a decadência da raça araucana: fosse em virtude de sua absorção pela raça branca ou da manutenção de sua vida independente. Nesse sentido, o araucano encontrava-se entre os termos do seguinte dilema: viver à sombra do chileno e ser incorporado à comunidade nacional ou retirar-se mais ao sul, onde teria alta probabilidade de padecer de epidemias, miséria e fome. De todos os modos, a extinção da raça era considerada um axioma indiscutível, um movimento lógico e natural que se sucederia em todo o continente americano. Traçado esse panorama, Huinca concluiu com satisfação que após duas décadas de intervenção *criolla*

"¡Arauco ya no existe! Y quien quiera saber lo que fue la raza que pobló el suelo de nuestra patria, deberá buscarle entre las páginas de los viejos croniscones españoles. El que desee estudiarla en el sano de ella misma, se espone a sufrir el triste desengaño que hemos sido víctimas los que salimos de Santiago movidos por nuestro amor a la noble familia de Lautaros y Tucapeles. En ligar del encanto de la novedad solo hemos encontrado una mezcla poco simpática de antiguas costumbres que se borran y de modas nuevas desprovistas de todo atractivo y poesía" 581

Por outro lado, essa constatação trazia consigo um certo tom saudosista. Afinal, o domínio exercido pela raça "forte e civilizada" sobre a "raça primitiva" implicava também a morte dos costumes araucanos e o próprio desaparecimento da Araucania. Diante desse panorama, o índio a ser valorizado e defendido por Sancho Huinca no Chile era aquele situado no passado ou em vias de desaparição:

"el indio es bueno y solo pide ser bien tratado y defendido de los que lo esplotan. Los abusos de que a veces ha sido víctima le han convertido en general en nuestro enemigo y lo han hecho vengativo y supicaz; mas, ahí donde se ha conservado puro y alejado de sus constantes esplotadores, se le encuentra provisto de un fondo de cariño y lealtad bien diferente del carácter que generalmente nos entretenemos en suponerle".

De fato, a incorporação da Araucania à jurisdição estatal implicou transformações significativas para os remanescentes da sociedade mapuche. Conforme aponta José Bengoa⁵⁸³, os mapuche se dispersaram em mais de três mil comunidades, com escassos contatos entre si, o que gerou grandes dificuldades de centralização e de unificação enquanto povo.

⁵⁸¹ El Mercurio, nº 16836, 14 de abril de 1883.

⁵⁸² El Mercurio, nº 16836, 19 de abril de 1883.

⁵⁸³ Cf. José Bengoa. **Historia del pueblo mapuche (siglo XIX-XX),** op.cit.

Foram distintas as formas de integração dos indígenas à vida social chilena. Enfraquecidos pela derrota militar, muitos dos que estiveram antes envolvidos na lucrativa economia ganadeira foram convertidos em camponeses, dedicando-se à vida de semeadores e lavradores. A consequência mais visível dessa mudança foi a pauperização, em virtude da mercantilização da terra e das atividades agrícolas.

Ademais, muitos nativos foram empregados no serviço militar, adquiriram educação ocidental nas missões religiosas anglicanas e capuchinhas, migraram para os grandes centros urbanos como Temuco ou participaram da construção das linhas férreas. Ao fim e ao cabo, viveram um processo de desestruturação cultural e identitária.

Anexos – Capítulo 5

Imagem 25 – Plano de Arauco e Valdívia (1870). Em destaque, a região de Villarrica

Fonte: http://www.lagazeta.com.ar/villarrica.htm

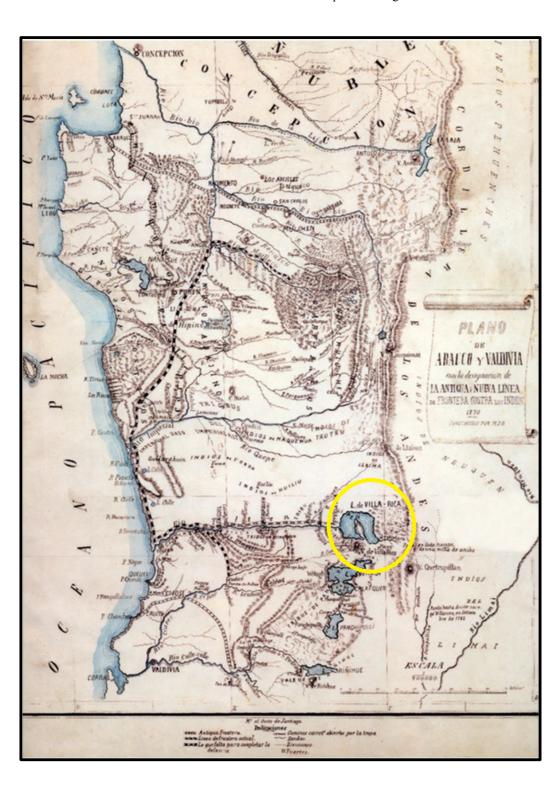


Imagem 26 – Linhas de fronteira estabelecidas na Araucania: Malleco, Toltén, Traiguén e Cautín

Fonte: http://www.icarito.cl/

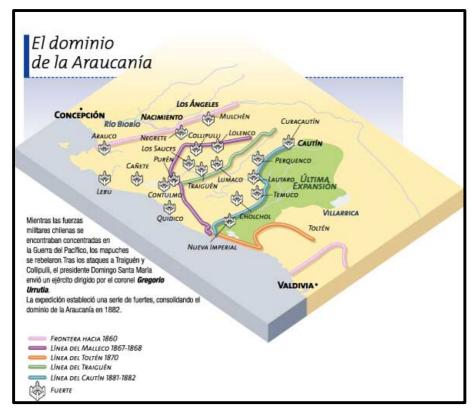


Imagem 27 – Região alvo de disputas limítrofes entre Chile e Argentina no século XIX

Fonte: www.tarinaga.net



Imagem 28 – Territórios anexados pelo Chile após a vitória na Guerra do Pacífico

Fonte: www.otempo.com.br



7. "Huinca agora patrão": as expedições finais à Patagônia e o destino dos índios submetidos

"El desierto, la pampa, la Patagonia, los Andes ya no son los enigmas importantes de otros tiempos: todo está revelado al mundo, mediante la abnegación y la perseverancia del Ejército Argentino" 584.

7.1. As consequências da Campanha do Deserto para as comunidades indígenas pampeanas

A Campanha do Deserto teve drásticas consequências para as comunidades indígenas pampeanas. De acordo com os cálculos do Departamento de Guerra e Marinha⁵⁸⁵, entre agosto de 1878 e maio de 1879 foram obtidas as seguintes cifras: 5 caciques principais prisioneiros (Epumer, Pincén, Juan José Catriel, Marcelino Catriel e Cachul); 1 cacique principal morto (Baigorrita); 1271 *lanceros* prisioneiros; 1313 *lanceros* destituídos de combate; 10513 índios de chusma prisioneiros⁵⁸⁶; 1049 índios reduzidos.

Claudia Tarquini acrescenta que, nos dados acima, não se incluem índios assassinados nas perseguições ou mortos pela fome e por doenças, como a varíola⁵⁸⁷. Quanto aos remanescentes, Enrique Mases afirma que buscaram refúgio nos territórios inóspitos situados ao sul do rio Negro ou viram-se obrigados a adotar novas formas de vida. Mulheres e crianças tornaram-se pessoal doméstico em Buenos Aires; adultos foram direcionados às Forças Armadas ou transformados em mão de obra nos engenhos açucareiros em Tucumã e nas *obrajes* madeireiras de Chaco e Formosa; os caciques amigos receberam pequenas porções de terra, onde, sob a tutela de clérigos e militares, foram sedentarizados, evangelizados e convertidos em pequenos produtores agrários⁵⁸⁸.

⁵⁸⁴ La Nación, nº 3765, 25/03/1883.

⁵⁸⁵ Memoria del Departamento de Guerra y Marina de 1879 apud Juan Carlos Walther. **La conquista del desierto...**, op.cit, p.303.

⁵⁸⁶ Índios de chusma eram aqueles que, por seu sexo, idade ou condição física, não combatiam.

⁵⁸⁷ Cf. Claudia Solomon Tarquini. Largas noches en La Pampa. Itinerarios y resistências de la población indígena (1878-1976), op.cit.

⁵⁸⁸ Cf. Enrique Mases. **Estado y cuestión indígena: el destino final de los indios sometifos en el sur del território (1878-1910)**. Buenos Aires: Prometeo, 2002.

Em comunicado oficial enviado ao Ministro da Guerra interino, Roca confirmou o sucesso da ocupação da linha de fronteira dos rios Negro e Neuquén. Segundo ele, a campanha teria sido responsável por assediar, confundir e oprimir os nativos em todas as partes e direções:

"Los pocos grupos de indios que quedaban en el territorio así dominado, han caído en poder de nuestras fuerzas o se han apresurado a presentarse según lo notara V. E. por los partes; otros han huido abandonando sus familias a la muerte en las travesías. Namuncurá debe su temporaria salvación a la anticipación de tiempo en que emprendió su retirada a los valles interiores de la cordillera, donde hoy se encuentra amparado por su pariente Reuque-Curá que tendrá que responder perentoriamente de este hecho, según lo anunció a V.E. Baigorrita y los restos de su tribu, quedan aun dentro del cerco de nuestro dominio; se tienen noticias por prisioneros tomados, del estado de completo aniquilamiento de recursos de movilidad y de manutención en que trataba de escapar a la persecución de nuestras partidas" 589

Ao dirigir a Roca um detalhado ofício de sua coluna expedicionária, Napoleón Uriburu reforçou a desagregação das comunidades indígenas dos Pampas:

"En los caminos que recorren nuestras partidas hayan indios muertos que viniendo a pié desde largas distancias **perecen de hambre**. En el que siguieron las comisiones que despaché a las costas del Limay, encontraron dos distantes el uno del otro, y **no había vestigio de más huellas que la de los indios muertos**" ⁵⁹⁰

Tais resultados foram alvo de comentários positivos por parte da imprensa. Em linhas gerais, considerava-se essencial extinguir ou debilitar os indígenas para que estes não mais configurassem um "perigo social". Por isso, um dos autores de El Nacional comemorou o sucesso da campanha: "Hoy los toldos no existen! Hay guaridas en que se esconden los restos de las diezmadas tribus; pero no el hogar antes tranquilo en que se perpetuaba la vida salvaje del hombre primitivo" ⁵⁹¹.

Essa informação foi corroborada pelo correspondente de *La Nación*, cujo relato expunha que "no existe una sola tribu en la pampa, pues no puede darse el nombre de tal, a pequeños grupos de indios que huyen desorientados en todas direcciones, en los que ha miseria y el hambre hacen más estragos, que las armas de nuestros soldados"⁵⁹².

⁵⁸⁹ *La Tribuna*, n° 8663, 10 e 11/07/1879, grifo meu.

⁵⁹⁰ La Tribuna, n° 8668, 16/07/1879, grifo meu.

⁵⁹¹ El Nacional, nº 9815, 17/04/1879.

⁵⁹² La Nación, nº 2657, 26/06/1879, grifo meu.

Todavia, o êxito da expedição caminhou lado a lado à imposição de condições subhumanas de vida aos índios capturados. O próprio coronel Racedo reconheceu anos mais tarde em suas *Memórias* que

"El llanto de los indios pequeños que había en el depósito de prisioneros era desolador. La completa desnudez en que se hallaban les hacía sentir con toda su horrible intensidad el rigor de la estación. Todos los jefes y oficiales de la División que nos habíamos quedado con la ropa estrictamente indispensable, dándoles el restante para aliviar sus miserias, pero aun estas exiguas provisiones no podían bastar para cubrir sus necesidades y aquellos desgraciados estaban completamente ateridos" 593

O depoimento abaixo, publicado por Alfred Ébelot em *El Nacional*, retratou o estado em que se encontrava a tribo de Catriel ao ser capturada. Percebe-se em sua fala um significativo distanciamento entre o imaginário sobre os indígenas construído ao longo décadas na Argentina – temerários bandidos, que não acatavam a lei do Estado e se impregnavam de marginalidade – e os nativos com os quais os militares se depararam em 1879. Segundo se conta, os catrieleros chegaram ao extremo de comer os couros de vaca de suas tendas para sobreviverem:

"Vimos, ha poco, dice, desembocar de todas partes los convoyes de prisioneros. Siempre será este un espectáculo desgarrador, sobre todo si predominan mujeres i niños. Hacíalo más lamentable todavía la miseria odiosa que rodeaba aquellos infelices. Llegaban en hileras, poco menos que desnudos, i la desnudez no embellece por cierto a esta raza de formas sin gracia. Las piernas delgadas i los vientres abultados de los niños, daban testimonio de lo que habían sufrido. Los indios se habían visto reducido a los cueros de vaca de sus toldos. Por todas partes encontrábamos entre los harapos que les servían de cama, lonjas de cuero bien peladas, i enterada en el suelo para ablandarlas. Muchos niños y mujeres habían perecido" 594

Entretanto, se Ébelot considerou que a situação dos indígenas prisioneiros suplantava as privações antes vividas no Deserto, Remigio Lupo atentou para o fato de que os nativos não ocultavam "la pena que les causa el verse privados de su libertad; de esa libertad que los hacia dueños hasta hace poco de esa inmensa pampa que se estendia hasta lo que es hoy la segunda línea de fronteras"⁵⁹⁵. Este apreço à liberdade era tido como um significativo obstáculo à regeneração dos nativos remanescentes e à sua assimilação à civilização. A formação de colônias nas proximidades dos centros populacionais, onde seriam obrigados a trabalhar para

⁵⁹³ Eduardo Racedo apud Andrés Bonatti y Javier Valez. **Una guerra infame. La verdadera historia de la Conquista del Desierto**, op.cit, p.52.

⁵⁹⁴ El Nacional, nº 9815, 17/04/1879.

⁵⁹⁵ La Pampa, nº 1772, 23/04/1879, grifo meu.

prover o próprio sustento, era apresentada por *La Pampa* como uma solução viável para essa questão:

"Y téngase presente, que ha de costar mucho someter a los indios al trabajo, porque no es cosa tan fácil hacerles olvidar en un día hábitos que tienen sus raíces en tiempos inmemoriales; y por lo tanto, que hay el peligro en que abandonen las colonias para ir a hacer vida común con las tribus no sometidas. Ha de hacérseles duro a los indios el trabajar, después que han pasado su vida entera echados de barriga en sus toldos, u ocupados solo de adiestrar sus caballos para invadir nuestras poblaciones; y han de sentir más enérgico y más vivo el deseo de libertarse de una imposición que ha de parecerles tiránica, a medida que sean más fáciles las proporciones que se les presenten de huir" 596

A fixação do Exército Expedicionário nas margens do rio Negro não representou para Julio Roca e para a imprensa a concretização do projeto de territorialização da região austral. Pelo contrário: a bem sucedida ocupação dos Pampas suscitou uma onda de otimismo, segundo a qual nada mais poderia deter a marcha dos regimentos militares vencedores "do deserto e do selvagem"⁵⁹⁷.

Reconhecendo que a República Argentina compreendia também a Patagônia, o Ministro da Guerra julgou imprescindível submeter às leis da Nação os indígenas que habitavam o território compreendido entre os rios Neuquén e Limay e o lago Nahuel Huapi. Ao afirmar incisivamente que "allí iremos buscarlos, aunque se oculten en los valles mas profundos de los Andes, o se refugien en los confines de la Patagonia, abriendo así una segunda campaña, donde nuevos trabajos y glorias nos esperan"⁵⁹⁸, planejou uma nova expedição militar, reforçando o intento de reduzir significativamente a política de tratados de paz. Contudo, na prática lançou mão também de algumas medidas amistosas para conter possíveis resistências orquestradas pelos longkos Inacayal, Sayhueque e Reuque-Curá.

Segundo o correspondente de *La Nación*, em fins de maio Roca despachou 27 chasques⁵⁹⁹ rumo às referidas tolderias, no intuito de "demostrar los beneficios que ha de reportar a la prosperidad y futuro engrandecimiento de sus respectivas

⁵⁹⁶ La Pampa, nº 1787, 10/05/1879, grifo meu.

⁵⁹⁷ La Tribuna, n° 8703, 31/07/1879.

⁵⁹⁸ La Tribuna, n° 8615, 29/04/1879.

⁵⁹⁹ No Império Inca, correspondiam aos funcionários em missão oficial que percorriam a extensa rede viária no intuito de transmitir mensagens.

tribus, la influencia protectora de nuestras leyes y las relaciones con las poblaciones que deben crearse al amparo del Ejército" ⁶⁰⁰. Na ocasião, foi outorgado a Valentín Sayhueque o título de "Governador Principal dos Habitantes Indígenas do Deserto", conforme explica o próprio Ministro da Guerra e Marinha:

"En cuanto al cultivo de relaciones con las poblaciones de indios amigos, me he limitado en esto a una actitud expectante. El único cacique que he creído merezca por considerado por su conducta siempre fiel y la buena comportación de su tribu que no ha figurado en malones, **Sayhueque el de las Manzanas**. Me ha dirigido a el imponiéndole clara y terminantemente las reglas de buena amistad y conducta que debe observar por merecer la protección del Gobierno, y le he nombrado gobernador de las Manzanas para que haga cumplir entre las poblaciones indas que allí quedarán bajo su dependencia todas las prescripciones trasmitidas y lo demás que convenga ordenar en lo sucesivo" 601

Em carta enviada a Roca e Villegas no mês de agosto, o *longko manzanero* reforçou a promessa de seguir reconhecendo o poder das autoridades nacionais e de não cooperar com as tribos fugitivas dos Pampas:

"Es en mi poder su mui importante carta fha 14 de Junio del actual; Con la cual me he impuesto de su Continucion que sus personagues y un numerosos egercitos se hallaban hocupando los puntos Cholechel, Chichinal, y el Neuquen, y todas las pampas, donde bivieron numerosas tribus, desaciendolos y tomandolos pricioneros, por no haber sabidos quienes corresponder aquella generocidad que el Sr. Precidente de la Nacion les habia demostrado; Es verdaderamente amigos que esos crimenes de malones y Robos es insufribles he intolerables; de suerte que el que decea cuya opinion pierde todo bien y encuentra con mucha facilidad las desgracias educaciones que me dejo de erencia mi finado padre N. Chocorí manifestando-me en prímer punto. Esto es que en los Crimenes de robos, ho malones, contra cristianos, ho almenos contra buestras tríbus, se resultaban la indignaciones Guerras gravicimamente penosas; de Suerte desgraciada en cuyo origen se pierden todo bien, muriendo ya repentinamente aun el mejor personague familia dejando desgraciadamente guerfanos sin el necesario amparo y perdiendo todos los recursos, lujos, he propiedades legítimas que pocedian sus padres. Con tal motivo amigos Soy de un metodo moral, y me es mui agradable que en la tranquilidad y sociego humanamente se aprobechan infinitos bienes; gozando sus buenas familias, teniendos sus agradables hijos en sus precencías, Sustentandoce bien sin Sucidio ninguno, huzando sus hagradables lujos, durmiendo dulces Sueños a buestro hagrados en su propiedad y leguitima, y como yo a Dios Gracias he llegado aprochar esas opiniones que me dejo Sembrado mi finado padre Chocorí, Religuiozamente cumplo las promezas que tengo contraido desde ya el termino de veinte y tantos años con el Exmo. Señor Precidente de la Nacion y creo indispenzables que el paiz, Superiores, y cuantos actoridades, no tienen puramente nada que esponer contra mi noble persona"602

⁶⁰⁰ La Nación, nº 2649, 21/06/1879.

⁶⁰¹ La Tribuna, nº 8663, 10 e 11/07/1879, grifo meu.

⁶⁰² Valentín Sayhueque a Julio Roca e Conrado Villegas, 05/08/1879. In: Jorge Pavez Ojeda. **Cartas mapuche** (**siglo XIX**), op.cit, pp.718-722, grifo meu.

A resistência ao processo de territorialização não era o único aspecto que Roca temia a respeito de Sayhueuque. Também se fazia motivo de preocupação a comunicação mantida pelo *longko* com os chilenos, fossem eles autoridades *criollas* ou parentes de origem mapuche.

Além de estimular o comércio ilegal de gado, estimava-se que as relações com os habitantes da porção ocidental da cadeia andina facilitariam a edificação de povoados em territórios reivindicados pela Argentina, colocando em risco a soberania territorial. Nesse sentido, não podemos esquecer que, ainda que se houvesse optado pela arbitragem como solução temporária para os conflitos limítrofes, a tensão com o Chile era latente. Em caso de guerra, o domínio sobre a Patagônia habilitaria as tropas argentinas a operar sobre Punta Arenas e a tomar posse do Estreito de Magalhães, garantindo a rápida penetração em território chileno.

Conforme nos conta o próprio *manzanero*, Roca chegara a lhe solicitar que não se relacionasse com estrangeiros ou índios chilenos e não os admitisse como *lenguaraces* em suas *tolderias*. Este último pedido, entretanto, foi prontamente rechaçado por Sayhueque:

"I al mismo tiempo me encarga que no me deje engañar de acectar relaciones de las Autoridades Chilenas me dice como se a dejado engañar algunos de mis cacíquez de las faldas de las cordilleras y al mismo tiempo igualmente me encarga que mis comiciones no los inbie con ningun estrangeiro ni como cer con ningun indio de chileno de lenguaras todo estos fundamentos los encuentro mui pocitivo i mui ecencial; Hunicamente mi Secretario Señor Loncochino y un capitanejo lengu[a]ras no puedo carecer en mis jurisdiciones; Esto es; para dirigir mis obgetos a esos destino ya cea a Buenos Ayres es decir para podernos comprender perfectamente buestras correspondencias de manera cuando me dirijo á algun Superior precizamente se redactan mis entendimientos" 603

Mesmo desejoso de manter a paz e a aliança com as autoridades nacionais argentinas, o *longko* nunca deixou de expor seu posicionamento a respeito de questões que iam de encontro aos interesses de seu grupo indígena. Como vimos acima, não abriu mão da atuação dos *lenguaraces*, que, por dominarem a escritura espanhola, eram tidos como imprescindíveis no processo de tradução e de comunicação com os *criollos*. Ademais, se por um lado demonstrou-se favorável à ocupação dos Pampas, por outro reivindicou que os acampamentos militares fossem deslocados dos territórios considerados de sua propriedade.

⁶⁰³ Idem, grifo meu.

A partir da análise do discurso empregado nas correspondências enviadas por sua secretaria, pode-se concluir que Sayhueque nutriu a esperança de ser tratado de maneira equitativa pelos *criollos*, considerando-se munido de direitos legítimos para tanto:

"I finalmente Amigos tengo el honor de incluirles todos por estenzos los conocimientos mui antiguos que me dejo de erencia mi finado padre Chocorí que en años mui atras Buenos Ayres exsistieron los vice abuelos de mi finado padre Badia blanca, Tandil, Asul, y todas las pampas de Buenos Ayres existieron todos sus antecezores quedaron de esas razas Catriel, Lefipi; y barios otros caciquez principales y me dice que Cuando binieron los Cristianos ho españoles peliaron hasta encharcarce en sangre quedando algunos livres por la providencia de Dios, pues somos nosotros las ramas de aquellos antepassado En esta virtud Amigos creo evidentemente que devimos conciderarnos como lejitimos hermanos mirarnos, con mucha vondad y equidade Vds y mís habitantes Somos mui hijos Criollos de este Suelo, he hijos de un Solo criador el que adoramos igualmente [...] Señor ministro y amigo Billegas Como ygualmente me dio conocer mi finado Padre que Santiago de Chile, y otras varias Republicas, Provincias, departamentos, y billas, habian sido todos poblados de razas Indigenas; hocupando hoy los cristianos y recibiendo numeros perjuicios los pobres indios criollos de aquella america, de Suerte que poniendoce considerar bien todos estos Sucesos manifesta algo dolor de corazon. Sin embargo Amigos y últimamente Nadie es más primitibo dueño que es buestro criador en todo el mundo y em nosotros y cuantas ríquezas que excisten en él ceno ho vientres de la tierra; En esta virtud dejo á elecsion de Dios estas Continuaciones adorandolo y Rogandolo me conceda mi Salud y me invie cuanto más posible Sabidurías y mancedumbres en toda mi vida. Amigos espero de Vdes me cuenten un regular reprecentante del Señor Precidente de la Nacion"604

Assim como Namuncurá, Sayhueque foi capaz de preservar a sua soberania até o ano de 1881, quando Roca – agora Presidente da República – ordenou a realização das expedições ao lago Nahuel Huapi e ao sul do rio Limay. Para que a conquista da Patagônia fosse colocada em prática, em muito contribuíram o sucesso da *Campanha do Deserto* de 1879 e, consequentemente, a empatia desenvolvida pela opinião pública à figura do general.

⁶⁰⁴ Idem.

7.2. A projeção política de Julio Roca e as eleições presidenciais de 1880

O êxito da Campanha do Deserto foi determinante para a projeção política de Julio Roca, que se valeu de tal situação para concorrer à Presidência da República. Entretanto, ainda que de um modo geral a opinião pública fosse favorável à sua atuação como Ministro da Guerra e da Marinha, não houve um apoio consensual à sua candidatura.

La Nación, por exemplo, posicionou-se a favor daquela que denominou de "candidatura de conciliação", conformada por Carlos Tejedor e Saturnino Laspiper. A conciliação era definida como o restabelecimento do "império da constituição em sua plenitude", o que garantiria ao povo argentino o direito de eleger livremente suas autoridades⁶⁰⁵.

Em contrapartida, o periódico acusou Nicolás Avellaneda de tomar parte das eleições e de impor a candidatura de Roca, rompendo com a legalidade do sistema eleitoral e tornando-o contrário às liberdades públicas. Nesse sentido, tal candidatura não apresentaria um caráter popular:

"Los elementos populares con que cuenta la candidatura del General Roca, han podido apreciarse en la noche del lunes. En manifestación preparada en honor de la llegada de parte del ejército expedicionario a Choele-Choel, no era sino un ardid de guerra para hacer públicamente la proclamación del ministro en Buenos Aires. El fiasco no ha podido ser más tremendo. Con dos bandas de música, bombas e cahotes prendidos en el trayecto de Variedades a la casa del Dr. Avellaneda, no pudieron los partidarios de la candidatura Roca reunir más de quinientas personas, que asistieron de curiosos lo más, para oír la palabra del Presidente de la República. Esa manifestación ideada en honor de la candidatura de Roca, debe haberles mostrado a lo que la sostienen, que es en vano esperar que ella pueda reunir elementos populares en esta provincia" 606.

La Nación retratou Roca como um "candidato de guerra". Nessas circunstâncias, seu triunfo político prenunciaria um mandato regido pela força e pela arbitrariedade. Em outros termos, o perfil de Roca aproximava-se mais ao de um general do que ao de um homem de Estado:

"Los hombres de Estado no se improvisan en una batalla campal, o en un viaje militar, libre de peligros y obstáculos. Se forman en el estudio, en el manejo de la cosa pública, en la práctica constante de los negocios del Estado, y cometen

⁶⁰⁵ La Nación, nº 2586, 04/04/1879.

⁶⁰⁶ La Nación, nº 2635, 04/06/1879, grifo meu.

un error grave los que creen que con artículos de diario pueden improvisar un Presidente de la República que sirva de algo y produzca beneficios al país"⁶⁰⁷.

Enquanto isso, *La Tribuna* defendeu convictamente a candidatura de Roca, crendo na capacidade do general de conduzir a Argentina ao caminho do progresso, sem tirania ou debilidade:

"No puede ofrecer otra garantía de buen gobierno, que la historia de su vida anterior consagrada con el mejor éxito al cumplimiento del deber, y a la defensa de la patria. Es esa garantía la que debe ser más verdadera para todos los argentinos. La historia del General Roca se compone de cuatro páginas brillantes: - Curupsiti que le hizo Comandante, Nsembé que le hizo Coronel, Santa Rosa que le hizo General y el Rio Negro que le hará Presidente. Esa historia revela en nuestro candidato el raro talento de saber hacer bien todo lo que comprende, y coronar todas sus empresas con el más feliz éxito" 608.

O periódico rebateu todos os argumentos que buscavam desqualificar a imagem de Roca. A respeito da juventude e da inexperiência de governo, frisou que na história abundavam exemplos de homens jovens, capazes de salvar seus países em momentos de crise, e de homens mais velhos, que careciam da virilidade necessária para tanto. Sobre o excessivo militarismo, confirmou a intenção de Roca em reduzir a influência política do Exército, o que poderia ser comprovado pelo fato de que generais de grande influência e poder, como Mitre, Gainza e Arredondo, não integravam as bases roquistas. Por fim, diante das acusações de que Roca não se empenharia em solucionar as disputas limítrofes com o Chile, *La Tribuna* foi categórico:

"El General Roca piensa, que debe hacerse inmediatamente la ocupación militar de la Patagonia, desde el Santa Cruz hasta el Estrecho. Piensa que la colonización de nuestros hermosos puertos del Atlántico, es una necesidad apremiante, que solo la imprevisión o la cobardía pueden postergar. Piensa mal? No creemos que haya argentinos que desconozcan el patriotismo de esas opiniones, y la conveniencia de hacerlas efectivas" 609.

⁶⁰⁷ La Nación, nº 2665, 12/07/1879, grifo meu.

⁶⁰⁸ *La Tribuna*, n° 8701, 29/07/1879, grifo meu.

⁶⁰⁹ La Tribuna, nº 8703, 01/08/1879, grifo meu.

7.3. A ocupação do "Deserto Verde": campanhas militares no Chaco

Em outubro de 1880, ao ser empossado Presidente da República, Julio Roca reafirmou ante o Congresso Nacional o compromisso de dar continuidade ao processo de expansão territorial do Estado argentino. Tal seria, segundo ele, a oportunidade para que a nação se tornasse grandiosa e pudesse enfim exercer influência sobre a civilização da América e do mundo:

"Debo, sin embargo, hacer especial mención de la necesidad que hay de poblar los territorios desiertos, ayer habitados por las tribus salvajes, y hoy asiento posible de numerosas poblaciones, como el medio más eficaz de asegurarse su dominio. Continuaré las operaciones militares sobre el Sud y el Norte de las líneas actuales de frontera, hasta completar el sometimiento de los indios de la Patagonia y del Chaco, para dejar borradas para siempre las fronteras militares, y a fin de que no haya un solo palmo de tierra argentina que no se halle bajo la jurisdicción de las leyes de la Nación. Libremos totalmente esos vastos y fértiles territorios de sus enemigos tradicionales, que desde la conquista fueron un dique al desenvolvimiento de nuestra riqueza pastoril; ofrezcamos garantías ciertas a la vida y a la propiedad de los que vayan con su capital y con sus brazos a fecundarlos, y pronto veremos dirigirse a ellos multitudes de hombres de todos países y razas, y surgir del fondo de esas regiones, hoy solitarias, nuevos Estados que acrecentarán el poder y la grandeza de la República" 610.

Roca comprometia-se com a realização de ao menos duas operações militares durante seu mandato: a ocupação do Chaco e da Patagônia. Tais regiões, que permaneciam alheias à órbita de intervenção estatal, adquiriram na década de 1880 grande importância estratégica, já que envolviam os limites territoriais da República Argentina com dois países partícipes da Guerra do Pacífico: a Bolívia e o Chile.

No que diz respeito ao "Deserto verde" ou "Deserto do Norte", nome comumente utilizado para denominar o Chaco, estima-se que em 1884 em torno de 80 mil indígenas habitassem a zona situada ao sul do rio Bermejo, sendo 10 mil deles guerreiros⁶¹¹. Apesar de nômades, caçadores e coletores, praticavam a agricultura primária, técnica que ampliaram e depuraram a partir do contato com os espanhóis, desde fins do século XVI.

⁶¹⁰ La Tribuna, nº 3036, 13/10/1880, grifo meu.

⁶¹¹ Andrés Bonatti y Javier Valez. **Una guerra infame. La verdadera historia de la Conquista del Desierto**, op.cit. **Ver anexo 29.**

A partir de 1870, sucessivas campanhas militares ao interior do Chaco foram organizadas partindo de Salta, com o objetivo de submeter os nativos e estabelecer a ligação entre as cidades de Corrientes e Jujuy. Muitas delas tiveram um êxito moderado, como aquela empreendida por Luis Fontana, no ano de 1880. As privações e desafios enfrentados pelos quarenta e dois soldados que compunham a força expedicionária foram tema central do artigo publicado pelo correspondente Rufino Roldan nas páginas de La Nación. Segundo ele

"Al día siguiente de emprender la marcha en dirección al Bermejo, fueron atacados violentamente por una emboscada de indios, que les mató dos hombres y hirió levemente al capitán D. Luis Moreno y de bastante gravedad al Dr. Fontana, a quien una bala lo atravesó el brazo izquierdo, cerca del hombro. Desde este momento puede decirse que principió para el valiente jefe de la Comisión exploradora, un verdadero Via-Crucis. Veinte y nueve días caminó en el desierto, sufriendo horriblemente de su herida mal curada, falta de agua potable unas veces, casi sin alimentos siempre, y marchando unos días bajo una atmósfera de fuego, y otros bajo un frio glacial, pues estos cambios tan notables de temperatura se producen con muchísima frecuencia en estas regiones"612.

Além de exaltar o papel civilizador daqueles que se lançavam em uma penosa marcha rumo a um território hostil, carente de víveres básicos e de segurança, o relato de Roldan ressaltou a importância da conquista do Chaco para o estreitamento das relações comerciais com a Bolívia:

"Si quiere traerse el comercio de Bolivia a la República Argentina, suprímase el desierto que la separa del Litoral y como un torrente se desbordará hacia nosotros. La apertura del camino a Corrientes costeando el Bermejo, será el primer paso dado en ese sentido; pero paso de grandísima importancia, que muy poco dejará por hacer para que desaparezca del todo ese desierto. Y finalmente, para resolver del todo el problema que Bolivia exporte sus productos, e importe lo que consume por nuestro territorio, bastaría que el Gobierno Nacional habilitara una Aduana de Depósito en un punto conveniente de las costas del Bermejo"613.

Contudo, foi apenas em 1884, com a aprovação da Lei 1470, que o Poder Executivo foi autorizado a investir a quantia de 500.000 pesos na ocupação militar do Chaco, no reconhecimento científico do terreno e no estudo da viabilidade de navegação dos rios Bermejo e Pilcomayo. Na abertura dos debates no Congresso Nacional, Julio Roca e Benjamin Victorica, então Ministro da Guerra e Marinha, frisaram a importância dessa empreitada para assegurar as fronteiras externas da

 $^{^{612}}$ La Nación, nº 3051, 30/10/1880, grifo meu. 613 Idem.

República, mediante a demarcação dos limites com a Bolívia, e internas, através da submissão definitiva dos indígenas que ali habitavam.

A principal discordância em relação à pertinência do projeto de lei se deu entre os senadores Tadeo Rojas⁶¹⁴ e Del Valle⁶¹⁵. Segundo Rojas, a operação militar sobre o Chaco seria válida porque complementaria aquela realizada anos antes nos Pampas. Em conjunto, ambas seriam responsáveis por levar a civilização aos territórios povoados pela barbárie indígena:

"No hace mucho tiempo, señor Presidente, que cualquiera operación militar sobre la Pampa o sobre el Chaco, cualquier pequeño encuentro de nuestras guardias avanzadas, con los salvajes, era motivo de grandes comentarios y de grandes aplausos para el jefe u oficial que las había realizado. Pero hoy, señor Presidente, el país mismo se ha familiarizado de tal modo con la realización de esos grandes hechos a que antes me he referido, que ni siquiera llama su atención que la Pampa está ya completamente dominada y de que nuestro ejército ocupa el límite territorial de la Nación al Sud, sin haber dejado un solo indio a su espalda; ni siquiera se apercibe, señor Presidente, de que el Poder Ejecutivo ha producido actos que debían llamar su atención y realizado operaciones militares de un año a esta parte, sobre el Chaco, y cuya terminación va a tener lugar con la sanción de este proyecto".

Em contrapartida, Del Valle contrapôs-se à sanção do projeto de lei, ao supor que a empreitada militar se valeria de meios violentos para alcançar seus objetivos, tal como se dera nos Pampas. Para ilustrar seu pensamento, fez referência às distintas formas de colonização implementadas nas porções norte e sul do continente americano. Explicou que, diferentemente do que ocorrera na América do Norte, na América do Sul o uso das armas teria suplantado o emprego de meios pacíficos de civilização dos nativos. De acordo com o senador, tais tendências da colonização espanhola se refletiam no processo de expansão territorial vivido pela Argentina:

"La tradición se ha conservado en las dos Américas: en la América del Sud, nosotros hemos ido a la lucha con el salvaje, a la lucha de exterminio: en la América del Norte, la civilización ha ido tomando terreno en la proporción que el mundo conoce, año por año, día por día, respetando, hasta donde ha sido posible, los derechos del hombre primitivo de la América, comprando el gobierno de los Estados Unidos los territorios que las tribus indas ocupaban, celebrando tratados y limitando su ocupación y su administración dentro de su propio territorio, por el respeto que se debía a la ocupación individual y colectiva de las tribus, y

⁶¹⁴ Dirigente unitário, Tadeo Rojo nasceu em San Juan. Foi legislador provincial, deputado e senador nacional.

⁶¹⁵ Não foram encontradas informações relevantes sobre a vida política do senador em questão.

⁶¹⁶ H. Cámara de Diputados de la Nación – Dirección de Información Parlamentaria. "40ª Sesión Ordinaria del 19 de Agosto de 1884". In: *Diario de Sesiones de la Cámara de Diputados*, p.376.

conviniendo en que estos terrenos que los indios ocupaban, no podían serles quitados, sin cuándo nuevas necesidades de civilización lo exigieron, y mediante una compensación o arreglo por la cesión de esos territorios"⁶¹⁷.

Embora não negasse o direito dos povos civilizados de submeter aqueles considerados selvagens, Del Valle defendeu, com base no direito universal, que tal relação fosse regida por princípios conciliadores e moderados, sendo o uso da violência legitimado apenas em casos excepcionais. Contudo, o senador observou que esta estava longe de ser a experiência vivida pelos indígenas na Argentina:

"Hemos tomado familias de los indios salvajes, hemos traído a este centro de civilización, donde todos los derechos parece que debieron encontrar garantías, y no hemos respetado en estas familias ninguno de los derechos que pertenecen, no ya al hombre civilizado, sino al ser humano; al hombre lo hemos esclavizado, a la mujer hemos prostituido; al niño lo hemos arrancado del seno de la madre, al anciano lo hemos llevado a servir como esclavo a cualquier parte; en una palabra, hemos desconocido y hemos violado todas las leyes que gobiernan las acciones morales del hombre. Centenares de familias se han visto despedazadas; y parece que no hubiéramos sentido como dolor humano al ver al hijo separado de su padre, a las criaturas abandonadas que han perdido todos los vínculos del hogar en la tierra, para encontrarse en estas condiciones de siervos en una sociedad libre" 618.

Além disso, o senador fez notar o caráter específico da conquista dos Pampas. Segundo ele, as ações levadas a cabo na região austral foram executadas em defesa das propriedades e da vida dos habitantes ameaçados pelos *malones*; em virtude disso, pressupunham a atuação do Exército. No caso do Chaco, o interesse primordial consistiria em reduzir os indígenas à condição de homens pacíficos e trabalhadores, já que estes careciam de armamentos e de instintos bélicos. Desse modo, sua ocupação demandaria, mais do que uma cruzada militar (que propagasse o cativeiro, o incêndio e a matança), uma cruzada civilizadora.

Tadeo Rojas, por sua vez, vislumbrava a questão sob outro prisma. Considerava que, ao desrespeitar a autoridade da Nação e impedi-la de tomar posse das terras, os nativos dos Pampas legitimaram o uso do recurso extremo da força por parte do Estado nacional. Na sua visão, as mesmas condições existentes na campanha bonaerense seriam enfrentadas na expedição ao Chaco:

"El señor Senador hacia comprender que el Chaco no tiene sobre sus fronteras intereses que estén en peligros por los avances del salvaje. ¿Por qué cree eso? Las

 ⁶¹⁷ H. Cámara de Diputados de la Nación – Dirección de Información Parlamentaria. "40^a Sesión Ordinaria del 19 de Agosto de 1884". In: *Diario de Sesiones de la Cámara de Diputados*, p.377.
 ⁶¹⁸ H. Cámara de Diputados de la Nación – Dirección de Información Parlamentaria. "40^a Sesión Ordinaria del 19 de Agosto de 1884". In: *Diario de Sesiones de la Cámara de Diputados*, p.378.

provincias que limitan con el Chaco, tienen también intereses que guardar, tiene poblaciones civilizadas que constantemente han sido y aun son asaltadas por los salvajes, como antes sucedía en la Provincia de Buenos Aires. Por consiguiente, las mismas razones que existieron antes para autorizar la ocupación de la pampa, existen ahora para acordar la ocupación del Chaco. Además, agregaba el señor Senador: estos indios no son tan malos como los otros. Se conoce que el señor Senador ha andado entre ellos; no los conoce bien probablemente: no hubiera venido a pronunciar su discurso, si hubiera estado alguna vez cerca de ellos. Son tan malos como los de la pampa"619.

7.4. A ocupação definitiva da Patagônia: a cartada final da imprensa bonaerense e o destino final dos últimos cacicados

Não foi apenas a região chaquenha que se tornou alvo de investidas do Estado argentino na década de 1880. A eclosão da Guerra do Pacífico, ao reavivar os conflitos limítrofes pendentes com o Chile, também foi responsável por lançar luz sobre a urgência de implementação de um programa de ocupação definitiva dos territórios austrais. Nesse sentido, chama a atenção a maneira como os periódicos bonaerenses da época criticaram a atuação do estado vizinho no conflito do Norte, chegando a defini-la como "bárbara" e "sem escrúpulos".

De acordo com *La Nación*, a República chilena havia violado os *Principios de derecho de gentes*, formulados pelo jurista Andrés Bello, ao irromper hostilidades bélicas sem prévia declaração de guerra e atacar propriedades particulares peruanas sem que as circunstâncias que legitimassem tal ação se fizessem presentes. Logo, o periódico protestava contra um conflito que, a seu ver, infligira ao inimigo mais danos do que o necessário para vencê-lo:

"Los bombardeos de Chile sobre puertos indefensos del litoral peruano, que ni posiciones militares eran, y ni siquiera pretendían defenderse, no tiene explicación. La expedición Lynch contra el indefenso Norte del Perú al solo objeto de destruir edificios públicos abandonados, haciendas particulares, depósitos de comercio que el enemigo no podía utilizar y hasta las cosechas que podían alimentar las poblaciones, son hechos que no tienen justificación ante la civilización" 620.

_

⁶¹⁹ H. Cámara de Diputados de la Nación – Dirección de Información Parlamentaria. "40ª Sesión Ordinaria del 19 de Agosto de 1884". In: *Diario de Sesiones de la Cámara de Diputados*, p.381. ⁶²⁰ *La Nación*, n° 3085, 12/12/1880, grifo meu.

Adotando a mesma linha argumentativa, El Nacional contribuiu para consolidar a visão negativa sobre o governo chileno, ressaltando que este havia "ultrajado a consciência humana" ao invadir o Peru e que seu "estado moral profundamente pervertido" havia surpreendido todo o continente. Segundo a avaliação feita pelo autor de "los bárbaros", "Chile ha salido de la sombra para mostrar, la primer vez que ha salvado la muralla China en que vegetaba, todo el atraso de sus masas, toda la debilidad de un organismo político que se agita a merced de la ola popular"621. Assim, o periódico pressionou o governo argentino para tomasse um posicionamento em represália à ação chilena:

"Todas estas cosas se pagan tarde o temprano: la conciencia de la América sobre Chile está hecha ya. En cuanto a nosotros, el degüello de Chorrillos, aplaudido por la prensa de Chile, ha cavado un abismo profundo entre estos dos pueblos. Toca a nuestro gobierno, en sus comunicaciones ulteriores con el de Chile, expresar el sentimiento nacional, esto es, la repugnancia que la barbarie de aquel país inspira"622.

Ao que tudo indica, essas críticas expressavam também o temor quanto à política expansionista colocada em prática pelo país vizinho, sobretudo devido às questões limítrofes pendentes existentes entre as duas nações. Todavia, o envolvimento no conflito bélico de dimensões continentais levou o presidente chileno Aníbal Pinto a resignar a uma das frentes de batalha.

A assinatura do tratado limítrofe entre Francisco Echeverría, cônsul geral do Chile em Buenos Aires, e Bernardo de Irigoyen, Ministro das Relações Exteriores da Argentina, em 23 de julho de 1881, permitiu que ambos os Estados restabelecessem o foco na consolidação da jurisdição sobre as porções da região austral que lhes cabiam⁶²³. Dessa forma, como vimos, chegaram até mesmo a realizar operações militares combinadas para conter a circulação indígena no espaço andino.

Diante das novas circunstâncias, uma das medidas adotadas pelo governo argentino foi intensificar as relações políticas com Valentin Sayhueque, "Governador Principal dos Habitantes Indígenas do Deserto", em troca de seu apoio à política de expansão territorial. No intercâmbio de correspondências, é interessante perceber como o longko valeu-se do contato com as autoridades nacionais para expor

⁶²¹ El Nacional, nº 10858, 21/02/1881.

⁶²² Idem, grifo meu.

⁶²³ Sobre o tratado de limites de 1881, cf. Juan Agustín Rodríguez. Chile en el Canal Beagle y mares australes: tratado de paz entre Chile y Argentina. Santiago: Gráfica Progresión, 1985.

suas considerações críticas sobre o processo de conquista de parte dos territórios patagônicos.

Nesse sentido, o avanço do exército em direção ao sul tornara evidente que os acordos de paz objetivavam conter momentaneamente os ataques da fronteira. Ciente do planejamento das expedições militares, Sayhueque recorreu ao auxílio do naturalista e amigo pessoal Francisco Moreno:

"Amigos creo que el Sr. Gobierno y Superiores no precizan con mucha ambición los puntos Cholechel, Chi-Chinal, y ni el Neuquen, Razón que yo a Dios gracias bivo con mi noble opinión para poder contener todos mis ábitantes para quienes no puedan jamás ofender ningún puntos; así es que; espero ocupen Vds las pampas donde ycieron sus venganzas desocupándome los puntos en donde se encuentran acampados. Creo Señores tengo Suficientes derechos poderles esponer y tengo mucha abicion que para dentro de cuatro meces inviar comiciones a casa del Sr. Precidente de la Nación para hacer infinitos objetos con aquel Superior" 624.

Sayhueque igualmente dirigiu-se a Conrado Villegas, então chefe da linha militar do Rio Negro, no intuito de reivindicar a liberação de um grupo de índios, que segundo ele haviam sido aprisionados indevidamente. Chama atenção na fala do *longko* a confiança nutrida por ele em relação a Villegas e no seu poder de fazer justiça em prol dos nativos:

"Por ahora le explico a V. francamente sin embargo aunque no tengo el gusto de conocer lo tempo bendra para este cumplimiento le impongo a V. en forma como actoridad de alto honer se digne acectarme y concederme su completa libertad de mis Sucente y ocho indios que me tiene pricionero por ser quienes puramente inocentes del crímen que se les a la Suplantado los autores del acecinato de los carreteros que dicen sucedió en el Neuquén dicen fueron Pichimillamañ. En esta virtude amigo no hallo como figurar esa indebida pricion que sufren mis Capitanejos [...] Amigo creía que las autoridades cristianas aplicaban castigos terribles al que acomete desordenes, y no al inocente y subalternos de un superior que jamás ha dado que sentir a los amigos ni menos al Gobierno. Si no que cumplo mis propocitos religiosamente el que Constituye en Patagones [...] confio con mucha confianza se digne acectar con aprecio y puntualidad mi pretencion. Es [justicia] que imploro"625.

Contudo, a crença de que as autoridades de fronteira atuariam em defesa dos direitos indígenas não se concretizou, na medida em que, em 1881, o Congresso Nacional aprovou a Lei 1133, que destinou ao Departamento de Guerra um crédito especial para a ocupação definitiva dos territórios situados entre os rios Neuquén e

⁶²⁴ Valentín Sayhueque a Francisco Moreno, 1880. In: Carlos Martinez Sarasola. **La Argentina de los caciques: o el país que no fue**, op.cit pp.309-310, grifo meu.

⁶²⁵ Valentín Sayhueque a Conrado Villegas, 09/02/1881. In: Jorge Pavez Ojeda. **Cartas mapuche** (**siglo XIX**), op.cit, pp.770-771, grifo meu.

Limay. O intuito era realizar novas expedições militares à região do Nahuel Huapi, de modo a ocupar definitivamente a linha de operações situada nas proximidades da Cordilheira dos Andes e assegurar sua defesa contra as irrupções araucanas, fomentada pelo contato com os nativos da porção ocidental da cadeia andina.

Devemos recordar que as campanhas de 1878 e 1879 não haviam alcançado diretamente três importantes cacicados: o do *salinero* Sayhueque, o do *pehuenche* Reuque Curá (irmão de Namuncurá) e o do também *pehuenche* Feliciano Purrán (parente de Quilapán). Enquanto Reuquecurá dominava a exploração de recursos naturais como o sal, o cobre e o carvão, Purrán exercia um papel central no controle do comércio transandino de gado e cavalos, os quais, provenientes das estâncias dos Pampas, eram vendidos em diferentes mercados chilenos.

Todavia, em apenas quatro anos, custosas expedições dirigidas por Conrado Villegas (1881 e 1882)⁶²⁶ e por Lorenzo Vintter (1883 e 1884)⁶²⁷ desmantelaram os cacicados remanescentes, reduziram os grandes *longkos* e incorporaram os territórios situados ao sul do rio Neuquén à jurisdição nacional. Em carta enviada a Benjamin Victorica no início de 1883, Villegas deu por concluída a batida do território indígena compreendido entre o rio Neuquén e o lago Nahuel Huapi:

"Con la batida en el territorio comprendido entre los ríos Neuquen-Limai, cordillera de los Andes y lago Nahuelhuapi, está, puede decirse, concluida, pues si ha quedado algún indio, huyo a pie, hambriento y la estación venidera. Una comisión se ocupa de hacer sus estudios necesarios a fin de colocar destacamentos en puntos convenientes, y privar que aquellos que han sido arrojado al otro lado no puedan regresar a este y los que hayan quedado en las montañas se vean en la alternativa de perecer de hambre o someterse a nuestras fuerzas" 628.

Nesse contexto, um fato recebido com bastante entusiasmo entre as autoridades nacionais foi a notícia da rendição de Manuel Namuncurá ao coronel José Daza, em março de 1884. No ano anterior, Gregorio Urrutia havia comunicado ao comando de fronteira argentina que o *longko* encontrava-se refugiado em território chileno, o que uma vez mais comprova que, a despeito dos conflitos diplomáticos

628 El Mercurio, nº 16803, 22 de fevereiro de 1883, grifo meu.

_

⁶²⁶ Conhecida como "Expedición al Gran Lago Nahuel Huapi", a operação de 1881 foi realizada por três colunas militares: a primeira, dirigida por Rufino Ortega, partiu de Ñorquin; a segunda, comandada por Lorenzo Vintter, partiu do forte General Roca e a terceira, liderada por Liborio Bernal, partiu de Choele Choel. A expedição foi completada pela "Comisión Exploradora del Río Limay", ao mando de Erasmo Obligado: partindo do forte Carmen de Patagoenes, deveria navegar o rio Negro até alcançar o lago Nahuel Huapi. Em 1882, a nova campanha dirigida por Villegas foi denominada "Expedición a los Andes" e concentrou-se na zona do rio Agrio e Aluminé até alcançar Melun

⁶²⁷ Entre 1883 e 1884, Lorenzo Vintter, então Governador da Patagônia, ordenou expedições que tinham como objetivo capturar Valentín Sayhueque e os últimos índios rebeldes.

em torno dos limites internacionais, as forças armadas de ambos os países atuaram em conjunto no intuito de minar a soberania indígena sobre as terras austrais⁶²⁹.

Em correspondência dirigida a Conrado Villegas, em 1883, Namuncurá expôs os motivos que justificavam sua estadia no Chile, ao mesmo tempo em que reforçou o desejo de obedecer às leis argentinas e de conservar relações pacíficas:

"Señor, en nuestra desgracia hemos venido a Chile i nos hemos entregado a su gobierno porque nos ha faltado el pan, para nuestros hijos i abrigo para nosotros i nuestras familias. Le suplicamos, Señor general, que no se nos impida nuestro comercio en esa república; porque queremos tener buenas relaciones, para las cuales nuestro padre será un lazo que las una más i más. Nosotros i nuestras familias haremos que la buena amistad que reina entre nosotros i la República Argentina sea eterna, de la cual somos sus servidores i de Usted sus afectísimos amigos i Hermanos"630.

Ao longo da última etapa do processo de territorialização, a imprensa também exerceu um papel fundamental no convencimento da opinião pública acerca da conveniência das operações militares na Patagônia. Segundo a avaliação feita por La Nación, estas possibilitariam o povoamento e a instalação de estabelecimentos agrícolas e industriais na zona. Tendo como base estes fatos, o periódico traçou um prognóstico bastante promissor para a Argentina: "Mediante esto, nuestro país es hoy el primer teatro abierto a la colonización de todos los pueblos y de todas las razas, y de su comunión con la nuestra surgirá la gran nación, adivinada por el poeta, llamada a realizar los destinos superiores que le están deparados en el porvenir"631.

Ao que tudo indica, o otimismo que caracterizou o discurso acima devia-se ao fato da expedição à Patagônia ser interpretada como a etapa conclusiva da conquista dos Pampas, o que asseguraria a definitiva eliminação da presença indígena nos territórios austrais e a concretização do processo de "conquista do deserto" estendera por décadas no país. Tal foi o raciocínio explicitado pelo autor de "la expedición militar a Nahuel-Huapi":

"Cuando se piensa que aún no hace cuatro años que vivíamos encerrados dentro de una estrecha zona, y que nuestras fronteras eran azotadas por numerosas hordas de bárbaros que saqueaban y mataban a su gusto deteniendo así el desarrollo de la riqueza y de las poblaciones más avanzadas, aparece como obra verdadera-mente grandiosa la llevada a cabo por el Ejército, conquistando la pampa y arrojando al

⁶³¹ La Nación, nº 3764, 24/03/1883, grifo meu.

⁶²⁹ Cf. Andrés Bonatti y Javier Valez. **Una guerra infame. La verdadera historia de la Conquista del Desierto**, op.cit.

⁶³⁰ Manuel Namuncurá a Conrado Villegas, 26/04/1883. In: Jorge Pavez Ojeda. **Cartas mapuche** (**siglo XIX**), op.cit, p.790, grifo meu.

salvaje a los confines del desierto, para de este modo presentar al mundo civilizado veinte o treinta mil leguas de tierras feraces, adecuadas para todas las industrias, para todas las razas y para toda clase de cultivos. Se ha dicho con razón que la pampa era un misterio y que el indio, señor de ella, estaba allí como en un santuario. Hoy ese misterio es ya una revelación, y ese indio es una sombra desvanecida en el espacio, para quedar señor de un antiguo santuario el hombre civilizado, que empieza a hacer-lo productivo bajo la acción regeneradora del trabajo y del capital bien aplicados. ¿Dónde están ahora las indiadas numerosas y soberbias, que estimuladas por el buen negocio que hacían del otro lado de las Cordilleras, avanzaban las fronteras del interior y empobrecían a Santa Fe, Córdoba, San Luis y Mendoza? Han desaparecido de la pampa al empuje del soldado de la civilización, y los restos dispersos de las tribus destrozadas vagan errantes por los áridos confines de la Patagonia, sin tener más perspectivas que someterse o perecer de necesidad"632.

Em 1883, a mensagem proferida pelo Presidente da República quando da abertura das sessões do Congresso Nacional fez menção aos avanços obtidos na incorporação da Patagônia à jurisdição estatal. Segundo ele, antes deserto, esse território desfrutava agora dos benefícios decorrentes da supressão das fronteiras internas e dos grupos indígenas: o crescimento populacional, o recebimento de imigrantes, a propagação da educação e a extensão da economia agrícola e ganadeira. Roca frisou o protagonismo exercido pelo Exército nesse processo de transformação da Patagônia em uma área produtiva da Argentina:

"El General Villegas y la División del rio Negro, que han puesto punto final a esta guerra contra los indios empezada con la conquista española, entregando nuevas, ricas y desconocidas regiones al dominio de la Nación, merecen una mención especial. Han desaparecido, pues, los indios bravíos, sin peligro alguno de que puedan volver, de los vastos escenarios de la Pampa y la Patagonia, para dar lugar de hoy en adelante a otras luchas más útiles y provechosas a la civilización"633.

Na medida em que que o domínio militar sobre a região austral era dado por consolidado, restava ainda aos dirigentes estatais decidir-se a respeito do destino a ser imputado aos índios que, pela força ou voluntariamente, haviam se submetido ao poder nacional. Essa foi uma discussão que se fez presente entre a opinião pública desde as campanhas de 1879. Afinal, as múltiplas opções colocadas em pauta refletiam os diferentes projetos de incorporação dos nativos à Nação argentina em construção.

-

⁶³² Idem.

⁶³³ La Nación, nº 3799, 01/05/1883, grifo meu.

O governo argentino não compactuou com a criação de reservas indígenas, a exemplo do que ocorrera nos Estados Unidos, pois temia que tal situação contribuísse para a reorganização dos cacicados e para a perpetuação das sublevações. Dessa forma, optou desde o início pela repartição dos nativos remanescentes em pequenos grupos remetidos a diferentes regiões do país, onde estariam alijados da autoridade de seus caciques e seriam progressivamente destituídos de suas referências familiares e culturais.

O periódico La Pampa teve uma participação ativa nos debates acerca do destino final dos prisioneiros indígenas, sendo portador de uma visão mais condescendente em relação aos mesmos. Preocupado com a assimilação dos índios à civilização, defendeu sua repartição entre famílias das colônias de Santa Fé, Córdoba e Entre Rios. Nestas localidades, ao se valerem do próprio trabalho para a subsistência, os elementos de "destruição e barbárie" e os "incultos moradores" seriam transformados em elementos de progresso para a República e em "laboriosos colonos". Nesse sentido, o autor de "O que debe hacerse con los indios" concluiu que "será un timbre de gloria y un marcado síntoma de progreso para nuestro país, el día en que habiendo hecho desaparecer el desierto, mostremos al mundo convertidos a sus incultos moradores en laboriosos colonos "634.

Para La Pampa, além de um dever humanitário, a civilização dos nativos reforçaria sua utilidade à sociedade, por meio do aproveitamento de sua aptidão ao trabalho. Retirá-los do isolamento nas áreas de fronteira e congregá-los em colônias situadas nas proximidades dos centros populacionais traria, ao ver do periódico, vantagens para a Nação argentina:

"Mientras tanto, los indios pueden ser elementos útiles para la sociedad, como se ha comprobado la experiencia. Cuando se les ha destinado a las filas del ejército, han resultado excelentes soldados, capaces por su temperamento de soportar las más rudas fatigas del servicio. El rigor de la disciplina militar, modifica en poco tiempo y con mayor eficacia que nada, sus hábitos y costumbres salvajes. Han probado así mismo ser aptos para marineros y para los trabajos de a bordo. Con poco trabajo, se hace de ellos excelentes tripulantes de los buques de guerra. Los particulares que han tomado indios para su servicio, atestiguan que son susceptibles de convertirse en buenos sirvientes y con especialidad en excelentes peones para los trabajos rurales. Aun son susceptibles de hacerles aprender un oficio, porque según hemos podido constatarle nosotros, en los talleres de marina del Tigre y en otros establecimientos análogos, los indios son muy buenos operarios carpinteros, herreros, etc" 635.

 $^{^{634}}$ *La Pampa*, nº 1624 20/10/1878, grifo meu. 635 Idem.

Por isso, definiu como errônea e perniciosa a política indigenista elaborada pelo Estado argentino:

"Al principio, todos recuerda la inhumanidad que presidio al reparto de los indígenas a las familias que los solicitaban para el servicio doméstico o para los trabajos rurales: se separaba despiadadamente a los padres de los hijos y se destrozaban los vínculos más sagrados de la familia, disponiendo autoritaria o inhumanamente la dispersión de sus miembros. Las censuras de la prensa pusieron un remedio a esto, pero se cayó entonces en el extremo opuesto, de mantener alejados a los indios sometidos del contacto de la civilización, y lo que es peor aún, dejando en pie su organización de tribu, que hace más difícil la acción de la civilización sobre ellos"636.

A realidade pós-conquista revelou-se dura e cruel para os indígenas. Antes de serem considerados aptos para exercerem as mais variadas funções, foram confinados temporariamente na ilha Martín García e em outros presídios, convertidos em centros medulares da política de redução e de disciplinamento. Ao chegarem em tais espaços, eram catalogados por idade, sexo e papel que exerciam no interior de sua comunidade, batizados com nome cristão e passavam a estar à disposição do Ministério da Guerra e Marinha. Devido aos maus tratos, à miséria e às enfermidades a que estiveram submetidos, a realidade vivida pelos nativos foi comparada àquela existente nos "campos de concentração".

Tal sistema revelou-se bastante oneroso para o Estado argentino. Evidência disso foi a aprovação em 1885 da Lei 1744, que autorizava o Poder Executivo a investir 150.000 pesos para a alimentação dos índios submetidos, até que estes estivessem em condições de subsistir por meio do próprio trabalho e fossem integrados à vida civilizada. O reconhecimento do "dever inquestionável" de fornecer aos nativos condições básicas de sobrevivência parece ter sido a maneira encontrada pela Nação argentina para redimir-se por décadas de perseguição, desalojamento forçado e desarticulação cultural imposta.

⁶³⁶ La Pampa, nº 3121, 09/04/1883, grifo meu.

⁶³⁷ Cf. Andrés Bonatti y Javier Valez. **Una guerra infame. La verdadera historia de la Conquista del Desierto**, op.cit.

Anexos - Capítulo 6

Imagem 29 – A região chaquenha, que abrange parte dos territórios da Argentina, Bolívia, Paraguai e Brasil

Fonte: https://pt.wikipedia.org



8. Conclusão

"Lo que hemos conseguido con la civilización que dicen que nos han dado, es vivir apretados como el trigo en un costal" 638

Dada a escassez de elementos culturais que funcionassem como elos de unificação entre os variados grupos étnicos e sociais, coube ao território o papel de elemento central na elaboração dos nacionalismos na América e no eventual delineamento das suas identidades nacionais no período pós independência. No decorrer da tese, buscou-se explorar a acentuada dimensão territorial assumida pelo processo de construção dos Estados nacionais modernos no Chile e na Argentina ao longo do XIX, justificando a preocupação da intelectualidade *criolla* em implementar os projetos expansionistas voltados para a incorporação de regiões que, ainda em meados do século, se encontravam à margem da nova jurisdição estatal. Tal foi o caso da Araucania, dos Pampas e da Patagônia.

Sendo o *progresso* e a *civilização* conformadores do "espírito do século", inúmeros aspectos da realidade europeia e norte-americana eram seguidos com atenção pelos dirigentes estatais nesse contexto. Buscar-se-ia também aqui a promoção da educação; a garantia dos direitos individuais; o desenvolvimento da economia capitalista; o alcance da estabilidade política e da segurança interna, permitindo-nos conformar uma população "civilizada" e, pelas mesmas questões ideológicas, que se mesclavam a interesses econômicos e políticos, consideravam indispensável suprimir os "resquícios de barbárie e de selvageria" que identificavam nos limites dos territórios que pretendiam tornar nacionais.

Concebe-se aqui o território, em suas distintas acepções, não em um sentido meramente geográfico, mas sim como fruto de construções militares, econômicas, jurídicas e ideológicas, além de instrumento de ação política. Reconhece-se sua dimensão processual e histórica, que efetiva espaços identitários fundamentais na elaboração de consciências coletivas⁶³⁹.

Ao compreender o Estado moderno como a "comunidade humana que, dentro de determinado território, reclama para si (com êxito) o monopólio da coação

⁶³⁸ Lorenzo Colimán apud José Bengoa. **Historia del pueblo mapuche**, op.cit, p.324.

⁶³⁹ Cf. Antonio Carlos Robert Moraes. **Geografia Histórica do Brasil**, op.cit.

legítima "640, Max Weber ressaltou o papel do território enquanto elemento de definição das comunidades políticas e fundamento para a imposição de um controle único e exclusivo sobre os grupos humanos inseridos em seus limites. Nesse sentido, a associação entre poder estatal e território deveria pressupor a dissolução das solidariedades comunitárias previamente existentes, exigindo a desapropriação de todos aqueles que dispunham de meios materiais de dominação concorrentes e a concentração da administração nas mãos de uma burocracia civil e militar.

Fica claro que a delimitação do território nacional só seria possível mediante a consolidação das fronteiras internacionais e a supressão das chamadas "fronteiras internas", que marcavam a divisão entre as áreas já sujeitas à jurisdição estatal e as áreas ainda não incorporadas à estrutura produtiva da colonização. Na experiência histórica chilena e argentina, estas últimas eram comumente descritas pelas autoridades *criollas* como regiões "desérticas" ou situadas "à margem da civilização", definições mobilizadas no intuito de legitimar os movimentos expansionistas e os projetos modernizadores que pretendiam incorporá-las à órbita do poder público, civilizando os seus habitantes ou extinguindo-os se necessário.

A soberania exercida por variados grupos indígenas sobre a Araucania, os Pampas e a Patagônia assentava-se sobre o forte vínculo entre o sentimento de pertencimento étnico e o lugar de origem. A dominação *criolla* instaurou desde os tempos coloniais uma nova relação dessas sociedades com o território, deflagrando transformações em múltiplos níveis de sua existência sociocultural. Contudo, os resultados da pesquisa realizada apontam para o fato de que os processos de territorialização aqui em jogo não podem ser compreendidos unicamente como a intervenção da esfera estatal que associa um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos determinados⁶⁴¹.

A nova realidade implicou igualmente a reorganização social e a reestruturação das definições identitárias pelos próprios indígenas, de modo a instituir mecanismos de tomada de decisões e de representação antes inexistentes, adaptados aos novos tempos e condições. O rechaço à ideia de que o contato entre nativos e

⁶⁴⁰ Max Weber. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 2.** Brasília: DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p.525.

⁶⁴¹ Cf. João Pacheco de Oliveira. "Uma etnologia dos 'índios misturados'? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais". In: João Pacheco de Oliveira (org.) **A viagem da volta. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**, op.cit.

criollos se estruturou apenas através do choque entre blocos supostamente monolíticos e a consequente valorização das múltiplas interações entre os agentes envolvidos permitem, acima de tudo, dar início à escrita de uma história onde os primeiros – os indígenas – aparecem como protagonistas de suas próprias escolhas e ações.

A historiografía nacionalista relegou, via de regra, aos povos nativos da América o papel de vítimas de políticas assimilacionistas e de manipulações por parte dos colonizadores *hispanocriollos*. No centro desta análise estava o conjunto de dispositivos legais criados com o objetivo de desarticular os espaços sociais e territoriais indígenas, de modo a reduzi-los ao controle estatal e a erradicar suas diferenças culturais em relação aos "nacionais" de um dado país. Contudo, ao reforçar a vitória triunfal dos projetos que visavam ao extermínio físico e à eliminação dos sentimentos de comunhão étnica preexistentes às identidades nacionais, esta visão foi responsável por reproduzir os discursos que invisibilizavam os índios na história e negavam sua superveniência enquanto alteridade⁶⁴².

A abordagem da tese ressalta a participação dos povos indígenas no processo de formação dos Estados nacionais chileno e argentino, buscando valorizar seu papel como sujeitos que também agem e reagem politicamente a partir de interesses específicos. Essa perspectiva revisionista torna visível que a associação dos nativos que viviam nas áreas de fronteira à selvageria, ao atraso e à barbárie não condiz, na prática, com o seu reconhecimento como interlocutores políticos pelos hispanocriollos. Conscientes do seu poder de negociação, os indígenas puderam construir suas próprias formas de compreensão da nova realidade vivida.

Assim, as estratégias de resistência elaboradas não se restringiram às rebeliões armadas; englobaram igualmente a resolução das disputas por meio dos trâmites legais e institucionais. Por conhecerem razoavelmente as regras do mundo cristão e os canais de expressão da diplomacia fronteiriça – tratados de paz, reunião em assembleias, intercâmbio de correspondências – os indígenas puderam se apropriar tanto da escritura como meio de negociação interétnica quanto do vocabulário e das práticas políticas comumente empregadas pelos *hispanocriollos* para lutar por

⁶⁴² Cf. José Luiz Martínez; Viviana Gallardo; Nelson Martínez. "Construyendo identidades desde el poder: los indios en los discursos republicanos de inicios del siglo XIX". In: Guillaume Boccara (editor). **Colonización, resistencia y mestizaje en las Américas (siglos XVI-XX)**, op.cit.

seus territórios e pela liberdade, na maioria das vezes com a intenção de tornar reais as promessas e propostas que lhes eram feitas⁶⁴³.

A tradição de interlocução entre indígenas e colonizadores era originária da porção ocidental da Cordilheira dos Andes, como comprova a assinatura do Tratado de Quilín, em 1641. Ao reconhecer a soberania dos mapuche sobre a porção territorial situada ao sul do rio Bío Bío e institucionalizar a celebração dos *parlamentos*, essa tradição abriu precedentes para um relacionamento interétnico pautado pela negociação política, que se sobrepunha aos episódios de violência e de imposição das decisões políticas.

A partir do processo de "araucanização dos Pampas", tais práticas difundiram-se também para a porção oriental da cadeia andina. Em meados do século XIX, por exemplo, era comum a circulação pelas *tolderias* no Chile e na Argentina de documentos impressos aprovados pelo Congresso Nacional ou pelo Poder Executivo, assim como o intercâmbio de correspondências entre as chefaturas mapuches e as autoridades nacionais.

Essa abordagem historiográfica possibilitou igualmente repensar a dinâmica interna das comunidades nativas, compreendendo suas frequentes divergências, as disputas internas por poder e as fluidas e variadas relações de aliança e de inimizade estabelecidas com as autoridades *criollas*. Ao introduzir arbitrariamente a ideia de uma "indianidade" comum a todos os povos nativos, os colonizadores haviam atribuído um papel secundário às diferenças e especificidades que conformavam o universo sociocultural não europeu.

A categoria "índio" revelou-se demasiado ampla e homogeneizadora para representar as múltiplas identidades e posicionamentos políticos dos grupos indígenas que participaram das referidas experiências de expansão territorial. Algumas parcialidades tenderam a uma maior aproximação com os *criollos* – era o caso dos *abajinos*, *manzaneros* e *salineros* – outras, como os *arribanos* e os índios de Pincén, tradicionalmente mantiveram um maior afastamento e desconfiança em relação às autoridades republicanas. Contudo, isso não os impedia de se valer dos meios políticos para alcançar seus interesses ou de reformularem a maneira como se relacionavam com o poder estatal em função das distintas situações de contato vividas.

⁶⁴³ Maria Regina Celestino de Almeida. "Populações indígenas e Estados nacionais latino-americanos: novas abordagens historiográficas". In: Cecília Azevedo, Ronald Raminelli (org). **História das Américas: novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

A percepção de que identidade consiste em uma construção histórica, plural, dinâmica e delineada a partir do diálogo com o(s) outro(s), é o que nos levou à compreensão de que a fronteira entre os mundos indígena e *criollo* constituiu na prática uma "zona de contato" importante. Isto é, um "território" amplo, móvel e permeável, caracterizado por constantes avanços e retrocessos, por intercâmbios culturais e econômicos e pela existência de indivíduos de distintas origens que circulavam por ambos os lados. Nas palavras de Mary Louise Pratt, um "espaço de encontros coloniais, no qual as pessoas geográfica e historicamente separadas entram em contato umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada" 644.

A perspectiva da fronteira enquanto limite entre "civilização" e "barbárie" e espaço de enfrentamento militar e bélico revelou-se insuficiente para explicar as transformações das estruturas mentais e simbólicas das sociedades indígenas; os processos de recriações identitárias, adaptação e resistência; as modalidades de contato e integração; as várias políticas *hispanocriollas* encaminhadas e as respostas dos nativos frente a essas. Dessa forma, foi possível ressaltar a mestiçagem tanto biológica como cultural que caracterizou essa espacialidade, romper com análises dicotômicas e não mais transitar entre a permanência de uma suposta tradição indígena imemorial e o seu paulatino desaparecimento via aculturação, rendendo-se à modernidade.

Essa interpretação revelou-se útil para pensar a própria elaboração dos discursos políticos indígenas. Percebeu-se ao longo da tese que os nativos preservavam em sua fala muitos elementos tradicionais (o peso da oralidade, por exemplo), que se mesclavam ao emprego de um vocabulário político ocidental, baseado em conceitos externos ao mundo indígena. Vale a pena recordar que as secretarias mapuche, responsáveis pela diplomacia fronteiriça, eram constituídas por um núcleo burocrático mestiço: os escrivães e *lenguaraces*. Estes traduziam as mensagens dos *longkos* do *mapudungun* para o espanhol e as cristalizavam em papel, coletivizando, assim, o processo elaboração das correspondências.

No que diz respeito aos discursos políticos da intelectualidade *criolla*, estes podem ser agrupados em três eixos: o periodístico, o parlamentar e o militar.

⁶⁴⁴ Mary Louise Pratt. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. São Paulo: EDUSC, 1999, p.31

Tanto no Chile quanto na Argentina, foi visível o papel da imprensa na delineação de uma "ideologia da ocupação" das regiões fronteiriças. Ao veicular artigos que reforçavam o caráter conflituoso e instável da relação entre indígenas e *criollos* na Araucania e nos Pampas, os periódicos de Concepción e de Buenos Aires (não por acaso, as principais cidades situadas na fronteira com os cacicados) pressionaram o poder estatal a adotar medidas no sentido despojar os nativos da soberania sobre seus territórios. Tendo a voz reforçada por periódicos de incidência nacional, a imprensa mobilizou a opinião pública e convenceu as autoridades *criollas* de que o melhor caminho para a resolução de tal questão seria a conquista pela via militar.

Os debates ocorridos no Congresso Nacional chileno e argentino, por sua vez, tinham como pauta a disponibilização de fundos monetários para a realização de expedições militares à Araucania, aos Pampas e à Patagônia. Representantes dos interesses das elites provinciais, os parlamentares valeram-se de argumentos pautados por questões econômicas – a disponibilização de terras férteis para a agricultura e a pecuária –, de segurança interna – a preservação da vida e da propriedade da população fronteiriça – e ideológicas – a possibilidade ou não de civilização dos nativos por vias pacíficas – para justificar ou rechaçar a aprovação dos projetos de lei.

Por fim, os discursos militares analisados – as memórias e os diários de campanha – revelaram como a alta oficialidade do Exército buscou construir uma imagem enaltecedora de si, ao enfatizar os sucessos obtidos pelas operações e também as privações e dificuldades superadas por homens descritos quase sempre como "heróis". Ademais, além de fornecerem valiosas informações estatísticas e estratégicas sobre os territórios a serem ocupados, tais documentos permitem entrever a existência de uma intrínseca relação entre posicionamentos políticos e táticas militares, ressaltada pelo general prussiano Karl von Clausewitz⁶⁴⁵. Nesse sentido, os tipos de guerra implementados contra os indígenas – ofensiva ou defensiva – lançam luz sobre as diferentes visões que os militares tinham sobre a superveniência dos nativos. Enquanto alguns consideravam necessário manter a diplomacia fronteiriça e possível integrá-los à comunidade nacional, outros defendiam sua eliminação física via uma guerra que, na prática, se configurava como de extermínio.

⁶⁴⁵ Karl von Clausewitz. **De la guerra**. Disponível em: http://www.lahaine.org>. Acesso em: 09/05/2017, p.167.

É importante ressaltar que intelectuais como Antonio Varas, os redatores da *Revista Católica* e o franciscano Marcos Donati apresentaram uma postura mais condescendente em relação aos indígenas, sendo por isso considerados "vozes dissidentes" em redes de sociabilidade que se revelaram hostis à figura do nativo. Contudo, ainda que defendessem o emprego de meios pacíficos como a religião, a educação e o estabelecimento de colônias e que estivessem imbuídos de um olhar paternalista e tutelar, não romperam com o epíteto do selvagem e da superioridade da civilização sobre a barbárie, elementos caracterizadores da linguagem política oitocentista.

A tese buscou ressaltar como as experiências históricas em questão possuíam múltiplas similitudes, permeadas por suas nuances próprias. Em primeiro lugar,
ambas se valeram da força armada para lograr a incorporação dos territórios indígenas à jurisdição nacional, ainda que a terminologia empregada à época para designá-las – seria a *pacificação* versus a *conquista* – pudesse sugerir distintas posturas dos Exércitos argentino e chileno perante os nativos. Em que pese a tradição
mais antiga de negociação política entre indígenas e *hispanocriollos* na porção ocidental da Cordilheira dos Andes e a retração da diplomacia fronteiriça durante o
Ministério de Julio Roca, é plausível afirmar que ambos os países se propuseram a
submeter ou aniquilar os grupos indígenas, assim como ocupar o território mediante
o estabelecimento de redutos fortificados estáveis.

Em segundo lugar, foi possível identificar que o discurso político *criollo* sobre os nativos sofreu em ambos os países uma significativa inflexão a partir do acirramento da conflitualidade e da instabilidade nas regiões de fronteira. Se o discurso patriota se valeu do indígena como referência para a luta anticolonial, associando-o a um "espírito libertário e heroico", as rebeliões de 1851 e 1859 no Chile e a Batalha de San Carlos em 1872 na Argentina foram responsáveis por multiplicar na imprensa artigos que os vinculavam à selvageria e descreviam a Araucania e os Pampas como "espaços da barbárie". A mobilização da opinião pública impulsionou os debates legislativos sobre a questão das fronteiras internas e possibilitou que as autoridades chilenas e argentinas delineassem políticas estatais de expansão territorial bem delineadas.

Em terceiro lugar, em ambos os casos foi decisivo o papel exercido pelos avanços tecnológicos militares no processo de conquista e ocupação dos territórios indígenas. Vale a pena ressaltar que a Guerra do Pacífico (1879-1883) e a Guerra

do Paraguai (1864-1870) contribuíram para a profissionalização e a modernização dos Exércitos chileno e argentino, que passaram a partir de então a empregar novos e poderosos armamentos nos enfrentamentos e a adotar em relação aos indígenas um discurso de matiz menos tolerante e mais agressiva. A proposta de realização de uma ofensiva contra os nativos adquiriu ampla repercussão entre os veteranos das duas guerras, que haviam retornado à função de guarnecimento das respectivas linhas de fronteira austral.

De todo modo, em sua abordagem comparativa, a tese transcendeu o objetivo de identificar os traços semelhantes e contrastantes existentes entre os espaços fronteiriços da Araucania, dos Pampas e da Patagônia e as formas de relacionamento neles estabelecidas entre criollos e indígenas. Buscou vincular os processos de expansão territorial ocorridos no Chile e na Argentina, de modo a identificar os pontos de interconexão e condicionamento mútuo, a partir da percepção de que a circulação de saberes, o intercâmbio de práticas políticas e militares e o estabelecimento de diálogos entre indivíduos e comunidades intelectuais nesse mundo atlântico ultrapassam as limitações impostas pelas fronteiras nacionais⁶⁴⁶.

Como evidência, podemos citar o contato amistoso por vezes mantido entre o alto comando militar chileno e argentina. A despeito dos conflitos limítrofes cultivados entre os dois estados em torno da cadeia andina, Manuel Olascoaga, Julio Roca, Conrado Villegas, Cornelio Saavedra, e Gregorio Urrutia debateram entre si as vantagens de uma cooperação militar para solucionar a questão indígena nos territórios austrais. Transformaram assim a ocupação das terras mapuches em um processo binacional, realizado de forma simultânea por exércitos profissionais e modernos e estimulado pelos anseios econômicos, políticos e ideológicos da intelectualidade *criolla* de seus países⁶⁴⁷.

⁶⁴⁶ Cf. David Armitage e Sanjay Subrahmanyam (eds). The Age of Revolutions in Global Context, c.1760-1840. NY: Palgrave Macmillan, 2010.

647 Cf. José Bengoa. **Mapuche, colonos y Estado Nacional**, op.cit.

9. Referências bibliográficas

9.1.

Fontes primárias

El Correo del Sur

El Ferrocarril

El Mercurio

El Meteoro

El Nacional

La Nación

La Pampa

La República

La Tarántula

La Tribuna

Revista Católica

- ALSINA, Adolfo. La nueva línea de fronteras: memoria especial del Ministro de Guerra y Marina, año 1877. Buenos Aires: EUDEBA, 1977, p.55,
- DOMEYKO, Ignacio. **Araucania y sus habitantes**. Santiago: Cámara Chilena de la Construcción: Pontificia Universidad Católica de Chile: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 2010.
- H. Cámara de Diputados de la Nación Dirección de Información Parlamentaria.
 Diario de Sesiones de la Cámara de Senadores e Diario de Sesiones de la Cámara de Diputados.

Historia Política Legislativa del Congreso Nacional de Chile.

Museo Roca, Área Documentación – Archivo ROCA, Transcripción y fotocopia 001076, 001082.

- OLASCOAGA, Manuel. **Estudio topográfico de La Pampa y Rio Negro**. Buenos Aires: Ostwald y Martinez, 1881.
- SAAVEDRA, Cornelio Saavedra. **Documentos relativos a la ocupación de Arauco**. Santiago: Cámara Chilena de la Construcción/Pontificia Universidad Católica de Chile/Biblioteca Nacional, 2008.
- ZEBALLOS, Estanislao Severo. La conquista de quince mil leguas: studio sobre la traslación de la frontera sud de la República al rio Negro dedicado a los gefes del ejército expedicionario. Buenos Aires: Establecimiento Tipografico a vapor de La Prensa Moreno 109, 1878,

9.2. Bibliografia geral

- ALIMONDA, Héctor; FERGUNSON, Juan. "Imagens, 'deserto' e memória nacional. As fotografias da campanha do Exército argentino contra os índios 1879". In: Angela Mendes de Almeida, Berthold Zilly e Eli Napoleão de Lima (org). **De sertões, desertos e espaços incivilizados**. Rio de Janeiro: FAPERJ, MAUAD, 2001.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino. "Populações indígenas e Estados nacionais latino-americanos: novas abordagens historiográficas". In: Cecília Azevedo, Ronald Raminelli (org). **História das Américas: novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- ALONSO, Paula. "La política y sus laberintos: el Partido Autonomista Nacional entre 1880 y 1886". In: Hilda Sabato; Alberto Lettieri (compiladores). La vida política en la Argentina del siglo XIX. Armas, votos y voces. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina S.A, 2003.
- ALTAMIRANO, Carlos (dir.) y Jorge Myers (editor del volume). **Historia de los intelectuales en América Latina I: La ciudad letrada, de la conquista al modernismo.** Buenos Aires: Katz, 2008.
- ARMITAGE, David; SUBRAHMANYAM, Sanjay. **The Age of Revolutions in Global Context**, c.1760-1840. NY: Palgrave Macmillan, 2010.
- AYLWIN, Jose. Estudio sobre tierras indigenas de la Araucania: antecedentes historico legislativos (1850-1920). Temuco: Instituto de Estudios Indigenas/Universidad de la Frontera, 1995.

- ASCENSO, João Gabriel; CASTRO, Fernando Luiz Vale (org.). **Raça. Trajetórias de um conceito. Histórias do discurso racial na América Latina**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2014.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A expansão do Brasil e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai (da colonização à Guerra da Tríplice Aliança). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- BECHIS, Martha. "Los lideratos políticos en el area arauco-pampeana en el siglo XIX: ¿poder o autoridad?". Trabalho apresentado no I Congreso Internacional de Etnohistoria, Buenos Aires, 17-21 de julho de 1989 e editado em Maria de Hoyos (coord.). **Etnohistoria, publicación especial de NAyA en CD**, Buenos Aires, 1999.
- _____. "Fuerzas indígenas en la política criolla del siglo XIX". In: Caudillismos rioplatenses. Nuevas miradas a un viejo problema. Noemí Goldman; Ricardo Salvatori (compiladores). Buenos Aires: Eudeba, 1998.
- BENGOA, José. **Mapuche, colonos y Estado Nacional**. Santiago: Catalonia, 2014.
- _____. El Tratado de Quilín. Documentos adicionales a la Historia de los antiguos mapuches del sur. Santiago: Catalonia, 2007.
- _____. **História del pueblo mapuche (siglo XIX-XX)**. Santiago: Lome Eds, 2000.
- BLENGINO, Vanni. La zanja de la Patagonia. Los nuevos conquistadores: militares, científicos, sacerdotes y escritores. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2005
- BOCCARA, Guillaume (editor). **Colonización, resistencia y mestizaje en las Américas (siglos XVI-XX).** Lima: IFEA; Quito: Ediciones Abya-Yala, 2002.
- BONATI, Andrés; VALEZ, Javier. **Una guerra infame. La verdadera historia de la Conquista del Desierto**. Buenos Aires: Edhasa, 2015.
- CASANUEVA, Fernando. "Indios malos en tierras buenas. Visión y concepción del mapuche segundo las elites chilenas del siglo XIX". In: Jorge Pinto Rodriguez (ed.). **Modernización, inmigración y mundo indígena. Chile y Araucanía en el siglo XIX**. Temuco: Ediciones Universidad de la Frontera, 1998.

- CASTRO, Eduardo Viveiros de. "O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem". In: A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosacnaify, 2011.
- CASTRO, Fernando Vale. **Pensando um continente: a Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.
- CAVALIERI, Paulo. La Restauración del Virreinato: orígenes del nacionalismo territorial argentino. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.
- CLAUSEWITZ, Karl von. **De la guerra**. Disponível em: http://www.lahaine.org. Acesso em: 09/05/2017.
- COLLIER, Simon. Chile: the making of a Republic. 1830-1865. New York: Cambridge University Press, 2003.
- CRUZ, Eduardo Santa. La prensa chilena en el siglo XIX: patricios, letrados, burgueses y plebeyos. Santiago: Universitaria, 2000.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. "Política indigenista no século XIX". In: Manuela Carneiro da Cunha (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.
- DI TELLA, Torcuato. **História social da Argentina contemporânea**. Brasília: FUNAG, 2010.
- DONGHI, Tulio Halperin. La formación de la clase terrateniente bonaerense. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.
- ______. **Una nación para el desierto argentino**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.
- DORATIOTO, Francisco Fernando. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FOERSTER, Rolf; VEZUB, Julio. "Malón, ración y nación en las pampas: el factor Juan Manuel de Rosas (1820-1880)". **HISTORIA**, n° 44, vol.2, julio-diciembre 2011, pp.259-286.

- FLORIA, Pedro Navarro. "El desierto y la cuestión del territorio en el discurso político argentino sobre la frontera sur". In: **Revista Complutense de Historia de América**. Vol.28, 2002.
- JONG, Ingrid de. "Armado y desarmado de una confederación: el liderazgo de Calfucurá en el período de la organización nacional". **Quinto Sol**, nº 13, 2009, pp. 11-45.
- JONG, Ingrid de; OHMSTEDE, Antonio Escobar (coords y eds). Las poblaciones indígenas en la conformación de las naciones y los Estados en la América Latina decimonónica. Ciudad de México: El Colegio de México; CIESAS; Zamora, Michoacán: El Colegio de Michoacán, 2016.
- KEUN, Ricardo Fernando. Y así nació la frontera: conquista, guerra, ocupación, pacificación. 1550-1900. Temuco: Ediciones Universidad Católica de Temuco, 2012.
- KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto / Editora PUC-Rio, 2006.
- LARA, Horacio. Crónica de la Araucania: descubrimiento i conquista, pacificación definitiva i campaña de Villa-Rica. Santiago: Imprenta de "El Progreso", 1889.
- LENTON, Diana. "Política indigenista argentina: una construcción inconclusa". **Anuário Antropológico**, 2009, I. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 2010.
- LEÓN, Leonardo. **Araucanía: la frontera mestiza, siglo XIX**. Santiago: Ediciones UCSII, 2004.
- LETIERI, Alberto. La República de las Instituciones. Proyecto, desarrollo y crisis del régimen político liberal en la Argentina en tiempos de la organización nacional (1852-1880). Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.
- LUIZ, Mariaa Tereza. Relaciones fronterizas en Patagonia: la convivencia hispano-indígena a fines del período colonial. Ushuaia: Asoc. Hanis, 2006.
- LOCKHART, James; SCHWARTZ, Stuart. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MANDRINI, Raúl; ORTELLI, Sara. **Volver al país de los araucanos**. Buenos Aires: Sudamericana, 2005.

- MARCO, Miguel Ángel de. **Historia del periodismo argentino. Desde los orígenes hasta el Centenario de Mayo**. Buenos Aires: Educa, 2006, p.321.
- MASES, Enrique. Estado y cuestión indígena: el destino final de los indios sometifos en el sur del território (1878-1910). Buenos Aires: Prometeo, 2002.
- MYERS, Jorge. "A revolução de independência no Rio da Prata e as origens da nacionalidade argentina (1806-1825). In: **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: região do Prata e Chile.** Marco Antonio Pamplona e Maria Elisa Mäder (organização). São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia Histórica no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2009.
- ______. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.
- OJEDA, Jorge Pavez. Cartas mapuche (siglo XIX). Santiago: CoLibris/Ocho Libros editores, 2008.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. "Uma etnologia dos 'índios misturados'? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais". In: João Pacheco de Oliveira (org.) **A viagem da volta. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2004.
- PASSETTI, Gabriel. **O mundo interligado: poder, guerra e território nas lutas entre Argentina e Nova Zelândia (1826-1885).** Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.
- POCOCK, John. Linguagens do ideário político. São Paulo: EDUSP, 2003.
- PRATT, Mary Louise. Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação. São Paulo: EDUSC, 1999.
- ROCK, David. **Argentina (1516-1987): from spanish colonization to Alfonsín**. Los Angeles: University of California Press, 1987.
- RODRIGUEZ, Fermín. **Un desierto para la nación: la escritura del vacío**. Buenos Aires: Eterna Cadencia Editora, 2010.

- RODRIGUEZ, Jorge Pinto. La formación del Estado y la Nación, y el pueblo mapuche. De la inclusión a la exclusión. Santiago: Dirección de Bibliotecas, archivos y museos, 2003.
- RODRÍGUEZ, Juan Agustín. Chile en el Canal Beagle y mares australes: tratado de paz entre Chile y Argentina. Santiago: Gráfica Progresión, 1985.
- ROSSIGNOL, Jacques. **Chilenos y mapuches a mediados del siglo XIX.** Concepción: Universidad del Bio-Bio, 2007.
- SARASOLA, Carlos Martinez. **Argentina de los caciques: o el país que no fue**. Buenos Aires: Del Nuevo Extremo, 2012
- ______. **Nuestros paisanos los indios.** Buenos Aires: Del Nuevo Extremo, 2011.
- SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. O Império e as Repúblicas do Pacífico. As relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889). Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo: civilización o barbarie**. Buenos Aires: Eudeba, 2011.
- SILVESTRI, Graciela. El lugar común: una historia de las figuras de paisaje en el Río de la Plata. Buenos Aires: Edhasa, 2011.
- SIRINELLI, Jean-François. "Os intelectuais". In: René Rémond (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- SCHWARZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SKINNER, Visões da política: sobre os métodos históricos. Algés: Diefel, 2005.
- TAMAGNINI, Marcela. Cartas de frontera. Los documentos del conflicto interétnico. Rio Cuarto: Universidad Nacional de Rio Cuarto, 2011.
- TARQUINI, Claudia Solomon. Largas noches en La Pampa. Itinerarios y resistências de la población indígena (1878-1976). Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.
- VILLALOBOS, Sergio. **Relaciones fronterizas en la Araucania**. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 1982.

- ______. Incorporación de la Araucanía. Santiago: Catalonia, 2013.
- WALTHER, Juan Carlos. La conquista del desierto: síntesis histórica de los principales sucesos ocurridos y operaciones militares realizadas en la pampa y Patagonia, contra los indios (años 1527-1885). Buenos Aires: Círculo Militar, 1948, p.257.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 2.** Brasília: DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999,
- WOLLETER, Alejandra Bottinelli. "El oro y la sangre que vamos a prodigar'. Benjamín Vicuña Mackenna, la ocupación de la Araucanía y la inscripción del imperativo civilizador em el discurso público chileno". In: Rafael Gaune e Martin Lara (editores). **Historia de racismo y discriminación en Chile**. Santiago: UQBAR editores, 2009.
- ZÁVALA, Graciana Pérez. "Oralidad y escritura: los tratados de paz entre el Estado argentino y las tribos ranqueles". In: **Revista Trefos**, Vol.3, n°1, Taller de Etnohistoria de la Frontera Sur, 2005.